

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

FERNANDA FAGUNDES PERRIN

O Ovo do Pato

Uma análise do deslocamento político da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Versão corrigida

São Paulo

2020

FERNANDA FAGUNDES PERRIN

O Ovo do Pato

Uma análise do deslocamento político da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. André Vitor Singer

Versão corrigida

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P458o Perrin, Fernanda
O Ovo do Pato: Uma análise do deslocamento político da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo / Fernanda Perrin ; orientador André Singer. - São Paulo, 2020.
192 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Ciência Política. Área de concentração: Ciência Política.

1. comportamento político. 2. classes sociais. 3. empresariado. 4. Fiesp. I. Singer, André, orient.
II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

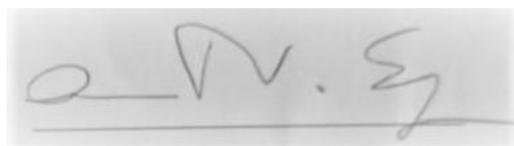
Nome do (a) aluno (a): Fernanda Fagundes Perrin

Data da defesa: 10 /06 /2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): André Vitor Singer

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 10 / 08 / 2020



(Assinatura do (a) orientador (a))

PERRIN, F.F. **O Ovo do Pato**: Uma análise do deslocamento político da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.
Julgamento:

Instituição:
Assinatura:

Prof. Dr.
Julgamento:

Instituição:
Assinatura:

Prof. Dr.
Julgamento:

Instituição:
Assinatura:

Ao desassossego

Agradecimentos

Eu não estaria aqui se não fosse pela extensa rede de apoio com a qual sempre tive o privilégio e a sorte de poder contar.

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, Raul e Silvia, cujo amor e esforços incondicionais me permitiram a liberdade de optar, experimentar, errar, arriscar e tentar de novo, a qual eles próprios não tiveram. Agradeço ao meu irmão, Pedro, pelo carinho, os risos e os treinos de argumentação na disputa pelo controle da TV. Agradeço à minha avó, Cícera, por ter tido coragem, e ainda rir como criança.

Agradeço ao meu companheiro, Vinicius, que me ouviu nos meus momentos de dúvida, me apoiou nas minhas decisões quaisquer que elas fossem, me reconfortou nas minhas angústias e me motivou diante das minhas inseguranças. Obrigada por ter me ajudado a desenhar os contornos de uma nova vida, juntos.

Agradeço ao meu orientador, André Vitor Singer, professor inspirador e generoso que acolheu prontamente uma jornalista perdida em seu grupo de pesquisa, lapidando lado a lado o projeto que resultou neste trabalho e guiando sua execução.

Agradeço aos meus amigos de Cenedic – Daniela Costanzo, Rafael Marino, Gabriel Nunes e Hugo Fanton, entre tantos outros – pelos debates e leituras atentas, dispostos a trabalhar em conjunto em tempos tão solitários e individualistas.

Agradeço aos meus companheiros de jornada pela amizade irrestrita ao longo de mais de uma década: Adriana Tavares, Beatriz Sanchez, Emmanuel Gomes, Fabio Andó Filho, Giulienne Caleffo, Helena Barbosa, James Pahim, Jéssica Navarro, José Roberto Baldívia Jr., Juliana Ceccon, Letícia Gomes, Lívia Martins, Nicolas Santos, Pedro Charbel, Rafaela Abreu e Tércio Rodrigues.

Agradeço a Ricardo Balthazar, meu editor quando decidi deixar o jornalismo, pelo tempo que me concedeu para me preparar, pela confiança em me transmitir seu material e por todos os conselhos e orientações ao longo desse caminho. Agradeço também aos amigos de redação – Anais Fernandes, Danielle Brant, Flávia Faria, Irapuan Campos, Taís Hirata – pelo encorajamento em mudar de rumo e pelo apoio durante a pesquisa.

Não poderia encerrar esse texto sem deixar de agradecer à minha psicóloga, Ana Gláucia, que ouviu semanalmente nesses dois anos minhas queixas, crises e desvarios, sempre abrindo caminho para eu conseguir me escutar no meio de todos esses ruídos. Também não posso deixar de agradecer ao Bartolomeu e à Francis, que estiveram

literalmente do meu lado, no meu colo e (por vezes demais) em cima do teclado enquanto redigia a dissertação.

Agradeço, por fim, à Capes e à Fapesp pela concessão de bolsa aos projetos n° 2018/1773299 e n° 2018/04020-0, respectivamente, que resultaram nesta dissertação. O apoio dessas agências foi fundamental para que essa pesquisa fosse possível. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade minha e não necessariamente refletem a visão da Fapesp ou da Capes.

É verdade que há momentos em nosso trabalho -- até você os terá tido, Müller -- em que somos tentados a pensar que só o que escapa aos nossos registros é importante, que só o que passa sem deixar vestígio existe verdadeiramente, enquanto tudo o que os nossos fichários retém é a parte morta, as aparas, as escórias. Vem um momento em que um bocejo, uma mosca que voa, uma coceira nos parecem o único tesouro, justamente porque são absolutamente inutilizáveis, dados definitivos e logo esquecidos, subtraídos do destino monótono do armazenamento na memória do mundo. Quem pode negar que o universo consiste na rede descontínua de instantes não registráveis, e que dele a nossa organização não controla nada mais do que o molde, a moldura de vazio e insignificância?

- Ítalo Calvino

(A Memória do Mundo)

Em vez disso, contarei somente mais uma história, a mais secreta, e eu a contarei com a humildade e a reserva daquele que sabe desde o início que seu tema é desesperado, seus meios, débeis, e que o ofício de tecer fatos em palavras está sujeito por sua própria natureza a fracassar.

- Primo Levi

(Carbono)

RESUMO

PERRIN, F.F. **O Ovo do Pato**: Uma análise do deslocamento político da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2020.

O comportamento político do empresariado brasileiro é objeto de estudos da Ciência Política desde os anos 1950. Ao longo desse período, os estudos oscilaram entre uma visão do grupo ora como ativo e coeso, ora como passivo e desorganizado. Os anos de Dilma Rousseff na Presidência da República (2011-2016) abrem uma nova janela de oportunidade para esse estudo, uma vez que a ex-presidente promoveu uma política econômica que visava promover o crescimento do PIB via impulsão do setor produtivo industrial. Esse projeto contou em um primeiro momento com o apoio de entidades representativas de empresários, o que contrasta, porém, com o cenário no segundo mandato da presidente, quando houve apoio expressivo da categoria ao impeachment de Rousseff. O que motivou essa mudança de comportamento? Buscamos responder a essa pergunta por meio de um estudo de caso da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), entidade que teve atuação destacada no período. Para isso, fazemos por meio do método process-tracing uma reconstituição da trajetória desde a ascensão de Paulo Skaf, presidente da entidade desde 2004, até o início de 2020, a partir de uma pesquisa empírica qualitativa apoiada em entrevistas, documentos e material de imprensa. A partir da análise desse material, argumentamos que o deslocamento político da federação deve ser entendido a partir do encadeamento de quatro fenômenos: (a) o processo de desindustrialização, cujo impacto sobre a relação de forças internas à Fiesp transformou suas bases e viabilizou Skaf; (b) o conflito distributivo agravado a partir de 2011, que levou a indústria a pedir cortes de gastos e reformas estruturais para garantir sua fatia na renda nacional enfraquecendo os trabalhadores; (c) a radicalização ideológica conservadora a partir de 2013, que complementa e organiza as insatisfações materiais num projeto político mais amplo; (d) a agência de Skaf, cuja atuação move-se balizada por esses dois últimos elos.

Palavras-chave: comportamento político, classes sociais, empresariado, Fiesp.

ABSTRACT

PERRIN, F. F. **The Duck's Egg: An analysis of the political reorientation of the Federation of the Industries of the State of Sao Paulo.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2020.

The political behavior of the Brazilian businessmen has been the subject of Political Science studies since the 1950s. Throughout this period, studies oscillated between an interpretation of the group as either active and organized, or as passive and disorganized. Dilma Rousseff's terms as president (2011-2016) open a new opportunity to address this subject, since the former president promoted an economic policy aimed at promoting GDP growth via the industrial sector. Initially, this project had the support of business associations and unions, which contrasts, however, with the scenario in the president's second term, when these groups largely supported Rousseff's impeachment. What motivated this behavior change? We seek to answer this question through a case study of the Federation of the Industries of the São Paulo State (known as Fiesp), which played a significant role during in this period. To this end, we use process-tracing method to reconstruct Fiesp's trajectory since the rise of Paulo Skaf, president of the federation since 2004, until the beginning of 2020, based on a qualitative empirical research based on interviews, documents and the press. We argue that Fiesp's political reorientation should be understood as a result from the following processes: (a) the deindustrialization process, whose impact on the relation of forces within Fiesp transformed its bases and made Skaf viable; (b) the distributive conflict aggravated from 2011 onwards, which led the industry to call for spending cuts and structural reforms to guarantee its share of the national income by weakening the workers' position; (c) the conservative ideological radicalization from 2013 onwards, which complements and organizes the material dissatisfactions in a broader political project; (d) Skaf's agency, as limited by the two last links.

Keywords: political behavior, social classes, businessmen, Fiesp.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Participação das empresas estatais, estrangeiras e nacionais privadas nas vendas das 500 maiores empresas brasileiras, em %	43
Figura 2 – Participação do capital nacional nas vendas das 550 maiores empresas por setor, em %	44
Figura 3 – Distribuição dos sindicatos associados à Fiesp, por abrangência.....	82
Figura 4 – Distribuição da indústria paulista, por porte.....	83
Figura 5 – Efeito da mudança do governo federal sobre o rumo do país.....	84
Figura 6 – Efeito da mudança de governo sobre os negócios da empresa.....	85
Figura 7 – Desempenho do 2º sem. de 2011 em relação ao 2º sem. de 2010.....	95
Figura 8 – Número de greves no Brasil.....	102
Figura 9 – Número de greves por setor econômico.....	103
Figura 10 – Caráter das greves na esfera privada.....	104
Figura 11 – Distribuição dos reajustes salariais.....	104
Figura 12 – Desempenho do 2º sem. de 2013 em relação ao 2º sem. de 2012 – por porte.....	114
Figura 13 – Efeito da mudança do governo federal sobre o rumo do país.....	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Documentação da Fiesp coletada.....	23
Tabela 2 – Perfil dos entrevistados.....	24
Tabela 3 – Notícias coletadas na imprensa.....	27
Tabela 4 - Setores dos sindicatos filiados à Fiesp.....	82
Tabela 5 - Participação setorial no PIB industrial paulista.....	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDIB - Associação Brasileira da Infraestrutura e da Indústria de Base
ABIMAQ - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
ABIT - Associação Brasileira da Indústria Têxtil
BC - Banco Central
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPAL – Centro de Estudos para a América Latina
CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CMN - Conselho Monetário Nacional
COPOM - Comitê de Política Monetária
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIERJ - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBS - Instituto Brasileiro de Siderurgia
IEDI – Instituto de Estudos do Desenvolvimento Industrial
INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU – Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana
MBL – Movimento Brasil Livre
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MP - Medida Provisória

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PBM - Plano Brasil Maior
PDP - Política de Desenvolvimento Produtivo
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Projeto de Lei
PM - Polícia Militar
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNBE – Pensamento Nacional de Bases Empresariais
PPP - Parceria Público-Privada
PSD - Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PR - Partido Republicano
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSI - Programa de Sustentação ao Investimento
PT – Partido dos Trabalhadores
PV - Partido Verde
REFIS - Programa de Recuperação Fiscal
SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI - Serviço Social da Indústria
SIEMESP - Sindicato da Indústria da Estamparia de Metais
SINDAG - Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas
STF - Supremo Tribunal Federal
TST - Tribunal Superior do Trabalho
UNE - União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

Introdução	16
Metodologia	21
Capítulo 1 - Empresários, Estado e Política	29
Introdução.....	29
1.1 Anos 1950 e 1960: origem e destino(s) do empresariado brasileiro	29
1.2 Empresários e autoritarismo	32
1.3 Abertura política e econômica: novas abordagens de pesquisa	35
1.4 Os governos petistas e o retorno das classes	37
1.5 Desindustrialização: um fenômeno transversal	40
Considerações finais.....	46
Capítulo 2 – A Construção da Casa	48
Introdução.....	48
2.1 De Vargas à abertura econômica.....	48
2.2 A gestão Horácio Lafer Piva (1998-2004)	51
2.3 A eleição de 2004	60
2.4 A presidência Skaf sob Lula.....	68
Considerações finais.....	78
Capítulo 3 - Novos Tempos: o primeiro mandato de Dilma Rousseff	82
Introdução.....	82
3.1 Panorama da Fiesp e da indústria paulista hoje.....	82
3.2 O início do novo governo: expectativas e realidade	85
3.3 Crise internacional: recalibragem das estratégias	95
3.4 As reviravoltas de 2013	102
3.4.1 Os protestos de junho	110
3.4.2 Depois de junho	113
3.5 A Fiesp a reboque do calendário eleitoral	116
Considerações finais.....	126
Capítulo 4 - Bons Velhos Tempos: segundo mandato e radicalização	134
Introdução.....	134
4.1. O mundo antes dos patos.....	135
4.2. Lá vem o pato	143
4.3. O impeachment	145
4.4. Os empresários interpretam.....	151

4.5 Epílogo	155
Considerações finais.....	158
Conclusão	165
Referências bibliográficas	177
Anexo 1 - Lista de sindicatos filiados à FIESP.....	1844
Anexo 2 – Imagens no perfil público no Facebook de Rafael Cervone	1911

Introdução

Dilma Rousseff assumiu a Presidência da República em 2011 em clima de euforia. O Brasil atravessara a crise de 2008 como uma “marolinha”, acreditava-se, assentado em uma estratégia de incentivo à demanda interna via ampliação do crédito e aumento de gastos públicos. A expansão de 7,5% do produto interno bruto (PIB) em 2010 e a taxa de aprovação de 83% do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfraqueciam a oposição.

Rousseff apostou esse capital político em dois projetos. O primeiro visava usar os instrumentos de política econômica do Estado para impulsionar o investimento produtivo privado e as exportações. Para isso, a “nova matriz econômica”, como fora batizada pelo ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, buscava recuperar a centralidade do papel do Estado no planejamento para o desenvolvimento. O segundo projeto mirava uma reformulação das alianças político-partidárias do Partido dos Trabalhadores (PT), na tentativa de reduzir o espaço de influência do então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), hoje MDB, nos poderes Executivo, Legislativo e nas empresas estatais (SINGER, 2018).

Ambos os planos fracassaram. Em 2014, a economia entrou em recessão e, em 2016, Rousseff sofreu um processo de impeachment, sendo substituída pelo seu vice, Michel Temer, do PMDB. Diante das limitações dos dois intentos, Singer (id.) os caracteriza como “ensaios”: o primeiro, desenvolvimentista, o segundo, republicano. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) cumpriu um papel de destaque nos dois processos. Inicialmente como notória interessada e apoiadora da recalibragem da política econômica, e ao final como uma das lideranças da campanha pelo processo de impeachment.

As políticas adotadas por Rousseff no primeiro mandato correspondiam a demandas históricas da indústria. Redução da taxa básica de juros, ampliação da atuação do BNDES em suas linhas de crédito subsidiado, desoneração da folha de pagamentos, redução da tarifa de energia elétrica e elevação de tarifas de importação de produtos industrializados são algumas das ações implementadas pelo governo, sobretudo no início do primeiro mandato, que constavam na agenda do setor. Boa parte dessas medidas foram reunidas na política industrial batizada de Plano Brasil Maior, classificada por Skaf como um “início correto”¹. Em análises publicadas por seu departamento técnico, a Fiesp saudou o plano como bem-vindo, e suas críticas limitavam-se a pedidos de aprofundamento das ações (corte maior de juros, mais desonerações) e ampliação para mais setores, como é de praxe no discurso empresarial.

Essa situação contrasta com o cenário dos anos seguintes, sobretudo a partir de 2013, quando uma onda de protestos nas ruas derruba a popularidade da presidente. Em sua campanha para o governo do Estado de São Paulo em 2014, Skaf evita dividir palanque com Rousseff e associar sua imagem a dela, não obstante seu partido ter a vice-presidência na chapa encabeçada pela petista. Derrotado nas eleições, o presidente da Fiesp retoma seu cargo e prorroga seu mandato, prestes a se encerrar, por mais dois anos² “para manter a Fiesp atenta aos graves desafios políticos e econômicos que o Brasil deverá enfrentar”³.

O segundo mandato de Rousseff foi, de fato, marcado por uma intensa turbulência política e econômica. Reeleita, a presidente cedeu à pressão por um ajuste fiscal – estratégia que havia atacado ao longo da campanha eleitoral – e substituiu o desenvolvimentista Guido Mantega pelo liberal ortodoxo Joaquim Levy no Ministério da Fazenda. A mudança, no entanto, não foi suficiente para evitar o apoio do empresariado ao impeachment. O discurso dominante do setor na imprensa asseverava que o país se encontrava em recessão como resultado de uma atuação intervencionista e irresponsável de Rousseff no primeiro mandato, o que teria provocado distorções econômicas e levado ao descontrole fiscal.

A acusação de intervencionismo, paradoxalmente, abarcava muitas ações adotadas pelo governo em prol do setor industrial, como expansão do crédito, redução das tarifas de energia elétrica e desoneração da folha de pagamentos, todas comemoradas pelo empresariado quando lançadas. O déficit nas contas públicas também estava relacionado à essa agenda, uma vez que ela significou uma renúncia fiscal bilionária do governo⁴. Tal incongruência no discurso empresarial não passou despercebida, e Paulo Skaf chegou a ser questionado em uma entrevista⁵ se a culpa pela crise econômica não seria dos empresários. No entanto, o presidente da Fiesp, que passara o primeiro mandato fazendo campanha por desonerações, corte de juros e redução da tarifa de energia, rejeita completamente qualquer envolvimento com a crise, atribuindo-a ao governo:

Não há dúvida de que é uma crise causada pelo governo. A falta de investimentos de grupos estrangeiros ou brasileiros se dá por falta de confiança no governo brasileiro. Isso inibe o consumo, pois não temos a roda da economia girando. É uma crise econômica que tem tudo a ver com o governo, seja politicamente, seja em relação a suas contas desequilibradas. Essa irresponsabilidade prejudica toda a sociedade brasileira.

Quatro dias depois da publicação dessa declaração, a Fiesp anuncia apoio formal ao processo de impeachment da presidente. Em artigo publicado na Folha de S.Paulo⁶, Skaf defende o posicionamento da entidade e rebate que o impedimento seria um “golpe”, como afirmado por apoiadores de Rousseff: “É golpista a ação de um governo que, incapaz de fazer

o dever de casa e reduzir seus próprios gastos e desperdícios, tenta jogar a conta no colo da sociedade”. No mesmo texto, ele arrola ainda erros de política econômica e corrupção na lista de “golpes” do governo contra a população.

A partir de então, a Fiesp passa meses em campanha em favor do impeachment da presidente, fornecendo inclusive sua mascote – o pato amarelo lançado contra a volta da CPMF – para os protestos pelo afastamento da petista. Skaf se envolveu diretamente em uma série de ações midiáticas, lançando-se como uma das lideranças da oposição, e se articulando com outros grupos contrários ao governo, como o MBL e o Vem Pra Rua.

Por que a Fiesp mudou de posição em relação ao governo Dilma Rousseff? Por que a entidade passou a se opor a um governo que sustentava uma política econômica pró-indústria? O que explica o apoio da Fiesp, a maior entidade sindical patronal do Brasil, congregando 131 sindicatos e representando 130 mil empresas, ao impeachment da presidente, e o que isso nos diz sobre o comportamento político do empresariado industrial nacional? Foi a partir dessas perguntas que demos início a esta pesquisa, com o objetivo de jogar luz sobre as razões que levaram a entidade a mudar de posição e assim contribuir com os estudos sobre empresários, classe e política no Brasil. A discussão sobre esse campo é apresentada no capítulo 1, em conjunto com uma revisão do debate sobre a desindustrialização, processo fundamental para compreender o setor atualmente.

Trabalhamos inicialmente com três hipóteses. A primeira, sustentada por Singer (2018), afirma que os industriais passaram a opor-se ao governo em resposta a um aumento da intervenção do Estado na economia e à crescente mobilização de trabalhadores na forma de greves. Isso fez com que o empresariado abandonasse a coalizão produtivista, formada por industriais e trabalhadores, e migrasse para a coalizão rentista, formada pelo capital financeiro e a classe média, a qual se opunha ao governo desde que Rousseff começou a reduzir a taxa básica de juros. Apoiando-se na tese de Cardoso (1964), Singer vê uma reedição do movimento pendular ocorrido nas vésperas do golpe militar: os industriais apoiam as políticas desenvolvimentistas implementadas pelo governo, mas a medida em que percebem um fortalecimento do Estado e das forças populares fruto dessas ações, migram para a oposição, temerosos de perderem o controle sobre a situação.

Uma segunda hipótese para esse deslocamento, elaborada por Boito (2018) a partir do esquema de frações de classe de Poulantzas (1977), sustenta que a grande burguesia interna, formada pelo grande capital produtivo e financeiro nacional, e da qual a Fiesp é integrante, disputa com a burguesia associada ao capital internacional a hegemonia do bloco

no poder⁷. Durante os governos petistas, a burguesia interna formou uma frente política, que o autor classifica de neodesenvolvimentista, em aliança com a baixa classe média, o sindicalismo operário, parte do movimento camponês e trabalhadores informais, a qual se tornou hegemônica no período. No entanto, essa frente ruiu durante os governos Rousseff em razão de suas contradições internas, sobretudo o conflito distributivo entre empresários e trabalhadores. Com a agudização da crise econômica e política, a burguesia interna foi atraída para a frente neoliberal, liderada pela burguesia associada em aliança com a alta classe média. Na visão do autor, a crise política que marcou o segundo mandato de Rousseff foi provocada por uma ofensiva restauradora promovida por essa frente, com o objetivo de fazer avançar reformas neoliberais no Brasil. Diz Boito,

A linha divisória entre, de um lado, as classes e frações de classe alinhadas no campo neodesenvolvimentista e, de outro, as classes e frações alinhadas no campo neoliberal ortodoxo, que nunca foi uma linha reta e rígida, tornou-se, com a crise, sinuosa e maleável e essa mudança se deu de modo a aumentar a força do campo neoliberal ortodoxo. No topo da frente neodesenvolvimentista, sempre se mantivera aceso o conflito entre o capital bancário nacional e o capital produtivo nacional; no conjunto da frente, também permanecera ativo o conflito entre as reivindicações das massas trabalhadoras – salário, direitos trabalhistas, terra – e os interesses de variados segmentos da grande burguesia interna. Contudo, até há pouco, a unidade da frente neodesenvolvimentista vinha prevalecendo claramente sobre os seus conflitos internos. Na crise, essa unidade se encontra minada. (BOITO, 2016, p. 156).

Embora existam alguns pontos de contato entre as duas teses, há diferenças fundamentais. Em nossa leitura, a principal diz respeito às clivagens adotadas. Enquanto Singer separa suas coalizões com base no tipo de capital (produtivo ou financeiro), Boito demarca a linha de separação na origem (nacional ou estrangeiro). Embora ambos observem que em determinado momento esses capitais se aglutinam em oposição a Rousseff, as razões sugeridas para esse movimento são distintas: Singer atribui a defecção dos industriais da coalizão produtivista a um temor do Estado forte e das forças populares, enquanto Boito enfatiza o poder de atração da burguesia associada sobre a burguesia interna numa conjuntura de agudização do conflito distributivo e enfraquecimento do governo em virtude de uma ofensiva promovida pelo campo neoliberal.

Enquanto as duas hipóteses anteriores enfatizam a dinâmica política em curso no período, a terceira hipótese com que trabalhamos foca as engrenagens econômicas. Segundo esta visão, a oposição ao governo por parte do empresariado foi deflagrada a partir de erros cometidos por Rousseff e sua equipe que prejudicaram a indústria e a economia de modo mais geral. Nessa leitura, a oposição dos industriais ao governo seria uma reação pragmática

a uma gestão percebida como incompetente. Há três variantes dessa interpretação. A primeira, defendida por Bresser-Pereira (2016), critica o governo Rousseff por ter sido passivo em relação à valorização do real, o que prejudicou os exportadores e aumentou a competição interna com importados, comprimindo as margens de lucro da indústria. A segunda variante destaca o ajuste fiscal promovido por Rousseff no início do primeiro mandato, o qual teria reduzido a demanda agregada e, portanto, sinalizado uma contração na atividade futura para os industriais, que por isso deixaram de investir (SERRANO E SUMMA, 2015). Uma terceira leitura, sustentada por Carvalho (2018), afirma que Rousseff enfrentou uma conjuntura internacional adversa com uma agenda equivocada, pautada em ações de alto custo e baixa efetividade, a qual beneficiou setores econômicos atrasados no curto prazo, mas se mostrou contraproducente com o tempo.

As três hipóteses apresentadas se referem ao deslocamento político do empresariado de modo mais amplo, tratando a Fiesp como um exemplo do comportamento da categoria. No entanto, ao iniciarmos esta pesquisa, nos deparamos com uma quarta hipótese específica à Fiesp, que surgiu em alguns debates iniciais sobre este trabalho: a entidade mudou de lado em razão de um oportunismo político de seu presidente, Paulo Skaf, que se afastou de Rousseff na medida em que a rejeição à presidente crescia, passando a se opor a ela como forma de projetar-se como uma liderança política nacional, numa estratégia concatenada com a de seu padrinho político, Michel Temer, que assumiria a presidência no caso de um impeachment. De acordo com essa leitura, o deslocamento da Fiesp não seria representativo do empresariado, uma vez que responderia apenas aos interesses políticos de seu dirigente.

Desse modo, percebemos que nossa pergunta inicial – por que a Fiesp mudou sua posição em relação ao governo Dilma? – dependia de um questionamento anterior: estaria o presidente da Fiesp defendendo os interesses de seu setor ou de si próprio? Se a Fiesp for mero instrumento político de seu presidente, o que isso nos diz sobre o setor que ela supostamente representaria? Afinal, analisar o comportamento político da entidade como representativo do empresariado industrial depende de que ela seja, efetivamente, representativa. Por isso, para realizar esta pesquisa, foi necessário dar um passo atrás para entender a ascensão de Paulo Skaf na Fiesp e os motivos que explicam sua manutenção na presidência da entidade desde 2004, na gestão mais longeva da história da federação. Assim, no capítulo 2 fazemos uma revisão dos trabalhos publicados sobre a Fiesp, recontando sua história até a disputa que resultou na eleição de Skaf. Essa campanha, por sua vez, é objeto de análise detalhada graças a novo material empírico ao qual a autora teve acesso. Ao final,

fazemos uma análise da atuação da Fiesp e Skaf durante os governos Lula. A partir do estudo desse período, formulamos a hipótese de que houve uma intensificação das práticas fisiológicas no seio da entidade, ocupada cada vez mais pela indústria de pequeno e médio porte sobrevivente ao processo de desindustrialização. Não obstante, sustentamos que esses expedientes não conferem total liberdade de ação a Skaf, que ainda precisa operar dentro dos limites dos interesses da base em que se apoia – a pequena e média indústria.

A partir dessa interpretação, analisamos no capítulo 3 a atuação da Fiesp durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff por meio de uma reconstituição cronológica dos eventos. Com essa estratégia, apontamos os momentos de aproximação e distanciamento entre o governo e a federação, buscando relacioná-los à conjuntura política e econômica de cada momento, assim como aos interesses em jogo de atores relevantes. Nessa discussão, damos especial atenção à crise que atinge a periferia europeia e aos protestos de junho de 2013, na tentativa de entender como esses eventos influenciam o empresariado e a Fiesp. No capítulo 4, fazemos uma análise da atuação da Fiesp durante o breve período de Rousseff no Planalto em seu segundo mandato, identificando os momentos de virada e radicalização do discurso. No entanto, assim como a compreensão da Fiesp nos exigiu dar um passo atrás para entender a ascensão de Skaf, a compreensão do comportamento político da indústria nos obrigou dar um pequeno passo à frente. Em uma espécie de epílogo, contrastamos o argumento elaborado até ali com a atuação da Fiesp durante os governos Temer e Bolsonaro. Finalmente, sintetizamos a interpretação formulada nas considerações finais.

Cumpramos destacar que o objeto da dissertação é a atuação da Fiesp. Não ambicionamos explicar as razões para o impeachment da presidente – processo complexo cuja compreensão envolve uma variedade de fatores, entre os quais o empresariado e, dentro dele, a Fiesp, sendo a entidade apenas um dos elos na engrenagem. Nossa pesquisa busca contribuir com a análise do impedimento de Rousseff na medida em que joga luz sobre a atuação de um dos atores envolvidos, o que sem dúvida não esgota a questão.

Metodologia

Por tratar-se de um estudo de caso, adotamos a metodologia qualitativa de process-tracing. A proposta dessa abordagem o teste ou elaboração de um mecanismo explicativo hipotético para um determinado evento ou fenômeno a partir de evidências empíricas. Em um esforço de refino e detalhamento do método, Beach e Pedersen (2013) identificam três tipos de process-tracing: “theory-testing” (teste de teoria), theory-building (construção de teoria) e “explaining-outcome” (explicação de resultado). Cada um desses subtipos varia

segundo o foco adotado, a visão de mecanismo seguida, os tipos de inferência feitos e sua possibilidade de uso em métodos de pesquisa mistos (baseados em metodologias qualitativas e quantitativas). Acreditamos que o tipo de process-tracing que se adequa à nossa pesquisa é o explaining-outcome, uma vez que buscamos elaborar uma explicação para um determinado evento (a mudança de posição da Fiesp).

No process-tracing de tipo explaining-outcome, o pesquisador constrói uma explicação minimamente suficiente (no sentido de dar conta de todos os aspectos relevantes do evento estudado, excluídas as partes irrelevantes) para um resultado sob investigação em um caso específico. Não se almeja testar nem construir uma teoria mais geral, como nos dois outros tipos de process-tracing. O uso de teorias é feito de forma pragmática, na medida em que elas sejam úteis para a explicação em conjunto com outros mecanismos específicos ao caso analisado.

De acordo com Beach e Pedersen (id.), há duas etapas dentro dessa metodologia. Na primeira, o pesquisador deduz um mecanismo a partir da literatura existente, testa-o utilizando os dados empíricos e avalia se uma explicação minimamente suficiente foi alcançada. Caso não seja, procede-se a uma segunda etapa na qual se pode seguir dois caminhos: (a) deduzir um novo mecanismo a partir de teorias alternativas e testá-lo; ou (b) trabalhar “de trás pra frente”, a partir do material empírico, para descobrir um mecanismo plausível e suficiente (raciocínio indutivo). Esse esquema fica mais complexo quando trabalhamos com o process-tracing de tipo explaining-outcome, uma vez que o objetivo é elaborar uma explicação minimamente suficiente para um caso particular, e não testar ou elaborar uma teoria. Nessa situação, segundo Beach e Pedersen (2013), o pesquisador combina diferentes mecanismos em um conglomerado na formulação do que os autores chamam de “teorização eclética”, a fim de dar conta de todos os aspectos relevantes de um estudo de caso em particular.

Para fazer esse rastreamento, nos apoiamos em quatro tipos de evidências empíricas qualitativas – entrevistas, documentos elaborados pela Fiesp, notícias publicadas na imprensa e apuração jornalística da eleição de 2004, as quais descreveremos em detalhe adiante –, complementadas por evidências quantitativas (sobretudo indicadores de desempenho econômico e dados relativos a greves). Antes de passarmos a descrição desse material, contudo, acreditamos ser relevante destacar os problemas encontrados no acesso a Fiesp e a empresários dispostos a serem entrevistados.

A primeira tentativa de contato com a entidade foi feita em janeiro de 2018, quando solicitamos por telefone e e-mail uma entrevista com Paulo Skaf à assessoria de imprensa. O pedido não foi respondido. Em agosto do mesmo ano, fizemos uma nova solicitação à assessoria de imprensa, pedindo desta vez dados relativos à lista de membros das diretorias eleitas da entidade a partir de 1998, aos resultados das eleições da Fiesp e à lista de sindicatos filiados à federação no mesmo período (no site constam apenas os dados relativos à gestão atual, e não há informações sobre os resultados das eleições para todos os anos).

Inicialmente nos responderam que os dados eram muito antigos, e que por isso talvez não fosse possível encontrá-los. Afirmamos que o que estivesse disponível dentro desse período seria satisfatório, mas ainda assim nada nos foi passado. Insistimos até outubro, quando nos foi encaminhada uma resposta da área jurídica da entidade, segundo a qual os votos dos sindicatos eram secretos e que por isso não poderiam ser revelados, embora esta pergunta nunca tivesse sido feita por nós. O que foi possível recolher de informações a respeito das eleições da Fiesp e das diretorias anteriores veio de notícias esporádicas na imprensa e eventuais notas no site da entidade. Não foi possível encontrar nada sobre mudanças na lista de sindicatos filiados à Fiesp.

Encontramos outro problema nas publicações elaboradas pela Fiesp. Alguns dos documentos e notícias de imprensa que analisamos fazem referência a estudos que não constam no site da entidade, ou remetem a links fora do ar. A Revista da Indústria, fonte frequentemente utilizada por pesquisadores que estudaram a Fiesp, foi descontinuada em algum momento entre 2010 e 2011 – há algumas referências a ela no site da entidade, novamente remetendo a links fora do ar, mas nada que estabeleça o fim da publicação. Funcionários entrevistados confirmaram que a revista não circula mais há muitos anos, mas não souberam explicar quando ou por que isso aconteceu.

A situação se repete em relação às mudanças de estatuto nas gestões de Skaf. A maior parte das menções a essas ações ocorrem na imprensa, de modo esporádico. Não há oficialmente nenhum registro público sistemático das alterações feitas. Funcionários questionados relataram não existir qualquer divulgação ampla sobre essas ações, mesmo internamente.

Com relação aos empresários, a partir de 2019 não conseguimos dar continuidade à bola de neve seguida até então por uma resistência dos nomes indicados. Buscamos outras vias, como o contato direto com as empresas, solicitações via sindicatos e indicações feitas por pessoas próximas, mesmo assim não foi possível encontrar novos sujeitos dispostos a

falar. Uma hipótese que levantamos para essa dificuldade é o recrudescimento do debate político ao longo daquele ano, em virtude das eleições presidenciais.

Fazemos abaixo a descrição das fontes de pesquisa utilizadas:

a) Documentos elaborados pela Fiesp

A Fiesp mantém um acervo digital em seu site com cinco tipos de documentos: Índices e Pesquisas; Boletins Temáticos; Estudos, Análises e Artigos; Manuais e Cartilhas; Apresentações de Palestras. Essa categorização, contudo, é seguida de maneira bastante frouxa: um mesmo documento é categorizado em mais de uma delas, diversos documentos estão em categorias estranhas ao seu conteúdo (por exemplo, um documento sobre iniciativas de responsabilidade social na empresa TOTVS está na categoria Boletins Informativos ao lado de informes sobre a safra mundial do milho). A maior parte das publicações também não segue uma periodicidade clara. Os balanços anuais, por exemplo, foram publicados em 2011, 2012 e 2014 (sempre em relação ao ano anterior). Não há balanço publicado em 2013, embora o balanço de 2014 faça referência a ele, e a partir de 2015 a prática parece ter sido abandonada. Estudos anuais sobre a produtividade do trabalho na indústria foram publicados em maio de 2011 e de 2012, apenas. A partir de outubro de 2013, é adotado um índice de produtividade física elaborado a partir dos dados do IBGE, Fiesp e CNI de periodicidade mais ou menos mensal (há meses em que não há publicação do índice, como março de 2015) até março de 2018, quando o índice deixa de ser publicado.

Selecionamos como primeiro filtro as categorias Índices e Pesquisas e Estudos, Análises e Artigos, uma vez que são aquelas que concentram as publicações da Fiesp que versam sobre política econômica em um sentido mais amplo (diferentemente de Manuais e Cartilhas, cujo foco – mais técnico – é explicar ao empresário como se adequar a regras ambientais, por exemplo, e de Boletins Informativos, de caráter setorial e microeconômico).

A partir desse primeiro filtro, foram selecionados os documentos cujo teor fosse de avaliação da política econômica do governo federal e/ou de proposição do que deveria ser feito do ponto de vista da Fiesp ou do empresariado paulista pesquisado – ou seja, aqueles que tivessem um caráter opinativo em algum grau. Nesta etapa, portanto, eliminamos os índices que se limitavam a tratar do desempenho de indicadores, sem nenhuma referência às causas de tal desempenho ou de que modo eles poderiam ser aprimorados através de políticas públicas – caso do índice de produtividade física do trabalho, citado anteriormente.

A partir da aplicação desses dois filtros, foram identificadas 37 publicações entre janeiro de 2011 e maio de 2016 que se enquadravam dentro desses critérios. Foi incluída ainda uma pesquisa publicada em maio de 2010, referente às barreiras ao crescimento da indústria, uma vez que versa sobre os desafios para o próximo governo e é citada nas publicações de 2011. Assim, totalizamos 38 documentos, distribuídos da seguinte forma (tabela 1):

Documentação da Fiesp coletada								
Tema/Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Comércio exterior					2			2
Crise econômica			1			2	1	4
Infraestrutura			1	2				3
Investimento					1			1
Política econômica		1	1	1	2			5
Política industrial	1	5	3	3	1			13
Trabalho		4	2			2		8
Tributação		1			1			2
Total	1	11	8	6	7	4	1	38

Tabela 1.

A categorização por tema foi feita com base no assunto principal abordado pela publicação, com o objetivo de filtrar o foco de preocupação da Fiesp. Não obstante, é preciso ter em mente que muitos dos temas se interpenetram nas publicações: os documentos que versam sobre política industrial, por exemplo, abordam comércio exterior; os que versam sobre política econômica, abordam política industrial. Nesses casos, escolhemos o tema tratado com maior ênfase no documento.

Além dessas publicações, analisamos também as 45 notas oficiais divulgadas pela Fiesp entre 2011 e 2016, em que a entidade se posiciona de modo institucional a respeito de determinadas temáticas.

b) Entrevistas

Foram realizadas nove entrevistas em profundidade entre junho de 2018 e março de 2019, sendo 6 com empresários e/ou dirigentes de associações ligados à Fiesp, 2 com ex-funcionários e 1 com um funcionário da entidade. A primeira entrevista com um empresário foi intermediada por um contato em comum, e a partir dela utilizamos a técnica bola de neve, pedindo a cada entrevistado que indicasse pelo menos um outro empresário. As entrevistas com funcionários foram intermediadas por contatos em comum com a autora. Dada a possibilidade de receio de represálias por parte de instituições políticas e associações de

classe, foi concedida aos entrevistados a opção de preservação do anonimato, utilizada por um empresário e por todos os atuais ou ex-funcionários. Com o intuito de que os entrevistados se sentissem confortáveis, nenhuma entrevista foi gravada. Na tabela 2 apresentamos um breve perfil de cada entrevistado:

Perfil dos entrevistados				
Data da entrevista	Nome	Biografia	Setor	Porte*
11/06/2018	Omitido a pedido do entrevistado	Funcionário da Fiesp	Não se aplica	Não se aplica
09/08/2018	Omitido a pedido do entrevistado	Membro do conselho de empresa de capital aberto; ex-membro da cúpula da Fiesp	Omitido a pedido do entrevistado	Grande
04/12/2018	Fausto Cestari	Vice-presidente do Ciesp, participa de diretorias da entidade desde os anos 1990. Foi membro da chapa de oposição a Skaf em 2004. Vendeu sua parte na sociedade de indústria de peças para caminhões localizada em Santo André no 2º semestre de 2018	Autopeças	Médio
29/01/2019	Rafael Cervone Netto	Sócio de indústria de confecção em Santa Bárbara D'Oeste, de origem familiar; 3º vice-presidente da Fiesp e do Ciesp; presidente emérito da Abit e do Sinditêxtil-SP. Próximo de Skaf	Têxtil	Pequeno
30/01/2019	Mario Bernardini	Assessor econômico da presidência da Abimaq, foi membro das diretorias da Fiesp, do Ciesp e coordenador do PNBE no início dos anos 1990. Teve indústria de máquinas entre os anos 1960 e 1990. Fechou a empresa em razão da concorrência com importados na abertura comercial. Brigou publicamente com o governo FHC	Bens de capital	Não se aplica
14/02/2019	Fernando Bueno	Diretor-executivo de filial brasileira de uma multinacional alemã localizada em Cotia, única fabricante de componente industrial na América do Sul. Diretor da Fiesp. Participa de gestões desde os anos 1990	Bens de capital (refrigeração)	Médio

14/02/2019	Pedro Evangelinos	Sócio de empresa fundada com o irmão nos anos 1980 localizada em Taboão da Serra. Em 2009, transferiu planta para a China. Exporta para a América Latina. Diretor da Fiesp. Participa da entidade desde 1982	Importação / máquinas (refrigeração)	Pequena
19/02/2019	Omitido a pedido do entrevistado	Ex-funcionário da Fiesp	Não se aplica	Não se aplica
29/03/2019	Omitido a pedido do entrevistado	Ex-funcionário da Fiesp	Não se aplica	Não se aplica

Tabela 2. * O critério utilizado para categorização por porte das empresas foi o número de funcionários, conforme critério utilizado pela Fiesp. Empresas com até 99 funcionários são consideradas pequenas, entre 100 e 499, médias, e com mais de 500 funcionários, grandes.

c) Notícias publicadas na imprensa

Realizamos um levantamento de reportagens e colunas que citavam a Fiesp publicadas no jornal Folha de S.Paulo (jornal de maior circulação nacional) entre 2011 e 2016, filtrando aquelas em que a Fiesp ou um membro da diretoria da entidade se posicionava em relação ao governo federal, à política econômica ou ao cenário econômico de modo geral. Desse trabalho resultaram 278 textos (tabela 3). Cada um deles foi classificado em relação ao tema (comércio exterior, tributação, juros, trabalho, política, energia, desempenho da indústria, ajuste fiscal, cenário econômico, política industrial, investimento, meio ambiente, P&D, burocracia, obras, portos, agronegócio, eleição Fiesp, infraestrutura, óleo e gás) e ao posicionamento em relação ao governo federal (favorável, neutro, crítico ou antagônico). Esses resultados serão analisados no capítulo 4.

Notícias coletadas na imprensa					
Ano/Posição	Antagônica	Crítica	Favorável	Neutra	Total
2011		28	16	31	75
2012	3	26	19	17	65
2013	3	13	7	9	32
2014		14	6	7	27
2015	24	14	4	9	51
2016	12	5	2	9	28
Total	42	100	54	82	278

Tabela 3.

Somamos a esse levantamento as pesquisas de iniciação científica realizadas por orientadas e orientandos dos professores André Singer e Bernardo Ricupero. Desses trabalhos (parte ainda em curso) resultou um banco de dados com as opiniões dadas por

industriais e membros de associações de classe do setor ao jornal Valor Econômico, voltado ao público empresarial, entre os anos de 2011 e 2016. Notícias de outros veículos relativas à Fiesp e/ou a Paulo Skaf foram incluídas de modo complementar.

d) Apuração jornalística

Para reconstituir as eleições para a presidência da Fiesp de 2004, utilizamos apuração jornalística feita pelo repórter Ricardo Balthazar, que cobriu o evento pelo jornal Valor Econômico e gentilmente a cedeu à pesquisa sob condição de preservação da identidade das fontes. Esse material consiste em um arquivo eletrônico de texto de 73 páginas, em que o jornalista registrou entrevistas com mais de 50 fontes, entre empresários, sindicalistas, funcionários e outras pessoas ligadas ao pleito, entre 2003 e 2004. Nesse período, Balthazar entrevistou parte das fontes repetidas vezes, conforme o pleito se desenrolava, e acompanhou os principais candidatos em agendas de campanha, registrando suas observações no mesmo documento. A apuração inclui ainda informações oficiais divulgadas por instituições públicas e privadas na época e textos escritos pelo repórter relacionados a esse trabalho (publicados ou não). As interpretações feitas a partir desse material são de minha responsabilidade.

¹ Valor Econômico, 2 ago. 2011.

² Em 24 de novembro de 2014, o final do mandato de Skaf como presidente da Fiesp foi postergado de dezembro de 2015 para dezembro de 2017. A mudança foi aprovada por 92 votos a 5.

³ Diretor da Fiesp critica artigo que fala em golpe na entidade. Folha de S.Paulo, 24.dez.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2014/12/1566769-diretor-da-fiesp-critica-artigo-que-fala-em-golpe-na-entidade.shtml>. Acesso em: 23.out.2018.

⁴ A perda anual efetiva de arrecadação passou de cerca de R\$ 120 bilhões em 2011 para uma cifra próxima dos R\$ 280 bilhões em 2015 e 2016, segundo dados da Receita Federal.

⁵ Entrevista concedida à revista Época em 11/12/2015. Disponível em: <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/12/os-empresarios-tem-culpa-pela-criese-nao.html>. Acesso em: 24.out.2018.

⁶ SKAF, Paulo. O verdadeiro golpe. Folha de S.Paulo, 17.dez.2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/12/1720007-o-verdadeiro-golpe.shtml>. Acesso em: 23.out.2018.

⁷ Poulantzas (1977) define bloco no poder como uma unidade contraditória entre distintas classes e/ou frações de classes sob a hegemonia de uma dessas frações ou classes, em suas relações com o Estado capitalista.

Capítulo 1

Empresários, Estado e Política

Introdução

Existe uma larga tradição de estudos sobre o empresariado no Brasil, com ênfase no segmento industrial. O campo nasce com a intensificação do processo de industrialização, que leva estudiosos da época a pensarem o empresário como um agente de mudança para a modernização do país, numa visão bastante positiva da classe, contra os interesses agrário-exportadores tradicionais que atravancariam o desenvolvimento nacional. Conforme a história rumou por outros caminhos, com o empresariado juntando-se ao campo autoritário nos anos 1960, a tônica passou a ser: por que os industriais não assumiram esse papel? A visão do empresariado que emerge desses trabalhos decorre em geral daquilo que ele não é, mas deveria ser.

A partir dos anos 1980, ganha força uma nova literatura que busca analisar a classe em si, recorrendo para isso a uma abordagem de grupos de interesse. O objetivo é entender como o empresariado se articula politicamente para avançar seus interesses. No entanto, como esses interesses são formados são um tema secundário.

Neste capítulo, fazemos uma revisão da bibliografia pertinente à nossa análise, buscando relacionar os estudos com o momento histórico no qual eles foram produzidos (seções 1 a 4). Por fim, nas considerações finais, fazemos uma breve avaliação do campo e nos situamos teoricamente vis a vis o debate apresentado.

1.1 Anos 1950 e 1960: origem e destino(s) do empresariado brasileiro

Uma questão central nos estudos sobre o comportamento político do empresariado industrial brasileiro é sua capacidade de organização e mobilização em torno de um projeto nacional de desenvolvimento. As diferentes interpretações elaboradas levaram a visões opostas quanto ao seu papel político, visto ora como potencial aliado dos trabalhadores e do Estado na modernização e desenvolvimento do país, ora como força conservadora contra iniciativas progressistas pelo medo do campo popular.

Esse interesse reflete a conjuntura em que os primeiros trabalhos do campo foram publicados no Brasil, entre o final dos anos 1950 e o início dos 1960. Naquele momento, o país vivia um intenso processo de industrialização e urbanização, acompanhado de crescente agitação política. As mudanças em curso criavam expectativas em torno da possibilidade de superação do que era entendido como “atraso”, tese defendida principalmente pela Cepal. O papel da ainda jovem camada industrial brasileira estava, assim, no centro do debate: ela

lideraria a “modernização” do país ou se submeteria ao capital estrangeiro? Ela se aliaria ao campo progressista para derrotar as “forças do atraso” ou reproduziria o conservadorismo característico das elites econômicas locais?

Os trabalhos de Hélio Jaguaribe e Néelson Werneck Sodré são exemplos da visão otimista – que se mostraria equivocada diante dos acontecimentos dos anos 1960. Esses autores viam no empresariado industrial nacional de grande porte um grupo forte capaz de liderar uma aliança com trabalhadores para o desenvolvimento do país contra o setor agrário-exportador tradicional, símbolo do conservadorismo e do atraso, dentro de uma visão bastante dicotômica em que a indústria simbolizava o “moderno”.

Um dos principais exemplos de questionamento crítico dessa tese é de Cardoso (1964), que pesquisa e escreve enquanto observa o acirramento da disputa política que culminaria no golpe militar. O autor começa sua análise situando o Brasil como uma economia subdesenvolvida no contexto de um capitalismo monopolista dominado por grandes empresas financeirizadas sob pressão da organização de trabalhadores. Nesse quadro, ocorre o que Cardoso classifica como “politização da economia” (p. 36), uma vez que o funcionamento do sistema depende de as empresas entrarem em acordo (oligopólio) para evitar que a concorrência as prejudique como um todo e para contrabalancear a pressão de outros grupos organizados. Outra característica dessa fase do capitalismo, segundo o sociólogo, é a necessidade de estímulos externos que criem oportunidades de investimento lucrativo do capital. É assim que o Estado passa a assumir um papel fundamental, regulando a divisão do mercado e absorvendo eventuais excedentes econômicos, e que as elites econômicas se transformam também em políticas: a maximização de lucros depende tanto de inovações nas técnicas e relações de produção quanto da sua capacidade de influência sobre o Estado.

Em razão das especificidades da sociedade e economia brasileiras, segue Cardoso, o crescimento industrial teve um caráter oportunista e adaptativo às possibilidades de retorno rápido de capital que surgiam, na esteira do estrangulamento das importações no período da guerra e de um mercado consumidor local em expansão, o que implicou na formação de expectativas entre os industriais locais de lucros fáceis e altos mesmo valendo-se de técnicas precárias na produção de produtos inferiores. Isso se refletiu em um padrão de comportamento tradicional e, à primeira vista, irracional dos capitalistas nacionais, mas compreensível diante das características de uma economia subdesenvolvida (marcada por empresas familiares, escassez de capital e baixa previsibilidade econômica) em que eles

operam. Esse quadro desembocou na formação de uma mentalidade de “capitão de indústria”, cujas características básicas são apego ao negócio (que se reflete em resistência à expansão por medo de perda de controle), baixo nível de racionalização administrativa e uso de manobras políticas e fiscais (por vezes ilegais), numa atuação mais *reativa* à conjuntura do que *criativa* de novas técnicas de produção. No entanto, em virtude das transformações que já ocorriam na economia brasileira da época – maior presença de multinacionais, pressões desenvolvimentistas – Cardoso acreditava que essa mentalidade começava a se enfraquecer diante de uma nova, moderna, de “homem de empresa”, antagônica ao capitão de indústria na medida em que colocava a racionalização e inovação como prioridades.

A proeminência da mentalidade tradicionalista entre os industriais brasileiros, na visão de Cardoso, torna não só compreensível como esperada a hesitação do grupo em participar de uma aliança com os trabalhadores pela modernização. Segundo o autor, os industriais brasileiros viviam um dilema: na falta de capital e pressionados pela concorrência externa, sua expansão dependia ou de uma associação ao capitalismo internacional ou da adesão a uma via revolucionária ao lado das camadas populares contra as interferências externas. Em ambos os casos, o temor da perda de controle e autonomia surgia como uma ameaça inescapável. Como resultado, diz Cardoso,

(...) Se não acelera a emancipação nacional e o desenvolvimento econômico na escala possível, mantém um *compromisso* entre o passado e o futuro: a estrutura agrária continua arcaica, a industrialização não é planejada e processa-se através de acordo com grupos internacionais, mas as ‘decisões’ dependem da anuência dos novos grupos que se encaminham para o Poder, as massas urbanas e a burguesia industrial (CARDOSO, 1964, p. 86).

Há, em suma, duas contradições fundamentais que condicionam o comportamento político do empresariado industrial brasileiro na visão do autor: (a) a dependência ou do Estado ou do capital estrangeiro, sem que estes deixem de ser encarados em algum grau como uma ameaça; (b) a dependência do mercado interno, cuja ampliação depende do atendimento a reivindicações populares, o que por sua vez também é visto como uma ameaça, mas que por outro lado se não efetivado resulta em imobilidade. Essas contradições conformariam um movimento pendular no comportamento político dos industriais, no qual eles acabariam voltando-se “imediatamente depois de qualquer passo adiante contra seus próprios interesses, recuando um pouco no presente para não perder tudo no futuro” (CARDOSO, 1964, p. 186).

Já Bresser-Pereira (1974) concede um papel mais ativo e conciliatório ao empresariado industrial nacional no processo de desenvolvimento econômico, embora chegue a uma conclusão semelhante. O economista afirma que o grupo percebeu que para

avançar a industrialização seria necessária uma parceria com o Estado, o que incluiu até mesmo uma tolerância com as reformas sociais em curso. Assim, ele vê no grupo um comportamento político renovador, embora cauteloso. Esse papel – que o autor chega a caracterizar como “revolucionário”, em claro desacordo com a tese de conservadorismo defendida por Cardoso – só é perdido quando a industrialização vence o debate como caminho de desenvolvimento e os industriais tornam-se a classe dominante, movimentos que acontecem a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Com isso, o empresariado industrial une-se ao grupo agrário-exportador e a comerciantes em torno do interesse comum no desenvolvimento do mercado interno sem que esse fortalecimento se traduza em ameaça a posição dominante que detinham, temor que crescia diante da mobilização operária que ganhava força entre os anos 1950 e 1960. A intensificação desse processo de polarização explicaria, portanto, a aglutinação dos industriais em torno dos demais grupos produtores e sua acomodação política, no sentido de trocarem a defesa de mudanças pela preservação das vantagens obtidas, migrando, portanto, de uma posição de esquerda para uma de direita.

1.2 Empresários e autoritarismo

A ditadura militar coloca um novo problema para o campo de pesquisas sobre as relações entre empresariado, Estado e política. Se anteriormente a questão era a possibilidade de aliança da categoria com as classes populares em um projeto de desenvolvimento nacional autônomo – pergunta respondida pelo golpe –, no contexto de um regime autoritário ela passou a ser por que esse apoio foi dado e como entender essa parceria verificada na prática, mas não prevista na teoria, entre industriais e militares. A possibilidade de os industriais agirem como motor da modernização na superação do atraso, reflexão que pautava o debate dos anos 1950, é descartada, substituída por análises que buscaram entender por que eles não desempenharam esse papel e como eles operavam, considerando as especificidades de uma economia periférica.

É com esse olhar que Evans (1980) investiga a aliança formada entre multinacionais, estatais e capital privado nacional durante os anos da ditadura militar – uma configuração típica de economias caracterizadas como de desenvolvimento dependente, uma vez que condicionado ao desenvolvimento e expansão de outras economias. Na tese do autor, parte da burguesia industrial local associou-se ao capital estrangeiro, mas isso não significa que esta passou a ser mero braço daquele no território nacional. Há ainda espaço para barganha, a depender de outras variáveis. Além desse grupo, subsistiria ainda uma outra fração

burguesa industrial sem laços com o capital estrangeiro e uma terceira fração formada pelas burocracias das empresas estatais. O denominador comum dessa aliança é o interesse na acumulação de capital local, o que não impede que ela seja também permeada por contradições. Esse mapeamento aproxima-se do delineado por Cardoso (1964), mas Evans aprofunda a leitura ao detalhar como essas relações operam, identificando os pontos de cooperação e conflito. Uma divergência central entre a tese do autor e os teóricos da dependência se assenta justamente na ambiguidade dessa aliança: Evans não vê na associação uma capitulação da burguesia local em relação ao capital estrangeiro, e tampouco acredita que essa união seja insustentável no longo prazo.

A leitura que o autor faz do papel do capital privado nacional é central para a nossa análise. Partindo dos teóricos do desenvolvimento, Evans afirma que o desenvolvimento dependente é marcado por uma industrialização de concessões (no sentido de acordos entre diversos grupos) do que pela ação de uma burguesia conquistadora. Por isso, a burguesia nacional seria algo “manca”: ela existe, mas não consegue se desenvolver, é burguesia, mas não é hegemônica. Em face da presença do capital estrangeiro e das massas urbanas geradas pela própria industrialização, não restaria espaço para a burguesia local se impor política e economicamente sozinha – sua posição privilegiada depende necessariamente de alianças.

O capital estrangeiro, por sua vez, tem dois interesses fundamentais: a) a existência de uma elite consumidora de alto poder aquisitivo, cujos hábitos e gostos reflitam aqueles dos países centrais, de modo a eliminar a necessidade de adaptação local; b) a manutenção de uma ampla parcela da população à margem do desenvolvimento para servir como fonte de mão de obra barata. Nesse ponto, interesses do capital estrangeiro e nacional confluem: a exclusão política das massas marginalizadas é fundamental para esse modelo de desenvolvimento.

Ao Estado cabe um duplo papel: como agente no processo de acumulação, promovendo o desenvolvimento local em associação com o capital estrangeiro e nacional, e como agente de controle social. Sua função enquanto aparelho de coerção é ampliada e intensificada conforme o processo de industrialização avança e os trabalhadores se organizam – oposição inadmissível para sobrevivência do modelo. Ao mesmo tempo, a necessidade de democracia é pequena: diferentemente dos países centrais, em que o Congresso funciona como espaço de negociação entre as frações dominantes, no desenvolvimento dependente duas forças centrais – o capital estrangeiro e a burguesia estatal – não conseguem representação proporcional ao seu peso econômico. Essas características favorecem arranjos

autoritários em que os militares desempenham papel fundamental, por serem ao mesmo tempo os detentores óbvios do aparelho coercitivo e se orientarem por uma ideologia nacionalista, o que fortalece sua posição de negociação com as multinacionais e legitima suas ações para manutenção da ordem aos olhos do capital privado nacional.

O resultado dessa teia intrincada de interesses são dois paradoxos, diz Evans: um Estado nacionalista cuja estratégia de acumulação está condicionada pelo setor externo, e uma burguesia excluída de participação política para que o Estado consiga realizar seu interesse político na repressão das massas.

Cardoso (1983) observa que os industriais buscaram influir na esfera política durante o período autoritário de modo corporativo, por meio de “anéis burocráticos”¹, e propriamente político, manifestando-se publicamente contra a estatização da economia (já ao final do regime). Para compreender essa mudança de posicionamento, o autor discute a interpretação de Lessa (1980), para quem a campanha contra o Estado-empresário foi deflagrada após os industriais verem no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), lançado em 1974, o início de um processo irreversível de estatização, que assustava sobretudo os setores ligados ao capital estrangeiro e financeiro no contexto de um Estado autoritário. Foi essa percepção, no plano ideológico, que explicaria o aparente paradoxo de os industriais se voltarem contra um plano que objetivava favorecer o crescimento industrial.

Cruz (1995) investiga mais a fundo a campanha contra a estatização durante o governo Geisel. Em sua leitura, não houve uma oposição ao regime militar, mas sim à tentativa de reestruturar o capitalismo brasileiro e seu correspondente impacto sobre a relação de forças entre os diferentes setores da indústria. Nesse projeto, as empresas públicas e o sistema público de crédito ganhariam papel estratégico, enquanto os investimentos obedeceriam a critérios mais rigorosos e setores julgados mais importantes seriam impulsionados em detrimento de outros. O resultado do intento foi uma forte oposição dos setores que se sentiram prejudicados pelas mudanças anunciadas no II PND, enquanto outros setores, como o de bens de capital -- priorizado pelo pacote -- não participaram da campanha. Essa análise desmonta a ideia de que os industriais estavam entre os responsáveis pelos impulsos iniciais de liberalização do regime, uma vez que sua oposição jamais foi ao Estado militarizado em si, mas sim a sua interferência nas relações de força entre o setor industrial: “o governo não era atacado pelo que procurava manter, mas por sua intenção de mudar” (CRUZ, 1995, p. 282).

O autor observa que os empresários encamparam a luta pela abertura do regime num momento tardio, motivados por outras razões que não as meramente econômicas que haviam dado impulso à campanha contra a estatização. Para compreender essa movimentação, Cruz elabora uma hipótese a partir do esquema formulado por Lowi (1964), no qual a depender do tipo de política (distributiva, regulatória ou redistributiva) os empresários reagiriam enquanto firmas individuais, setores ou classe². Embora faça a ressalva de que, para o contexto brasileiro, seria necessário adaptar esse esquema para incluir um papel mais ativo do Estado e abarcar outras relações para além daquela entre governo e empresariado, o autor concorda com a conclusão do americano: “a configuração dos alinhamentos empiricamente observáveis no conjunto do empresariado é determinada pelas questões com que ele se defronta, não podendo jamais ser tomada como constante e prefixada” (id., p. 291). Isso não significa, no entanto, que as posições dos empresários sejam determinadas caso a caso por um cálculo pragmático entre custos e benefícios monetários. O contexto em que atuam e a própria posição que conservam na sociedade são variáveis tão importantes quanto, afirma o autor. Em suma, a economia não explica tudo – ideologia e estratégias políticas importam.

1.3 Abertura política e econômica: novas abordagens de pesquisa

As abordagens pautadas em classes e frações de classe levando em conta a posição do Brasil no capitalismo global vão perdendo espaço nos anos 1980 e 1990. A literatura a partir de então vai olhar para os industriais cada vez mais como grupos de interesse, cujo comportamento político seria sobretudo pragmático, refletindo expectativas de ganhos e prejuízos econômicos. A posição periférica da economia em que atuam e as especificidades do desenvolvimento dependente, sobretudo o papel do capital estrangeiro, tornam-se questões secundárias.

Diniz e Boschi (1978), por exemplo, atribuem aos industriais um papel ativo politicamente desde seu surgimento, mesmo que dentro de certos limites, sendo o golpe militar um exemplo de união bem-sucedida do grupo em torno de uma bandeira comum. Diniz (2010) afirma que os industriais desempenharam um papel fundamental na sustentação política do modelo nacional-desenvolvimentista baseado na substituição de importações desde os anos 1930 até os anos 1980. Não obstante as enormes diferenças ideológicas dos regimes e governos que comandaram o país nesse período, havia coerência no comportamento do empresariado se o entendermos como simplesmente pragmático, “caracterizado por sucessivas adaptações a posturas de maior ou menor alinhamento com um

papel mais ativo do Estado” (id., p. 102). No entanto, não fica claro o que orienta a posição dos industriais em uma direção ou em outra.

O empresariado vai avançar na ruptura com o nacional-desenvolvimentismo na redemocratização, afirma a autora. Na Assembleia Constituinte (1987-1988), os industriais, por meio de representantes diretos e entidades de classe, defenderam uma redução do Estado e um fortalecimento do mercado. Para Diniz (2010), isso demonstra uma adesão ideológica do empresariado à visão liberal, que se consolidaria nos anos 1990 com as reformas neoliberais. Essa inflexão, contudo, não representou uma substituição do projeto nacional-desenvolvimentista por um projeto liberal entre os industriais uma vez que o consenso se limitava fundamentalmente à condenação do Estado-empresário, sem um acordo básico sobre questões como o grau e o ritmo de liberalização.

A percepção de que o empresariado teve uma atuação fraca e errática durante o período das reformas liberalizantes – quando muitas indústrias brasileiras faliram, foram adquiridas por empresas estrangeiras ou a elas se fundiram – deu novo impulso à visão de que os industriais brasileiros são um grupo politicamente débil e desorganizado (WEYLAND, 1998; POWER E DOCTOR, 2002; SCHNEIDER, 1998). Para esses autores, a origem dessa fragilidade estava na estrutura corporativista de representação de interesses criada sob tutela do Estado. Esse desenho resultaria em sindicatos, federações e confederações burocratizados, sem incentivo para mostrar serviço – já que sustentados por imposto pago por todas as empresas de sua categoria³ – desconectados de suas bases e fragmentados entre si. Soma-se a isso a limitação para a existência de uma entidade de cúpula (“peak association”) que reunisse os interesses patronais independentemente do setor. O surgimento de dissidências empresariais entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, como o Instituto de Estudos sobre o Desenvolvimento Industrial (Iedi), formado por um pequeno grupo de grandes empresas do setor, e o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), formado sobretudo por pequenas e médias empresas de ramos variados, seriam exemplos de tentativas de superação das limitações impostas por essa estrutura corporativa (KINGSTONE, 1998).

Essa visão vai ser questionada por Leopoldi (2000), que analisa as associações civis empresariais existentes fora da estrutura corporativista oficial. A autora constata que elas foram criadas antes mesmo da regulamentação sindical feita pelo Estado Novo, em 1939, e que sua sobrevivência em paralelo às entidades corporativas foi uma imposição do empresariado na época. Diniz e Boschi (1979, 2000) enxergam nessa conformação uma

estrutura dual de representação de interesses. Não haveria, portanto, uma restrição à atuação política do empresariado imposta pela estrutura corporativa uma vez que esta seria complementada por um amplo uso de associações civis independentes e autônomas em relação ao Estado e à regulação sindical. A dinâmica entre as associações civis e sindicais variaria entre complementaridade e competitividade ao longo da história. A partir dos anos 1980, a competição teria passado a dominar as relações entre elas, com uma explosão de novas associações em paralelo à abertura política, implicando em uma necessidade maior de prestar serviços aos seus membros para justificar sua relevância e utilidade. Nesse contexto, as entidades sindicais teriam sido prejudicadas por sua estrutura engessada e, portanto, avessa à renovação (DINIZ E BOSCHI, 2000, COSTA, 2002).

Toledo (2007) concorda parcialmente com essa tese. Segundo o autor, houve de fato um padrão de competição dominante até o início dos anos 1990, momento em que é substituído pela complementaridade. A partir de uma análise de redes das diretorias da Fiesp e do Ciesp entre 1992 e 2004, Toledo mostra uma ampla interpenetração de diretorias com outras entidades empresariais, dentro e fora da estrutura corporativa, alcançando uma abrangência nacional. Isso indicaria, na visão do sociólogo, uma articulação e união expressivas – contrariamente ao sugerido pelos adeptos da tese da fragmentação e fragilidade – paralelas a um processo de modernização de toda a estrutura de representação de interesses e ação coletiva.

A mobilização empresarial nos anos 1990 em torno da bandeira de redução do chamado “custo Brasil” – entendido como aprimoramento da infraestrutura, redução da carga tributária e flexibilização da legislação trabalhista – é um exemplo prático dessa capacidade de força e união (MANCUSO, 2007a). Segundo o autor, esse foi o caminho adotado pela categoria em resposta aos desafios de competitividade interna e externa impostos pelo processo de liberalização do período, e que resultou em uma reestruturação do setor industrial, com destaque para a desnacionalização e para a formação de grandes conglomerados.

1.4 Os governos petistas e o retorno das classes

Na análise de Bresser-Pereira e Diniz (2009), a estagnação econômica e o encolhimento do setor privado nacional levaram a um amplo descontentamento com as forças políticas no poder, o que contribuiu para a vitória de Lula em 2002. O novo governo levou ao poder nomes ligados ao desenvolvimentismo, como Guido Mantega e Luciano Coutinho, e buscou institucionalizar canais de negociação com a sociedade civil na tentativa de

acomodar diferentes interesses, incluindo líderes empresariais, inaugurando um novo período de maior papel do Estado na economia.

As leituras dos anos do PT no governo federal trouxeram de volta ao centro do debate a problemática de classes e as disputas entre as frações burguesas, seja entre o capital financeiro e o produtivo, seja entre o nacional e o estrangeiro. Para Singer (2015), por exemplo, o período Lula foi marcado pela arbitragem de duas coalizões: uma produtivista, formada por industriais e trabalhadores, e uma rentista, formada pelo capital financeiro e pela classe média. Nessa balança, o ex-presidente teria buscado agradar a ambos os lados, adotando tanto incentivos à indústria quanto seguindo a linha do capital financeiro (como a manutenção do tripé macroeconômico). A necessidade de sustentar esse equilíbrio resultou no que o autor chama de “reformismo fraco”: uma transformação social lenta e gradual, dentro dos limites dos interesses dos grupos dominantes. Essa política foi possível devido a um cenário favorável externo, sobretudo com a elevação dos preços das commodities.

Teixeira e Pinto (2012) fazem uma ressalva a essa interpretação. Trabalhando com o conceito de bloco no poder de Poulantzas⁴, os autores defendem que até a crise de 2008 a fração bancário-financeira nacional e internacional da burguesia detinha a hegemonia, o que foi expresso pela manutenção da taxa básica de juros em níveis elevados durante o período, o que atendia ao interesse desse grupo mas não dos industriais, que dependem de crédito mais barato para investimentos e estímulo da demanda. Para os autores, a taxa de juros é a variável síntese que expressa os conflitos entre as frações dominantes no bloco no poder. Esse desequilíbrio em favor da fração bancário-financeira deveu-se ao seu poder de ameaça ao Estado na forma de saídas abruptas de capital, crises cambiais e retorno da inflação, que lhe permitiram impor suas preferências em termos de política econômica ao governo.

No entanto, o acúmulo de divisas relacionado ao cenário externo favorável e a crise de 2008, que colocou em xeque em termos ideológicos o domínio do capital financeiro em escala global, abriram espaço para maior autonomia do Estado no manuseio da política econômica (TEIXEIRA E PINTO, 2012). As medidas contracíclicas adotadas por Lula em resposta à recessão são exemplos dessa maior liberdade adquiridas no período. Esse enfraquecimento da fração bancário-financeira também se refletiu em um realinhamento da hegemonia no bloco no poder, com o fortalecimento dos setores produtivos. Isso não significou, entretanto, domínio destes últimos – os autores defendem que nenhum setor foi capaz de consolidar-se como hegemônico porque não havia clareza quanto à trajetória futura de crescimento brasileiro, de modo que o Estado pode “aumentar sua autonomia relativa

diante dos diversos interesses do bloco no poder, configurando oportunidade única para direcionar novos rumos” (id., p. 935).

Foi nesse contexto de maior autonomia que Dilma Rousseff foi eleita. Aproveitando um alto crescimento do PIB em 2010, a presidente intensificou o viés desenvolvimentista da política econômica já adotado por Lula a partir de 2008. A chamada “nova matriz econômica”, como foi batizado o conjunto de medidas que visava a retomada do desenvolvimento industrial, não só priorizou a coalizão produtivista, como também contrariou interesses centrais da coalizão rentista, notadamente a redução da taxa de juros, rompendo com a política conciliatória que havia caracterizado as gestões Lula (SINGER, 2015).

A análise de Boito (2018) dos governos petistas se assemelha em alguns pontos às apresentadas até aqui, mas também apresenta divergências importantes. Para o autor, que também trabalha com o conceito de bloco no poder, os anos Lula mantiveram a hegemonia da burguesia externa – a fração associada ao capital estrangeiro. No entanto, foram adotadas políticas que melhoraram a posição da burguesia interna (formada pelos setores industrial, bancário, de mineração, construção e agronegócio nacionais) dentro desse bloco dominante. Nesse contexto, o PT tornou-se a expressão político-partidária do que Boito chama de “frente neodesenvolvimentista”, formada por uma aliança entre a burguesia interna, a baixa classe média, o operariado urbano, o campesinato e a massa de desempregados e trabalhadores informais. Embora formada por todos esses grupos, a frente era dirigida pelo empresariado, orientada pela busca de proteção do Estado contra a competição externa. Ou seja, para Boito, a contradição fundamental dentro do bloco no poder se dá entre o capital nacional e o estrangeiro, já para Singer (2018) e Teixeira e Pinto (2012), a disputa está centrada entre o capital produtivo e o financeiro.

Não obstante, em relação ao primeiro mandato de Rousseff, as três interpretações convergem na visão do projeto da presidente como orientado em prol de um dos lados da disputa, em detrimento do outro – o capital financeiro e estrangeiro, os quais não tardaram em se organizar em resposta. Com o agravamento da crise econômica, a intensificação do conflito distributivo e a fragilização da presidente, os industriais abandonaram a coalizão que apoiava o governo, atraídos ideologicamente pelo restante da burguesia que vinha se opondo a Rousseff. Diante da aglutinação dos grupos dominantes, a presidente não resistiu.

Na hipótese de Singer (2016), o deslocamento dos industriais reedita o movimento pendular feito em 1964: temerosos do fortalecimento do Estado e do campo popular, eles se

voltam contra seus próprios interesses, juntando-se ao campo conservador. No diagnóstico de Boito, a presidente caiu por ter contrariado a burguesia externa, a qual atraiu o setor privado nacional aproveitando-se do acirramento das contradições inerentes à frente neodesenvolvimentista, sobretudo entre capital e trabalho. De modo semelhante, Teixeira et al (2018) apontam para o embate entre capital e trabalho o ponto central para a compreensão do realinhamento dos industriais.

Essas interpretações, no entanto, deixam em segundo plano as transformações recentes do capitalismo, principalmente a crise de 2008 e a ascensão chinesa, e como o Brasil e as frações burguesas que aqui operam se inserem nesse sistema em face dessas mudanças. A perda de espaço da indústria no PIB desde os anos 1990, a reprimarização da pauta de exportações e a ampliação do coeficiente de importações são fenômenos conectados e que demandam uma análise da posição do Brasil no sistema-mundo para serem compreendidos em toda sua complexidade. Outro problema de algumas dessas análises – inevitável diante do grau de abstração em que operam – é perder de vista divergências que emergem dentro de cada fração do capital, relacionadas a diferenças em termos de porte ou a disputas políticas quanto a quem cabe falar em nome da classe. Por vezes, vão ser justamente esses elementos à primeira vista secundários que explicarão um movimento em determinada direção em detrimento de outra. Longe de ambicionar responder a todas essas questões – algo que foge ao escopo dessa dissertação –, buscamos com esse estudo de caso da Fiesp apontar para possíveis novos caminhos de pesquisa a partir das evidências coletadas.

1.5 Desindustrialização: um fenômeno transversal

A perda de participação da indústria no PIB do Brasil desde os anos 1980 vem servindo de base para análises que sustentam que o país passaria por um processo de desindustrialização. Esses estudos em geral traçam a origem do fenômeno à liberalização comercial e financeira dos anos 1990, que teria exposto o parque industrial brasileiro a uma competição estrangeira inédita, levando setores inteiros à falência. Apesar da mudança de governo em 2003, quando o Planalto passa para as mãos do Partido dos Trabalhadores (PT), esse processo de enfraquecimento da indústria continua em razão da manutenção de aspectos conservadores da política econômica anterior, como taxas de juros altas e metas de superávit primário, associada a um cenário de reprimarização da pauta de exportações em virtude do boom das commodities.

Por que o Brasil enveredou por um caminho tão destrutivo para a sua indústria? Qual a relação dessas transformações com a economia capitalista global? Como a burguesia é

afetada e reage a elas? Essas são algumas perguntas que, em geral, passam ao largo dos trabalhos sobre desindustrialização, cujo foco recai sobre a observação de evidências que confirmem ou não o processo e/ou a indicação de suas causas e curas. As vinculações externas dessas mudanças são citadas como contexto, mas em geral não encontram peso no diagnóstico. Menor ainda é a atenção dada para o papel das disputas políticas internas e intercapitalistas – o empresariado, desprezadas suas clivagens internas de porte e origem de capital, parece ser mera vítima passiva dessas transformações. No entanto, como a Fiesp e seus patos demonstram, a história não é bem assim.

Entendemos por desindustrialização a perda de relevância econômica do setor em termos de participação no PIB, no emprego, no valor adicionado e no comércio exterior (Morceiro, 2012; Oreiro e Feijó, 2010; Bresser-Pereira e Marconi, 2008). Embora os anos 1990 sejam em geral o ponto de partida dos trabalhos que tratam sobre esse processo no Brasil, os dados mostram que a perda de participação da indústria no PIB começa na segunda metade da década de 1980. Segundo Nassif (2008), a participação do setor passa de uma média de 30,7% entre 1973 e 1985, alcançando um pico de 32% em 1986, para a partir de então cair de forma sustentada, chegando a 22,7% em 1990, antes da liberalização⁵.

É também nos anos 1980 que tem início uma especialização regressiva da indústria brasileira. A partir da análise do período 1985-2000, Garcia (2004) observa que houve uma mudança “na direção das indústrias intensivas em recursos naturais e em escala”, o que, para a autora, revela “um padrão de especialização competitiva que não se desenvolve na direção de atividades tecnologicamente mais complexas” (*apud* Araújo et al, 2012, p. 427).

Outro problema que antecede a liberalização é a baixa competitividade da indústria local, fruto da proteção a que foi submetida desde os anos 1950 (Birchal, 2002). Embora essa estratégia tenha sido fundamental para o enraizamento e expansão do setor em solo nacional, acabou isolando-a das pressões competitivas que impulsionam a inovação no sentido de atividades mais complexas. Nesse sentido, o país foi ficando para trás, conforme novas atividades ganhavam status de núcleo orgânico – sobretudo as relacionadas a pesquisa e desenvolvimento –, periferizando cada vez mais as atividades intensivas em recursos naturais e trabalho.

O início da desindustrialização nos anos 1980 está relacionado com o esgotamento de uma fase de expansão material do capital que perdurou até meados dos anos 1970, substituída por uma fase de expansão financeira (Arrighi, 1996). A mudança decorre, por um lado, do acirramento da competição internacional nesse período, com a ascensão das multinacionais

européias (principalmente alemãs) e japonesas, impondo novas pressões sobre a ordem dominada pelas americanas. Inicia-se, assim, uma fase de transição, de busca por uma nova via de crescimento, que leva a uma reorganização do sistema. É nesse quadro que um novo regime de acumulação emerge, centrado em uma estratégia neoliberal com vistas a dar maior flexibilidade ao capital na nova fase de expansão financeira em que ele enveredava. Os Estados de centro, notadamente as hegemonias dos dois últimos ciclos de acumulação, Reino Unido e Estados Unidos, e os atores econômicos neles sediados encabeçavam o novo bloco que passou a liderar o regime de acumulação que se estabelecia (Arrighi, 1997).

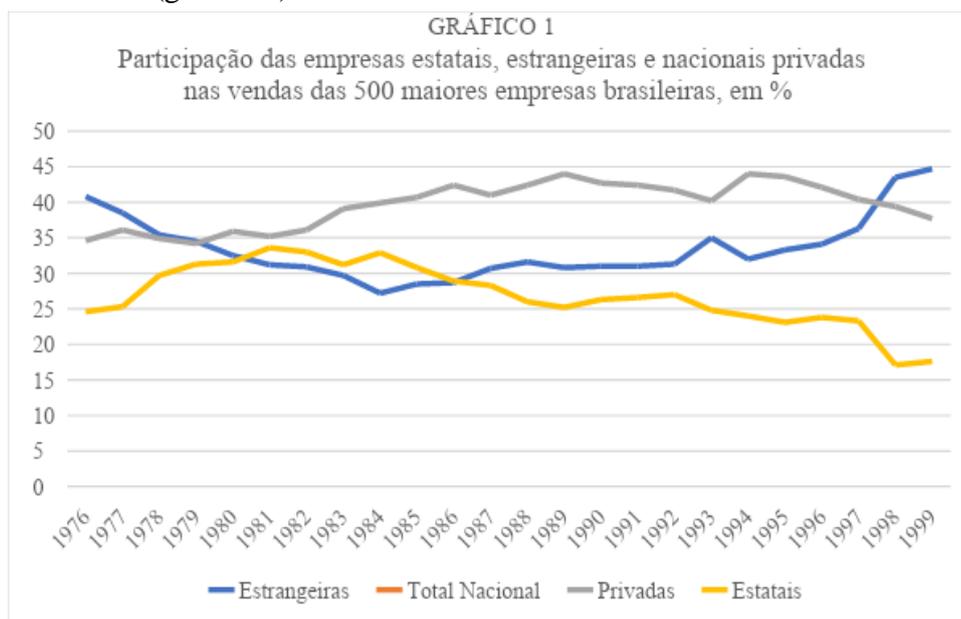
A burguesia associada brasileira busca acompanhar esse movimento, aderindo ao novo consenso neoliberal. Internamente, esse discurso é embalado no rótulo “modernização”: o mundo caminhava para uma nova ordem e, se o Brasil não o acompanhasse, ficaria para trás. Por isso, era necessário reformular as instituições que vigoraram durante o projeto de substituição de importações com papel ativo do Estado, o qual não fazia mais sentido em um contexto de globalização e, se mantido, condenaria o país ao isolamento e insignificância. Essa visão ganhou força embasando-se na crise econômica dos anos 1980 e no crescente atraso tecnológico que de fato ocorriam, ganhando adeptos entre a fração não-associada da burguesia e a classe média. A intensificação da financeirização da economia brasileira, explorada justamente pela burguesia e classe média, são lastro material ao apoio a uma guinada neoliberal.

A eleição de Fernando Collor foi a vitória política dessa coalizão. A partir de então, começa um movimento de intensa desregulamentação, privatização e liberalização comercial e financeira da economia nacional, que tem nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) seu ápice. Essas ações transformam o Brasil, segundo Paulani (2010), em uma economia financeiramente emergente “em prol de um papel subalterno como plataforma internacional de valorização financeira” (id., p. 110). Algumas medidas concretas destacadas pela autora nesse esforço foram a securitização da dívida externa, a internacionalização do mercado brasileiro de títulos públicos, a abertura dos fluxos internacionais de capital, a Lei de Responsabilidade Fiscal (que colocou os direitos dos credores acima de todos os outros), a venda de estatais estratégicas ao capital estrangeiro, a elevação da taxa real de juros em função de crises externas, a isenção de CPMF de recursos aplicados na Bolsa de Valores e a isenção de imposto de renda da distribuição de lucros e dividendos e a remessa de lucros ao exterior.

Seguindo Chesnais, Paulani relaciona esse cenário ao regime de acumulação dominado pela lógica da valorização financeira, caracterizado como rentista (apropria-se da renda gerada no setor produtivo), curto-prazista (avesso a projetos de longo prazo), avesso ao risco (porém instável e arriscado, porque incentiva e reproduz especulação), e exterior à produção (importa-se apenas com a valorização dos ativos financeiros e sua liquidez). Isso implica que a reprodução de capital seja norteadada pela flexibilidade do trabalho, costumeirização da produção e redução de estoques e níveis gerenciais, de modo que os riscos da produção sejam divididos com os trabalhadores e os consumidores, evitando que o capital fique empatado em ativos fixos e estoques (id., p. 129-130).

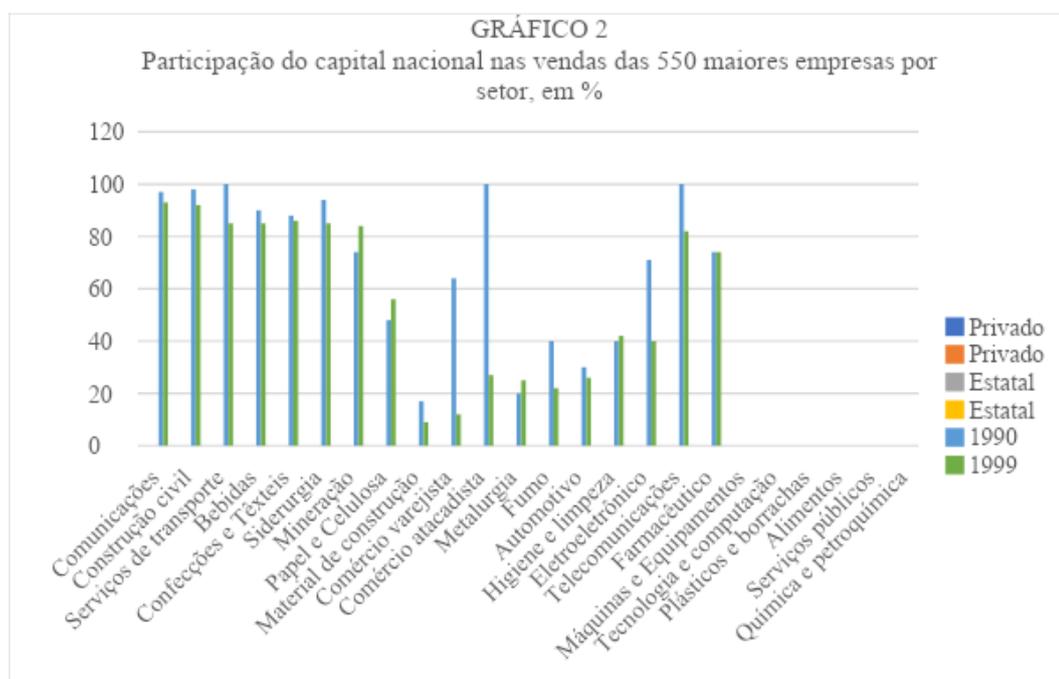
A ascensão do neoliberalismo dos anos 1990 tem outra consequência fundamental para nossa análise: a redução do poder de intervenção do Estado. Dado que a ação estatal é essencial para conter as tendências de polarização do sistema-mundo (Arrighi, 1997), abrir mão desses instrumentos significa um enfraquecimento da capacidade do Brasil de reproduzir sua posição de semiperiferia. A ideologia neoliberal, embora promettesse modernização, na verdade estava empurrando o país para uma posição periférica.

A fração não-associada da burguesia brasileira não tardou a sofrer as consequências dessa mudança. Conforme demonstrado por Birchall (2002), ocorre um intenso movimento de desnacionalização da grande indústria brasileira ao longo dos anos 1990. Utilizando o ranking Exame Melhores e Maiores, o autor aponta que, se entre os anos 1970 e 1980 as empresas de capital estatal e privado nacional dominaram dois terços das vendas das 500 maiores empresas em operação no país, nos anos 1990 o capital estrangeiro passa a controlar quase metade delas (gráfico 1).



Fonte: elaboração da autora a partir de Birchall (2002).

Outra mudança se deu na distribuição desses capitais por nível tecnológico do setor: se em 1990 o capital nacional (estatal e privado) dominava setores de ponta (telecomunicações, química e petroquímica, eletroeletrônico, entre outros), ainda que defasados internacionalmente, em 1999 ele sobrevive em setores que Birchall denomina “antiga economia” (siderurgia, metalurgia e mineração). Setores estratégicos da “nova economia”, como telecomunicações e eletroeletrônico, passam a ser dominados pelo capital estrangeiro (gráfico 2). O autor aponta evidências de que o Brasil “passou a integrar de forma mais intensa a divisão internacional do trabalho” concentrando-se em operações de menor valor agregado e “transferindo para as nações mais desenvolvidas parte das atividades mais nobres de P&D” (id., p. 147).



Fonte: elaboração da autora a partir de Birchall (2002).

Esse movimento corresponde a um esforço das grandes corporações multinacionais de desverticalização e fragmentação de suas atividades em etapas produtivas geograficamente dispersas, na busca de explorar possibilidades de redução de custos, aumento da flexibilidade e ganhos de economias de escala e escopo (Hiratuka e Sarti, 2017). Se por um lado essa transformação facilitou a migração de atividades industriais em países periféricos (que poderiam realizar apenas uma etapa do processo, sem necessidade de internalizar cadeias produtivas inteiras), por outro isso reduziu o impacto local dessas atividades do ponto de vista de encadeamentos, aprendizagem e *spillovers* (id., p. 198-199). Como observam Hiratuka e Sarti (2017):

[A]s grandes empresas, ao mesmo tempo em que se desfaziam de atividades fora do core business consideradas não essenciais, mesmo na manufatura,

buscaram reforçar seus ativos intangíveis, aumentar o controle sobre padrões tecnológicos e adquirir ativos de concorrentes estratégicos através de um processo intenso de fusões e aquisições (Chesnais, 1996; Dedrick et al., 2009). (p. 201)

Esse processo desarticulou as cadeias produtivas construídas nas décadas anteriores no Brasil e desequilibrou a combinação entre atividades de núcleo orgânico e periféricas em favor dessas últimas. Araújo et al (2012), a partir da análise da participação de diferentes setores no valor da transformação industrial (a diferença entre o valor bruto da produção e o custo das operações), apontam que houve uma especialização produtiva da indústria em setores intensivos em recursos naturais nos anos 1990, enquanto setores tradicionais (têxteis e vestuário) e ligados à bens de capital (máquinas e equipamentos) perderam importância relativa, em virtude do impacto do aumento das importações (id., p. 439). Kupfer (2003) mostra o efeito de especialização regressiva sobre as exportações brasileiras, que passaram a se concentrar em produtos de menor valor agregado, acontecendo o inverso com as importações. O autor aponta ainda ter ocorrido um processo de simplificação de produtos e processos e *outsourcing* de insumos – o que teria levado a um aumento de produtividade do setor nos anos 1990, mas insustentável no longo prazo pela sua natureza. Nassif et al (2015) observam que houve um aumento “rápido e dramático” do gap tecnológico em todos os setores da indústria brasileira. Em uma extensa análise da inserção brasileira nas cadeias globais de valor entre 1995 e 2011, Hermida (2017) identifica um posicionamento do país a montante, como fornecedor de insumos em estado bruto ou com baixo processamento tecnológico para reexportação, especialmente de commodities e recursos naturais (p. 317).

Embora não trabalhe com o esquema interpretativo de Arrighi, as observações da autora vão no sentido de reforçar a tese do autor sobre a dinâmica do sistema-mundo. A partir do desenvolvimento de um modelo econométrico para analisar os efeitos das novas formas de organização internacional da produção sobre o desempenho macroeconômico dos países, por meio do teste de diferentes *proxies* relacionados a cadeias globais de valor em um modelo de painel dinâmico para 40 países, Hermida conclui que “o padrão de especialização comercial não equivale mais somente ao nível setorial ou industrial; ele ocorre em termos de estágios do processo produtivo”, acrescentando que “esses fenômenos ocorreram historicamente de forma assimétrica ao redor do globo” (id., p. 364), concentrados na América do Norte, Europa e Ásia – com destaque para a China.

O que parece ter ocorrido, portanto, foi uma mudança dos status de atividades de núcleo orgânico (de maior valor agregado) e periféricas (menor valor agregado). Se até

meados dos anos 1970 podemos as atividades industriais como um todo poderiam ser classificadas na primeira categoria, a partir de então, com o aumento das pressões competitivas, as empresas se reorganizam para concentrar as inovações e atividades de maior valor em certas etapas da cadeia (as “cerebrais”), transferindo as pressões competitivas para as pontas, dispersas geograficamente, que se periferizam.

Nesse quadro, a América do Norte e a Europa saem na frente, valendo-se das vantagens de sua posição de centro. Não obstante, a Ásia – uma zona até então periférica, com exceção do Japão – consegue melhorar a sua posição relativa, valendo-se da ação estratégica de Estados fortes para explorar o movimento de reorganização das multinacionais na tentativa (bem-sucedida) de incrementar a participação de atividades de núcleo orgânico em suas economias. O mesmo não ocorre na América Latina, onde a adesão ao neoliberalismo faz com que os Estados da região renunciem a instrumentos essenciais para evitar a periferização – notadamente, liberalizando os fluxos financeiros e comerciais de suas economias, desregulamentando seus mercados e vendendo as empresas estatais. Como resultado, declinam ainda mais os ganhos com a inserção da região na divisão internacional do trabalho, diante da sua concentração em atividades periféricas de menor valor agregado.

Considerações finais

Existe uma vasta literatura voltada para a análise das relações entre empresários, política e Estado. Atualmente, dominam o campo estudos que, a partir da abordagem da escolha racional, formulam modelos em que os atores agem guiados por um cálculo de maximização de seus interesses. Nesses trabalhos, a unidade de análise é o empresário individual, e eventuais associações ou coalizões por ele formadas são tratados como grupos de interesse, frutos da articulação dessas posições individuais. Em relação a temática abordada, os estudos sobre empresários e política têm se centrado nas práticas de lobby e influência sobre políticas públicas (Mancuso, 2007b).

Não obstante as importantes contribuições feitas por esses trabalhos, optamos aqui por um outro caminho, levando em consideração as diferentes forças sociais, políticas, econômicas e históricas que estruturam o contexto em que os empresários atuam e influenciam suas percepções, interesses e estratégias. Em nossa abordagem, inspirada nos trabalhos de Cardoso (1964), Evans (1979) e Cruz (1995), analisamos o comportamento político do industrial brasileiro a partir de sua posição como empresário em uma economia periférica de uma ex-colônia escravocrata cuja industrialização foi originada a partir de um esforço de substituição de importações com apoio de um Estado autoritário (Prado Jr, 1942;

Furtado, 1959). Em suma, nossa visão considera os empresários dentro de uma estrutura historicamente determinada e socialmente estratificada. A compreensão de seus interesses e ações só é possível se articulada com a análise do contexto em que atuam, em suas dimensões política, econômica e cultural, e da sua posição no conflito de classes – o que não significa a redução dos atores a meros reflexos mecânicos de sua posição dentro dessa estrutura. Esses elementos não são fixos e se combinam de diferentes formas no tempo e no espaço.

Vemos as relações entre classe e Estado como uma via de mão dupla, em que cada parte – longe de ser um bloco homogêneo e hermético – afeta e é afetada pela outra. Coerente com esse ponto de vista, rejeitamos definir o Estado como forte ou fraco diante do empresariado, ou o empresariado como forte ou fraco diante do Estado, como parte expressiva da literatura sobre o tema no Brasil preocupou-se em fazer. Para nós, a questão central não é fazer um diagnóstico do gênero, mas sim entender como essas relações de força se dão e se transformam, a partir de uma perspectiva que as assume, *a priori*, como dinâmicas.

Para a nossa pesquisa, partimos da posição do Brasil enquanto uma economia semiperiférica integrante de um capitalismo de alcance global na esteira de uma crise profunda iniciada em 2008, cujas causas e consequências carecem ainda de análises mais robustas. Nesse sentido, analisar o período recente no Brasil é uma tarefa especialmente desafiadora.

¹ O conceito de “anéis burocráticos”, criado por Cardoso, designa uma “vinculação da classe empresarial com o Estado, para exercer pressões sem passar pela articulação autônoma da sociedade civil mas, ao mesmo tempo, construindo trincheiras no Estado para a luta em defesa de seus interesses econômicos” e seriam formados “no interior do aparelho do Estado sob condução de algum funcionário-aliado e é por intermédio deles que o empresariado faz sua política nos regimes autoritários” (CARDOSO, 1983, p. 13).

² No esquema elaborado por Lowi (1964), as políticas públicas se dividiram entre aquelas com impacto distributivo (firmas individuais saíam perdendo ou ganhando), regulatório (os efeitos são sentidos por todo um setor perdedor ou ganhador) ou redistributivo (a disputa é travada entre classes). Essa tipologia explicaria por que os empresários poderiam apoiar uma política distributiva de um determinado governo e ao mesmo se opor a outra cujo impacto fosse redistributivo, se aglutinando com as demais frações capitalistas.

³ Essa situação mudou com o advento da reforma trabalhista em 2017. Uma das mudanças feitas pelo pacote na CLT foi o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical trabalhista e patronal.

⁴ Poulantzas (1977) define bloco no poder como uma unidade contraditória entre distintas classes e/ou frações de classes sob a hegemonia de uma dessas frações ou classes, em suas relações com o Estado capitalista. Teixeira e Pinto (2012) destacam que “a hegemonia restrita de uma das frações no interior do bloco no poder é dada pela capacidade desta em liderar os interesses econômicos, políticos e ideológicos das demais frações e classes do bloco no poder. Quando a hegemonia alcança o conjunto da sociedade (dominantes e dominados), ela deixa de ser restrita e passa a ser ampla” (id., p. 918)

⁵ Na visão do autor, esses dados põem em dúvida a tese sobre uma desindustrialização do país no período, uma vez que a participação foi mantida em patamares altos mesmo após a queda – atribuída por ele a um cenário de declínio da produtividade do setor numa conjuntura de estagnação econômica e taxas elevadas de inflação.

Capítulo 2

A construção da Casa

Introdução

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) é a principal entidade de classe do setor no Brasil em termos de abrangência e peso político. Desde sua criação, há quase 100 anos, até os dias de hoje, a federação desempenhou papéis de maior e menor destaque na história nacional -- não obstante, foi sempre relevante.

Não surpreende que uma quantidade razoável de pesquisas tenha se debruçado sobre a Fiesp. Neste capítulo, fazemos uma breve revisão dos principais trabalhos publicados tendo a entidade como objeto, reconstruindo a partir deles sua história (seção 1). A partir desse pano de fundo, buscamos fazer nossa contribuição reconstituindo a ascensão de Paulo Skaf a partir de pesquisa empírica própria. Começamos essa tarefa pela gestão de Horácio Lafer Piva à frente da Fiesp, entre 1998 e 2004 (seção 2), quando Skaf começa a se fortalecer, até sua eleição em 2004, analisada em profundidade na seção 3. As consequências da vitória do empresário e sua atuação ao longo dos anos Lula são debatidas na seção 4. Por fim, nas considerações finais, apresentamos a leitura que fazemos da entidade hoje, lente pela qual analisaremos seu comportamento a partir de 2011.

2.1 De Vargas à abertura econômica

O surgimento da indústria em São Paulo começa entre o final do século XIX e início do XX, mas é apenas em 1928 que o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) é fundado¹. Até sua criação, os industriais paulistas tinham na Associação Comercial de São Paulo seu espaço de articulação. A expansão acelerada da indústria nos anos 1920 é o que vai discernir finalmente os interesses do setor em relação aos demais. Bianchi (2010) vê na criação do Ciesp um símbolo dessa nova relação de forças entre a indústria e os demais setores econômicos em atividade no Brasil. O autor destaca que esse nascimento é marcado pela visão de uma identidade entre os interesses da indústria e aqueles do país, equacionados ambos com desenvolvimento e modernização, conforme a doutrina de Roberto Simonsen, principal nome entre os fundadores da entidade.

O Ciesp se transforma em Federação das Indústrias do Estado de São Paulo em 1931, após o decreto de Getúlio Vargas que criou o sistema corporativo de representação, assentado em sindicatos, federações e confederações responsáveis pela representação dos interesses patronais e trabalhistas, numa estrutura integrada ao aparelho estatal, a quem cabia reconhecer essas entidades. Em troca, as organizações recebiam espaços na burocracia estatal

e influência sobre a alocação de recursos. Segundo Bianchi, o sistema corporativo tinha como objetivo reordenar as relações entre as classes e dessas com o Estado, permitindo por um lado a inserção das elites no aparelho estatal enquanto de outro incorporava os trabalhadores de modo passivo.

Com a previsão de pluralidade sindical em 1934, os industriais paulistas transformaram a Fiesp em duas entidades: a federação propriamente dita, constituída como associação civil formada por empresas; e a FIP (Federação das Indústrias Paulistas), responsável pela representação sindical do setor no Estado. O objetivo da separação era garantir um espaço de representação autônomo em relação ao Estado. Novas mudanças na legislação sindical efetuadas em 1941 levaram a Fiesp a reassumir o nome Ciesp, firmando-se como sociedade civil constituída por empresas do ramo industrial. A FIP, por sua vez, assume o nome Fiesp, ficando responsável pela representação sindical em segundo grau. Formou-se, assim, o padrão de representação dual que marca a organização do empresariado no Brasil (DINIZ E BOSCHI, 1978).

Em “50 Anos em 5: A Fiesp e o Desenvolvimentismo” (1986), Maria José Trevisan analisa o posicionamento da Fiesp durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) a partir de documentos do período (atas de Congressos, transcrições de discursos). Segundo a autora, a Fiesp se colocava como a representação de classe vanguarda da indústria nacional em um período no qual os empresários se viam no papel de “construtores da nação”, seguindo a visão de Roberto Simonsen, um dos fundadores da entidade.

O trabalho de Trevisan é interessante porque possui diversos paralelos com o período recente. A autora inicia sua análise narrando como, às vésperas da posse de JK, a Fiesp denunciava que a crise política do período era um obstáculo ao desenvolvimento do país (equacionado com o desenvolvimento da indústria). Esse discurso apontava a política como um campo dominado pela irracionalidade, levando ao mal funcionamento do Estado. Na outra ponta, estaria a administração racional empresarial, a qual, uma vez imune às paixões políticas, funcionaria com eficiência, estabilidade, segurança e equilíbrio. Essa dualidade se manifesta também na crítica ao que os empresários entendem como “populismo” no campo da política, em oposição à moralidade administrativa da iniciativa privada. Segundo Trevisan, esse discurso encobre o projeto político de dominação do empresariado: o atendimento às aspirações dos trabalhadores é “populismo eleitoreiro” e, no limite, prejudica a indústria e, portanto, a nação. O problema da pobreza aparece no discurso do empresariado, mas obscurecido como um mal nacional, e não de classe, fruto de um “nível

de civilização” insatisfatório – o qual só poderia avançar capitaneado pelo desenvolvimento da indústria. Trevisan aponta também como a lei é o principal instrumento mobilizado pelos industriais como estratégia de ataque e defesa – quando criticam o Estado, é por ter desrespeitado a lei, quando criticam as greves, é também por terem descumprido alguma norma. Dessa forma, travestem seu próprio interesse de interesse geral.

Na visão da autora, o projeto político dos industriais brasileiros admitia o capital estrangeiro, mas desde que as condições de sua participação fossem determinadas pelo capital nacional. Nos discursos do período, a ênfase era de que, respeitada a igualdade de tratamento, não deveria existir qualquer restrição ao capital estrangeiro.

A leitura do estudo indica que o uso da oposição entre Estado-política-ineficiência e Empresa-racionalidade-eficiência, tão central para candidatos vindos da iniciativa privada no período recente, é uma estratégia antiga usada pelo grupo para desqualificar o Estado diante da ideia de uma gestão supostamente técnica e puramente racional seguida no setor privado. Destacamos também a mobilização estratégica da legislação como forma de se posicionar no debate público valendo-se de uma argumentação supostamente técnica, em vez de assumir um posicionamento explicitamente político. A iniciativa privada como princípio fundamental – seja ela do capital nacional ou estrangeiro – diverge em alguma medida da tese de Cardoso discutida anteriormente, uma vez que, para Trevisan, em vez de um pêndulo, parece existir uma hierarquização das ameaças percebidas pelo empresário brasileiro, sendo o Estado a maior delas.

Em “O Ministério de Industriais” (2010), Bianchi analisa as disputas internas da Fiesp nas décadas de 1980 e 1990. A partir do exame de publicações da entidade e de declarações na imprensa de seus membros, o autor mostra a federação como um espaço privilegiado onde diferentes grupos industriais buscam seu domínio de modo a pautar a agenda do setor. Foi assim nos anos 1980, com a disputa entre um grupo conservador e subalterno em relação ao governo autoritário e um grupo jovem que defendia maior abertura política e reivindicava maior protagonismo; e nos anos 1990, quando dois grupos principais se dividiam entre um liberalismo “puro” e um “desenvolvimentismo liberal”. Em síntese, o estudo de Bianchi mostra a Fiesp como uma entidade representativa do empresariado, como defenderemos também neste trabalho, na contramão das críticas de que a federação teria perdido relevância desde os anos 1980.

O período dos anos 1990 e a passagem para os anos 2000 é analisado por Toledo (2009). A partir do método de análise de redes, o autor observa uma interpenetração de

diretorias entre a Fiesp, o Ciesp, o Iedi e o PNBE, o que indica que a estrutura de representação do empresariado é muito menos fragmentada e heterogênea do que a bibliografia supõe, e que por meio das redes sociais constituídas pela interpenetração de diretorias, o empresariado industrial paulista constituiu uma estrutura de ação coletiva que lança vínculos para além do estado de São Paulo, organizado em torno da Fiesp/Ciesp.

Na disputa pela Fiesp, os grupos ligados ao PNBE (jovens empresários de menor porte) e ao Iedi (grande empresariado) se valiam da temática da democratização, então em voga na época, para questionar a representatividade da federação. Seu principal pleito era a antecipação das eleições do Ciesp em relação às da Fiesp, de modo que a primeira eleição influenciasse a segunda. A ideia era dar maior peso ao Ciesp (cuja base de membros são as empresas individuais) sobre a Fiesp (um sindicato, um voto). Na concepção dos defensores da proposta, isso daria maior legitimidade à entidade, refletindo mais as empresas do que os sindicatos. A situação, contudo, retrucava que isso daria peso excessivo às pequenas e médias empresas em detrimento das grandes, defendendo a manutenção do peso dos sindicatos, que assegurariam a representatividade setorial e das grandes empresas.

Em 1992, a dissidência do empresariado apresentou candidato próprio para disputar as eleições da Fiesp. Embora a chapa da oposição, de Emerson Kapaz (do PNBE), tenha sido derrotada, Carlos Eduardo Moreira Ferreira (candidato da situação) precisou incorporar parte do discurso da oposição e de pessoas ligadas a ela para vencer. Segundo Toledo, ele teria feito um acordo informal com Joseph Couri (do Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias - SIMPI) e com sindicatos/empresários “puxadores de voto”, prometendo ceder-lhes diretorias e avançar suas propostas, que versavam sobre propostas como reduzir a excessiva centralização no presidente, maior representatividade para pequenas e médias indústrias, incorporação do empresariado do interior nas diretorias e elaboração de uma reforma tributária, entre outras.

2.2 A gestão Horácio Lafer Piva (1998-2004)

O empresário Horácio Lafer Piva foi eleito por larga margem para a presidência da Fiesp e do Ciesp em 1998 como candidato da situação, prometendo reformas administrativas e recuperação da influência política que vinha sendo minada durante a liberalização dos governos Fernando Henrique Cardoso. A chapa oposicionista era encabeçada por Joseph Couri, presidente do Sindicato da Micro e Pequena Indústria (SIMPI), que há anos tentava uma inserção na federação paulista. Diferentemente de Carlos Eduardo Moreira Ferreira, não havia questionamentos quanto à “industrialidade” de Piva: neto de Horácio Lafer, um dos

fundadores da Fiesp, ministro da Fazenda de Getúlio Vargas e das Relações Exteriores de Kubitschek; filho de Pedro Piva, senador tucano por São Paulo²; descendente de uma família proprietária de um dos maiores e mais tradicionais grupos industriais do Brasil, o Grupo Klabin, do ramo de papel e celulose. A lista de apoiadores da sua chapa demonstra seus laços com o grande empresariado nacional: Antônio Ermírio de Moraes, José Ermírio de Moraes Filho, José Mindlin, Luiz Fernando Furlan, Mário Ramos Villares, Jorge Feffer, Guilherme Leal e Andréa Matarazzo, para citar alguns (TOLEDO, 2009).

Piva deu continuidade ao processo de incorporação iniciado por Moreira Ferreira das dissidências empresariais, dando maior destaque para a aliança com o Iedi e os ex-PNBE e maior espaço para o chamado “Grupo Novo Ciesp”, de empresários interessados em modernizar as entidades (idem). Nesse esforço, ele buscou profissionalizar a administração da Fiesp e reduzir custos de operação. No primeiro ano à frente da entidade, houve corte de 22% da folha de pagamento e em despesas com serviços, venda de imóveis do Sesi e do Senai e de carros que eram colocados à disposição dos diretores da entidade, suspensão dos voos de jato particular. Ao longo de sua gestão, 4 mil pessoas foram demitidas na Fiesp, no Sesi e no Senai, departamentos foram extintos e o “almoço grátis” – ele existia, afinal – foi eliminado do restaurante do prédio da avenida Paulista³.

Ao mesmo tempo, Piva centralizou suas decisões em um grupo pequeno de pessoas. Tanto relatos feitos na época do pleito de 2004 quanto atuais afirmam que o então presidente da Fiesp mantinha um círculo restrito de empresários com voz em sua gestão, sendo pouco afeito a agradar a grande maioria que estava fora dessa lista. Piva também criou o Conselho Consultivo da Indústria, órgão composto por grandes nomes do setor – muitos do Iedi – que se aproximavam, assim, da Fiesp, mas sem se comprometer diretamente com a administração da entidade (TOLEDO, 2009).

Essas mudanças geraram muita insatisfação interna. Um diretor se licenciou do cargo no início do primeiro mandato de Piva por discordar das demissões. Um empresário do setor de máquinas e membro da cúpula do Ciesp afirmou na época que “Horácio rompeu estrutura de poder”. Segundo essa fonte, havia um reconhecimento unânime de que Piva havia “arrumado a casa”, mas pecava na ação política por ter um perfil discreto. Um empresário mais crítico, do setor de construção, classificou-o como “fechado” e “professoral”, acusando-o de ter personalizado a gestão e não ter resolvido nenhum de seus problemas. Outro reclamava do aluguel da sede de seu sindicato, localizada no prédio da Fiesp, ter triplicado. Segundo ele, na gestão Piva o relacionamento com as entidades tornou-

se “comercial”: “Entraram como se fossem oposição, não como situação. Se [Joseph] Couri tivesse sido eleito, seríamos tratados mais cordialmente”. Um grande empresário e dirigente sindical do ramo alimentício afirma: “Horácio assumiu prometendo fazer reforma da Fiesp e fez mesmo. No dia seguinte fechou departamento do nosso companheiro”. Outro dirigente sindical vai mais direto ao ponto: “Horácio pede ajuda e trai, não dá cargos nem nada. Vai a Brasília e fico sabendo pelo jornal. Reuniões são teatro”⁴.

Segundo Mario Bernardini, que participou das gestões de Piva e tornou-se diretor da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), continuando sua atuação na Fiesp como membro do Conselho Superior de Economia, o ex-presidente não buscava agradar os sindicatos, “como todo mundo fazia”:

Horácio não fez, por inabilidade política. Ele estava certo de que tinha apoio de todo mundo por ter feito uma boa gestão. (...) Fui vice-presidente do Ciesp, havia um grupo em torno do Horácio, umas dez pessoas, que se reunia semanalmente. Ele tentou acertar as contas da casa, demitiu gente do Sistema S, e isso desagradou muita gente, porque são indicações. Criou o departamento de competitividade, foi gasto dinheiro no saneamento do Sistema S e investido na parte técnica.⁵

De acordo com Bernardini, havia ainda uma queixa de que Piva não se importava com os pequenos empresários. Na visão de Fausto Cestari, empresário do ramo metalúrgico que foi próximo de Piva e hoje é vice-presidente do Ciesp, a questão não era que o ex-presidente não se importava com as empresas de menor porte, mas sim que ele acreditava ser papel do Ciesp tornar-se mais representativo dessas indústrias⁶. Por isso, sua gestão priorizou o fortalecimento da entidade, comandado por Cláudio Vaz, que posteriormente seria escolhido por Piva para sucedê-lo. Segundo Cestari, o ex-presidente da Fiesp acreditava que o imposto sindical deixaria de existir em algum momento, o que inviabilizaria financeiramente a federação: “Por isso ele não apostou na abertura da Fiesp para os pequenos e médios [empresários], que se sentiram alienados”.

Na hipótese de Toledo (2009), Piva concentrou o poder em um núcleo duro e poderoso para, paradoxalmente, levar adiante um projeto de descentralização da Fiesp – na sua visão, as reformas tinham como objetivo tornar a entidade mais representativa das empresas. A partir do método de análise de redes, em que os atributos e relações dos atores de um grupo são mapeados, o autor observa que a gestão de Piva é mais civil e nacional – ou seja, seus membros estão ligados mais a associações de abrangência nacional – do que a de Carlos Eduardo Moreira Ferreira, cujos membros vinham principalmente de entidades sindicais de escopo estadual.

O efeito colateral desse projeto, conforme observado por Toledo, foi a alienação de entidades da base da Fiesp, gerando insatisfação entre os sindicatos menores e representantes de setores de menor relevância política e econômica. Esse resultado da pesquisa de Toledo é respaldado pelas entrevistas feitas pela autora no curso dessa pesquisa. Segundo os empresários ouvidos, havia de fato grande descontentamento entre os sindicatos, sobretudo os menores e mais dependentes da estrutura da federação, como exemplificado pelo dirigente que reclama do aluguel de sua sala no prédio da avenida Paulista ter triplicado⁷. Ao comentar a dinâmica política da Fiesp durante a entrevista, Bernardini observa:

A Fiesp não é uma eleição de industriais, são clubes. Não passa de 20 os sindicatos da Fiesp que conseguem se manter. O resto vive de favor da Fiesp. Esses 50, 60 votos são cativos da presidência. Você precisa cultivar esses 60 caras, não ser incompetente. Horácio esnobou esses caras. (...) Horácio tentou acertar contas da Casa, demitiu gente no Sistema S, e isso desagradou muita gente, porque são indicações. Criou departamento de competitividade, foi gasto dinheiro no saneamento do Sistema S e investido na parte técnica. (...) Ele estava certo de que tinha apoio de todo mundo por ter feito uma boa gestão. Queixa era de que Horácio não ligava para os pequenos. E Paulo era um primor nisso.

Esse era o cenário da porta para dentro da Fiesp. Da porta para fora também havia enormes desafios. Piva assumiu em um momento classificado como de “total enfraquecimento das entidades de representação de classe” em reportagem da Folha de S.Paulo publicada na época⁸. Esse enfraquecimento era atribuído por empresários, segundo o jornal, à abertura comercial, ao aumento da concorrência e à estabilização econômica, que teria esvaziado as negociações salariais – função essencial das entidades sindicais.

Sua gestão na Fiesp praticamente coincidiu com o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, marcado por crises internas e externas, desvalorização do real e aumento do desemprego. A euforia inicial do empresariado com as reformas de liberalização arrefecia entre os setores que se viam prejudicados, que naquele momento “despertavam do coma” em busca de retomar um “papel importante na política nacional” (BIANCHI, 2010, p. 244).

As principais razões de descontentamento eram a abertura comercial e a taxa de juros (BOITO, 2018). Segundo Diniz e Boschi (2007), é nessa passagem dos anos 1990 para os 2000 que uma cisão importante ocorre entre o empresariado, colocando a Fiesp e o Iedi de um lado e a CNI, o Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) e a Associação Brasileira da Infraestrutura e da Indústria de Base (Abdib) de outro. A divergência entre eles residia na capacidade da agenda liberal levar ao crescimento econômico: os primeiros acreditavam que era necessário um projeto de longo prazo de desenvolvimento sustentado, rompendo com certos dogmas da política econômica como rigidez fiscal, se necessário, enquanto os

segundos viam no aprofundamento das reformas o caminho para a recuperação. Na gestão de Moreira Ferreira, a Fiesp chegou a aliar-se com a CUT e a Força Sindical contra a política econômica do governo. Em 1996, a entidade declarou apoio a uma greve nacional em protesto contra o desemprego que estava sendo organizada pelas centrais sindicais. No mesmo ano, a federação articulou com a CNI um protesto do setor contra o ritmo da abertura comercial, em favor de privatizações e da redução da taxa de juros (BOITO, 2018).

Apesar da proximidade de Piva com o PSDB, não houve entrada com o governo federal, e a percepção de que FHC seguiria em frente com sua política econômica à revelia das demandas da Fiesp gerava insatisfação não só com o governo, mas com a própria entidade. Uma quantidade significativa de empresários destacava o relacionamento difícil com a política como um dos principais problemas da gestão em suas avaliações na época. Um empresário do setor plástico, por exemplo, reclamava do ministro da Fazenda ter visitado a Fiesp apenas uma vez; um dirigente sindical profissional afirmava que “a Fiesp não ganha uma do governo”; um diretor de uma entidade do ramo alimentício reclamava que “antes a Fiesp falava e o governo ouvia, tremia”⁹. O próprio Piva reconhecia o problema, ao afirmar que “o espaço para propor coisas ficou muito apertado nesse período”¹⁰.

Para Pedro Evangelinos, industrial do ramo de refrigeração que participa da Fiesp desde 1982, Piva “pensava muito para decidir, demorava, não gostava de embate. Achava que podia resolver tudo na conversa. Na relação da Fiesp com o governo, era enganado”¹¹. Uma pesquisa do Ibope¹² feita na época mostrava que havia uma demanda entre o empresariado ligado à Fiesp por maior articulação política. Segundo o instituto de pesquisa, o perfil desejado para o próximo presidente da entidade era de alguém com habilidade política, capacidade de negociação e articulação (preferência de 83% dos respondentes), e não por competência técnica e administrativa (preferência de apenas 9%).

Essa tensão mostra que a Fiesp ainda era percebida pelo empresariado como uma interlocutora importante junto ao Estado. Ela estava, de fato, enfraquecida, como apontado pela literatura e pela imprensa na época, mas é equivocado equalizar esse problema (em larga medida, conjuntural) com uma crise de representatividade. A perda de força da Fiesp está diretamente relacionada ao próprio enfraquecimento do setor industrial em meio ao processo de liberalização econômica. Reclamar que “a Fiesp não ganha uma do governo” não significa não se importar mais com a entidade, mas sim desejar que ela volte a sair vencedora. Muitos dos empresários insatisfeitos com Piva relatam terem vendido ou encerrado suas atividades

diante da concorrência estrangeira. Um deles, do setor de infraestrutura, relacionou diretamente esse descontentamento com um “problema geral do setor produtivo”.

Com dificuldade de enfrentar o cenário externo, Piva investiu em mudanças internas. Seu projeto de modernização da Fiesp foi, em boa medida, um processo de enxugamento da entidade – eliminação de departamentos, redução de regalias, demissões, aumento de aluguéis – para reduzir despesas e ampliar receitas. Segundo Cestari, Piva acreditava que a entidade não poderia contar indefinidamente com o imposto sindical para sustentar suas atividades. Essa crença, por sua vez, teria sido mais um motivo para o dirigente não buscar incluir os pequenos e médios empresários na Fiesp, uma vez que ele apostava no fortalecimento do Ciesp nesse cenário como representante da categoria. Diz Cestari:

Isso começou com o Carlos Eduardo, de abrir a Fiesp para os pequenos e médios e fortalecer o Ciesp. Horácio tinha essa visão, mas achava que modelo da Fiesp [assentado nos sindicatos] estava fadado a acabar porque o imposto sindical acabaria em algum momento, e por isso não apostou na abertura da Fiesp para os pequenos e médios, que se sentiram alienados.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores em 2002 sugeria uma possibilidade de reversão do estreitamento da margem de influência junto ao Estado vivenciado pela Fiesp nos anos 1990. O ex-sindicalista era a principal voz crítica à política econômica dos governos FHC, a qual também gerava insatisfação entre os industriais. Durante a campanha, Lula foi à sede da entidade, recebido por uma plateia de 400 empresários. No discurso, o então candidato à presidência afirmou que em seu governo os ministérios ligados à produção teriam mais peso que a Fazenda, diferentemente do que ocorria nas gestões FHC – em alusão à disputa entre o setor produtivo e o financeiro. “Olha a incongruência: vai precisar um PT ser eleito para que vocês [empresários] sejam notados no país”, disse sob aplausos, segundo nota publicada no site do PT na época¹³. Lula afirmou ainda que a saída para a crise que o país enfrentava era política, e prometeu que seu governo retomaria o poder do Estado (“um Estado alavancador”, em suas palavras) e a autonomia decisória para não ficar subalterno “a uma política de interesses dos empresários do exterior”.

Esse esforço de Lula de aproximação com o empresariado, que contou com o lançamento da Carta ao Povo Brasileiro, em que o petista se comprometia com a estabilidade econômica, e a escolha do industrial José Alencar, da Coteminas, para o posto de vice, foi estratégico na campanha que saiu vitoriosa para a Presidência. Mais que mera jogada eleitoral, a carta expressava uma real crença em torno da necessidade de uma aliança entre Estado, trabalhadores e empresários em um governo que representaria o setor produtivo, contra o predomínio do setor financeiro dos anos FHC (SINGER, 2010; BOITO, 2018). O

apelo parece ter surtido efeito, e a questão da proximidade com o governo petista tornou-se um elemento central na campanha para a sucessão de Piva – visto por muitos como tucano, dado seus laços familiares com o PSDB.

Já Paulo Skaf, o cabeça da chapa oposicionista, era tido como uma figura próxima ao PT. A origem dessa relação não é explicada com clareza por nenhum empresário, mas indícios apontam que a ponte foi feita pelo vice-presidente José Alencar, industrial do setor têxtil que conhecia Skaf por sua gestão à frente da associação do ramo, a Abit. Diferentes fontes relataram na época da eleição de 2004 que Skaf chegou a ser cogitado para o posto de ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do governo Lula por indicação de Alencar. Lula teria tido dúvidas quanto ao nome e procurado o empresário Eugênio Staub, presidente da Gradiente e membro do Iedi, que teria rejeitado a oferta por problemas de saúde, mas indicado outros nomes, dentre eles o de Luiz Fernando Furlan, empresário da Sadia. Ao consultar as associações do setor – CNI, Fiesp e Firjan –, Skaf teria sido vetado por todas em razão do seu perfil ambicioso e temperamento difícil, segundo fontes ouvidas pelo jornalista Ricardo Balthazar.

Furlan acabou sendo escolhido, e sua nomeação em janeiro de 2003 criou um problema para a sucessão da Fiesp. Segundo fontes da época e entrevistas atuais, o então presidente da Sadia era o nome consensual para a presidência da federação paulista, apoiado por Piva e seu grupo, e não havia um substituto claro para assumir seu lugar na disputa. Ao mesmo tempo, sua escolha em detrimento de Skaf deixou o presidente da Abit livre para articular uma chapa de oposição. Um grande industrial do ramo de serviços afirmou na época a Balthazar:

Furlan era o sucessor óbvio. (...) Nosso grupo há dois anos pensava no assunto. Olhamos nomes, critérios. Paulo, Furlan, Liboni. Em outubro de 2002 o Claudio [Vaz] lançou seu nome. Disse que era para dar mais tempo ao Horácio para ele escolher um candidato que não fosse os outros. Furlan vira ministro. Horácio falou com presidentes de sindicatos, discutindo os nomes do Claudio e do Liboni. Reuniões com 20-30 por vez, entre fevereiro e abril de 2003.

Skaf já vinha se movimentando para assumir a Fiesp desde a eleição de Piva em 1998, campanha da qual participou, e teria se frustrado por não conseguir nenhum cargo de prestígio uma vez montada a gestão, de acordo com um dos seus membros. Segundo Toledo (2009), Skaf, Synésio Costa (dirigente profissional de diversos sindicatos) e Nildo Masini, empresário do ramo de autopeças, formavam o grupo inicial dos descontentes com Piva, e passaram a se autodenominar “independentes”. Na análise de redes feita pelo autor, Skaf era um ator “periférico, pouco central, sem importância em termos de intermediação de relações

no interior da rede, mas poderoso em termos de veiculação de informação e produção de coordenação e ação conjunta” (TOLEDO, 2009, p. 168).

Filho de um imigrante libanês e uma brasileira, Skaf sempre se envolveu com política – como o próprio gosta de salientar – desde a presidência do grêmio estudantil de sua escola a direção da associação de sua turma quando prestou o serviço militar no Centro Preparatório de Oficiais da Reserva (CPOR), como descreveu em entrevista ao CPDOC/FGV em 2009¹⁴. Enquanto estava no serviço militar, ele começou a estudar administração no Mackenzie e a trabalhar na indústria do pai, uma tecelagem de pequeno porte no bairro da Mooca (São Paulo). Segundo ele, o acúmulo de tarefas impediu-o de concluir a faculdade. Concluído o CPOR, Skaf assumiu a responsabilidade pelo negócio do pai, que pensava em parar as atividades. Ele ficou cerca de 20 anos à frente do negócio, inicialmente tendo o pai como sócio, depois sozinho, relata o dirigente. Nesse período, ele afirma ter modernizado a indústria, transformando-a numa empresa de médio porte verticalizada, cuja fábrica foi movida para Pindamonhangaba (SP). Skaf narra que em meados dos anos 1990, diante das dificuldades impostas pela abertura comercial, vendeu os equipamentos e passou a alugar o espaço para outras indústrias menores. Sua atuação como empresário desde então limita-se a acionista menor e participação em negócios imobiliários, o que faz com que muitos dos seus pares o classifiquem pejorativamente como um “industrial sem indústria”.

Seu envolvimento institucional começou no final dos anos 1980, quando ele passou a frequentar o sindicato do setor têxtil (Sinditêxtil-SP). Em 1999, ele assumiu a presidência do sindicato e da associação do setor, a Abit. Sua gestão foi bem avaliada por ter dobrado as receitas de exportações, aproximado os produtores de algodão da indústria e promovido a moda brasileira como estratégia de marketing. Mesmo críticos de Skaf o reconhecem como alguém de ação, que de fato “resolve problemas”, como dito por um grande industrial do setor de construção a Balthazar. A atuação de Skaf na Fiesp é paralela a esse envolvimento com os sindicatos, passando a ter maior destaque a partir de 1997, quando o empresário foi um dos coordenadores da campanha de Piva e um dos vice-presidentes (não numerados, portanto, cargo de menor destaque) da sua gestão. Ainda assim, ele diz ao CPDOC que seu envolvimento com a federação nesse período foi pontual, destacando apenas sua participação no Grafis, grupo que levou à realização do primeiro Refis¹⁵.

Ao contar sua história, Skaf enfatiza a narrativa de azarão: alguém com poucas chances, o “primo pobre” – como ele próprio diz na entrevista coletada pela FGV – na luta contra o establishment, mas que consegue se provar capaz e surpreender a todos. O desfecho

que o dirigente dá a essa história é um final feliz em que todos se unem, os fortes e os fracos, os pequenos e os grandes, graças ao seu trabalho. A descrição que o próprio Skaf faz de sua ascensão política é bastante ilustrativa desse discurso:

Não só fui presidente [da Abit], como que inicialmente aqueles empresários que estavam com outras ideias, e que por fim teve um entendimento, e até saímos com chapa única, e todos eles passaram a ser grandes apoiadores meus, e são grandes amigos e apoiadores até hoje. Aqui [na Fiesp] aconteceu a mesma coisa, eu não tinha apoio do Vidigal, do Ferreira, hoje eu conversei com eles. Eu aqui na Fiesp era delegado do setor têxtil, que não é de tanto peso dentro da Fiesp. Tinha uma tradição de pai, de avô aqui [em referência a Piva, que não é citado nominalmente em nenhum momento da entrevista], e parecia impossível, mas nós ganhamos. Depois o Ciesp, houve uma total harmonia, e fomos eleitos com bastante união¹⁶.

Os fatos sugerem uma história diferente. Sem negar o mérito próprio de Skaf como um hábil articulador político, sua candidatura vitoriosa esteve diretamente relacionada à atuação de dois “primos ricos”: o vice-presidente José Alencar, fazendo a ponte com o governo, e o empresário Benjamin Steinbruch, do Grupo Vicunha, que comanda a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Vicunha Têxtil e o Banco Fibra. A relação entre Skaf e Steinbruch também viria da Abit, uma vez que o industrial vem originalmente do setor têxtil. Por meio do presidente da CSN, Skaf também teria se aproximado de Aloizio Mercadante, que na época era líder do PT no Senado – diferentes fontes ouvidas por Balthazar relatam proximidade entre o empresário e o político.

De modo mais ou menos explícito, Skaf se vendeu durante sua campanha como alguém com acesso direto ao governo federal, como veremos em maior detalhe na próxima seção. Essa estratégia significava, num plano programático, influência sobre as decisões relevantes para a indústria e, num plano pragmático, facilidade para resolver problemas. Como demonstração desse segundo ponto, há relatos de que Skaf ajudou empresários e sindicatos a resolverem problemas na Receita Federal valendo-se dessa conexão com o governo. Um segundo exemplo é a intervenção de Skaf em prol da Nestlé, que na época aguardava a aprovação da compra da Garoto¹⁷.

Essa proximidade por outro lado era vista com reservas por parte dos industriais, sobretudo entre os maiores e mais antigos. O temor era de que a Fiesp sob Skaf evitasse conflitos com Brasília, tornando-se mera mensageira do governo. “Fiesp vai aparecer muito mais, com menos representatividade, presa fácil para o governo. Esvaziamento ajuda governo, fica mais fácil manipular”, disse um grande e experiente empresário conhecido por suas posições nacionalistas a Balthazar. Outros viam na candidatura oposicionista um projeto

político pessoal de Skaf, o que colocaria a Fiesp em risco de transformar-se em trampolim político, em detrimento dos interesses do setor.

Um empresário membro da diretoria da CNI na época resumia assim o cenário:

Insatisfação do empresariado com Horácio. Acham atuação muito tímida. Skaf seria nova postura, talvez aliança com governo, mas independente. Trabalho reconhecido na Abit. Horácio é PSDB, Skaf é “aliança responsável” com governo. Fiesp tem que ser firme em relação ao governo, mas não pode ser oposição. Governo não pode correr o risco de que a Fiesp vire megafone oposicionista. Governo Lula parece muito sensível a críticas de empresários e corre menos riscos com Skaf.¹⁸

O candidato da situação, Claudio Vaz, era visto como o oposto de Skaf: fechado, tímido, burocrático, ético e de difícil trato. Até mesmo apoiadores da chapa o achavam um candidato ruim, no entanto avaliavam que ele era a única opção viável depois da saída de Furlan. A percepção era de que os problemas atribuídos a Piva, sobretudo a inabilidade política, se intensificariam sob Vaz. Um grande empresário com amplo trânsito entre industriais, por exemplo, afirmava que “ministros não gostam do Horácio. Acham pernóstico, tucano, intelectualmente pretensioso. Vaz é igual”¹⁹; outro antigo membro da cúpula da Fiesp afirmava que o candidato era “ruim de comunicação” e um terceiro o comparava ao tucano José Serra, “estribado no prestígio de Horácio, mas antipático na casa”. Embora fosse reconhecido como bom administrador por sua gestão no Ciesp, ele não era visto como um líder – característica valorizada após as derrotas sofridas nos anos FHC. Um grande industrial do setor de base definia Vaz como um “funcionário da Fiesp sem liderança”. Ele também fizera desafetos ao demitir apadrinhados de empresários no Sesi.

Vaz era um empresário oriundo do setor automotivo, no ramo de autopeças. Vendeu a participação que tinha em indústrias do setor no final dos anos 1990 para grupos estrangeiros, também em razão da abertura comercial e da concorrência decorrente²⁰. A partir de então, o empresário manteve-se como acionista de algumas indústrias e investiu no setor hoteleiro. Sua atuação na política institucional começou em 1978, ao frequentar o Sindipeças. Entre 1992 e 1994 fora presidente da entidade, e liderou o segmento na Câmara Setorial Automotiva.

2.3 A eleição de 2004

A corrida eleitoral começou publicamente no final de 2003 e se estendeu até agosto de 2004, quando ocorreu a votação. Havia inicialmente três candidatos principais: Cláudio Vaz, diretor executivo da Fiesp, do Ciesp e do Sesi, apoiado pela situação; Paulo Skaf, presidente da Abit, do Sinditêxtil e vice-presidente da Fiesp, liderando a chapa de oposição;

e Synésio Costa, dirigente profissional que na época comandava a Abrinq, o Siapapeco e o Simb, além de ser vice-presidente do Ciesp. A disputa, no entanto, se concentrou entre Vaz e Skaf – Costa era um candidato frequente, se valendo da postulação ao cargo para negociar apoios para depois se retirar da corrida.

O fato de existir uma chapa de oposição competitiva que mobilizava em sua campanha uma reformulação do papel da Fiesp em relação ao Estado e à sociedade fez com que a disputa extravasasse o fechado circuito empresarial ao qual ela costumeiramente ficava restrita, de modo semelhante ao que ocorrera em 1992, quando o empresário Emerson Kapaz, líder do PNBE, concorreu com Carlos Eduardo Moreira Ferreira. Outro elemento importante é a diferença de eleitorado entre a Fiesp e o Ciesp: na primeira, cerca de 120 sindicatos, no segundo, quase 8 mil empresas – o que implica, obviamente, em estratégias muito diferentes para conquista de votos. Há, portanto, dois elementos importantes e complementares a serem analisados: o discurso de cada campanha, feito para dentro e para fora do meio empresarial, e suas estratégias práticas a partir da dinâmica de disputa de poder interna dessas entidades.

A linha central da campanha de Skaf foi a defesa de um papel de maior relevância política para a Fiesp, o qual em sua avaliação vinha sendo minado por presidentes burocráticos e inábeis. Essa promessa não era nova e já fora feita por Kapaz e Piva, mas o presidente da Abit qualificava seu plano com sua proximidade, bastante alardeada, com o governo federal. Na visão de Skaf, a Fiesp limitava-se a reclamar de fatos ocorridos, de modo reativo, em vez de buscar proativamente participar das decisões. Esse discurso vocalizava, portanto, a percepção difundida entre o empresariado de que a Fiesp havia ficado de fora da formulação da política econômica que pautou as reformas neoliberais e que tanto haviam prejudicado o setor, ao mesmo tempo em que prometia inverter esse jogo valendo-se do acesso a um governo que prometia uma nova relação com a indústria. Em entrevista a Balthazar, o presidente de um sindicato importante assim avaliava Skaf:

Skaf vantagem do carisma, futuro, relacionamento com o governo, transita mais no governo. (...) Ele tem mais trânsito, mais acesso, mais conhecimento em esferas de governo. Trânsito importante para se fazer ouvido em Brasília. Fiesp poderosa, mas não está presente lá, não tem dificuldade para ser ouvida, mas não está presente.

É bastante difundida na imprensa e em parte da literatura a ideia de que foi o ex-presidente Lula o responsável pela eleição de Skaf. Como mostramos, as conexões com o governo federal foram relevantes para que ele angariasse apoio, no entanto, a importância dessa relação de um ponto de vista mais programático não é menos importante. Na leitura do empresariado industrial, o grupo vinha sofrendo há anos as consequências de uma política

econômica liberalizante promovida por um governo que os ouvia pouco, enquanto eram liderados por alguém que evitava falar muito. Havia agora a possibilidade de reformulação tanto dessa política quanto da relação – faltava uma liderança capaz de fazer o elo entre uma coisa e outra. O fato da proximidade de Skaf com o governo ter funcionado como uma vantagem para o candidato deve ser lida também nesses termos: os empresários queriam voltar a participar das decisões. Essa ideia fica bastante explícita em entrevistas dadas por Skaf pouco antes da eleição:

Folha - O que na sua opinião deixou a desejar na atual gestão?

Skaf - Não quero apontar principais falhas. Eu não sou crítico de fatos já ocorridos. Essa é uma das coisas que eu critico na Fiesp, que é criticar fatos ocorridos. O que é ou o que foi não importa. O nosso compromisso é com o futuro. Precisamos fazer com que a Fiesp se fortaleça. *Fiesp e Ciesp têm que estar próximos das casas Legislativas, da Câmara Federal, do Senado Federal. Temos de estar próximos a todos os líderes de governo, dos trabalhadores, em parceria com a agricultura, com o comércio, estar sentados em volta da mesa das decisões, deixar de ser coadjuvantes, parar de reclamar e passar a levar soluções.* Temos força suficiente para fazer dos nossos projetos, das nossas propostas, uma realidade. É isso que a Fiesp precisa. Não adianta ficar só reclamando.²¹ [grifo nosso]

Valor - Como deve ser o relacionamento da Fiesp com o governo?

Skaf - A relação deve ser de confiança e buscar resultados. A experiência que tive no meu setor mostra que na maioria dos casos o resultado vem da negociação e da parceria. Quando necessário, não deixamos de buscar um enfrentamento. *Nunca fui filiado a partido político, mas tenho bom relacionamento com o governo e sempre usei isso para obter resultados para meu setor.* O importante é que esse relacionamento seja baseado em credibilidade e respeito mútuo, e não em submissão. O que é bom para a indústria é bom para o país e qualquer governo entende isso.²² [grifo nosso]

Um segundo ponto importante da campanha da oposição foi a ideia de que havia um predomínio dos grandes empresários sobre a Fiesp, o que Skaf prometia reverter em favor dos pequenos e médios. Esse discurso também não era inédito – fora mobilizado por Kapaz em 1992 e por Couri em 1998 –, mas se aproveitava de uma insatisfação nova, gerada pela concentração de poder na gestão Piva em torno de um grupo pequeno de empresários de maior expressão. Esse argumento, por sua vez, encaixa-se na narrativa construída por Skaf sobre si mesmo desde a Abit, em que teria começado sua trajetória como um pequeno e desacreditado empresário lutando contra o establishment, promovendo ao final a união de todos em nome de um projeto comum. Em uma entrevista à Folha de S.Paulo, o empresário deixa esses dois pontos explícitos:

Folha - Até que ponto essa segmentação [em duas chapas] divide a Fiesp?

Skaf - A disputa é positiva, saudável. A sociedade está falando da Fiesp. Temos que mudar o perfil, transformá-la em entidade pró-ativa, em busca de resultados, de soluções, para ajudar o país a pegar a rota do crescimento

com a presença da indústria. *Hoje, a Fiesp é vista pelo pequeno empresário como casa para os grandes, como uma entidade que não vai resolve[r] problema. Temos que mudar tudo isso e fazer com que o microempresário entre no prédio da avenida Paulista orgulhoso.*²³ [grifo nosso]

Folha - Mas sobre a sua atuação na Fiesp. O que o afastou da atual gestão mesmo o sr. sendo vice-presidente?

Skaf - Eu nunca sumi da Fiesp. No ano 2000, eu coordenei o grupo de assuntos fiscais. Fizemos, durante dois anos, um trabalho com começo, meio e fim até a aprovação do Refis. Depois disso, eu participei na medida em que senti ser conveniente. *O atual presidente se fechou em torno de meia dúzia de companheiros, não dando espaço aos demais.* Era um direito dele. Eu não queria causar nenhum desconforto ao presidente. Ele foi eleito presidente e ele é que deve dar o tom. Agora, se vai terminar, entendemos que precisaria ter uma alternância, que precisaria mudar, adotar um perfil de resultados, de ações concretas.²⁴ [grifo nosso]

Na visão de Fausto Cestari, empresário que fez parte da chapa de Vaz e hoje é aliado de Skaf como vice-presidente do Ciesp, houve um processo de abertura do sistema Fiesp/Ciesp aos pequenos na gestão Moreira Ferreira (1992-1998), a partir das reformas implementadas após a inclusão de empresários ligados ao PNBE, como a instituição de eleições nos diretórios regionais do Ciesp no lugar de nomeações. No entanto, como colocado anteriormente, Piva teria desagradado as pequenas por seu modus operandi centralizar e sua visão de que a Fiesp deveria ser secundária nesse processo de abertura aos pequenos e médios negócios. “Paulo vem nessa brecha, em cima das pequenas, que Horácio não fortaleceu. Boa parte dos setores pequenos e médios é representado por gente sem indústria, e se sentia alienado. Paulo os coloca em posição de destaque”²⁵, avalia Cestari.

Essa declaração é interessante porque articula o porte das empresas com o problema da representatividade sindical. Parece haver uma sobreposição entre as pequenas e médias indústrias e sindicatos de pouca expressividade, dependentes da Fiesp – justamente os mais afetados pelas mudanças promovidas por Piva. O argumento é lógico quando se tem em mente que o peso político e sustentabilidade financeira de uma entidade estão diretamente relacionados ao poder e capacidade de contribuição das empresas por ela representadas. Não é à toa que exemplos corriqueiros de sindicatos fortes sejam o Sindifavea, da indústria automotiva, e o Sindimaq, da indústria de bens de capital. Os sindicatos não existem no vácuo: é a própria fragilidade da categoria representada que leva à sua fragilidade política e, em decorrência, maior dependência da federação para sobreviver.

Assim, enquanto no discurso Skaf se arrogava representante dos pequenos contra o domínio dos grandes, na prática ele se articulava reunindo os interesses dos sindicatos representantes desses setores menores que passaram a se sentir ameaçados sob Piva. “Mais

da metade da chapa do Paulo é gente que teve suas igrejinhas e feudos [na Fiesp] desarticulados de maneira profissional”, dizia na época um dirigente. “Piva arrumou a casa, mas faltou cacarejar. Paulo ganha com os que foram vítimas da limpeza”, enunciou um industrial de grande porte. A partir da análise de redes formadas pela gestão Piva e a chapa de Skaf, Toledo (2007) chega à conclusão semelhante: o presidente da Abit articulou sindicatos que se sentiram aliados do poder pelas reformas promovidas a partir de 1998.

No entanto, esses votos não eram suficientes para garantir a vitória, e uma longa batalha pelos sindicatos foi travada entre o final de 2003, quando as candidaturas se oficializaram, até agosto de 2004, quando ocorreu a votação. Apesar da situação deter a máquina da Fiesp, a oposição teve maior sucesso em suas táticas.

A principal estratégia foi a troca de favores. É bastante difundida a ideia de que a maior parte dos sindicatos “se vende por pouco”²⁶: vaga no estacionamento, almoço de graça no restaurante da Fiesp, algum acesso ao chefe da Receita Federal, emprego para familiares. Um dirigente experiente comparou-os pejorativamente a um “eleitor do interior, [que] quer sapato, dentadura, óculos”. O fato de Piva ter buscado reduzir regalias do tipo em sua gestão, portanto, não só havia desagradado sindicatos como aberto uma ampla via de negociação em que Skaf prometia devolvê-las caso eleito. Segundo relatos feitos na época, o candidato da oposição havia levantado a data de aniversário e informações sobre filhos e mulheres dos dirigentes sindicais e delegados para oferecer empregos e enviar flores. Outro exemplo de troca de favor se deu no caso da Nestlé já mencionado, em que a empresa buscou retribuir pressionando os sindicatos dos quais participava a votar na chapa de oposição.

Quando os favores não funcionavam, as chapas apelavam para a interferência direta nos sindicatos. Muitos deles trocariam de diretoria até o dia da votação, abrindo margem para mudança na orientação de voto. O Sindicato da Indústria da Estamparia de Metais (Siemesp), representante dos fabricantes de latas, foi um dos alvos desse jogo. A gestão da entidade, que estava dividida entre Skaf e Vaz, foi derrubada na eleição interna de maio de 2004 por um voto, após pressão de Steinbruch que, embora não fosse filiado ao sindicato, preside a única empresa no Brasil que produz folhas metálicas – matéria-prima do setor. “O peso do Benjamin foi preponderante, porque todos nós dependemos da CSN”²⁷, declarou o presidente derrotado do Siemesp, José Villela de Andrade. O Sindicato das Indústrias do Vestuário de Presidente Prudente passou por situação parecida. Seu presidente, Claudemir Zanete, havia se comprometido com Vaz, mas desistiu após um fornecedor de tecidos ameaçar deixá-lo sem matéria prima²⁸. No Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas (Sindag),

a multinacional americana DuPont – produtora de defensivos e de fibras sintéticas para a indústria têxtil – teria pressionado por uma posição pró-Skaf, no que teria sido acompanhada pela Rhodia e pela Dow²⁹. Um dirigente sintetizava em 2004 esse tipo de tática de modo explícito: “Quem depende de aço, trigo e tecido tá fodido se não estiver na chapa [de Skaf]”.

O mesmo expediente foi usado pela chapa de Vaz, que mobilizou grandes empresários que atuavam como principais fornecedores ou clientes de alguns setores para pressionar seus sindicatos valendo-se dessa relação assimétrica. Um exemplo foi a atuação do Grupo Votorantim, comandado por Antônio Ermírio de Moraes, rival de Steinbruch: o conglomerado também usou seu peso nos diversos sindicatos em que participa em prol de Vaz³⁰.

A disputa apertada levou as chapas a lançarem mão de outros expedientes. Como muitos sindicatos decidem seu voto com base em quem acreditam que sairá vencedor, há relatos de esquemas para distorcer o resultado das sondagens feitas por institutos de pesquisa – por exemplo, passando uma lista de contatos de aliados, e não de quem efetivamente votaria. Outra batalha era pela definição de quem teria direito ao voto, e como este seria definido: se em assembleia do sindicato ou determinação do presidente³¹, com ameaça de impugnações. Houve uma corrida pela regularização do registro de sindicatos desativados³² para que tivessem direito ao voto ou, em outros casos, divergência sobre quem poderia votar³³. Finalmente, às vésperas da eleição, um empresário da chapa de Skaf chegou a enviar um e-mail a diversos colegas alegando que Vaz e seus apoiadores teriam envolvimento em um esquema de lavagem de dinheiro relacionado à operação “Farol da Colina” da Polícia Federal³⁴, que havia prendido dezenas de doleiros.

Skaf venceu o pleito na Fiesp com um placar de 70 votos, contra 52 de Vaz, mas foi derrotado no Ciesp, onde Vaz obteve 2.235 votos, contra 1.816 de Skaf – resultado que significou a divisão pela primeira vez na história da presidência das entidades. A diferença foi interpretada por Toledo (2007) como evidência de que o candidato da oposição se elegeu na Fiesp ao articular sindicatos contrariados por Piva, enquanto Vaz venceu no Ciesp como resultado de sua maior proximidade com as empresas e da satisfação destas com o trabalho de modernização feito por ele. A partir dessa observação, o autor conclui que os processos sucessórios na Fiesp e no Ciesp estão mais relacionados às suas burocracias internas e estratégias de reprodução do que a fenômenos econômicos ou políticos exógenos a elas.

Essa visão, no entanto, simplifica em demasia a disputa travada e a esvazia de seu conteúdo político e econômico, o que decorre sobretudo do ponto de vista metodológico

adotado pelo autor, assentado na análise das relações formais entre os atores com base em seus vínculos institucionais.

Diniz e Boschi (2007), por sua vez, veem a eleição de Skaf como um realinhamento do empresariado em torno de uma nova estratégia política em busca de recuperação do protagonismo perdido no âmbito de um novo regime produtivo que se desenhava com a substituição de FHC por Lula na presidência. Os autores destacam o discurso do candidato eleito em torno da necessidade de maior proximidade com o governo como forma de reverter o desequilíbrio que havia se instalado nas gestões do PSDB em prol do setor financeiro. Na visão dos autores, o projeto de Skaf consistia, em suma, na transformação da Fiesp em uma “autoridade produtiva” para defender “os interesses de quem trabalha e produz”. No entanto, Diniz e Boschi rejeitam a existência de uma dimensão econômica nesse processo.

Boito (2018) também enxerga na ascensão de Skaf uma mudança política nas relações entre indústria e governo, mas também entre o setor em relação a outros grupos econômicos. Segundo o autor, a eleição do presidente da Abit foi um indicador da “consolidação do novo arranjo no interior do bloco no poder em que a grande burguesia interna se firmou como base de classe do governo Lula” (p. 79). Essa mudança, por sua vez, seria fruto de reformulações na política econômica que beneficiaram o setor produtivo, o que possibilitou uma melhora da sua posição relativa dentro do bloco no poder, embora permanecesse secundário ao capital financeiro, cujos interesses continuaram pautando as prioridades governamentais. O autor, portanto, diverge de Diniz e Boschi ao atribuir esse realinhamento político a ajustes no projeto econômico capitaneado pelo Estado.

Em nossa reconstituição do processo, buscamos aprofundar a análise desse jogo político-institucional, visível na superfície, para além do seu aspecto institucional, contrastando-o com o contexto histórico, sobretudo em suas facetas política e econômica, dentro do qual ele se dava. Percebemos, em primeiro lugar, que o enquadramento da Fiesp como refém de sindicatos pequenos e inexpressivos em razão das regras de seu processo eleitoral não se sustenta, tendo em vista que grandes empresários encontram ampla margem para pressioná-los de acordo com seus interesses, valendo-se para isso da assimetria econômica em suas relações como fornecedores ou compradores. Em segundo lugar, tomar esses sindicatos como simples aparelhos burocráticos, vendo aí a origem de sua fraqueza, também é equivocado. Os sindicatos não existem no vazio, e sua dependência em relação à Fiesp decorre justamente de um problema econômico: a fragilidade dos setores que representam. Em resumo, não negamos que existam burocracias autointeressadas e

reconhecemos que elas exercem peso significativo na dinâmica de poder da Fiesp, no entanto, acreditamos que a inexpressividade que as caracteriza não é descolada da realidade econômica dos setores que representam, e que sua atuação determina menos os processos sucessórios do que a literatura dá a entender.

Em terceiro lugar, a insatisfação com a gestão de Piva foi além de sindicatos periféricos contrariados por perderem regalias. Tanto grandes quanto pequenos empresários de diversos setores viam o então presidente da Fiesp como um ator de pouca habilidade política, seja ela interna, em sua relação com os filiados, quanto externa, em sua relação com o governo. A percepção era de que a Fiesp fora deixada de fora dos centros de decisão política e que isso acarretava uma agenda econômica prejudicial à indústria. A mudança de governo era interpretada como uma possível brecha, à qual Skaf tinha melhores condições de aproveitar tendo em vista sua proximidade com o governo e seu perfil mais político.

Compreender a ascensão de Skaf, portanto, exige uma leitura em dois planos: no âmbito da dinâmica do jogo de poder entre empresários e sindicatos, e em sua articulação com o plano político e econômico que influenciava, constrangia e potencializava os interesses e campo de ação desses indivíduos e grupos.

O número restrito de eleitores da Fiesp amplia muito seu peso e poder de barganha junto aos candidatos. Segundo parte importante da literatura sobre empresários no Brasil, isso favoreceria sindicatos inexpressivos, o que por sua vez enfraqueceria a representatividade da federação. Mostramos que essa hipótese está parcialmente correta: os sindicatos menores e dependentes da Fiesp, cujos interesses foram contrariados pelas reformas de Piva, foram de fato os primeiros a aderir a Skaf em busca da restauração da posição ameaçada. No entanto, essa troca de favores não se deu apenas com entidades pequenas e inexpressivas. Ambas as chapas se valeram do poder econômico de grandes empresários para pressionar setores dependentes, indicando que as possibilidades de influência sobre a disputa são mais amplas do que uma análise limitada às amarras institucionais faz crer. Identificamos também que práticas fisiológicas foram mobilizadas em larga escala, tanto por sindicatos e empresários, quanto pelos pequenos quanto pelos grandes, e tiveram papel fundamental na disputa. Como mostramos, essa estratégia passou a ser um dos pilares de sustentação de Skaf.

Entretanto, reforçamos que o quadro maior em que essas relações fisiológicas se deram não foi menos importante para o desfecho da disputa. Skaf legitimou-se como um discurso que ecoava o anseio do empresariado por uma reformulação de suas relações com o

governo federal, em busca de maior influência nos centros decisórios. Nesse sentido, concordamos com Diniz e Boschi (2007) ao ver nesse processo um realinhamento político da indústria. No entanto, divergimos da visão desses autores em sua proposição de que não havia uma dimensão econômica entre seus motivadores. A busca da indústria por um papel mais ativo estava diretamente relacionada à percepção de que as lideranças do setor foram escamoteadas enquanto uma política econômica liberalizante e prejudicial era implementada.

Assim, nos aproximamos da visão de Boito (2018) na medida em que o autor associa a eleição de Skaf a mudanças nas relações políticas entre empresariado e governo no quadro de um projeto econômico em transformação. No entanto, não vamos tão longe quanto o autor na caracterização da burguesia interna – supostamente representada pela Fiesp – como base de classe do governo Lula. Diferentemente de Boito, não vemos a Fiesp como representativa dessa fração do empresariado após a eleição de Skaf. Nossa hipótese é a entidade vem passa por um processo de transformação de suas bases desde os anos 1990, com empresários de menor porte ganhando espaço. Skaf capitaliza em cima dessa mudança e, a partir de sua eleição, vale-se de práticas fisiológicas em larga escala para ancorar-se nesse grupo – estratégia que lhe permitiu ser o dirigente mais longo da Fiesp na história.

2.4 A presidência Skaf sob Lula

A festa de posse de Paulo Skaf na Fiesp, organizada em novembro de 2004 no Museu do Ipiranga, contou com a presença do ex-presidente Lula, acompanhado por dez ministros, além de governadores de seis Estados e diversos senadores e deputados. Na ocasião, foi relançada a Revista da Indústria, publicação que havia sido retirada de circulação pela gestão de Piva e que serviria como plataforma para expressar as opiniões da Fiesp. As posições manifestas pela nova diretoria em artigos da revista propunham uma atitude proativa da Fiesp junto ao governo e criticavam o monetarismo, a abertura comercial, as altas taxas de juros e carga tributária – todas atribuídas a uma herança nos anos 1990. Um dos textos proclamava que a nova diretoria resgataria um “compromisso histórico com a Pátria e o desenvolvimento” e apontava a necessidade de ampliação dos laços com trabalhadores (BOITO, 2018, p. 76-77).

A busca por um papel de maior relevância condizia com o discurso do governo Lula de uma mobilização pelo setor produtivo. Em análise do primeiro mandato do petista, Boito (2018) identifica três posições dentro do bloco no poder: uma fração hegemônica, composta pelo grande capital financeiro internacional e os bancos nacionais, cujos interesses são priorizados desde os anos 2000; uma fração intermediária, proveniente da grande burguesia

interna industrial e do agronegócio; e uma fração marginalizada pela política estatal, inclusive durante a gestão petista, formada pelo médio capital envolvido em atividades produtivas para o mercado interno de bens populares. Nesse esquema, a Fiesp seria representativa da fração intermediária, e sua proximidade com o Palácio do Planalto uma evidência da aliança entre o grupo e o PT.

Essa fração intermediária teria conseguido melhorar sua posição relativa dentro do bloco a partir da sua aliança com o governo em torno de um projeto neodesenvolvimentista – entendido como “o desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico” (p. 57). O autor destaca a multiplicação de canais institucionais de consulta aos industriais³⁵ como exemplo desse processo, em oposição ao que ocorria durante o governo FHC, quando o setor era deixado de fora dos espaços de discussão e decisão políticas. Essa convergência de interesses em torno de um projeto comum se manifestou de diversas formas ao longo do primeiro mandato, dentre as quais destacamos as Parcerias Público-Privadas, a mudança da composição do Conselho Monetário Nacional (CMN), a reformulação da política externa com foco em parcerias comerciais Sul-Sul e concessão de financiamentos via BNDES – todas com o objetivo de fortalecer o setor produtivo. Com exceção de declarações contra o nível da taxa de juros, considerado alto, a postura de Skaf foi de alinhamento com o governo.

Esse relacionamento foi testado em 2006, quando estourou o que ficou conhecido como “crise do mensalão”, esquema de corrupção que envolvia membros do Executivo e da base aliada no Congresso. Apesar do escândalo ser extensamente explorado na imprensa e dominar o debate público, falando-se inclusive na possibilidade de impeachment de Lula, a Revista da Indústria não fez nenhuma menção à pauta em suas publicações por meses. Quando a crise política foi finalmente abordada, o tom da publicação era crítico à oposição, cuja atuação em cima do escândalo estava atravancando o prosseguimento de atividades importantes para o país. O próprio Skaf assumia esse ponto de vista em entrevista publicada no mesmo número (BOITO, 2018, p. 79-80). O apoio dado pela Fiesp ao presidente é, na análise de Boito, mais uma demonstração da aliança entre a burguesia interna e o governo petista, a qual teria saído reforçada desse episódio.

Um dos resultados da crise do mensalão foi a substituição de Antônio Palocci por Guido Mantega no ministério da Fazenda no início de 2006. A escolha de Mantega – um economista heterodoxo, que ocupava até então a chefia do BNDES – agradou a Fiesp. A Revista da Indústria fez uma capa sobre o novo ministro intitulada “Um desenvolvimentista

na Fazenda”. O texto publicado pela revista identificava dois grandes grupos no governo: um monetarista, associado ao setor financeiro, que era capitaneado por Palocci, e um desenvolvimentista, associado ao setor produtivo, do qual Mantega era um dos representantes (BOITO, 2018, p. 85).

A partir das evidências expostas, é inegável que havia uma relação de proximidade entre Skaf e o governo, que se manifestava na convergência de agendas e apoio. No entanto, essa análise peca por localizar a política apenas do lado de fora da Fiesp, e ignorar que a entidade funciona como um espaço de disputa entre o empresariado. Como discutimos na seção anterior, a eleição de Skaf motivou um amplo debate entre a necessidade de aproximação do governo e o temor de submissão. De que maneira foi possível que um alinhamento tão forte se estabelecesse e fosse ainda por cima reforçado em um momento de crise política? Como explicar que aquele empresariado que havia se mostrado tão heterogêneo, cheio de dissidências, conseguisse falar de repente de modo unânime? Mais: como explicar que tenha sido justamente a Fiesp uma das líderes da campanha que impôs a maior derrota do governo Lula, a rejeição da prorrogação da CPMF? Como entender a elevação do tom crítico da entidade justamente durante a gestão de Mantega na Fazenda? Para refletir sobre essas questões, precisamos olhar para o que se passava dentro da Fiesp.

Ao tomar posse, Paulo Skaf reverteu parte das reformas feitas por Horácio Lafer Piva: recriou departamentos extintos, ampliou o número de funcionários e restaurou a prática de agrados aos sindicatos menos expressivos, seus aliados desde o início. Até mesmo críticos de Skaf o descrevem como um político extremamente habilidoso, e atribuem a essa característica sua longevidade à frente da federação.

A primeira diretoria montada por Skaf, em 2004, tinha 82 entidades entre seus quadros – um salto quando comparada a de Piva, com 69. Toledo (2009), ao comparar as gestões montadas na Fiesp e no Ciesp, observa que na primeira os indivíduos eram ligados por vínculos fracos, enquanto no segundo os vínculos eram fortes e antigos, o conformava um grupo muito mais coeso. O autor acrescenta que a diretoria montada por Skaf tinha um caráter mais exógeno em relação ao círculo de empresários e sindicatos que circulavam no núcleo duro do sistema composto por Fiesp e Ciesp até então. Toledo conclui que a vitória de Skaf significou, portanto, a derrota do projeto de modernização das entidades iniciado nos anos 1990 a partir da pressão exercida pelos dissidentes Iedi e PNBE, uma vez que seus defensores – concentrados em torno de Vaz – foram excluídos em favor daqueles cujos interesses vinham sendo favorecidos por esse mesmo projeto.

Um dos principais nomes citados por Toledo como exemplo desse empresariado engajado em transformar a Fiesp e o Ciesp é o de Mario Bernardini, diretor da Abimaq que participou do PNBE e do “Grupo Novo Ciesp” e foi membro da gestão de Vaz no Ciesp. No entanto, Bernardini voltou a participar da Fiesp no final do primeiro mandato de Skaf, por volta de 2007. Cestari, outro membro da chapa de Vaz, é hoje vice-presidente do Fiesp e um defensor de Skaf. Como explicar essa mudança? A conclusão de Toledo permanece válida?

Nossa hipótese é que sim, mas em parte. A eleição de Skaf de fato rompeu com o projeto do grupo de Piva, mas não levou a uma restauração do status quo anterior. O novo presidente da Fiesp, ciente das falhas que derrotaram seu antecessor e das brechas que lhe garantiram a eleição, implementou uma habilidosa política de acomodação de interesses e linhas de defesa contra dissidências, com boa dose de agrados e favores. Isso só foi possível, entretanto, porque houve um enfraquecimento paralelo dos setores e empresários mais vocais, relacionados ao processo de longo prazo de desindustrialização. Um antigo membro da cúpula da Fiesp durante os anos 1990 faz a seguinte análise:

Antes a Fiesp e o Ciesp representavam a indústria mais forte, mas o setor passou por uma reviravolta. Os grandes empresários nacionais não existem mais, quem sobrou se afastou da Fiesp por causa do Skaf. Com isso, as pequenas e médias começaram a ganhar mais espaço com uma pauta mais “para trás”. (...) A Fiesp acabou representando esse estrato do empresariado mais atrasado. (...) É uma interlocutora política curto-prazista de interesses cartoriais.³⁶

Como discutimos no capítulo 1, o encolhimento da indústria nacional iniciado nos anos 1980 continua nos anos 2000 com a reprimarização da pauta de exportações, a valorização do real e a concorrência com importados, dentre outros fatores. As mudanças na distribuição de renda observadas no período também influenciaram esse processo, como mostra Loureiro (2018), favorecendo setores da indústria de menor valor agregado em detrimento daqueles de ponta.

Observamos que desde 2002 (dado mais antigo disponível na série histórica da Rais) ocorre uma expansão das empresas de micro e pequeno porte (até 99 empregados)³⁷, a qual se prolonga até 2014, ano em que o país entra em recessão. Enquanto isso, o número de empresas de médio (de 100 a 499 empregados) e grande porte (500 ou mais empregados) se mantém praticamente estável (gráfico 2).

O ranking Exame Melhores & Maiores³⁸ traz evidências do que aconteceu entre a grande indústria. Embora em termos absolutos o número de empresas de capital privado nacional seja superior às de capital estrangeiro ou misto, quando analisamos a receita líquida média, observamos que o primeiro grupo ultrapassa o segundo (gráfico 3).

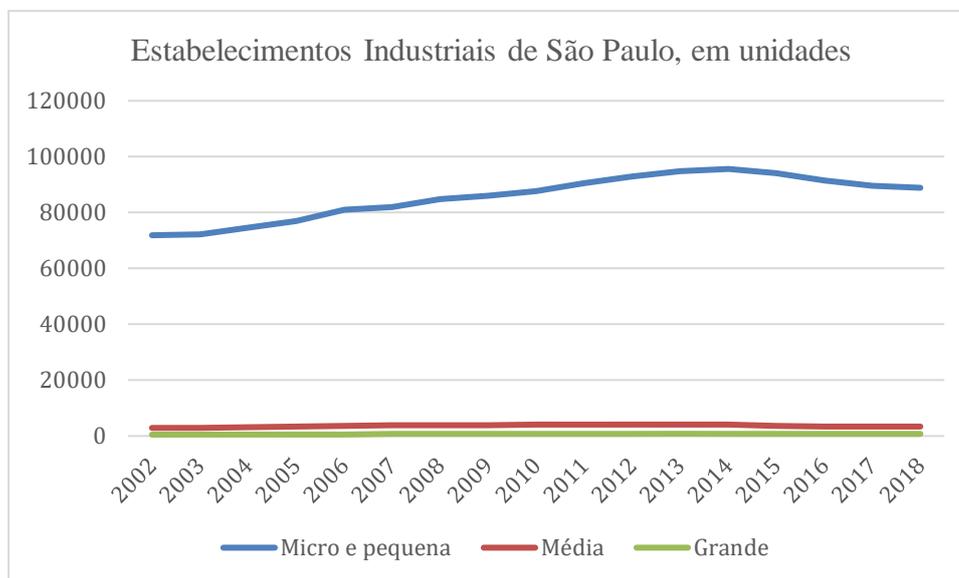


Gráfico 2. Fonte: Rais.

Para além do encolhimento da indústria nacional, de acordo com o mesmo entrevistado os grandes empresários teriam se afastado da Fiesp por não gostarem do estilo de Skaf, tido como “espalhafatoso”. Embora nenhum outro entrevistado tenha criticado a atuação de Skaf nesses termos, outros depoimentos apontaram uma relação distante entre a Fiesp e os grandes empresários – esses últimos só se aproximariam da entidade para fins específicos de lobby. A ideia corrente é que, para fins políticos, as grandes empresas e setores mais fortes já têm acesso direto ao governo independentemente da Fiesp. Cestari, por exemplo, afirma que “grandes empresas têm cultura que não precisam de ninguém. Anfavea [associação das montadoras] por exemplo atua no lobby deles”. Na mesma linha, Fernando Bueno, diretor-executivo da filial brasileira da Bitzer, multinacional alemã que atua no setor de máquinas de refrigeração industrial, membro das diretorias da Abimaq e da Fiesp, avalia que “a grande indústria usa a Fiesp para propostas indecentes, como renúncia fiscal. Para o resto das pautas, ela vai direto no governo”³⁹. Pedro Evangelinos acrescenta impedimentos legais para um envolvimento direto das grandes com a Fiesp:

A grande indústria não assume posições políticas contundentes se for internacional, por estatuto. A nacional, por interesse, se for grande tem acesso direto ao governo. Na época do Horácio, tinha espaço para as grandes empresas se encontrarem lá na Fiesp. Mas hoje há compliance [cumprimento de normas estabelecidas por órgãos de regulação], e qualquer coisa que você fizer podem te tirar do cargo.

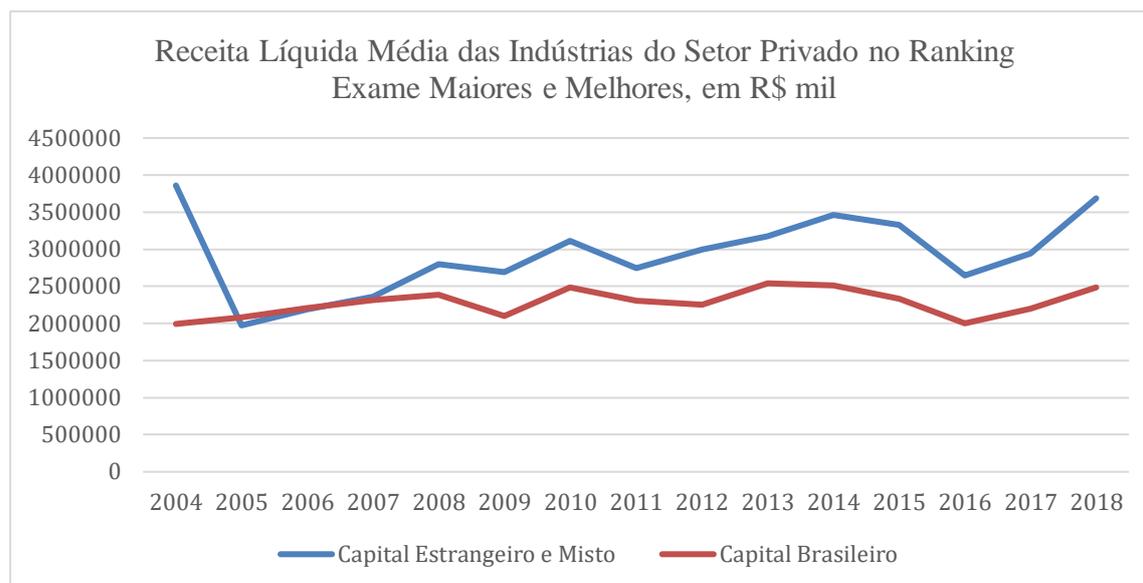


Gráfico 3. Fonte: Ranking Exame Melhores & Maiores. O salto em 2004 decorre principalmente da fusão da brasileira Ambev com a belga Interbrew que, por razões contábeis, foi contabilizada naquele ano de forma que resultou numa receita anormalmente grande. De 2005 em diante o resultado foi normalizado.

Rafael Cervone Netto, que quando entrevistado pela pesquisa ocupa o cargo de terceiro vice-presidente da Fiesp, abaixo apenas de Skaf e José Ricardo Roriz Coelho, faz comparação semelhante. Segundo ele, grandes empresários e sindicatos preferem não se expor e usufruem de canal direto com o governo. A situação é diferente dos anos 1990, quando, na sua visão, “os grandes tinham voz mais forte, e as pequenas tinham menor abertura [na Fiesp]”⁴⁰.

Um funcionário da área técnica da entidade explica como se dá essa relação entre a Fiesp e a pequena e média indústria:

Os grandes empresários nunca estiveram ali [na Fiesp]. Eles participam de eventos, mas nunca precisam de ninguém. [Já] os pequenos e médios empresários vêm reclamar, é a história da minha vida. O sindicato de uma indústria X está com um problema tal. Aí nós vamos lá e ajudamos esses caras a fazerem uma petição no ministério. Se o presidente do sindicato tiver abertura com o Paulo Skaf, ele vai direto falar [com ele] que vai dar merda, e aí Skaf vai falar direto com o ministro. Liga direto no telefone durante a reunião. Assim o Skaf consegue manter o apoio desses caras.⁴¹

Uma ex-funcionária que teve relação direta com Skaf o descreve como alguém competente, “que resolve, articula mesmo”. Entretanto, esse trabalho não visaria, em sua visão, melhorar as condições da indústria, porque acabaria sendo sempre explorado de maneira pessoal. As missões de negócio internacionais seriam um exemplo desse problema: em vez de serem utilizadas para ampliar contatos comerciais, eram aproveitadas por membros da diretoria sem nenhum plano ou estratégia. Um empresário entrevistado descreve essas viagens como forma de agradar aliados.

Os depoimentos colhidos na pesquisa convergem na descrição de Skaf como alguém muito atento à satisfação de suas bases. Segundo Bernardini, a dinâmica interna da Fiesp se dá da seguinte forma:

A cada duas semanas tem reunião de diretoria. Reúne umas 50, 60 pessoas. Essas são as [reuniões] importantes para a Fiesp, em que vão os delegados de sindicatos, que votam. Aquilo é um divã, pessoal gosta de se sentir ouvido. Skaf democraticamente ouve: tem carro [para os participantes], almoça no 10º andar, e depois bebe de graça. É importante como trata a turma, saber o nome, e depois sobe para o restaurante, passa de mesa em mesa. Ele faz isso muito bem, naturalmente⁴².

Essa habilidade política é sintetizada em uma anedota contada também por Bernardini – que fora membro do grupo rival de Skaf. O diretor da Abimaq conta que Skaf o abordou em determinado momento e se convidou para jantar em sua casa, numa tentativa de aproximação. Na ocasião, conheceu o cachorro de Bernardini. Anos depois, ao cruzar com Skaf em um evento na Fiesp, o presidente da entidade perguntou como estava seu cachorro, citando-o pelo nome.

Obviamente, Skaf se mantém há tantos anos à frente da Fiesp por outros motivos além de sua boa memória. Após tomar posse, ele criou conselhos e assessorias de “notáveis” na Fiesp, preenchendo-os com convites a políticos e nomes de relevo que, embora não fossem remunerados, envolviam certo prestígio e podiam ser usados para abrir portas do lado do empresariado ou do governo. De modo semelhante, ele construiu uma ampla rede por meio da nomeação de aliados e pessoas a eles ligadas para cargos na Fiesp, no Ciesp e nas entidades do Sistema S (nesse último caso, remunerados). “A distribuição de cargos sem dúvida visa acomodar interesses de pessoas ligadas a sindicatos. Cada departamento tem um titular, um adjunto e diretores, e todo ano tem recondução e uma briga maior”, afirma um funcionário⁴³. Segundo uma outra funcionária, o presidente indicaria os titulares, que por sua vez indicariam seus adjuntos e demais diretores.

Foi assim que o presidente da Fiesp conseguiu alterar o estatuto para ampliar o tempo de mandato de 3 para 4 anos, e em seguida se reeleger na Fiesp e, dessa vez, ganhar também no Ciesp, como chapa única nas duas disputas. Dos 124 sindicatos com direito a voto, 122 participaram da eleição e 117 votaram em Skaf. No Ciesp, ele foi eleito com 99% de um total de 3.693 votos (comparecimento, portanto, muito inferior ao observado em 2004). As diretorias montadas absorveram muitos dos nomes que foram aliados ativos de Vaz em 2004, o que indica uma acomodação de interesses.

Os empresários Evangelinos e Cestari relacionam essa estratégia de poder do presidente da Fiesp à sua proposta de atuação política mais incisiva. A lógica por trás do argumento associa a visibilidade externa à necessidade de uma mão firme internamente:

Evangelinos – Paulo assume com outra visão [em comparação com Piva], adota uma posição de confronto. Para isso, você tem que ter um arco de alianças, você tem que dar espaço. Aí ele cria cargos e dá infraestrutura. Ele multiplica pessoas trabalhando pela causa. (...) Renovação [no comando da Fiesp] é boa. Mas isso não é uma crítica ao Paulo. Ele se mantém porque não aparece opção, mesmo entre empresários. Da forma que o Paulo trabalha e seu sistema, é muito difícil se opor a ele, fazer campanha contra ele. Se Skaf abrisse chamada para eleição, teria uns dez candidatos, inclusive eu.⁴⁴

Cestari – Oposição na Fiesp hoje é silenciosa. Paulo tem uma posição confortável. Ele não estimula novas lideranças, não há abertura para surgir oposição. Paulo preencheu todos os espaços politicamente, levou a Fiesp para uma posição institucional de maior peso. Com a CPMF, ele mostrou o que a Fiesp era capaz de fazer, ele derrotou o Lula.⁴⁵

Os dois depoimentos – ambos de antigos rivais de Skaf – são bastante elogiosos à sua atuação na Fiesp, ainda que façam ressalvas ao estreitamento do espaço para dissenso. Esse problema é minimizado diante da maior coesão do empresariado alcançada por essa via, o que teria levado ao fortalecimento político da entidade depois de 2004. A eliminação das disputas internas, tão características do setor nos anos 1990, sob um controle firme e centralizado, são interpretados como condições necessárias para a recuperação do poder de influência do empresariado dentro de uma estratégia combativa em relação à esfera política.

Essa argumentação omite os anos iniciais da gestão Skaf, em que houve forte alinhamento com o governo, como já discutido. O mérito do presidente da Fiesp passa a ser reconhecido a partir do momento em que ele adota uma estratégia de enfrentamento. No entanto, por que Skaf passou a criticar o governo?

Para refletir sobre essa questão, voltamos a Boito (2018). De acordo com o autor, o aumento das críticas da Fiesp ao governo a partir do segundo mandato de Lula é resultado das contradições internas da frente neodesenvolvimentista, sobretudo entre o setor produtivo e os trabalhadores:

A grande burguesia interna reluta em aceitar as pequenas concessões que o governo Lula exige dela para que seja possível manter a própria frente. Os grandes empresários querem: juros mais baixos, investimento estatal em infraestrutura, proteção alfandegária, BNDES a seu serviço, diplomacia empresarial e outras benesses, mas rejeitam a contratação de novos funcionários, reajustes para o funcionalismo, reajuste do salário mínimo, o gasto da previdência etc. É o que já sabemos: querem um Estado enxuto para os trabalhadores e dadivoso para os empresários. (p. 94)

A Fiesp advogava por exemplo que a taxa de juros poderia ser cortada caso os gastos públicos e a carga tributária fossem reduzidos. Dessa defesa, Boito depreende um ataque aos trabalhadores, uma vez que eles seriam os principais beneficiados pelos gastos públicos. Nossa hipótese é que o presidente da Fiesp viu nesse confronto uma janela de oportunidade para projetar-se politicamente, aproveitando a posição como porta-voz do setor – conjugando, assim, os interesses da entidade aos seus próprios. A percepção de que ele buscava uma entrada na política institucional já era bastante difundida desde antes da sua primeira eleição, em 2004, sendo um dos motivos pelos quais parte do empresariado o via com reservas, temerosos de que transformasse a Fiesp em trampolim político.

Para embasar nosso argumento, temos uma especulação e algumas evidências. Começamos pela primeira. Por que Skaf ampliou em um ano o tempo de mandato da presidência da Fiesp? Considerando que a alteração entraria em vigor para quem fosse eleito em 2007, isso significa que o término do mandato passaria a ser 2011, em vez de 2010 – ano de eleição para presidente, governador, senadores e deputados. Ou seja, pela regra anterior, caso Skaf quisesse concorrer a qualquer um desses cargos, ele teria que renunciar à disputa pela Fiesp ou, a partir de um malabarismo retórico e prático, concorrer ao mesmo tempo para as duas coisas. Ampliando a duração do mandato, ele poderia se licenciar da presidência da Fiesp para disputar a eleição em 2010 e, caso derrotado, retornar imediatamente, disputando uma nova reeleição no ano seguinte – como de fato fez.

Passemos agora às evidências. Em abril de 2007, a revista IstoÉ publicou um perfil laudatório do presidente da Fiesp⁴⁶. Melhor que a encomenda, o texto é permeado de frases como “Nenhum dos dois [ex-presidentes da Fiesp] jamais teve metade do trânsito ou da credibilidade que Skaf construiu nos círculos do poder”, “Ele [Skaf] foi quem mais cobrou crescimento econômico do País. Gritou tanto e tão alto que conseguiu reconstruir a unidade empresarial”, “Nas pegadas de Roberto Simonsen (1889-1948), (...) Paulo Skaf se tornou um verdadeiro cruzado do desenvolvimentismo”. No último parágrafo, o lide⁴⁷: “Com todo esse cacife, é de se perguntar se Paulo Skaf tem ambições políticas no futuro”. Skaf responde: “(...) O futuro a Deus pertence. Nunca militei na política partidária, não tenho partido nem nunca tive. Mas, na vida, falar que desta água não beberei é muito arriscado. Há dez anos, quando eu passava pela avenida Paulista, jamais imaginei ocupar a presidência da Fiesp”.

Logo após a circulação da entrevista, a Fiesp lança a publicação “Por que a CPMF é um problema para o Brasil?”, estudo em que são elencadas diversas razões para extinguir o imposto, cuja prorrogação – uma prioridade do governo Lula – estava sendo discutida no

Congresso. A expiração do imposto atendia aos interesses do empresariado, sempre crítico à carga tributária brasileira, ao mesmo tempo em que a batalha contra sua prorrogação permitia que Skaf se divulgasse como um defensor do contribuinte – seja ele industrial ou não, dada a incidência ampla da CPMF. Na visão de Bueno, a estratégia foi uma forma do dirigente ganhar espaço político: “O que acontece é que espaços são conseguidos a nível pessoal. Outros tinham dificuldade de brigar, mas aí Skaf entrou forte com aquilo da CPMF”.

Ao mesmo tempo, a decisão de enfrentar um governo popular, do qual a Fiesp e seu dirigente eram bastante próximos e até então haviam evitado críticas públicas – mesmo em momentos de crise, como a do mensalão – é um cálculo político significativo com o qual conseguimos contribuir com apenas algumas variáveis. Foge ao escopo deste trabalho uma compreensão aprofundada deste episódio, limitando-nos a indicar que se trata de um caso relevante para pesquisas futuras.

De todo modo, a partir do lançamento desse estudo, a Fiesp e seu presidente passaram meses em campanha contra o tributo, valendo-se pela primeira vez de maneira ostensiva das táticas midiáticas pelas quais a Fiesp ficaria conhecida mais tarde. Uma dessas ações, por exemplo, consistiu na realização de um abaixo-assinado que coletou 1,3 milhão de assinaturas. Skaf foi pessoalmente fazer a entrega do material no Senado, carregado em carrinhos de supermercado⁴⁸. Também foi promovido um show gratuito no Vale do Anhangabaú, intitulado “Tributo contra o Tributo”. Segundo Cestari, a briga entre Fiesp e governo em torno da continuidade da CPMF foi um “divisor de águas” na linha da entidade. “A briga da Fiesp com o PT começou quando Lula quis trazer de volta a CPMF”, afirma.

O fim do imposto, aprovado pelo Senado em dezembro de 2007, foi uma das principais derrotas do governo Lula no Congresso e significou uma perda bilionária de arrecadação (algo entre R\$ 30 bilhões e R\$ 40 bilhões anuais, segundo estimativas da época). A campanha pela extinção do imposto, liderada pela Fiesp, projetou Skaf nacionalmente como um defensor do cidadão contra o Estado tributador, uma vez que o tributo recaía não apenas sobre empresários, mas qualquer pessoa (física ou jurídica) que fizesse transações financeiras. A vitória é citada com frequência pelo presidente da Fiesp como exemplo de um de seus maiores feitos:

A CPMF também pouca gente acreditava. E eu sentia isso, que as pessoas acreditavam que aquilo não ia dar certo. E tudo que nós falamos aconteceu em 2008. Houve grande aumento de arrecadação, e recursos previstos pra saúde no Orçamento acaba o ano e nem é utilizado aqueles recursos. Durante seis meses eu falei que iríamos vencer no Senado Federal. É gozado, na minha vida acontece, e aí você [entrevistador] disse desse movimento [na vida de Skaf] ... Eu acredito bastante em destino.⁴⁹

Mais uma vez, o presidente da Fiesp vale-se da narrativa política que criou na qual ele emerge como um outsider e, contra todas as expectativas, vence o establishment. É uma das tantas formas de contar uma história de superação. No entanto, o desfecho dela tem muito menos a ver com destino do que com planejamento. Dois anos depois da campanha pela CPMF, Skaf se filia ao Partido Socialista Brasileiro (PSB)⁵⁰, após meses de conversas que, segundo a imprensa, envolveram também o Partido Verde (PV), o Partido da República (PR) e o PMDB – partido para onde ele migra em 2011, quando declara que Michel Temer o havia convidado anos antes, mas a filiação não teria dado certo por um conflito de interesses com o ex-governador de São Paulo Orestes Quéricia, morto no final de 2010⁵¹. No mesmo ano, Skaf disputou o governo de São Paulo, terminando em 4º lugar (4,6% dos votos).

Considerações finais

As eleições de 2004 na Fiesp merecem um capítulo à parte por seu peso na trajetória da entidade. Em primeiro lugar, porque uma chapa oposicionista conseguiu sair vitoriosa em uma entidade tradicionalmente continuísta. Em segundo, porque teve ampla repercussão no debate público, a despeito do empresariado ser uma categoria avessa à exposição externa. Em terceiro, porque aconteceu em meio a uma reconfiguração das relações entre empresariado e governo federal resultado da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente da República. Esses motivos por si só justificariam o interesse especial por esse pleito em qualquer pesquisa cujo objeto fosse a Fiesp. No caso presente, há ainda uma quarta razão: é impossível entender o que é a entidade hoje e sua atuação ao longo dos governos Rousseff sem compreender a figura de Paulo Skaf, sua ascensão e manutenção no poder.

A nossa hipótese é que essa disputa, ao mesmo tempo em que extrapolou a dinâmica de poder dentro da Fiesp também a reforçou. Como já apontado amplamente na literatura, o processo eleitoral da entidade, em que cada sindicato tem direito a um voto, dentro de um universo pequeno de eleitores (algo entre 120 e 130 sindicatos) sempre fez com que a troca de favores fosse um elemento importante nas disputas. No entanto, as campanhas de 2004, em especial a da chapa de oposição, tiveram nessa arma uma estratégia fundamental. A partir de então, o fisiologismo – que, novamente, sempre esteve presente em algum grau – se torna característica determinante das relações de poder dentro da Fiesp, e é um traço fundamental para entender sua atuação desde então até os dias atuais. Isso, no entanto, não esvazia o processo sucessório de seu conteúdo político e de seu lastro econômico. Tão importante quanto as trocas de favores e expedientes do gênero foi o desejo de reformulação da relação da Fiesp com o governo em um momento de enfraquecimento econômico da indústria.

Há uma linha contínua entre o uso da proximidade com o Planalto para eleger-se na Fiesp, a construção de uma base firme para garantir a manutenção desse poder, e seu uso como plataforma política diante das oportunidades que surgissem. A agência de Skaf, portanto, é um elemento essencial para compreender os posicionamentos da Fiesp. Não obstante, é preciso entender as condições que a tornaram viável.

Tanto a eleição de Skaf quanto sua política de articulação baseada na acomodação de interesses via distribuição de cargos e troca de favores só foram possíveis, em um primeiro momento, porque havia setores periféricos insatisfeitos com a modernização da entidade em um contexto mais amplo de busca de reformulação de seu papel político e aproximação do governo. Salta aos olhos a semelhança entre a descrição desse grupo feita pelas fontes (imediatista, pautado por interesses paroquiais) com os “capitães da indústria” identificados por Cardoso (1964), tão dependentes quanto temerosos do Estado. Porém, diferentemente do que acreditava o autor, eles parecem ter sobrevivido ao processo de modernização econômica e seus descendentes seguem sendo tão expressivos quanto os “homens de empresa”.

Depois de eleito, a força que Skaf alcançou por meio do reforço e ampliação das práticas fisiológica que lhe renderam a vitória tem a ver tanto com sua habilidade política quanto com o enfraquecimento da indústria como um todo. Como relatado em depoimentos, grandes empresários se afastaram da Fiesp por antipatia a Skaf, mas também pelo fim de suas atividades. A mudança no estatuto, a reeleição em chapa única, a intensa exposição midiática e o lançamento de uma carreira político-partidária concomitante à federação são elementos raros na história da Fiesp e sempre objetos de intenso debate e polarização. A facilidade com que Skaf conseguiu surfar esse caminho evidencia o esvaziamento político da federação, cujo traço principal passa a ser o fisiologismo. Esse processo, contudo, não a torna menos representativa da indústria, uma vez que reflete a situação do setor: fragmentado e declinante, em meio a uma desindustrialização que se estende desde o final dos anos 1980 sem sinal de arrefecimento.

¹ A reconstituição do surgimento do Ciesp e da Fiesp que se segue apoia-se em larga medida no trabalho de Bianchi (2010).

² Pedro Piva foi senador entre 1995-1996 e 1999-2002 durante as licenças de José Serra para assumir os ministérios do Planejamento e Saúde, respectivamente.

³ Sucessão na Fiesp divide empresários. Valor Econômico, 11.dez.2003, p. A16.

⁴ Declarações feitas ao jornalista Ricardo Balthazar em 2003.

⁵ Entrevista à autora em 30 de janeiro de 2019.

⁶ Entrevista à autora em 4 de dezembro de 2018.

⁷ Levantamento feito pelo jornal Valor Econômico na época mostrou que um terço dos sindicatos filiados à Fiesp tinham sede no prédio da federação.

-
- ⁸ Piva ganha fácil na Fiesp e deve levar Ciesp. Folha de S.Paulo, 27.ago.1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi27089828.htm>. Acesso em: 12.jul.2018.
- ⁹ Declarações feitas ao jornalista Ricardo Balthazar entre 2003 e 2004.
- ¹⁰ Sucessão na Fiesp divide empresários. Valor Econômico, 11.dez.2003, p. A16.
- ¹¹ Entrevista à autoria em 14 de fevereiro de 2019.
- ¹² A pesquisa ouviu 107 presidentes ou delegados dos 126 sindicatos filiados à Fiesp. A entrevista foi feita por telefone entre os dias 16 e 23 de janeiro de 2004.
- ¹³ Não localizamos a publicação original da nota no site do PT. As referências a ela são feitas com base em uma cópia feita pelo jornalista Ricardo Balthazar em 2003.
- ¹⁴ As informações a seguir apoiam-se extensamente em entrevista concedida por Skaf em 2009 ao projeto “Trajetória e Pensamento das Elites Empresariais de São Paulo”, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV).
- ¹⁵ Programa de regularização de dívidas de pessoas jurídicas com a União.
- ¹⁶ Trecho transcrito de entrevista concedida por Skaf ao CPDOC.
- ¹⁷ A Nestlé comprou a Garoto em 2002, mas o negócio foi vetado pelo Cade em 2004. Skaf teria levado o presidente da Nestlé no Brasil na época, Ivan Zurita, para conversar com José Alencar, deputados e autoridades regulatórias.
- ¹⁸ Entrevista concedida ao jornalista Ricardo Balthazar em 2004.
- ¹⁹ Idem.
- ²⁰ Fazendo política longe da fábrica. Valor Econômico, 11.dez.2013, p. A16.
- ²¹ Skaf, de oposição, “vende” influência junto ao governo para se eleger na Fiesp. Folha de S.Paulo, 23.ago.2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u88066.shtml>. Acesso em: 5.dez.2018.
- ²² “Resultado vem da parceria e negociação”, acha Skaf. Valor Econômico, 23.ago.2004, p. A14.
- ²³ Skaf, de oposição, “vende” influência junto ao governo para se eleger na Fiesp. Folha de S.Paulo, 23.ago.2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u88066.shtml>. Acesso em: 5.dez.2018
- ²⁴ Idem.
- ²⁵ Entrevista à autora em 4 de dezembro de 2018.
- ²⁶ Entrevista à autora em 9 de agosto de 2018.
- ²⁷ Grupos se movem para a eleição na Fiesp. Valor Econômico, 16.ago.2004, p. A4.
- ²⁸ Eleição leva briga por votos até a véspera. Valor Econômico, 25.ago.2004, p. A8.
- ²⁹ Grupos se movem para a eleição na Fiesp. Valor Econômico, 16.ago.2004, p. A4.
- ³⁰ Idem.
- ³¹ Um caso curioso aconteceu no Sindicato da Indústria de Chocolates. A Kraft, incomodada com a influência da rival Nestlé sobre o voto pró Skaf da entidade, pressionou por uma nova assembleia para rediscutir a escolha. Dez pessoas foram à reunião com procurações para representar 32 empresas, mas 6 procurações foram rejeitadas. O resultado da votação foi 16 votos para Skaf contra 10 para Vaz. Não obstante, o direito de voto era do vice-presidente da entidade, que poderia escolher como quisesse, dado que o voto é secreto.
- ³² Caso do Sindicato dos Chapéus, que havia encerrado suas atividades em 2000.
- ³³ A Fiesp mudou seu estatuto nos anos 1990 para que apenas um sindicato de cada categoria pudesse votar, em resposta à criação de diversos sindicatos pequenos de abrangência municipal (como os de panificação) (Toledo, 2007).
- ³⁴ Disputa acirrada à presidência da Fiesp vira caso de polícia. Folha de S.Paulo, 20.ago.2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u88024.shtml>. Acesso em: 10.nov.2018.
- ³⁵ Lula instituiu o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (o “Conselhão”), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) (DINIZ *apud* VACCARI, 2016).
- ³⁶ Entrevista à autora em 9 de agosto de 2018. A identidade do entrevistado foi preservada a pedido da fonte.
- ³⁷ Adotamos os mesmos critérios de classificação por porte utilizados pela Fiesp.
- ³⁸ Os dados utilizados no ranking foram gentilmente cedidos à autora pelo Prof. Dr. Ariovaldo dos Santos, responsável pelo levantamento que subsidia a listagem divulgada pela Exame.
- ³⁹ Entrevista à autora em 14 de fevereiro de 2019.
- ⁴⁰ Entrevista à autora em 29 de janeiro de 2019.
- ⁴¹ Entrevista à autora em 11 de junho de 2018. A identidade foi preservada a pedido do entrevistado.
- ⁴² Entrevista à autora em 30 de janeiro de 2019.
- ⁴³ Entrevista à autora em 29 de março de 2019.
- ⁴⁴ Entrevista à autora em 14 de fevereiro de 2019.
- ⁴⁵ Entrevista à autora em 4 de dezembro de 2018. Cestari faz referência à derrota no governo na tentativa de prorrogação da CPMF, conhecida como “imposto do cheque”, em 2007, contra a qual a Fiesp fez campanha.

⁴⁶ O trunfo de Paulo Skaf. IstoÉ, 23.abr.2007. Disponível em:

https://istoe.com.br/3591_O+TRUNFO+DE+PAULO+SKAF. Acesso em: 20 out. 2018.

⁴⁷ Jargão jornalístico para a principal informação (notícia) de uma reportagem.

⁴⁸ Fiesp entrega abaixo-assinado com 1,3 milhão de assinaturas contra CPMF. Senado Notícias, 31.out.2007.

Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2007/10/31/fiesp-entrega-abaixo-assinado-com-13-milhao-de-assinaturas-contr-cpmf>. Acesso em: 15.dez.2018.

⁴⁹ Trecho transcrito de entrevista concedida por Skaf ao CPDOC/FGV em 2009.

⁵⁰ Skaf se filia ao PSB e pode disputar o governo paulista. Folha de S.Paulo, 1.out.2009. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0110200914.htm>. Acesso em: 20.jan.2019.

⁵¹ Skaf diz que chapa com PT em São Paulo só com o PMDB na cabeça. Veja, 12.mai.2011. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/brasil/skaf-diz-que-chapa-com-pt-em-sao-paulo-so-com-o-pmdb-na-cabeca>. Acesso em: 20.jan.2019.

Capítulo 3

Novos Tempos: o primeiro mandato de Dilma Rousseff

Introdução

Lula deixou o Planalto com popularidade recorde, fenômeno que se estendeu entre os empresários. No início de 2011, Paulo Skaf ofereceu um jantar em homenagem ao ex-presidente em agradecimento aos serviços prestados em prol da indústria. Embora pareça haver menor proximidade entre o empresário e Dilma Rousseff, a eleição da economista de tradição desenvolvimentista foi vista pela entidade como uma janela de oportunidade para pressionar por uma agenda de interesses do setor. A aparente confluência entre a federação e o governo federal que marca o primeiro ano de mandato da presidente vai, no entanto, sendo tensionada por eventos econômicos -- a crise europeia, a desaceleração do ritmo de crescimento do PIB -- e políticos, como as eleições municipais de 2012, em que Skaf enfrenta o petista Fernando Haddad pela prefeitura de São Paulo, e os protestos de junho de 2013, eventos hoje incontornáveis para qualquer análise do Brasil recente. Nas eleições de 2014, já vemos uma posição muito mais crítica da Fiesp em relação a Rousseff, embora longe do antagonismo que marcará o segundo mandato da presidente.

O objetivo deste capítulo é mostrar e discutir os movimentos de aproximação e distanciamento entre a Fiesp e o governo federal durante o primeiro mandato. Optamos por separá-lo da análise do segundo mandato por entendermos em primeiro lugar serem contextos políticos e econômicos distintos, cada qual marcado por eventos históricos que demandam uma elaboração mais densa -- quais sejam, junho de 2013 e o impeachment em si.

Iniciamos nossa análise com um panorama da Fiesp e da indústria paulista em termos de participação no PIB, setores, porte e filiações atualmente (seção 1). Em seguida, passamos para uma descrição ano a ano das ações da Fiesp e dos seus posicionamentos em relação ao governo federal, elaborando ao longo dessa reconstituição uma interpretação para os deslocamentos observados (seções 2 a 5). Nas considerações finais, destacamos os principais achados da pesquisa até esse ponto e sintetizamos a hipótese formulada.

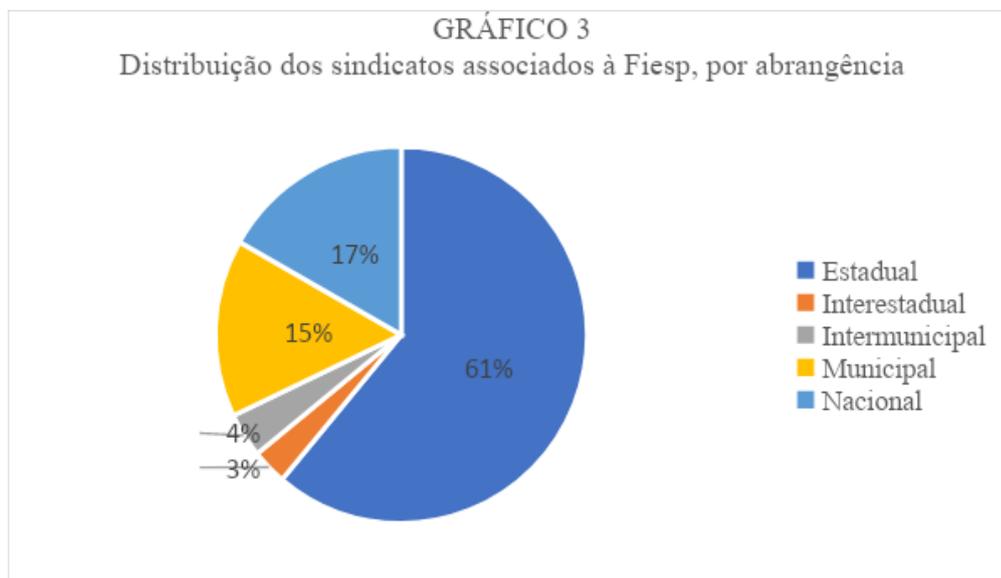
3.1 Panorama da Fiesp e da indústria paulista

A Fiesp congrega 131 sindicatos patronais, representando indiretamente cerca de 130 mil empresas, o que a coloca como a maior entidade sindical patronal da indústria no Brasil¹. Os sindicatos associados à federação concentram-se nas atividades de metalurgia, mecânica e material elétrico, alimentação, construção e mobiliário (tabela 4). A maior parte

tem abrangência estadual, mas há também entidades de escopo nacional e municipal (gráfico 3).

Setores dos sindicatos filiados à Fiesp	
Setor	Sindicatos
Indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico	26
Indústrias da alimentação	25
Indústria da construção e do mobiliário	19
Indústrias químicas e farmacêuticas	17
Indústria do vestuário	12
Indústrias extrativas	7
Indústria vidros, cristais, espelhos, cerâmica de louça e porcelana	6
Indústrias de fiação e tecelagem	4
Indústrias do papel, papelão e cortiça	3
Indústrias gráficas	3
Indústrias de artefatos de couro	2
Indústrias de artefatos de borracha	2
Indústrias de joalheria e lapidação de pedras preciosas	2
Indústrias urbanas	1
Indústrias de instrumentos musicais e de brinquedos	1
Indústrias cinematográficas	1

Tabela 4. Fonte: Fiesp.

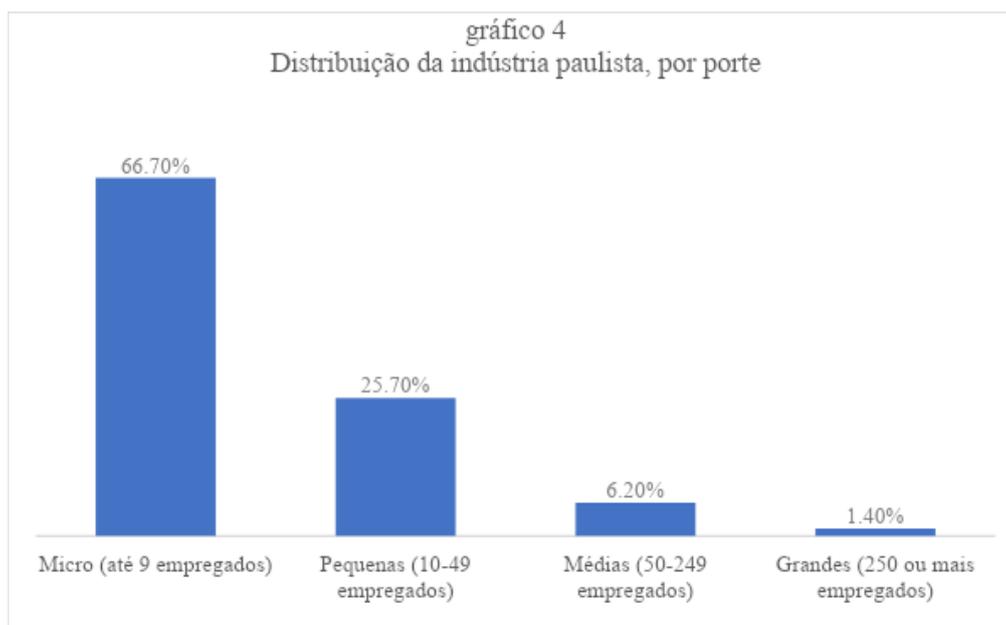


Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da Fiesp.

A partir da lista de sindicatos associados à Fiesp (anexo 1), fizemos uma tentativa de classificá-los segundo o porte das empresas associadas. No entanto, muitos desses sindicatos possuem pouquíssimas informações disponíveis, por vezes nem sequer possuem uma página na internet ou telefone. Entre aqueles que possuem um site, parte significativa está hospedada no próprio domínio da Fiesp, seguindo um layout padrão. A situação virtual

reflete a física: nesses casos, é comum que o endereço fornecido seja o da avenida Paulista, indicando uma acentuada dependência do sindicato em relação à infraestrutura da federação.

De acordo com dados da CNI, mais de 90% das indústrias paulistas são classificadas segundo o critério de número de empregados como de micro (até 9 funcionários) e pequeno porte (de 10 a 49 funcionários) (gráfico 4).



Fonte: CNI.

O Estado de São Paulo representa sozinho quase um terço do PIB industrial nacional². Com relação ao PIB estadual, a fatia da indústria é de cerca de 21% – seis pontos percentuais a menos do que detinha 10 anos antes, em 2006. Essa redução ocorrida no maior parque industrial nacional é sintomática do processo de desindustrialização e tem implicações na organização política e no comportamento das entidades do setor, como já sugerido.

Construção e alimentos respondem sozinhos por um terço do PIB industrial paulista, percentual próximo ao seu peso entre os sindicatos filiados à Fiesp (tabela 5). Para os demais setores, a correspondência não se mantém, no entanto é importante ressaltar que as definições de cada um adotadas por CNI e Fiesp não são as mesmas, o que dificulta a comparação.

Participação setorial no PIB industrial paulista	
Setor	Participação
Construção	21%
Alimentos	13%
Serviços industriais de utilidade pública	8%
Químicos	8%

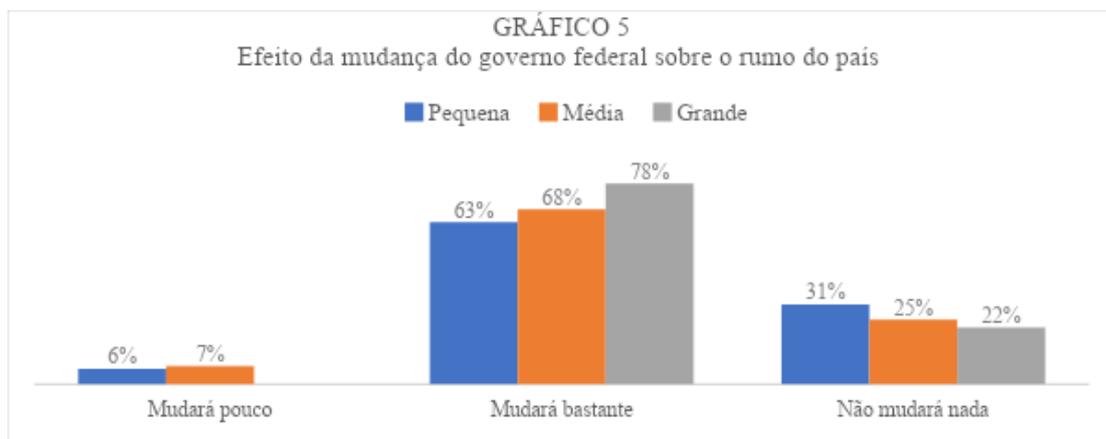
Derivados de petróleo e biocombustíveis	7%
Veículos automotores	6%
Máquinas e equipamentos	4%
Farmacêuticos	4%
Borracha e material plástico	4%
Celulose e papel	3%
Máquinas e materiais elétricos	3%
Produtos de metal	2%
Metalurgia	2%
Minerais não metálicos	2%
Extração de petróleo e gás natural	2%
Informática, eletrônicos e ópticos	2%

Tabela 5. Fonte: CNI.

3.2 O início do novo governo: expectativas e realidade

Dilma Rousseff toma posse em 2011 como a primeira mulher a presidir a República em um momento político e econômico bastante positivo. Lula encerrara seu mandato com um alto índice de aprovação e uma economia aquecida, cuja continuidade fora uma promessa de campanha da nova presidente. Nesse cenário, quais eram as expectativas dos empresários para o novo governo?

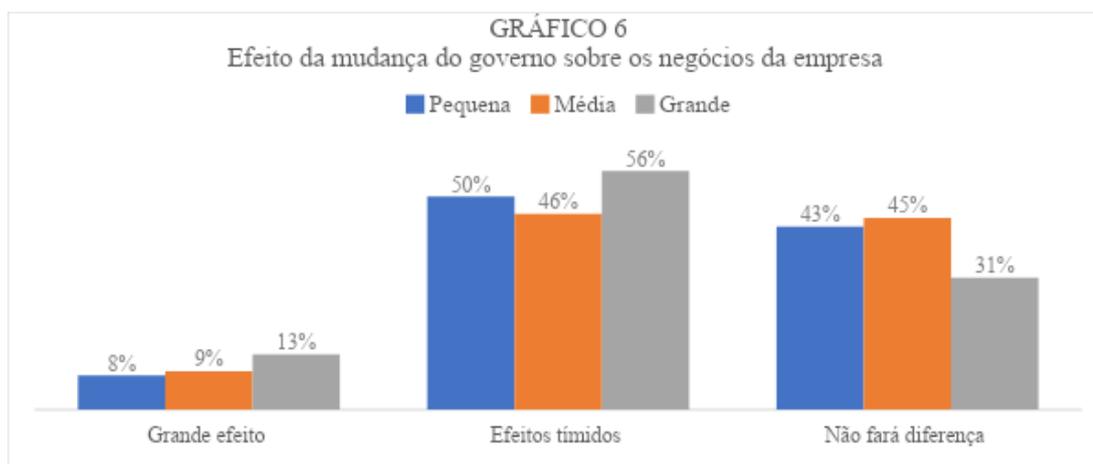
Por sorte, a própria Fiesp fez a mesma pergunta. Pesquisa de opinião³ realizada pela entidade em janeiro com indústrias paulistas apontou que a expectativa dos empresários era de grandes mudanças em relação ao rumo do país (gráfico 5), mas sem grandes impactos sobre seus negócios (gráfico 6) – a maior parte acreditava em efeitos tímidos sobre a atividade, sobretudo as pequenas e médias empresas.



Fonte: Fiesp.

Predominava a ideia de que Rousseff facilitaria o acesso ao crédito e que tentaria intervir no câmbio, mas sem sucesso. De resto, esperava-se continuidade em relação ao que já vinha sendo feito. As expectativas negativas, por sua vez, limitavam-se a dois tópicos:

elevação de custos de transporte e elevação de custos com energia elétrica. Na segmentação por porte, as pequenas e médias empresas apareciam como ligeiramente mais pessimistas do que as grandes. Uma segunda pesquisa, divulgada em fevereiro, apontou que 75% dos empresários pretendiam fazer investimentos em 2011⁴.



Fonte: Fiesp.

Empresários entrevistados pela autora manifestaram otimismo semelhante. Segundo eles, a expectativa em relação à presidente no início do primeiro mandato era positiva. Esperava-se que ela fosse mais técnica e atenta ao setor produtivo do que seu antecessor. Afirma Cestari:

Dilma tinha uma característica mais técnica do que Lula. Ela se envolvia com a área técnica da Fiesp, então havia uma expectativa de uma condição mais técnica e pragmática [do seu governo] do que Lula.

Bueno, diretor-executivo de uma multinacional alemã e mais crítico a Lula, por ver no ex-presidente um “aliado dos banqueiros”, também afirma que estava otimista com o primeiro mandato de Rousseff, considerada por ele “mais digna” que seu padrinho político. Cervone Netto, 3º vice-presidente da Fiesp, também contrasta a presidente com seu antecessor:

Havia expectativa e frustração [em relação a Rousseff], porque Lula, apesar de ter tido oportunidade, não fez reformas que precisavam ser feitas. Lula foi uma surpresa agradável. Expectativa para Dilma é que as coisas avançassem, de mudar uma política de ganho financeiro para produtivo.

Bernardini, da Abimaq, afirma que o alto crescimento do PIB em 2010 levou a uma perspectiva de continuidade do crescimento e desenvolvimento entre o empresariado:

Havia uma certa euforia naquele momento. Havia cobrança de uma política industrial mais efetiva e vozes que cobravam acertar preços macroeconômicos.

Mesmo Evangelinos, o mais crítico ao governo de Rousseff entre todos os empresários entrevistados, afirma que tinha expectativas positivas em relação à presidente no início do primeiro mandato:

Minha expectativa é que ela fosse deixar o Lula fazer o que ele fazia melhor. Lula ouvia bem e fazia certinho. Expectativa era essa, e não foi isso que aconteceu.

Entretanto, a presidente iniciou seu governo com um freio por temer que a economia estivesse se sobreaquecendo. O Orçamento aprovado para 2011 sofreu um corte de R\$ 50 bilhões, a alíquota do IOF foi elevada e a taxa básica de juros (Selic) seguiu em alta ao longo do primeiro semestre. O ajuste fiscal feito no primeiro ano de mandato reduziu os investimentos do governo central em 19,6% (CARVALHO, 2018).

A reação da Fiesp a essas medidas mirou a taxa de juros, há anos criticada pela entidade por seu alto patamar, acima da média internacional, mas não houve ataques ao ajuste fiscal. O argumento usado na época contra a elevação da Selic era de a ação elevaria o gasto público que consumiria recursos que poderiam ser investidos nas áreas de saúde, educação e infraestrutura. Sua manutenção em níveis altos seriam interesse de uma “minoridade” que não “defende os interesses do Brasil”, disse Skaf⁵. Uma segunda reclamação frequente naquele período foi o câmbio valorizado (o dólar girava em torno de R\$ 1,60), o que prejudicava exportadores e aumentava a competitividade de importados. No entanto, o posicionamento mais crítico se limitou principalmente a esses dois pontos, e as ações do governo para conter a apreciação do real (como elevação da alíquota de IOF sobre entrada de capital estrangeiro) foram bem avaliadas pela federação. Após ser reeleito para a Fiesp e o Ciesp em abril, com apoio de 121 dos 123 sindicatos com direito a voto, Skaf afirmou em comunicado divulgado para a imprensa que seu objetivo como presidentes das entidades era “procurar oferecer soluções para o governo, construir um grande projeto estratégico para o País”⁶.

No mês seguinte, a Fiesp lançou em conjunto com a CUT, a Força Sindical, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo o documento “Brasil do Diálogo, da Produção e Emprego”, uma síntese de propostas para a retomada da indústria. A publicação parte da ideia de que o Brasil se firmara como um país com condições para avançar, “rompendo com as barreiras do subdesenvolvimento”, resultado da política econômica e social adotada nos governos anteriores. Para dar continuidade a esse processo e aprofundá-lo, as entidades defendiam a necessidade de “um projeto consistente de aceleração do desenvolvimento com justiça social” centrado na indústria.

O papel do Estado nesse projeto seria o de “estímulo aos agentes produtivos” por meio de um “ambiente macroeconômico que não seja limitante da competitividade” associado a uma política industrial “que promova os investimentos, a inserção internacional e o emprego de forma a tornar realidade as expectativas otimistas que pairam sobre o Brasil” (p. 9). Concretamente, o grupo demandava redução da carga tributária sobre o setor produtivo (com a desoneração da folha de pagamentos, por exemplo), redução da taxa de juros, depreciação do real, incentivo ao investimento via BNDES e adoção de uma política de conteúdo nacional. O documento foi lançado em um grande evento no Moinho Santo Antônio, em São Paulo, e contou com a presença do vice-presidente Michel Temer.

Na análise de Singer (2018), esse movimento é representativo do que chama de coalizão produtivista: uma aliança formada por industriais e trabalhadores em prol da retomada do setor a fim de impulsionar o desenvolvimento econômico. O autor chama a atenção para a semelhança entre as propostas constantes no documento e a agenda adotada mais tarde por Rousseff, interpretada por ele como evidência de que a presidente tomou o lado dos produtivistas em seu embate com a coalizão rentista, formada pelo setor financeiro e a classe média. Boito (2018) vê no documento uma expressão da plataforma da frente neodesenvolvimentista, comandada pela grande burguesia interna (identificada por ele com a Fiesp) com participação dos trabalhadores, representados pelas centrais sindicais.

Uma observação importante sobre esse documento que tem passado batida na análise é que ele implicou em concessões de ambos os lados. Antes do “Brasil do Diálogo”, a Fiesp, assim como outras entidades patronais, rejeitava a ideia de que a desoneração da folha de pagamentos fosse parcialmente compensada por uma tributação sobre o faturamento⁷, e defendiam a flexibilização da legislação trabalhista como uma das necessidades para a recuperação do setor. No entanto, a Fiesp cedeu nos dois pontos no documento. Itens prioritários da agenda dos trabalhadores, como redução da jornada semanal e oposição à terceirização também ficaram de fora (BOITO, 2018; VACCARI, 2016).

Essa aproximação entre a federação e sindicatos de trabalhadores rendeu outros frutos ao longo de 2011 e 2012. Já em junho, logo após a realização do seminário, o Supremo Tribunal Federal (STF) começou a analisar a possibilidade de ampliação do tempo de aviso prévio proporcional ao tempo de serviço do trabalhador. A Fiesp destoou da posição dos empresários, que defendiam a manutenção do período de 30 dias, com possibilidade de extensão conforme negociação entre as partes, e posicionou-se favoravelmente à inclusão do critério de tempo de serviço no cálculo, desde que limitado a um período máximo de 2

meses⁸. Meses depois, em outubro, Fiesp e sindicatos organizaram uma manifestação conjunta contra os juros que reuniu cerca de 1 mil pessoas em frente ao prédio do Banco Central, na avenida Paulista⁹.

O primeiro semestre de 2011 também foi de movimentações políticas de Skaf. Com vistas às eleições municipais do ano seguinte, o presidente da Fiesp migrou da PSB para o PMDB. Em entrevista à Revista Veja¹⁰, Skaf é questionado sobre uma chapa com o PT, ao que responde que “não seria má ideia o PMDB compor com o PT”. Ao ser perguntado sobre o governo Dilma, ele faz a seguinte avaliação:

A pressão inflacionária é um momento global, não é brasileiro. Agora não defendo aumento da taxa Selic, que já tem um valor absurdo. Enquanto a média mundial é de 2%, a nossa é de 12%. Cada vez que se aumentam os juros, há uma alta no gasto público e ainda atrai capital especulativo. Disse nesta quarta-feira aos ministros Guido Mantega, Antonio Palocci e Fernando Pimentel que nós precisamos urgentemente conversar porque o governo deve tomar medidas rápidas. As importações de manufaturados estão totalmente soltas e o câmbio atual rouba nossa competitividade.

A fala é exemplar do posicionamento adotado pela entidade: crítica aos juros e ao câmbio valorizado, mas reconhecimento de que o cenário externo era desfavorável. Fora isso, não há menções a corte de investimentos e gastos públicos como erros da gestão. Esses fatos indicam um alinhamento entre a Fiesp e o governo, mesmo antes de Rousseff lançar sua política industrial, o Plano Brasil Maior (anunciado em agosto). Além do tom favorável ao governo e aos esforços em conjunto com trabalhadores, a entidade ofereceu em julho um jantar para o ex-presidente Lula em reconhecimento “às realizações de seu governo”¹¹.

No final do primeiro semestre, contudo, a crise econômica internacional iniciada em 2011 refluíu, dessa vez no mercado europeu, que passa a adotar uma política de austeridade fiscal. A China também não passa ilesa e, prevendo a desaceleração mundial, reduz sua demanda por commodities – um dos principais motores da economia brasileira nos anos 2000. É em meio a esse quadro que Rousseff lança sua política industrial, o PBM.

O PBM atendeu em grande medida demandas do setor, sobretudo as que constavam na agenda construída pela Fiesp em parceria com sindicatos. O plano foi considerado “meritório por manter a indústria na agenda recente das políticas públicas do país” em análise feita pelo Departamento de Competitividade e Tecnologia da federação. O mesmo documento ainda elogiou “o envolvimento pessoal da Presidenta da República, Dilma Rousseff” por demonstrar “a preocupação com o setor industrial, visto como elemento chave no processo de desenvolvimento econômico, político e social do país”. A publicação atentou

ainda para a necessidade de uma “estratégia deliberada de desenvolvimento produtivo”, de que o PBM seria exemplo. Em relação às medidas propostas pelo PBM, as avaliações são:

- Elogio à prorrogação do IPI reduzido e devolução imediata dos créditos do PIS/Cofins para bens de capital, mas crítica à ausência do drawback investimento e à depreciação acelerada para que o investimento fosse barateado;
- Elogio à prorrogação do PSI, à ampliação do BNDES Progeren e à reativação do Revitaliza/BNDES. Elogio à criação do programa BNDES Qualificação;
- Classifica como tímida a disponibilidade de crédito à inovação via Finep e crédito pré-aprovado do BNDES; teria faltado revisar estratégias de crédito para facilitar seu acesso sobretudo a micro e pequenas empresas;
- Elogio às encomendas tecnológicas com risco compartilhado, mas ressalva de que ela precisa deixar de ser um artigo subutilizado da lei de inovação
- Crítica à não autorização para empresas que atuam no regime de lucro presumido (93% dos estabelecimentos industriais) para utilizarem o incentivo fiscal à inovação do âmbito da Lei do Bem. Reconhece por outro lado que a possibilidade de inclusão de projetos a Instituições de Ciência e Tecnologia sem fins lucrativos é um avanço;
- Elogio à desoneração da folha de pagamentos, vista como “fundamental”, mas afirma que ela poderia ter sido mais ousada (aplicando-se a todas as atividades da indústria) e critica a tributação de 1,5% sobre a receita bruta (defende que deveria ser sobre a receita líquida);
- Elogio ao Regime Especial para o Setor Automotivo como relevante política industrial que deveria ser entendida como projeto piloto a ser estendido para os demais setores da indústria. Afirma que a medida “certamente estimulará seu desenvolvimento tecnológico e produtivo no longo prazo” (p. 7);
- Elogio ao mecanismo de compras governamentais como instrumento para estimular a economia doméstica e enfrentar os importados; defende que seja ampliada para outros setores. O instrumento teria alto potencial de dinamizar a economia, gerar empregos e elevar a renda e a arrecadação, “assim, as preocupações com o aumento dos gastos públicos e da inflação que a aplicação da medida possa trazer ao ambiente econômico, são mitigadas tendo em vista os benefícios esperados” (p. 17);

- Elogio ao Acordo Bancos Públicos (harmonização das políticas de financiamento).

Há, claro, críticas, sobretudo a uma suposta timidez do programa, que proporia medidas necessárias, mas não suficientes para alavancar a indústria. Essas ressalvas, contudo, não se sobrepõem aos pontos positivos, e o PBM é bem recebido porque “somente com uma estratégia deliberada de desenvolvimento produtivo é possível atenuar a falta de isonomia que afeta a indústria local frente à dos países competidores”, resume o documento.

No final de agosto, o Banco Central começou a implementar a segunda perda desse plano: o corte da taxa básica de juros. A mudança também foi muito bem recebida pela Fiesp e trabalhadores, que passaram a centrar suas críticas no ritmo e intensidade da queda, vistos sempre como avanços insuficientes -- estratégia batida para pressionar por mais.

A recepção positiva que o plano teve quando lançado contrasta com a avaliação que os empresários fazem dele sete anos mais tarde, depois de azedada a relação com o governo e o apoio ao impeachment de Rousseff. A visão difundida entre eles é de que o conjunto de ações foi mera compensação oferecida pela incapacidade da ex-presidente de desvalorizar o real e reduzir a carga tributária – os verdadeiros problemas que atingiam a indústria e que deveriam ter sido combatidos, avaliam.

Bernardini, da Abimaq, é um exemplo desse posicionamento. Embora até 2013 suas falas na imprensa tenham sido se não favoráveis, ao menos cautelosas com relação à política econômica em vigor, sua análise hoje é de que a ex-presidente não atendeu as demandas da indústria, que consistiriam na desvalorização do câmbio e na redução da taxa de juros¹². Segundo ele, ao longo das negociações em torno do PBM ainda no primeiro semestre, das quais o diretor da Abimaq diz ter participado, o corte da Selic era o principal pedido da indústria. Contudo, o MDIC teria respondido que não seria possível intervir nessas áreas, oferecendo em troca medidas que visavam atenuar os efeitos do câmbio apreciado e dos juros altos. “Enquanto havia discurso desenvolvimentista, a prática era outra”, diz. No entanto, Bernardini identifica essa agenda de compensações como uma pauta da Fiesp, a qual, na sua visão, criticaria pouco o problema dos juros e do câmbio. Bueno, diretor da filial brasileira de uma multinacional alemã, faz avaliação semelhante. Para ele, foi feita uma “política do remendo”. “Foi feito na boa vontade, e hoje batem na gente com ‘bolsa-empresários”.

Mais crítico, Evangelinos rejeita a ideia de que Rousseff tenha dado qualquer prioridade à indústria. O empresário – cuja fábrica funciona na China desde 2009 – afirma que a redução dos juros beneficia toda a sociedade, que “usar BNDES para alavancar

crescimento é obrigação de qualquer governo civilizado de país em desenvolvimento” e que o PSI (Programa de Sustentação de Investimentos, linha de crédito subsidiada do banco) foi benéfica apenas para os produtos admitidos pelo programa, assim como a desoneração teria sido positiva apenas para os segmentos que concorriam com produtos importados.

Um grande empresário vai na mesma linha de Evangelinos: ele rejeita que tenha havido qualquer aliança entre a indústria e Rousseff, que para ele “era muito convicta das posições dela e fez o que queria fazer”. A semelhança entre a agenda defendida pela Fiesp e o programa do governo, em sua visão, seria mera troca de interesses, e representaria apenas os interesses do setor mais atrasado da indústria, que viveria de políticas curto-prazistas.

Já Cervone, vice-presidente da Fiesp, e Cestari, empresário do ramo metalúrgico vice-presidente do Ciesp, criticam mais a execução das medidas do que seu planejamento. Ambos sustentam uma visão razoavelmente positiva da política industrial anunciada por Rousseff, mas criticam uma suposta dificuldade de gestão. Cestari, por exemplo, elogia as desonerações, mas afirma ter sido um absurdo “desonerar sem ter visão de gestão necessária para seguir com isso”. Em sua visão, não houve apoio do empresariado à política econômica porque havia expectativa de crescimento que não se concretizou. “Mantega falava, mas a gente via que não era isso o que ocorria”, diz. Cervone, por sua vez, afirma que havia um problema de execução das propostas: “As coisas não andavam, foi aí que ela [Rousseff] perdeu o rumo. Houve colisão com o Congresso. Nunca foi questão de incompetência, mas falta de habilidade de Dilma de tocar o dia a dia”.

Há, obviamente, uma contaminação das avaliações em virtude dos acontecimentos transcorridos entre o lançamento do plano e o momento das entrevistas, realizadas entre 2018 e 2019, após o estouro da recessão e a crise política que levou ao impeachment da presidente. No entanto, essas avaliações não deixam de ser interessantes porque evidenciam o caráter político-ideológico do recalibramento do discurso, sem prejuízo do seu lastro econômico. Críticas à dificuldade de gestão de Rousseff e eventuais problemas em suas ações são plausíveis e naturais, mas a *rejeição* de que seu programa beneficiava a indústria ou a minimização das ações tomadas a meras compensações ou obrigações de qualquer governo divergem *totalmente* não só do discurso dominante entre 2011 e meados de 2012 como também da realidade factual. Independentemente do sucesso ou fracasso da agenda econômica de Rousseff – avaliação que foge ao escopo deste trabalho – é inegável que havia uma tentativa de priorizar a indústria, e que ela se pautou em ações muito mais ousadas do que as seguidas em governos anteriores no período recente.

Outro tema importante do segundo semestre de 2011 foi a pressão pela redução da tarifa de energia elétrica. A Fiesp fez uma campanha em torno dessa bandeira, intitulada "Energia a preço justo". O objetivo era impedir a renovação automática das concessões do setor elétrico e, em vez disso, relicitá-las, de modo a pressionar a redução das tarifas por meio de nova concorrência. A posição do governo, contudo, era reticente porque não se sabia se haveria recursos na Reserva Geral de Reversão para indenizar concessões retomadas pelo Estado. No entanto, a pressão sofrida motivou o governo a estudar alternativas.

Em mais uma atuação de amplo apelo midiático, Skaf sustentava que a realização de novos leilões poderia reduzir em até 70% o preço da energia elétrica para consumidores domésticos e empresariais. Tal como a CPMF, tratava-se novamente de uma bandeira que extrapolava a indústria. Novamente, a pressão da entidade surtiu efeito, e no ano seguinte Rousseff faria uma reforma do setor elétrico por meio da Medida Provisória 579, a qual estabeleceu uma redução em 20,2% da conta de energia. Na ocasião, Skaf publicou artigo¹³ muito elogioso à presidente, em que associava a medida “a outros avanços recentes, como queda dos juros, revisão do câmbio, desonerações tributárias e o pacote de obras de logística e transporte por parceria público-privada”. Mais tarde, essa atuação de Rousseff seria mobilizada como um dos exemplos do intervencionismo econômico pelo qual ela passou a ser acusada. A redução da tarifa revelou-se insustentável e foi revertida em 2015.

Uma segunda campanha lançada pela Fiesp em 2011 foi contra o nível da taxa de juros. Bandeira antiga da entidade, o tema ganhou prioridade com ações midiáticas como a criação de um “jurômetro”¹⁴, um placar virtual copiado da ideia do “impostômetro” que funciona na sede da Associação Comercial de São Paulo e mostra em tempo real o montante de tributos pago pelos contribuintes. No caso do “jurômetro”, o valor representava o valor pago pelo governo em juros, e indicava ainda no que os recursos poderiam ser investidos em seu lugar (tantos milhões em casas populares, tantos milhões em benefícios do Bolsa Família, e assim por diante). Manifestações de rua em conjunto com sindicatos de trabalhadores também foram organizadas como forma de pressionar o Banco Central a reduzir os juros.

Há dois pontos interessantes nessa campanha: em primeiro lugar, o vínculo feito entre corte de juros e gastos sociais. O objetivo dessa argumentação é, claramente, ganhar mais adeptos para além da indústria em torno da bandeira. No entanto, essa ligação seria abandonada pela Fiesp anos mais tarde, como veremos adiante, em um novo contexto político. Portanto, a escolha por essa vinculação em 2011 é bastante sintomática da proximidade entre a Fiesp e as centrais sindicais, bem como de seu alinhamento com um

governo cuja plataforma era desenvolvimento com equidade social. Em segundo lugar, a campanha foi lançada *depois* de o Banco Central iniciar o ciclo de corte da Selic. A cronologia confusa admite múltiplas hipóteses. Podemos pensar que a Fiesp e sindicatos aproveitaram a janela de oportunidade aberta pelo BC para pressionar por um corte ainda maior do que o órgão faria. Outra explicação possível é a defesa pública da manutenção da queda contra ataques de setores interessados na taxa em patamares mais altos, notadamente o financeiro. Ou ainda poderia ser uma tentativa de colher frutos políticos da queda, dando a entender que ela acontecia em razão da pressão exercida pela Fiesp.

Há, em resumo, uma sintonia entre governo e Fiesp no início do primeiro mandato de Rouseff. O empresariado nutria boas expectativas em relação à sua gestão e, mesmo diante do ajuste feito no primeiro semestre de 2011, há poucas críticas. A aproximação da entidade patronal com centrais sindicais em torno de uma agenda comum para a indústria, abrindo mão de algumas pautas caras aos empregadores, como flexibilização da CLT, corrobora as análises de Singer (2018) e Boito (2018) sobre uma união entre setor produtivo e trabalhadores. A coincidência entre essa agenda e a mudança de rumo na política econômica adotada por Rouseff em meados do ano, após o refluxo da crise internacional, evidencia que o governo estava alinhado com esse projeto. Skaf, por sua vez, emplaca uma nova campanha com claro apelo popular em torno da redução das tarifas de energia elétrica e, mais uma vez, foi bem-sucedido em sua pressão sobre o governo.

Vale destacar que as relações entre capital e trabalho são um tema raro nos posicionamentos da Fiesp em 2011. Aparecem em alguns estudos publicados pela entidade e declarações na imprensa, mas se concentram na crítica aos encargos trabalhistas (entendidos basicamente como a contribuição patronal previdenciária) e o provimento de serviços que deveriam ser fornecidos pelo Estado (como assistência médica). A questão da produtividade também aparece, mas entendida como produção física vs. horas trabalhadas – há menção marginal ao crescimento dos salários superior à produtividade.

Em dezembro, no entanto, o discurso da Fiesp começa a ficar mais crítico. O motivo é a divulgação do PIB, avaliado como estagnado. Skaf atribui o resultado ao ajuste fiscal feito pelo governo no primeiro semestre com o objetivo de segurar a inflação, e bate na tecla de que o governo “não pode ter medo de demanda”¹⁵. A posição destoa da atuação passiva da Fiesp quando essas medidas foram implementadas, e sinaliza o início de uma mudança no alinhamento entre entidade e governo observado até então.

Ainda assim, o balanço do ano é positivo para o governo entre o empresariado. Coluna do jornalista Vinicius Torres Freire intitulada “Dilma, a blindada, e empresários”¹⁶ publicada na Folha de S.Paulo resume a situação:

(...) Mas mesmo os industriais estão mais quietos. Ouve-se menos queixa contra o câmbio. Um setor ali e outro aqui recebe isenções de impostos. As associações de pequenas empresas ficaram felizes com a nova legislação do Simples. Os exportadores vão ver, enfim, a cor de parte de seus créditos tributários. (...) Há as queixas sempiternas a respeito de juros, impostos e reforma tributária. Mas o juro real "nunca antes" foi tão baixo.

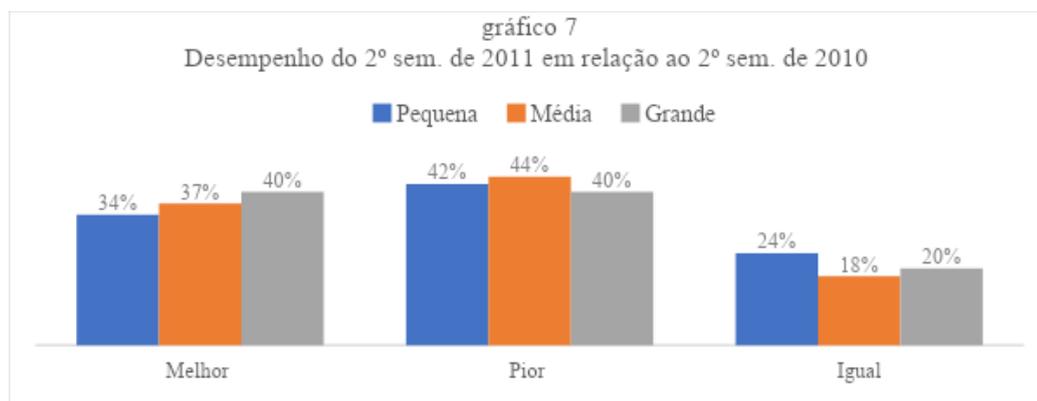
3.3 Crise internacional: recalibragem das estratégias

Pesquisa de opinião¹⁷ feita pela Fiesp entre dezembro de 2011 e janeiro de 2012 apontou uma expectativa pior para o ano que se iniciava do que o observado no ano anterior. O pessimismo identificado estava relacionado principalmente à crise econômica internacional, e não à política econômica. A ressalva quanto ao papel da crise externa na economia nacional aparece com destaque nessa pesquisa, mas é um argumento pouco utilizado pela Fiesp em sua atuação política. Nas publicações subsequentes, o tema praticamente some.

Um ponto interessante trazido por essa pesquisa é a taxa de câmbio preferida pelo entrevistado. A valorização do real era uma das principais reclamações da Fiesp naquele período e é hoje uma das razões apontadas pelo empresariado para o fracasso do governo Rousseff, como observado no discurso de Bernardini, da Abimaq. A pesquisa feita pela Fiesp aponta uma divergência significativa conforme o porte da empresa. As pequenas preferem um câmbio mais valorizado do que as grandes empresas, tendência que se repete em menor grau com as médias. Uma hipótese para isso é que as pequenas dependem menos de exportações e sofrem menos com a competição de importados (pelo menos até aquele momento). Outra hipótese é que elas trabalhem mais com insumos e/ou produtos intermediários importados do que as grandes. Evangelinos, por exemplo, se encaixa nessa última situação – como sua fábrica está na China, ele é favorecido por um câmbio valorizado.

Outro resultado interessante da pesquisa é o desempenho do setor no primeiro ano de mandato de Rousseff. Segundo a publicação, na comparação entre o segundo semestre de 2011 com o de 2010, as grandes empresas tiveram um desempenho melhor do que as

pequenas e médias. A maior parte das empresas de pequeno porte teve um desempenho pior ou igual ao de 2010 (gráfico 7).



Fonte: Fiesp.

Com relação às expectativas para o primeiro semestre de 2012 em comparação com o primeiro semestre de 2011, as empresas se dividiam mais ou menos igualmente quanto à percepção de queda, estagnação ou aumento do volume de produção e das vendas no mercado interno. Já em relação às exportações, a maioria (52%) esperava estagnação. Na análise por porte, as pequenas e grandes estavam mais otimistas do que as médias quanto ao aumento do volume de produção e às vendas no mercado interno.

A pesquisa sintetizava assim seus resultados:

Em suma, apesar de os resultados não estarem tão positivos quanto no início do ano anterior, ainda não há fortes expectativas de queda da atividade industrial. No entanto, as empresas estão conscientes de que podem ser afetadas pela crise econômica internacional em 2012, sobretudo pela redução da demanda interna, e sua principal reação seria a redução da produção, afetando investimentos e emprego (p. 4).

Uma segunda pesquisa de opinião realizada pela Fiesp é publicada em março, tendo como foco investigar a avaliação feita pelas empresas do PBM seis meses após seu anúncio. O estudo não especifica a amostra (diz apenas que foram ouvidos “mais de 300 industriais paulistas”, e não há segmentação por porte). O tom do documento é muito mais crítico em relação ao programa do que o estudo publicado no ano anterior. As críticas centram-se na suposta timidez e ineficácia das ações previstas:

O PBM é composto exclusivamente por medidas excessivamente tímidas, pela sua abrangência setorial restrita e/ou pelos reduzidos impactos que produzem, mesmo considerando setores e empresas contemplados. O Plano não contém medidas horizontais para temas fundamentais, como a desoneração da produção. O agravante é que não foram realmente atacados nem mesmo temas aos quais as medidas do Plano estão diretamente relacionadas. (p. 5)

A Fiesp afirma categoricamente que “o impacto do PBM na atividade industrial será nulo” (p. 8) porque ele seria desconhecido entre as empresas (72,4% dos entrevistados declararam desconhecer ou conhecerem pouco o plano, segundo a Fiesp) – resultado considerado pela entidade “gravíssimo”. A entidade admite que o desconhecimento é “em alguma medida” responsabilidade das próprias empresas, mas o atribui principalmente a uma suposta inexpressividade das medidas a partir de um raciocínio simplista: se as medidas fossem eficazes, as empresas buscariam se informar e repercutiriam a informação entre si.

A Fiesp identifica ainda uma “significativa indiferença” das empresas em relação ao plano, o que segundo ela é consequência das “medidas completamente desproporcionais aos desafios que deveriam endereçar” (p. 10). O estudo afirma que a avaliação das empresas em relação ao PBM é pior do que em relação à PDP, o que segundo a Fiesp reforçaria o diagnóstico de “inocuidade” do plano.

A Fiesp conclui a leitura da pesquisa afirmando que a avaliação do PBM pelas empresas de modo geral é “razoável”, mas que isso é “muito pouco para a Política Industrial que deveria atacar com alguma eficácia os principais entraves ao desenvolvimento do setor no país” (p. 20) e “considerando o contexto”. Como o grau de percepção da implementação do plano é classificado como ruim pela Fiesp, ela afirma que ele é pouco factível – divergindo da opinião de empresários mostrada no próprio estudo de que ele seria razoável. O diagnóstico final da Fiesp é de que o PBM fracassará completamente:

O Plano tem altíssima probabilidade de fracassar completamente, por prescindir de instrumentos realmente arrojados, formulados com o claro princípio de remoção ou redução de entraves competitivos da indústria, ou seja, de grande abrangência no tecido industrial, e, adicionalmente, que não sejam estrangidos por prioridades de ordem fiscal de curto prazo. Considerando todas as medidas do PBM, é flagrante sua insuficiência para a resolução das deficiências relativas a todos os temas sobre os quais o Plano pretende atuar. Além disso, há temas sobre os quais sequer existem medidas – a desoneração da produção, por exemplo, somente foi endereçada com a medida de desoneração da folha, de aplicação restrita e mesmo nos setores contemplados, considerada inócua. (p. 20)

A interpretação da Fiesp em relação aos resultados da pesquisa, a linguagem utilizada e a omissão de dados básicos (tabelas que mostrem detalhadamente a base de dados dos gráficos, a segmentação das empresas ouvidas por porte, e em cada pergunta) indica uma tentativa da entidade de embasar de modo forçado um diagnóstico muito negativo quanto ao plano, como forma de dar sustentação às críticas de que ele seria tímido (feitas desde o início) e forçar mais concessões do governo (que viriam dois meses depois).

Após o governo ceder, a Fiesp publica mais uma análise sobre as ações voltadas para a indústria em que segue batendo na tecla de uma suposta timidez das medidas. A novidade desse documento é o tom defensivo adotado para justificar a demanda por mais desonerações e pela priorização da agenda da indústria no quadro da política econômica, o que indica que a postura do setor vinha sendo alvo de críticas de outros atores.

A crise internacional volta a ser abordada em uma publicação sobre seu impacto no setor, mas desta vez é usada como argumento para pressionar o governo a adotar medidas mais efetivas e amplas em prol da indústria. No rol dessas ações, a Fiesp acrescenta o fim da guerra dos portos (uma campanha de Skaf durante 2012 junto ao Congresso e na imprensa) às demandas que já vinham sendo pautadas, como redução dos juros e do spread bancário e ampliação do crédito do BNDES.

A mudança no tom dos documentos da Fiesp é paralela aos primeiros embates diretos entre a entidade e o governo que começam a ocorrer a partir de janeiro de 2012, quando entra em vigor uma lei que exige das empresas uma Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) para contratar com o poder público ou acessar programas de incentivos fiscais. Segundo estimativa feita pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), a exigência atingia um milhão de empresas, ou 16,3% do total dos negócios em operação¹⁸. A reação negativa foi generalizada entre o empresariado. A Fiesp classificou a medida como “mais uma obrigação para burocratizar e gerar problemas para quem quer trabalhar, criar emprego e riqueza para o país”¹⁹.

Outro conflito relacionado às relações trabalhistas foi em torno de um projeto de lei que estabelecia uma multa a empresas que praticassem discriminação salarial entre homens e mulheres. A proposta era que empregadores pegos na infração compensassem a funcionária em cinco vezes a diferença de remuneração durante todo o período trabalhado. A legislação foi tachada como “absurda” por Roberto Della Manna, titular do departamento sindical da Fiesp. O projeto havia sido aprovado na Câmara e aguardava apenas a sanção da presidente, que voltou atrás. O governo justificou o recuo com o argumento de que a equiparação salarial provocaria uma avalanche de ações na Justiça, e por isso o texto precisaria ser melhorado.

Ainda na seara trabalhista, uma mudança nas regras referentes ao ponto eletrônico gerou inúmeras reclamações entre os empresários. A partir de abril de 2012, as empresas foram obrigadas a trocar os sistemas de registro para permitir a impressão de comprovantes de entrada, saída e intervalo do trabalho com o intuito de evitar fraudes. A obrigação foi classificada pela Fiesp como “mais burocracia, custos e mais transtornos para todos”²⁰,

conforme declaração de um diretor da área sindical da entidade. Segundo ele, a obrigatoriedade não existia em nenhum outro país.

Ao mesmo tempo, a falta de resultado das medidas que vinham sendo implementadas para incentivar o investimento privado, paralela à pressão feita por empresários por mais medidas pró-indústria, levou o governo a realizar uma reunião em Brasília com grandes empresários e banqueiros. Paulo Skaf, contudo, não figurava entre os convidados – ele só foi incluído na lista após reclamações. No mesmo período, a presidente enfrentava uma crise em sua relação com o PMDB, sigla do presidente da Fiesp, em razão da demissão de ministros e nomes ligados ao partido suspeitos de corrupção. Segundo reportagem sobre o encontro²¹, os empresários reclamavam de falta de interlocução com o governo. O problema, que já seria ruim no governo Rousseff em comparação com seu antecessor, teria piorado após a saída de Palocci da Casa Civil em junho do ano anterior.

A percepção de que ocorria um estremecimento das relações entre a Fiesp e o governo sugerido pela ausência de Skaf da lista de convidados inicial é reforçada pelo caráter mais crítico que as ações da entidade passam a ter em 2012. O problema da desindustrialização, por exemplo, que já vinha sendo apontado desde o lançamento de um estudo sobre o tema no ano anterior, passa a figurar entre os principais itens da agenda da Fiesp, agora em parceria com as centrais sindicais. Em abril, as organizações fazem um ato conjunto contra a perda de competitividade da indústria intitulado “Grito de Alerta”, que reuniu 10 mil pessoas na Assembleia Legislativa de São Paulo, segundo a PM, um dia após o governo anunciar a incorporação de novas medidas no Plano Brasil Maior. O protesto foi palco de críticas à política econômica: Skaf afirmou que o governo “trabalha nos efeitos e não na causa do problema [a desindustrialização]”²². As entidades aproveitaram para formar um grupo de mobilização sobre o tema. No mesmo mês, Skaf passa a cobrar que a redução da Selic seja repassada aos clientes pelos bancos via redução dos spreads.

O acesso à presidente é uma questão que apareceu em diversas entrevistas realizadas pela autora. Evangelinos, por exemplo, diz que “Dilma tinha um problema seríssimo: ela só ouvia uma pessoa, o reflexo dela no espelho. (...) Dilma achava que seu cargo dava direito de decidir sozinha o que era melhor para o Brasil”. Ele afirma que a interlocução se limitava à presidente receber a indústria, o que não significava atender seus pedidos, e isso teria feito os empresários perderem a confiança nela. Mais moderado, Bueno diz que Rousseff ouvia a indústria “pontualmente”. Já Cervone Netto, mais próximo da direção da Fiesp nesse período, diz que não havia um problema de interlocução. Em sua opinião, o que aconteceu foi que a

presidente se afastou da indústria porque havia comprado uma briga para defender... a indústria: “Dilma comprou essa briga [em referência à redução dos spreads e dos juros]. A Dilma própria se afastou da indústria, porque ela tinha problemas mais sérios para resolver. Ela foi perdendo a liderança”. Ele acrescenta ainda um segundo fator para o enfraquecimento da presidente: seu suposto afastamento de Lula, como veiculado na imprensa na época.

Apesar dessas avaliações, em maio de 2012 ocorreu uma melhora nas relações. Uma nova reunião em Brasília foi organizada com a presidente – dessa vez, sem reclamações sobre a ausência de Skaf, que participou do encontro. Na ocasião, o ministro Mantega anunciou mudanças nas regras da caderneta de poupança para permitir a continuidade do ciclo de queda dos juros. A medida foi apoiada pelo presidente da Fiesp que, na véspera da reunião, fizera declarações muito favoráveis ao governo: falou que a presidente estava “certíssima” no ciclo de corte dos juros, reconheceu que o Planalto vinha atendendo suas demandas, como as desonerações e a redução do spread, e diz sentir que o clima estava “favorável”²³. Skaf declarou ainda que “se essas medidas não fossem tomadas [...] se tivéssemos juros subindo, sem desoneração nenhuma, seria catastrófico”²⁴.

Ao longo do primeiro semestre, a Fiesp segue fazendo a campanha pela redução das tarifas de energia e, no meio do ano, passa a pedir também a desoneração dos componentes da cesta básica. As duas demandas seriam atendidas pelo governo: Rousseff decidiu fazer uma reforma do setor elétrico, anúncio que gerou reações enfáticas de apoio por parte de Skaf na forma de artigos e declarações de que problemas na área – houve apagões em outubro de 2012 – seriam sabotagem de “poucos prejudicados”²⁵.

A presidente também fez uma dupla concessão em setembro daquele ano: pressionada para incluir mais setores entre os beneficiados pela desoneração da folha de pagamentos, ela edita uma nova MP sobre o tema, estendendo o benefício. Contudo, o texto da medida altera a definição de receita bruta sobre a qual incide o tributo compensatório, incluindo receitas financeiras, de imóveis e vendas de ações, entre outras possibilidades. A Fiesp e outros membros do empresariado criticam duramente essa mudança no entendimento, e Rousseff volta atrás no dia seguinte.

Esse alinhamento é cultivado por Skaf, que mesmo ao criticar o Banco Central por não fazer um novo corte na Selic em novembro daquele ano, afirma que “reconhece o esforço do governo”²⁶, defendendo mais ações para reduzir os custos de produção, como a ampliação das desonerações, a aprovação da MP 579, a redução dos spreads e a ampliação dos investimentos públicos -- demandas em boa medida atendidas posteriormente.

O segundo semestre de 2012 também foi marcado por um estremecimento das relações entre a Fiesp e as organizações de trabalhadores. Os esforços conjuntos até então passam a dar lugar a embates mais ou menos diretos em torno de reajustes salariais. Em setembro, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC promove uma paralisação em 50 fábricas da região contra a proposta de reajuste apresentada pelas indústrias²⁷, numa negociação em que o lado patronal é representado pela Fiesp. No mesmo mês, a Força Sindical faz uma manifestação em frente à sede da federação, na avenida Paulista, para entregar uma pauta de reivindicações em prol dos metalúrgicos representados pela central²⁸. No mês seguinte, é a vez dos trabalhadores da Embraer organizarem uma paralisação contra o reajuste salarial proposto²⁹. A empresa também é representada pela Fiesp na mesa de negociações.

Se Rousseff conseguira encerrar o ano de 2011 com a alcunha de “blindada” entre o empresariado, em 2012 o diagnóstico aponta para as primeiras rachaduras na relação. Dessa vez, quem avalia é o economista Delfim Netto, naquela época ainda um conselheiro próximo da presidente e de Lula. Diante da frustração causada pelo resultado do PIB e da falta de reação dos investimentos privados aos incentivos, Delfim assume a tarefa de fazer uma defesa da agenda do governo e tentar explicar por que as medidas -- bem avaliadas por ele -- não vinham surtindo efeito. A resposta que o economista dá é curiosa: ele atribui a falta de investimentos a “ruídos de comunicação por parte dos agentes públicos que interagem com o setor privado no campo fundamental da infraestrutura” ou, em outras palavras, a “alguma prepotência e muita idiossincrasia” desses agentes, culpados assim por minar a confiança de empresários no setor público³⁰. Esse problema de confiança, por sua vez, seria a origem da ideia de que o governo trilhava um projeto intervencionista que, segundo Delfim, estava se generalizando na época:

A falsa ideia que se generalizou no setor financeiro e no setor real da economia - que a política do governo objetiva ampliar a sua ação, fixar preços, regular e controlar atividade privada, ampliar a "estatização de setores estratégicos" - é consequência da relação vista como hostil pelos que têm contato necessário e direto com os agentes públicos que detém o poder, o que, aparentemente, têm produzido mais calor do que luz. Quem conhece a inteligência da presidente, sua disposição de estudar cuidadosamente cada problema e seu pragmatismo, tem muita dificuldade de entender como se chegou a tal distância de confiança entre o governo e o setor privado de infraestrutura. Uma coisa é certa. Enquanto ela não for anulada, é pouco provável que o "espírito animal" volte a comandar os empresários e se ampliem os investimentos.³¹

Publicada em um veículo voltado ao empresariado, a coluna chama a atenção em primeiro lugar por identificar como generalizada entre o empresariado uma crítica ao governo que até então estava restrita no debate público a poucas vozes de economistas liberais

ortodoxos -- mesmo o famoso editorial da revista *The Economist* que acusava Rousseff de “interventora-chefe”³² viria dias depois da coluna de Delfim. Dessa forma, o economista antecipa uma crítica que ganharia força no ano seguinte, ao mesmo tempo em que atribui a agentes do Estado defeitos que também seriam apontados na própria presidente mais tarde, notadamente a prepotência e problemas de comunicação. Apesar de fazer uma defesa da presidente, o texto sinaliza os rumos que o discurso empresarial tomariam dali em diante, apontando um problema que apareceria em entrevistas feitas pela autora: a relação conturbada com a máquina pública, sobretudo o ministério do Trabalho, tido pelos empresários como “aparelhado” pelo PT.

3.4 As reviravoltas de 2013

O primeiro elemento digno de nota de 2013 é uma queda considerável no número de documentos com caráter opinativo e/ou propositivo produzidos pela Fiesp: enquanto em 2011 e 2012 foram divulgados, respectivamente, 11 e 8 documentos com esse teor, em 2013 esse número cai para 6, sendo apenas um deles -- um estudo encomendado para a FGV sobre regulação internacional do comércio de energia -- de caráter neutro. Todos os demais apresentavam um tom crítico ao governo, sendo que pela primeira vez aparece a defesa da reforma da Previdência e a necessidade de corte de gastos públicos (demandas presentes em documento publicado em setembro daquele ano).

Neste ano tampouco é publicado o balanço de 2012 e as expectativas para 2013, pesquisa de opinião feita junto a empresários. A leitura dos documentos produzidos pela entidade, por sua vez, indica que as prioridades naquele ano eram o combate ao Custo Brasil (principalmente o associado a deficiências de infraestrutura) e à valorização do câmbio. Esses também são temas abordados pela Fiesp na imprensa, sobretudo no primeiro semestre.

Essa mudança admite algumas interpretações. Em primeiro lugar, a queda na elaboração de estudos pode ser lida como um sinal de menor engajamento no lobby junto ao governo federal e à opinião pública na forma de trabalhos de caráter mais técnico. O segundo ponto a ser observado é o deslocamento da Fiesp para uma posição de maior antagonismo em relação ao governo federal, com a emergência de novos temas para além da oposição ao nível de taxa de juros e ao câmbio valorizado, já de praxe. Chama a atenção, sobretudo, a emergência de defesa de corte de gastos públicos e reforma da assistência social, ainda que de maneira tímida quando comparada à agenda da Fiesp a partir de 2015. Relacionamos esse fato ao conflito distributivo que começa a se intensificar a partir de 2013. Um dos sinais desse

processo foi o fim das mobilizações conjuntas que vinham sendo organizadas entre a Fiesp e as centrais sindicais desde 2011.

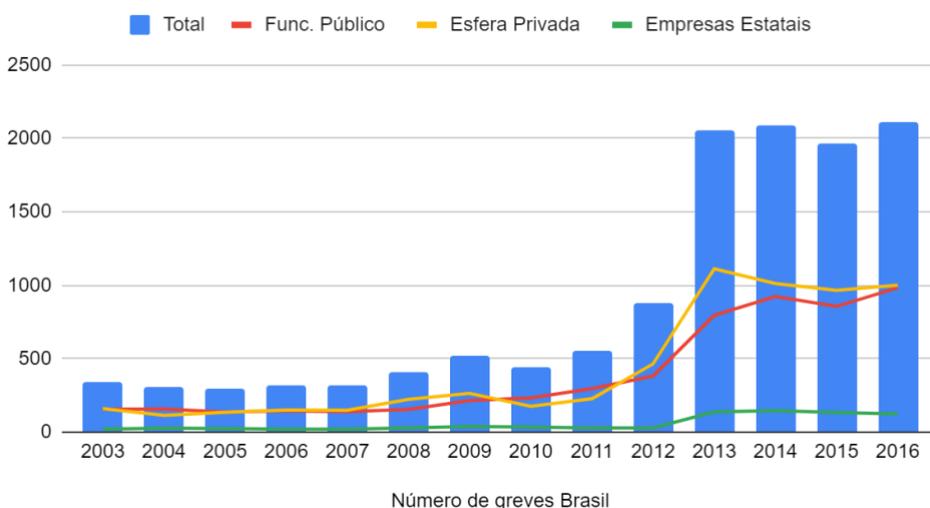
Cabe se deter mais detalhadamente nesse ponto. Voltando um pouco no tempo, Boito (2018) observa que houve uma retomada dos movimentos reivindicativos dos trabalhadores principalmente a partir de 2008. Depois de passarem os anos 1990 em uma atitude defensiva, lutando contra perdas reais e de direitos trabalhistas, a melhora no contexto econômico, a queda do desemprego e o aumento da formalização do mercado verificada nos anos 2000 elevaram o poder de barganha dos sindicatos. Segundo o autor:

Na década de 1990, período de implementação das políticas neoliberais no Brasil, a média anual de greves caiu para cerca de 930. Na década de 2000, em especial depois de 2004, embora em números absolutos as greves tenham diminuído (em termos médios entre os anos de 2004 e 2012 foram 450 greves e 1,7 milhão de grevistas por ano), elas ganharam força em termos reivindicativos e de conquistas e vêm avançando quantitativamente. (p. 199)

Além de ganho real de salário, as reivindicações passaram a englobar Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e estabelecimento de Planos de Cargos e Salários (idem). Boito observa ainda que as greves de caráter ofensivo se concentravam principalmente na indústria, em comparação com os demais setores econômicos.

Dados do Dieese corroboram essa análise. O número de greves explode em 2013: passa de 879 para 2057 (gráfico 8). O setor privado é o que mais sente esse aumento, concentrando mais da metade das greves (1.112). O ano de 2013 é, inclusive, o pico da série histórica do balanço de greves feito pelo Dieese, que compreende o período de 1983 a 2018.

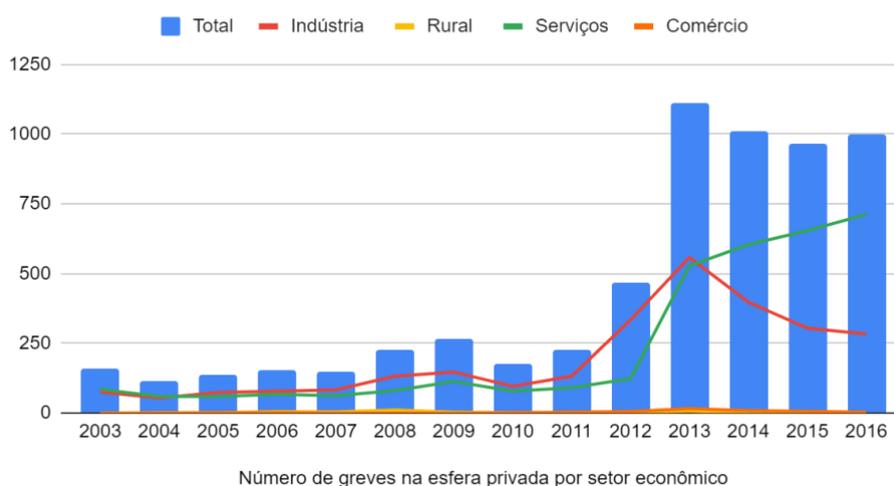
Gráfico 8 - Número de greves no Brasil



Fonte: elaboração da autora a partir de dados do Dieese (2019).

Como apontado por Boito, a indústria é o setor onde há mais greves -- 558 das 1.112 registradas no setor privado em 2013 (gráfico 9). Algumas razões para isso é o maior grau de organização desses trabalhadores, que apresentam também maiores taxas de formalização e qualificação do que outras categorias. É interessante notar que a tendência de alta começa em 2011, atinge o pico em 2013 e depois sofre um declínio acentuado, na contramão do que é observado entre trabalhadores do setor de serviços.

Gráfico 9 - Número de greves por setor econômico



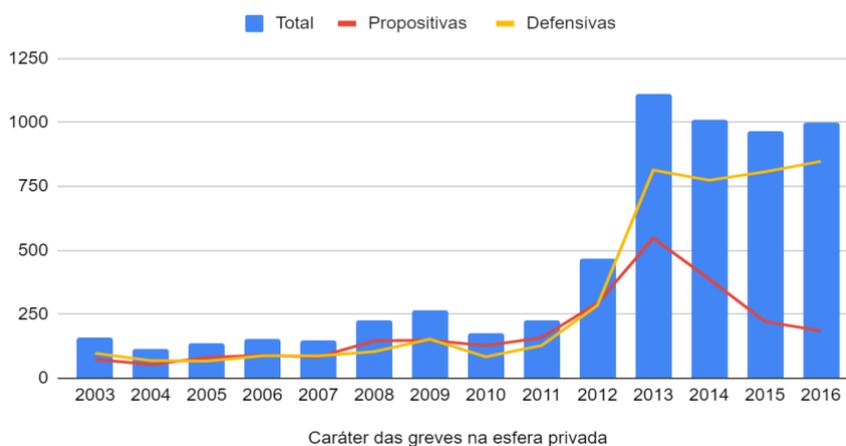
Fonte: elaboração da autora a partir de dados do Dieese (2019).

Por último, chama a atenção a mudança no caráter das greves ao longo desse período na esfera privada. Enquanto até 2012 o número de greves propositivas (o que Boito chama de ofensivas) e defensivas³³ se assemelha, em 2013 as últimas dão um salto, permanecendo muito acima das primeiras até 2016 (gráfico 10). Essa mudança indica uma mudança no trato das negociações a partir dos empregadores. O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), usado como referência nas negociações, fechou o ano de 2012 com um aumento anual acumulado de 6,2% -- quanto mais alto o índice, maior a dificuldade dos trabalhadores em conseguir ganhos reais. Em 2013 o ritmo de alta desacelerou, embora a taxa ainda tenha encerrado o ano relativamente alta (5,56%).

Um dado interessante é que os trabalhadores parecem ter sido relativamente bem sucedidos contra as ofensivas patronais. Levantamento do Dieese aponta que em 2013 86% das negociações resultaram em reajustes salariais acima da inflação, percentual um pouco inferior a 2012 (taxa de 93,6%), mas próximo do observado em anos anteriores (gráfico 11). Há um incremento no número de reajustes inferiores à inflação, mas eles seguem inferiores a 10% do total de acordos firmados. A distribuição segue mais ou menos constante até 2015, quando acontece a virada: é somente no segundo mandato de Rousseff que o percentual de

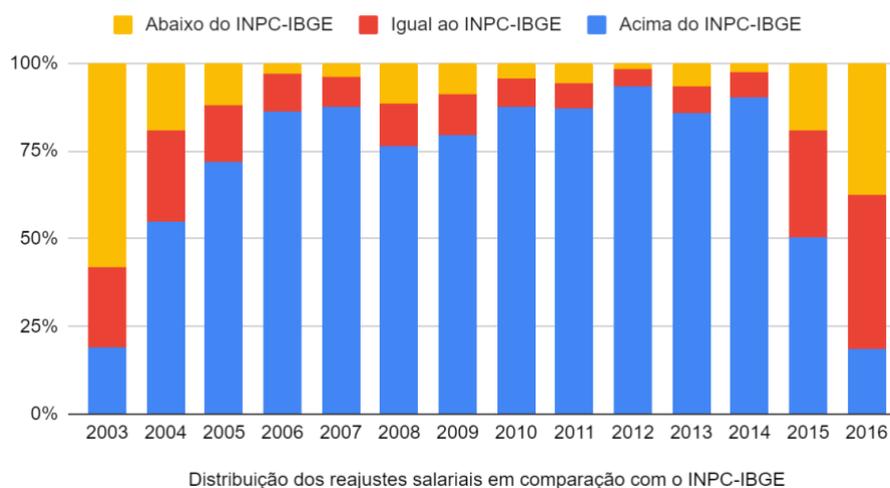
reajustes inferiores à inflação despenca, em meio a um cenário de inflação na casa dos 11% (INPC acumulado em 12 meses em dezembro de 2015).

Gráfico 10 - Caráter das greves na esfera privada



Fonte: elaboração da autora a partir de dados do Dieese (2019).

Gráfico 11 - Distribuição dos reajustes salariais



Fonte: elaboração da autora a partir de dados do Dieese (2019).

O fortalecimento econômico e político dos trabalhadores em 2013 também é observado por Bastos (2017), para quem essa é uma das razões para entender o descontentamento crescente de parcelas do empresariado e da classe média a partir daquele ano. O aumento do número de greves e as mudanças em seu caráter indicam um agravamento do conflito distributivo. Uma razão para esse cenário é a queda das taxas de lucro durante os governos Dilma Rousseff. Os economistas Marquetti, Hoff e Miebach (2017), por exemplo, mostram que a taxa de lucro líquida vinha em trajetória de queda desde 2011, movimento

que se agravou a partir de 2013 (figura 1). Entre 2010 e 2014, essa taxa caiu a um ritmo de 7% ao ano (idem).

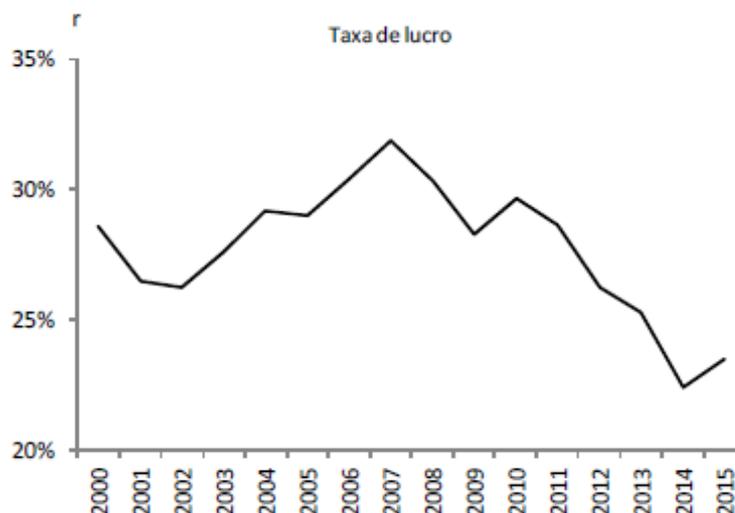


Figura 1. Retirada de Marquetti, Hoff e Miebach (2017, p. 7).

Os autores atribuem essa compressão a dois fatores: a) o aumento da participação dos salários na renda nacional, em função do cenário de pleno emprego e do arcabouço institucional implementado nas gestões petistas; e b) ao declínio da produtividade potencial do capital em decorrência da queda do preço das commodities e de uma mudança na composição dos investimentos, que deixaram de ser liderados pela compra de máquinas e equipamentos, passando a partir de 2008 a serem puxados pela construção (id., p. 10).

Em relação ao primeiro fator, observamos uma valorização contínua do salário médio real que se mantém a partir de 2011, mesmo diante da redução da taxa de expansão da produtividade média nesse período (figura 2). Esse descolamento entre salários e produtividade é, inclusive, um problema frequentemente apontado pelo próprio empresariado nesse período uma vez que implicaria em custos crescentes.

Cestari, por exemplo, aponta o custo do trabalho como uma das principais dificuldades enfrentadas por sua indústria entre 2008 e 2014, ao lado do peso da carga tributária. Em seu depoimento, ele critica os encargos trabalhistas cobrados dos empresários, que em sua visão acabaram arcando com responsabilidades que deveriam caber ao Estado, ao mesmo tempo em que aumentava suas despesas em outras áreas:

Há muitos encargos mas não há nenhum retorno [por parte do Estado]. Você [empresário] tem responsabilidade pelo transporte, saúde, alimentação, responsabilidade social, FGTS, aviso prévio, e todo o colchão social que estava nas costas do empresário e não do Estado. Enquanto isso, Estado aumentava seus custos. Enquanto o mundo busca desenvolver tecnologia, a gente mal consegue trocar equipamento.

O Salário Médio Real e a Produtividade Líquida do Trabalho, Brasil, 2000-2015

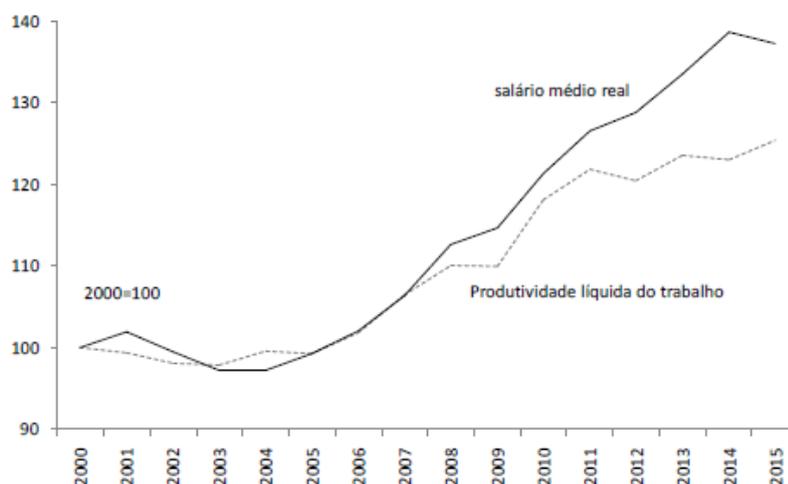


Figura 2. Retirada de Marquetti, Hoff e Miebach (2017, p. 15).

Chama a atenção a relação feita pelo empresário entre custos de trabalho e investimento: o aumento do primeiro impediria incrementos no último. Nesse raciocínio, salários e direitos trabalhistas – que, nessa visão, deveriam ser responsabilidade do Estado – são culpados pelo atraso tecnológico da indústria nacional. A argumentação de Cestari ecoa um estudo publicado pela Fiesp em dezembro de 2012, no qual a entidade buscou estimar o impacto de serviços de saúde e previdência privada oferecido pelas indústrias a seus funcionários “em função da insuficiência e deficiência do Estado”. De acordo com a pesquisa, os custos com o suprimento de serviços para funcionários representam 0,44% do faturamento anual das empresas, sendo: 0,42% com serviços de saúde (plano de saúde, odontológico, subsídio para aquisição de remédios) e 0,021% com planos de previdência privada. Considerando o carregamento desses custos na cadeia à montante, 0,96% do preço do produto industrial resulta dos custos com o pagamento desses serviços.

A Fiesp também fazia críticas diretas ao aumento dos salários acima da produtividade. Ao comentar o resultado de uma pesquisa sobre o tema feita pela entidade, Paulo Francini, diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos, avaliava que apesar do resultado positivo verificado em agosto de 2013, “o panorama no seu conjunto não é tão agradável. Embora exista melhora, ela é mais dentro da redução de pessoal contratado que no crescimento na produção física”³⁴. De acordo com o estudo, o descolamento entre produtividade e salários ocorria desde 2003 – trajetória avaliada como “ruim” por Francini.

Serrano e Summa (2018) também observam um aumento contínuo dos salários acima da produtividade. Os autores defendem que houve uma “revolução indesejada” no mercado de trabalho entre 2004 e 2014, a qual fortaleceu o poder de barganha dos trabalhadores a níveis acima dos admissíveis pelos empregadores³⁵. Essa revolução seria uma consequência imprevista de mudanças estruturais internas e externas verificadas no período. Eles citam, por exemplo, o aumento médio real de 5% ao ano do salário mínimo na década analisada, o que repercute não apenas sobre os salários no mercado formal -- que também se expandiu -- como também sobre os benefícios e as transferências sociais. Os autores observam ainda que não houve queda no grau de sindicalização, na contramão das tendências observadas até então, e aumento do número de greves. A força de trabalho, por sua vez, passou a se expandir a um ritmo mais lento: de uma taxa média de 3% ao ano entre 2001 e 2005 para 1,2% ao ano entre 2006 e 2014 (idem). Em conjunto, essas mudanças levaram a um incremento da participação dos salários na renda nacional a uma taxa média de 1,2 ponto percentual ao ano entre 2005 e 2015 (Saramago, Medeiros e Freitas, 2018 *apud* Serrano e Summa, 2018). O resultado é uma tendência de queda das margens de lucro das empresas, o que pode explicar a atuação mais agressiva nas negociações salariais já em 2013.

Nesse cenário, chama a atenção a relativa timidez com que a Fiesp trata pautas conflitantes com as demandas trabalhistas em 2013 – fora a avaliação de Francini, comentada anteriormente, o tema praticamente não é trabalhado. Questionado sobre esse descasamento, Cestari o atribui a um “sinal da acomodação da Fiesp” uma vez que se tratava de uma agenda mais difícil de ser trabalhada junto a um governo “aparelhado pela esquerda”:

Qualquer iniciativa [da Fiesp] nesse sentido [de reforma trabalhista] seria rotulada de “precarização do trabalho”. O Estado está completamente aparelhado quanto a isso, aparelhado pela esquerda, de dizer que trabalhadores estavam “protegidos”. (...) Tinha um ministro, um imbecil do PDT, da pasta do Trabalho, que gostava de dizer que na gestão dele mais de 1 milhão de empregos com carteira assinada foram criados. Mas qual o significado de carteiras assinadas? Existe todo um mundo da informalidade que acaba existindo ao arrepio da lei, nos arranjos diretos entre as pessoas. O PT fortaleceu as entidades sindicais, não tinha nenhum ambiente para tentar mudanças. Mas reforma vinha sendo construída fora da Fiesp, liderada pelo setor de comércio e serviços, a Fiesp só participava [das discussões]. Acho que o problema foi a questão da terceirização, que tirou essa pauta da indústria. A indústria já vinha terceirizando há muito tempo. Não havia essa pressão que comércio e serviços sentiam com os turnos que eles têm. Foi a crise que aumentou a pressão na indústria por uma reforma trabalhista, pela necessidade de ampliar a terceirização para além da atividade meio.

O próprio Cestari conta ter sentido na pele essa pressão. Em 2013, ele diz que teve que reduzir o quadro de funcionários da empresa que comandava³⁶, a MRS, produtora de peças para caminhões, de 180 para 120 pessoas. A partir de então, a indústria começou a utilizar trabalhadores terceirizados de modo ilegal:

O que eu tive de custo para demitir era o que eu precisava para modernizar a empresa. E isso permanece. Esses custos e a instabilidade do período inviabilizaram novos investimentos. Nisso percebemos como era importante ter mão de obra temporária. Eu sobrevivi em 2013, antes da reforma [trabalhista], fazendo isso [terceirizando funcionários da atividade-fim], ao arrepio do sindicato. A gente dividia incerteza com o trabalhador.

Cervone Netto faz uma avaliação semelhante, colocando no mesmo barco o governo petista, grupos de esquerda, sindicatos e um suposto predomínio do movimento operário, amálgama cujo resultado teria sido “a perda de comprometimento do trabalhador com seu emprego”. Segundo o vice-presidente da Fiesp, houve uma intensificação das fiscalizações feitas pelo Ministério do Trabalho durante o governo de Dilma Rousseff, o que estava atrapalhando os industriais:

Criou-se uma insegurança jurídica trabalhista brutal [no governo Dilma]. Há ainda indústria da multa e das ações trabalhistas. (...) Esse problema ganhou força nesse período porque o Ministério do Trabalho se complicou, a Justiça trabalhista se complicou. (...) O custo do trabalho não pesava tanto quanto a insegurança jurídica, e tinha muito fiscal. Houve mais ideologia nessa época. Se as coisas mais banais iam para a Justiça, e hoje não vão mais, por que isso? Antes a legislação trabalhista tratava o trabalhador como hipossuficiente e empresário como aquele que acorda todo dia para ferrar o trabalhador. Essa situação piorou em 2013, 2014.

Apesar de Bernardini, da Abimaq, minimizar o impacto do custo do trabalho nas despesas de uma empresa (“no meu setor, supondo escravidão, reduziria o custo em 20%, mas o custo Brasil é 30%, então nem assim seria competitivo”), ele também cita uma piora das relações com fiscais do trabalho nesse período, e aumento de ações na Justiça:

A Justiça do Trabalho também gerou cansaço. Tudo era acordo pró-trabalhador, virou um negócio em si mesmo. O ministério do Trabalho foi entregue ao PDT, que é o Paulinho da Força, aí vira uma máquina que perde sentido, vira um negócio. Houve algumas regulações, como a NR-12 [a qual previa a atualização do maquinário por equipamentos mais seguros], bem-intencionadas. Problema foi que valia para máquinas existentes [e não apenas as novas, obrigando o empresário a renovar seu maquinário]. Aí vinha um fiscal e pedia um for fora [para não multar]. Se não [pagasse], você não trabalhava.

Os depoimentos convergem na denúncia de um agravamento dos choques com trabalhadores e estruturas estatais encarregadas da proteção dos direitos trabalhistas. Nesse ponto, chama a atenção o incômodo dos empresários com as burocracias estatais. Ao criticá-

las como “aparelhadas”, os industriais manifestam seu desagravo com as ações empenhadas pelo Estado na seara trabalhista, associando-a a uma “ideologia de esquerda” cegamente pró-trabalhador, quando não simplesmente corrupta. Somados aos dados relativos ao aumento do número de greves e de conquistas salariais no período concomitante a uma trajetória de redução da taxa de lucro, o cenário que se desenha reforça nossa hipótese de acirramento do conflito distributivo, em que o governo era percebido como aliado do inimigo.

Embora estivesse sendo sentida pelas suas bases, a questão permaneceu em larga medida fora da agenda da Fiesp em 2013, com exceção de um choque direto entre a federação e Rousseff em julho. Naquele mês, o Congresso aprovou um projeto de lei que eliminava a multa adicional de 10% sobre o FGTS cobrada de empregadores em demissões sem justa causa (antiga demanda empresarial posteriormente atendida por Jair Bolsonaro). A presidente, no entanto, vetou a mudança na lei, o que gerou diversas críticas entre entidades empresariais, incluindo a federação paulista.

3.4.1 Os protestos de junho

É chegado o momento, enfim, de discutir os protestos de junho de 2013. Ainda está por ser feita uma interpretação robusta do que levou os manifestantes às ruas naquele ano e dos impactos desse evento no plano político nacional. Sem dúvida, essa é uma tarefa que foge ao escopo deste trabalho. No entanto, é inegável a relevância de junho no realinhamento do tabuleiro político que se verificou a partir de então e seu significado como sintoma de algo mais profundo que vinha acontecendo -- e que passara despercebido por todos até então.

Embora o ponto de partida dos protestos tenha sido uma campanha de um movimento de jovens de esquerda contra o aumento da tarifa do transporte público em São Paulo, à medida que as manifestações de rua multiplicaram-se e ganharam adeptos pelo país, o mote passou a ser uma insatisfação geral com o Estado e, por tabela, com o governo que o comandava, o que deu margem para diferentes grupos projetarem nas ruas uma pressão que fosse de seu interesse.

A princípio, a posição da Fiesp foi cautelosa. É apenas na manifestação de 17 de junho, quando a opinião pública havia passado para o lado dos manifestantes após a repressão violenta observada no protesto do dia 13, que Skaf se posiciona publicamente a favor dos atos. De acordo com reportagem do jornal O Estado de S. Paulo³⁷, Skaf estava em meio aos manifestantes em frente ao Masp, na companhia de um assessor. Aos jornalistas, ele avaliou

a mobilização como “muito positiva” e aplaudiu um manifestante que subiu numa pedra e começou a cantar o Hino Nacional.

É nesse dia que o caráter marcadamente de esquerda dos protestos iniciais vai sendo perdido conforme uma diversidade de grupos passa a participar, muitos deles de pessoas que nunca haviam ido a uma manifestação. A pauta inicial em defesa de um passe livre nos transportes públicas é alargada e descaracterizada a ponto de bandeiras antagônicas serem defendidas na mesma avenida. Em seu estudo sobre a nova direita, Rocha (2018) aponta que é em junho de 2013 que finalmente os grupos que vinham se articulando na internet partem, enfim, para a ação pública.

A partir de então a mobilização de grupos contrários ao governo petista e à esquerda de modo geral fica cada vez mais forte, culminando nos protestos pelo impeachment, como discutiremos no próximo capítulo. Voltando a 2013, acreditamos que é nesse momento que insatisfações latentes e dispersas finalmente ganham vazão, com destaque para as da classe média tradicional, segmento que ficou para trás em termos materiais e simbólicos em meio aos avanços das classes altas e baixas a partir dos governos Lula, como apontam os estudos de Cavalcante (2015), Morgan (2017), Loureiro (2018) e Carvalho (2018).

Cabe aqui especificarmos o que entendemos por “classe média tradicional”. Essa posição é ocupada em linhas gerais por indivíduos que: a) em termos de renda, encontram-se nos estratos superiores (localizados nas faixas AB); b) têm diploma universitário; c) podem ser tanto assalariados quanto autônomos, exercendo ocupações como advogados, médicos, professores universitários, profissionais ligados a funções de gestão e controle técnico-administrativo em burocracias privadas ou estatais, como economistas e engenheiros; d) são filhos de pais que já nasceram na classe média; e) pagam por serviços privados (planos de saúde, escolas particulares, previdência privada), rejeitando os públicos; f) apresentam práticas distintivas de consumo; g) têm um nível elevado de engajamento cultural que se volta para o exterior, em oposição ao ambiente doméstico; h) suas estratégias de reprodução estão assentadas na conversão de capital econômico em cultural, e cultural em econômico, “transação” altamente dependente da socialização familiar que encobre essas vantagens herdadas sob o manto do “talento” e do “dom”. Esse conjunto de características não corresponde à do “brasileiro mediano”, e designa um perfil que se enquadra nos estratos superiores da hierarquia social brasileira, posição esta que evoca prestígio social e um senso de superioridade (Cavalcante, 2015; Salata, 2015; Souza e Lamounier, 2010; Souza, 2013).

Em termos ideológicos – e diretamente relacionados a essas características –, a classe média tradicional é marcada pelo que Cavalcante (2015) chama de “conservadorismo liberal”, que consiste em uma “combinação singular de ideais meritocráticos com uma histórica dificuldade ou aversão à inclusão social e política de amplo alcance” (id., p. 178). Essa ideologia meritocrática liga-se às funções voltadas ao trabalho intelectual e de gestão exercidas pela classe, a qual justifica e naturaliza a hierarquia do trabalho “como se fosse uma expressão de uma pirâmide natural de ‘dons e méritos’” (ibid., p. 180). Esse distanciamento do trabalho manual e senso de superioridade em relação a ele é potencializado pela herança escravocrata e tem como efeito a naturalização dos privilégios de classe, defende o autor.

Nossa hipótese secundária é que o perfil do pequeno e médio industrial – base de Skaf – é mais próximo politicamente da classe média tradicional do que da grande burguesia, argumento que desenvolveremos ao longo deste capítulo e do próximo. Acreditamos que é entre a classe média tradicional que esse empresário circula e com quem compartilha um estilo de vida em termos de formação, valores, renda e consumo (Bourdieu, 2017).

Cestari é um exemplo vivo deste ponto. Questionado sobre o que junho significou em sua visão, o empresário afirmou que aquele foi o momento em que “as pessoas começaram a ter coragem para defender valores que elas tinham, mas que não tinham representação organizada”, concluindo que a organização da direita “ainda tem que acontecer”. Espontaneamente, ele relacionou os eventos daquele ano com a vitória de Jair Bolsonaro, eleito “pelo que o PT fez com a esquerda, destruiu os sonhos das pessoas, e aí a direita começa”. Perguntado por que junho teria sido o estopim dessa revolta, o empresário envereda por um discurso superficial bastante veiculado na imprensa de “esgotamento dos canais de participação”, e arremata dizendo que a operação Lava Jato surge como “alternativa de representação” para esse grupo. Cestari criticou ainda o uso das cotas raciais³⁸ nas universidades e o programa Bolsa Família “como instrumento de manipulação”.

Cervone Netto não fez ataques diretos aos governos petistas na mesma linha de Cestari, mas em seu perfil no Facebook é possível ver que ele compartilha conteúdos contrários ao partido e à esquerda de modo geral desde 2013, quando começa a usar mais ativamente sua conta. O alvo principal naquele momento das publicações é o programa Mais Médicos, seguida pelo compartilhamento de postagens de teor chulo.

Bernardini se distancia desse perfil, mas concorda que o pequeno e médio empresário é um indivíduo de classe média, vista por ele como “reacionária e moralista”.

Assumindo-se um ponto fora da curva, ele afirma que pesquisa de opinião feita internamente na Abimaq apontou 80% de apoio a Bolsonaro na disputa pela presidência em 2018.

No ano seguinte, Skaf buscava associar-se aos protestos de junho durante sua campanha ao governo de São Paulo. Questionado em entrevista se as manifestações teriam mudado sua forma de enxergar a política³⁹, o presidente da Fiesp responde que em sua visão ele e os manifestantes possuíam as mesmas ideias, mas fazendo a ressalva de que embora protestar e reclamar de políticos sejam “atitudes saudáveis”, isso nem sempre “resolve o problema”, justificando assim sua própria entrada para a política tradicional -- vista com maus olhos pelos grupos que passaram a dominar as ruas depois de junho. Em sintonia com as bandeiras dos protestos, Skaf declara ainda que o que mais o irrita é a lentidão em “fazer as coisas acontecerem” e “a incapacidade do governo em garantir segurança, saúde, educação e transportes de qualidade” (uma de duas principais propostas é instituir o passe livre de transportes para estudantes da rede estadual de ensino).

Outro ponto interessante dessa entrevista é que Skaf antecipa a estratégia dos candidatos-empresários nas eleições de 2016 e 2018. Questionado da motivação para querer ser governador, ele menciona sua experiência como gestor privado para “fazer as coisas acontecerem” em oposição à “enrolação” que marcaria a política tradicional. O ataque à política como algo ruim, desonesto e perigoso fica ainda mais explícito em uma anedota sobre o ex-vice-presidente José Alencar. Skaf afirma que um dia perguntou ao empresário por que ele havia decidido entrar para a política, ao que Alencar supostamente teria respondido: “Skaf, quando você tem um tanque com veneno, a solução é colocar água limpa para diluir o veneno”. Obviamente essas respostas têm muito mais de marketing eleitoral do que visões sinceras de Skaf sobre a política. No entanto, não deixa de ser relevante o esforço feito pelo presidente da Fiesp em se conectar com o sentimento antipolítica que emergia das ruas, marcadamente entre as classes mais altas, que mais tarde votariam em massa em Jair Bolsonaro. Skaf não só respalda a rejeição da política como busca se vender como um outsider cuja experiência empresarial lhe garantiria as credenciais para fazer diferente.

3.4.2 Depois de junho

No segundo semestre, Skaf se envolve em uma briga com o então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), em relação ao reajuste do IPTU proposto pelo político. O aumento do tributo despertou intensa oposição de diversos setores, e Skaf – não obstante ser presidente de uma federação sindical representante da indústria – buscou liderar a rejeição

ao prefeito, capitalizando em cima da imagem “anti-impostos” que vinha construindo para si desde a campanha contra a CPMF. Haddad chegou a chamar a Fiesp de “Casa Grande” e acusar Skaf abertamente de oportunismo político. O presidente da Fiesp rebateu que a cidade de São Paulo “não tinha gestão”. A federação conseguiu derrubar o reajuste na Justiça, após entrar com uma ação no STF. Logo após a decisão, Skaf veiculou propagandas na TV em que se colocava como vencedor da disputa, o que gerou mal-estar entre a Associação Comercial e o PSDB, que também havia entrado com ação na Justiça contra a medida, conforme noticiado pela imprensa.

Embora pouco relacionada aos problemas enfrentados pela indústria, a campanha contra o reajuste do IPTU é uma das principais pautas da Fiesp em 2013. Por meio dela, Skaf antagoniza com o vencedor das eleições que perdera no ano anterior e busca fortalecer sua imagem com vistas à corrida pelo governo do Estado. Tampouco passa despercebido o alvo da campanha: a classe média, a principal atingida pelo reajuste proposto⁴⁰, logo após os protestos de junho de 2013 contra um aumento tarifário. A oportunidade estava colocada, Skaf aproveitou-a.

É também após junho que a Fiesp retoma a pauta da desindustrialização, na forma de uma proposta detalhada do que o Brasil precisaria almejar para tornar-se um país desenvolvido (entendido como crescimento médio do PIB entre 4% e 5,3% ao ano), publicada em agosto. No mês seguinte um novo documento é divulgado especificando o que seria necessário para se alcançar essa meta: elevação do investimento público, priorização de setores estratégicos e redução da despesa com juros. É interessante que esses temas estão alinhados em algum grau com os protestos de junho, ao mesmo tempo que divergem da plataforma sustentada pela Fiesp até então, sempre pautada na pressão pela extensão de benefícios para todos os setores e com pouca ênfase na em investimentos públicos. É nessa proposta que aparece pela primeira vez a demanda por uma reforma da Previdência.

A redução da taxa de juros é uma bandeira eterna da Fiesp, mas em 2013 há uma mudança importante no alvo da crítica. No começo do ano, quando o BC interrompeu o ciclo de queda da Selic e voltou a elevar a taxa, a reação inicial da Fiesp mirou o Copom e o BC. Apenas no segundo semestre – depois das manifestações de junho –, a crítica passa a englobar o governo como um todo e a apontar cortes de gastos e redução do Estado como formas mais eficientes de segurar a inflação do que elevar a taxa de juros.

Em dezembro de 2013, Skaf dá uma entrevista à *Veja* em que faz uma espécie de balanço do ano. Em sua visão, teria ocorrido naquele período uma “contaminação da política

na economia”, o que teria provocado uma percepção pior da realidade do que o que se verificava na prática – em que o desempenho econômico teria sido mediano, embora a impressão disseminada fosse de “caos”. Ele aproveita o espaço para defender o aumento do superávit primário, objetivo que exigiria corte de gastos do governo, e, numa atitude defensiva, acusa o governo de culpar injustamente as desonerações concedidas a empresários pela deterioração das contas públicas:

O governo sabe tudo. Eles não foram pegos de surpresa. Não é que eles façam as coisas por desconhecimento. Eles fazem sabendo da realidade. O que ocorre agora é que eles estão justificando o problema fiscal com as desonerações que fizeram, e isso é injusto. Eles reduzem temporariamente um imposto que é alto demais (no caso do IPI), como se estivessem fazendo um favor. Ora, a carga tributária no Brasil é absurda! As reduções deveriam se eternizar. Mas não é assim. Sempre quando chega o final do ano, é a hora de renovar a redução da alíquota. E fica parecendo que o governo está fazendo alguma bondade, quando, na verdade, não deveria haver um imposto tão alto. Agora, com a situação fiscal da forma que está, eles sabem que não há espaço para subir imposto, nem disposição para cortar despesas. Aí vem aquela ameaça de que as reduções serão revertidas.⁴¹

Outro ponto interessante da entrevista retoma o problema da interlocução com a presidente. Questionado se o governo estaria mais aberto ao setor privado, Skaf responde que “particularmente” não pode reclamar, porque nunca teria tido dificuldade de contato com Rousseff, mas dá a entender que havia sim uma distância dela em relação aos empresários:

Eu, particularmente, não posso reclamar. Nunca tive dificuldade de contato com a presidente. Mas sinto que ela mudou, sim, em relação aos empresários e aos partidos. Hoje ela discute com lideranças de partidos. O problema é que isso ainda não se traduziu em recuperação da confiança do empresariado, sobretudo no exterior. A imagem do Brasil foi abalada e isso ainda não está resolvido. Internamente é mais fácil, pois o empresário está mais acostumado com as mudanças. Mas quem está distante leva mais tempo para perceber⁴².

Olhando em retrospectiva, 2013 é o ano em que a Fiesp se desloca para uma posição preponderantemente crítica ao governo, após um alinhamento inicialmente forte em 2011 e mais tensionado em 2012. Atrelamos essa mudança a dois fatores principais: a) o acirramento do conflito distributivo, com aumento do número de greves e choques entre trabalhadores e empresários; e b) os protestos de junho de 2013, que deslocaram o eixo da política para a direita. No primeiro caso, embora a Fiesp não tenha pautado o tema explicitamente em sua agenda pública, ele aparece de forma indireta nas demandas por corte de gastos e na postura defensiva contra o fim das desonerações tributárias, indicando a preocupação da entidade com quem pagaria a crise fiscal. Ademais, os choques diretos com trabalhadores figuravam como uma questão importante para o empresariado que forma a base da Fiesp e de Skaf,

conforme indicado pelos dados coletados e pelas entrevistas realizadas no curso da pesquisa. Havia uma insatisfação profunda com os sindicatos e com a fiscalização realizada por órgãos públicos, agravados por uma percepção de que ambos eram aliados entre si contra os empregadores.

Nesse sentido, as manifestações de junho catalisaram o descontentamento que já vinha se disseminando entre o empresariado. Esse conflito tipicamente distributivo misturou-se nas ruas com outras pautas, como críticas a um excesso de gastos supérfluos pelo governo, à falta de segurança e à corrupção. Assim, ao problema material que animava a insatisfação do empresariado associou-se um ideário conservador-liberal disseminado principalmente entre a classe média tradicional, grupo ao qual o pequeno e médio industrial é próximo em termos de comportamento político.

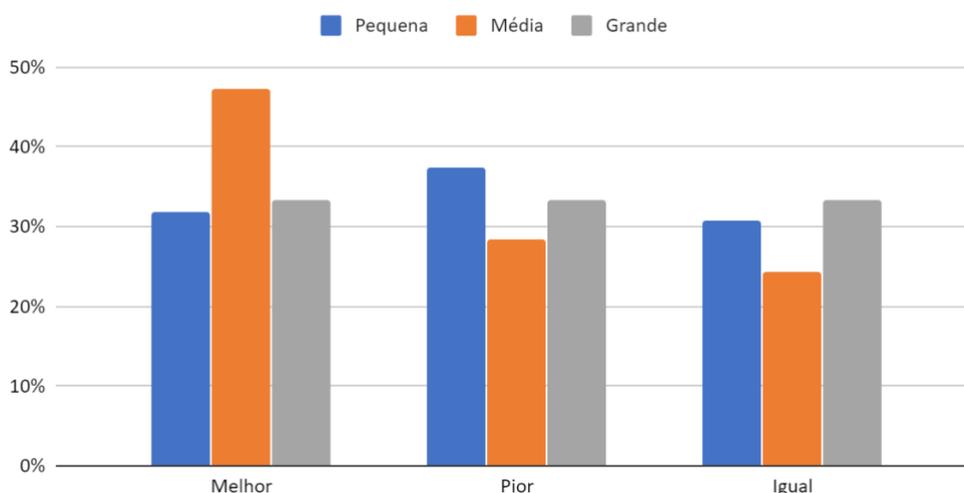
Ciente do que ocorria em sua base e de olho em como aproveitar o deslocamento do eixo político que se verificava nas ruas, Skaf subiu o tom das críticas feitas pela Fiesp ao governo e buscou projetar-se como liderança da batalha contra o reajuste do IPTU, cujo aumento -- proposto por um prefeito petista -- atingiria sobretudo bairros de classe média. É nessa toada que as reações da Fiesp ao fim do ciclo de queda de juros deixam de mirar o BC e o Copom e passam a cobrar o governo federal, que demandas por corte de gastos e reforma da Previdência começam a aparecer com destaque nos posicionamentos da entidade, e que a temática da “confiança do empresariado” começa a ser evocada no debate econômico como recurso a ser conquistado pelo governo e, numa chave mais pessoal, pela própria presidente, numa crítica aqui ainda sutil à personalidade de Rousseff.

3.5 A Fiesp a reboque do calendário eleitoral

O balanço do ano de 2013 entre o empresariado é bastante positivo. Na pesquisa Rumos da Indústria Paulista⁴³, que volta a ser publicada em 2014 após o hiato no ano anterior, 38% dos entrevistados afirmam que o desempenho de seu negócio no segundo semestre de 2013 foi melhor do que aquele comparado ao mesmo período do ano anterior (gráfico 12). O percentual é o maior registrado desde 2010, quando 66% dos respondentes declararam um desempenho positivo. Na segmentação por porte, no entanto, as pequenas empresas declaram majoritariamente um desempenho pior (37%), enquanto quase metade dos negócios de médio porte afirma ter tido um semestre melhor (47%). Entre as grandes, o quadro é dividido: um

terço considera ter tido um semestre melhor, um terço, um semestre pior, e um terço, um semestre igual ao mesmo período do ano anterior.

Gráfico 12 - Desempenho do 2º semestre de 2013 em relação ao 2º semestre de 2012 – por porte



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da Fiesp (2014).

Em termos de vendas, volume de produção e exportações, o cenário se repete: as pequenas empresas relatam um desempenho pior, enquanto as médias são as que mais reportam melhora. Apesar das diferenças, no agregado o segundo semestre de 2013 é avaliado pelos respondentes como melhor do que o de 2012.

Apesar do tumulto político, os empresários oscilavam entre uma posição otimista e neutra para o ano de 2014 -- apenas 12,4% se diziam de algum modo pessimistas (gráfico 13). Mas, quando segmentamos por porte, chama mais uma vez a atenção os resultados para as pequenas empresas: 15% estavam pessimistas, percentual maior do que o observado entre as médias (10%) e grandes (8%). Em contraste, 45% dos empresários de médio porte diziam-se otimistas, nível acima do registrado entre os pequenos (41%) e grandes (37%).

Tal como em 2013, o nível de atividade da Fiesp em termos de publicações de caráter mais técnico é baixo -- apenas 7 documentos, um a mais que no ano anterior, sendo que dois deles são as pesquisas de opinião Rumos da Indústria. As demais publicações partem do ponto comum de que a indústria está patinando desde a crise de 2008, demandando ações para aumentar a competitividade do setor, com destaque para a desvalorização do real, a redução do chamado “custo Brasil” e a tributação de importados.

Velhas bandeiras da indústria, o que chama atenção nesses documentos é que eles apontam avanços do governo de Dilma Rousseff nessas áreas. No estudo sobre o custo Brasil,

por exemplo, publicado em junho de 2014, afirma que ele caiu em 2013 na comparação com 2012 de acordo com o índice elaborado pela própria Fiesp. A entidade atribui a queda principalmente à desoneração da folha de pagamentos, mas indica que houve melhorias também em relação ao custo com capital de giro, tributos diretos e irre recuperáveis, energia e matérias primas. O resultado agregado foi uma redução de 2 pontos percentuais no custo Brasil em comparação com parceiros comerciais, 1,9 p.p. em relação aos países desenvolvidos, 3,8 p.p. em relação a outros emergentes e 6,2 p.p. com a China.

Apesar dos próprios avanços registrados pelo estudo -- e atribuídos a ações governamentais --, a Fiesp conclui a análise defendendo que as deficiências no ambiente de negócios brasileiro não podem ser compensadas por melhorias nas estratégias empresariais, uma vez que o custo Brasil e o câmbio valorizado seriam os responsáveis pelo fraco desempenho da indústria, o que justifica os baixos níveis de investimento privado apesar das políticas que vinham sendo implementadas. Um segundo estudo sobre competitividade, elaborado também a partir de um índice construído pela Fiesp, aponta que a posição do Brasil melhorou no ranking entre 2010 e 2013, embora permaneça entre os 5 piores entre os 43 países analisados. Mais uma vez, a Fiesp atribui o avanço às iniciativas do governo federal -- redução dos juros e spreads, principalmente --, mas faz a ressalva de que ele é limitado por fatores como redução dos níveis de poupança e aumento do déficit comercial, entre outros.

Tanto os estudos quanto a pesquisa de opinião junto ao empresariado indicam que os esforços do governo vinham surtindo efeito, ainda que timidamente. O fato de o segundo semestre de 2013 ter sido, no geral, bem avaliado, mesmo após os protestos, e as expectativas para 2014 serem mais positivas que negativas é notório. O ponto fora da curva são as pequenas indústrias, que reportam avaliações de desempenho e expectativas piores em comparação com as empresas de maior porte. Uma hipótese para esse descompasso são as dificuldades enfrentadas pelas pequenas empresas no acesso a crédito (SERRANO E SUMMA, 2018) e a programas governamentais. Cestari, por exemplo afirma que:

O BNDES e o PSI tinham requisitos inalcançáveis para pequenas e médias empresas. (...) A Dilma não atendeu as pequenas e médias empresas. Trabalhar com a Petrobras sempre foi uma dificuldade imensa. No ABC, tivemos 400 empresas que se cadastraram num programa de compras da Petrobras, mas não deu em nada. Empresas sofisticadas, que fornecem para a indústria automotiva. Era só marketing da Petrobras. Depois entendemos o porquê: queriam relacionamento com as grandes [em alusão aos casos de corrupção depois descobertos].

A percepção de que somente um grupo privilegiado foi beneficiado pelas políticas adotadas pelo governo Dilma Rousseff é compartilhada por Evangelinos:

Usar BNDES para alavancar crescimento é obrigação de qualquer governo civilizado de país em desenvolvimento. Mas o que houve não foi a indústria que tomou empréstimo, ela não é campeã nacional. A indústria, a pau de barraca, é a pequena e média [que não se beneficiou].

Mesmo Bueno, um empresário mais simpático aos governos petistas do que Cestari e Evangelinos, critica a política econômica de Rousseff e o alcance das linhas de crédito priorizadas no período:

A Dilma devia ter feito investimento público, o privado tem limitação. Finame [linha de financiamento do BNDES voltada para a produção e aquisição de máquinas e equipamentos novos de fabricação nacional] só quer empresa grande.

Um funcionário da Fiesp também diferencia o impacto das políticas governamentais conforme o porte das empresas. Embora seu discurso por vezes seja crítico à entidade onde trabalha, nesse ponto ele ecoa uma visão muito próxima à manifestada pelo empresariado, subindo o tom, porém, na caracterização dos grandes como privilegiados por corrupção:

Óbvio que tem setores protegidos, mas olhando para o setor industrial como um todo, a maioria são pequenos e médios, que são heróis mesmo, porque esses caras não têm privilégio, não têm subsídio. Quem tem são os bandidos. E esses caras não passam pela Fiesp. Nem Joesley [Batista] nem ninguém. Eike [Batista], nunca. Esses caras vão direto no político, porque já têm esquema armado.

A discrepância do impacto da política industrial conforme o porte das empresas, no entanto, é um tema que, apesar de indicado pela pesquisa de opinião, não é pautado na agenda política da presidência da Fiesp durante o primeiro semestre de 2014. A prioridade da entidade no período foca a esfera estadual -- a crise hídrica é um dos principais itens da agenda pública da Fiesp -- enquanto a nível federal a CNI passa a ocupar o espaço de interlocução com o governo em nome do empresariado. Como veremos adiante, a situação muda no segundo semestre, quando Benjamin Steinbruch assume a presidência interinamente no lugar de Skaf (licenciado para concorrer ao governo do Estado). Sob Steinbruch, a entidade torna-se muito mais crítica ao governo federal e volta-se mais propriamente para uma agenda econômica, pautando a possibilidade de recessão e necessidades de mudanças, sobretudo na seara trabalhista.

A distância entre a presidente e o empresariado segue sendo apontada como um problema em 2014. A ideia bastante difundida pela imprensa na época era de que os empresários viam o Planalto como “fechado” e que a presidente ignoraria suas queixas. No início do ano, Rousseff tenta emplacar Josué Gomes da Silva (filho de José Alencar) como

ministro do Desenvolvimento com o objetivo de melhorar o relacionamento com a indústria, segundo os jornais⁴⁴. A escolha, contudo, não vingou.

Em junho, o governo fez uma nova rodada de concessões à indústria: o programa Reintegra (em que o governo devolve um percentual das exportações de manufaturados na forma de créditos tributários) tornou-se permanente, os percentuais exigidos para entrada no Refis (programa de refinanciamento de débitos tributários) foram cortados pela metade, a margem de vantagem para a política de conteúdo nacional foi definida em 25% para todos os produtos nacionais (independentemente de investigação) e o PSI foi prorrogado⁴⁵. Uma observação importante é que a interlocução empresarial que aparece nesse pacote é apenas a CNI. Não há qualquer menção à participação da Fiesp na negociação pelas novas concessões, tampouco reação da entidade às medidas.

Aos problemas do governo no campo econômico somavam-se os no campo partidário, com a aproximação das eleições e as disputas estaduais e nacional. Já em fevereiro, uma crise eclodiu entre a presidente e o PMDB, com a demanda da sigla por mais ministérios e maior participação de Temer nas decisões. Numa tentativa de apaziguar os ânimos, Rousseff participa de jantar oferecido por Temer no Jaburu para Skaf⁴⁶.

O presidente da Fiesp, por sua vez, concentrava suas forças no início naquele ano na crise hídrica paulista⁴⁷ – um ponto fraco da gestão de Geraldo Alckmin que vinha sendo explorado pelos postulantes ao governo do Estado. Skaf usa a federação para promover suas críticas, valendo-se para isso de uma relação algo frágil entre a falta de água e dificuldades nas indústrias⁴⁸. Em outra agenda pouco industrial, Skaf passa a criticar reajustes no IPTU feitos ou sugeridos em cidades no litoral do Estado, estendendo a campanha paulistana para outras regiões com vistas ao eleitorado fora da capital.

A disputa pelo governo paulista explica a apatia da Fiesp sob Skaf em 2014, que produz novamente poucos documentos -- 7 no total, um a mais que no ano anterior -- e aparece na imprensa sempre a reboque da campanha do peemedebista. Segundo a jornalista Mônica Bergamo, o presidente da Fiesp tentou se aproximar de Eduardo Campos, pré-candidato à Presidência pelo PSB, no primeiro semestre de 2014⁴⁹. Enquanto isso, o PT tentou fazer um acordo em São Paulo com Geraldo Kassab, do PSD, para minar a candidatura do presidente da Fiesp⁵⁰, sem sucesso. Em junho, quando a corrida eleitoral paulista já estava com seus candidatos definidos, Rousseff buscou cortejar Skaf afirmando que ele fazia parte da “fórmula” para derrotar Geraldo Alckmin. Em resposta, Skaf agradeceu a “instituição

Presidência da República” pelo apoio (e não a presidente em si), e ressaltou que no Estado ele e o PT (que tinha um candidato próprio, Alexandre Padilha) eram oponentes⁵¹.

Na campanha, Skaf nega palanque à presidente, atribuindo essa decisão à presença do candidato petista na corrida paulista e segue resistindo às pressões vindas do PMDB ao longo da disputa⁵². Ele evita declarar voto em Rousseff -- quando questionado, diz que seguirá seu partido⁵³ ou que votará em Michel Temer⁵⁴ -- e busca descolar sua imagem da presidente, que tem alta rejeição no Estado⁵⁵. A tensão entre o presidente da Fiesp e o PT evolui conforme as campanhas avançam. Do lado dos petistas, a estratégia é associar Skaf ao “candidato patrão”, enquanto o empresário rebate que esse tipo de discurso é “coisa do século XVIII”⁵⁶.

Gostaríamos de destacar uma propaganda eleitoral de Skaf veiculada na reta final da campanha, na qual o presidente da Fiesp apela diretamente aos manifestantes de junho de 2013⁵⁷. A peça mostra fotografias das ruas tomadas por manifestantes em tom apoteótico, enquanto Skaf ao fundo diz que seu sonho de ser governador aumentou diante daquelas cenas. Em seguida, ele curiosamente explicita o uso da Fiesp como plataforma política, afirmando que foi no comando da entidade que ele “lutou por muitas causas populares sem ser político” -- evocando mais uma vez o sentimento antipolítico que emergiu das ruas --, enumerando a campanha contra a CPMF, a redução dos tributos sobre a cesta básica, a derrubada do reajuste do IPTU e a redução das tarifas de energia elétrica, entre “tantas outras lutas que liderei e vencemos por todos”.

À parte o marketing eleitoral, a campanha explicita o elo entre Skaf enquanto presidente da Fiesp e Skaf enquanto candidato a cargos públicos eletivos. Fica clara como a agenda da federação é inseparável da preocupação com a projeção de seu presidente para muito além do setor industrial. A escolha por colocar-se como um nome anti-impostos, particularmente, funciona como um apelo direto à classe média, para quem a tributação é uma reclamação corriqueira. Não obstante, essas bandeiras não vão contra os interesses da indústria, o que permite ao dirigente equilibrar os dois lados de sua balança política.

Eventualmente Skaf foi obrigado a dividir palanque com Rousseff, na cidade de Jales, mas saiu rapidamente, o que segundo reportagem da Folha teria desagradado seu partido e, particularmente, Michel Temer. Matérias da época relatam muitas divergências e conflito intenso entre o partido e Skaf durante a campanha⁵⁸, uma vez que o presidente da Fiesp centralizaria decisões, ignoraria a sigla e teria colocado pessoas da Fiesp para comandar

a campanha, à revelia das indicações do partido. Na reta final da disputa, Skaf e Temer teriam parado de se falar por conta dos atritos, segundo a imprensa.

Apesar da tentativa de distanciamento de Rousseff, Skaf evitou atacá-la diretamente. Enquanto a situação econômica começava a se deteriorar de modo mais profundo, levando às primeiras discussões sobre recessão, a posição do presidente da Fiesp seguiu cautelosa. Exemplo dessa atitude é a relativização da responsabilidade de Rousseff pelos problemas enfrentados. Em perfil sobre Skaf publicado pela revista piauí, ele avalia:

Ela [Dilma Rousseff] teve pontos positivos e teve problemas, como as reformas estruturais. Mas não são problemas que nasceram com ela. Esses problemas já estavam aí desde a época de Fernando Henrique. Só que agora chegaram ao limite. Fica difícil culpar a presidente pela falta de investimentos na infraestrutura que o Brasil deixou de fazer há 30 anos (revista piauí, ago. 2014)

Foi preciso que Skaf se licenciasse da Fiesp, abrindo espaço para o vice-presidente, Benjamin Steinbruch, para que a entidade voltasse ao noticiário. Muito mais crítico ao governo do que o titular do cargo, o presidente da CSN afirmou em agosto que “só louco investe no Brasil” -- frase que teve grande repercussão na imprensa na época⁵⁹. A declaração, feita para um público de empresários na abertura do Congresso do Aço, foi acompanhada de outros ataques à política econômica do governo: Steinbruch se disse preocupado com os sinais de recessão e que só acreditaria em uma solução caso ela fosse muito “diferente” e “agressiva”, insinuando a necessidade de mudança de comando. Ele reclamou ainda de um distanciamento do governo federal em relação aos problemas da indústria (“Falta comunicação, nossa dificuldade não chega a Brasília”) e afirmou que as empresas já estavam demitindo e reduzindo a produção. Em nova entrevista no mês seguinte, o industrial deu a entender que apoiava Marina Silva⁶⁰, criticou Rousseff (embora avaliasse que ela “trabalha duro e quer acertar”) e afirmou que o país gasta “de forma desordenada”, conduz mal a economia e não tem política industrial. Em uma terceira entrevista, desta vez à Folha⁶¹, Steinbruch diminui o tom: diz que pode apoiar Rousseff caso ela proponha mudanças. Em uma comparação entre seu governo e o de Lula, o industrial afirmou que a presidente é mais fechada e pegou um momento econômico externo pior que seu antecessor, mas considerou a política industrial de ambos semelhante.

Steinbruch aproveita ainda a interinidade na presidência da Fiesp para pautar a necessidade de mudanças na legislação trabalhista como uma das formas de reduzir os custos do setor produtivo e alcançar maior competitividade, em consonância com a insatisfação que vinha do empresariado desde 2013. Do lado dos trabalhadores, a resistência contra perdas

salariais diante da inflação em alta contínua, e em setembro as centrais sindicais conseguem mobilizar quase 1 milhão de metalúrgicos⁶². Para além da pauta salarial, os trabalhadores demandam fim da terceirização na linha de produção das empresas, o que indica que a prática vinha se acentuando.

Em meio à disputa pela reeleição, o governo busca responder à pressão: em setembro, Guido Mantega -- ainda ministro, embora já demitido por Rousseff para o segundo mandato -- participa de reunião com empresários de 20 multinacionais brasileiras no escritório da CNI em São Paulo⁶³. Entre os presentes, constam Steinbruch (representando a Fiesp) e executivos da Odebrecht, Embraer, Vale, Marcopolo, Gerdau, Braskem, Votorantim, Iochpe e WEG, entre outras. A composição e o local da reunião reforçam nossa hipótese de que os grandes cultivam uma interlocução própria com o governo independente da Fiesp -- a entidade é mais um nome à mesa em conjunto com outros empresários, em vez de ser a entidade que os representa em conjunto. Evidenciando essa divisão de tarefas quanto à representação, Mantega participa de uma segunda reunião com empresários no mesmo mês, mas desta vez na Fiesp e sem a presença dos grandes industriais, na qual anuncia o atendimento de demandas apresentadas pelo setor na reunião anterior (com os grandes) relacionadas a área de comércio exterior⁶⁴.

Outra mudança no discurso da Fiesp relacionada à Steinbruch é sua reação às altas na taxa Selic decididas pelo BC. Em nota oficial da Fiesp após novo aumento em outubro, a entidade faz um discurso mais contundente contra a política monetária, ampliando a crítica para a gestão do governo federal como um todo, e não apenas ao BC. A nota afirma que “está cada vez mais evidente que o modelo atual se esgotou”⁶⁵ e defende que o país precisa com urgência de nova política econômica fundamentada no controle de gastos públicos.

Como entender a nova postura da Fiesp sob Steinbruch? Em primeiro lugar, ela é mais uma evidência da ampla margem de influência de um dirigente sobre os rumos da entidade: diferentemente de Skaf, que vinha adotando um discurso cauteloso até então e mirando as ações da Fiesp para a esfera estadual, dado seus interesses eleitorais, Steinbruch engrena um discurso muito mais crítico ao governo federal, chegando a insinuar inclusive o apoio a uma candidata da oposição. A partir da leitura das colunas quinzenais do industrial no jornal Folha de S.Paulo, entendemos que essa atuação transpõe para a Fiesp uma postura pessoal que o industrial vinha adotando.

Steinbruch iniciou o ano de 2014 defendendo uma posição moderada entre o que via como um pessimismo econômico excessivo da oposição e um otimismo ufanista do governo,

ambos com interesses eleitorais⁶⁶. Ao longo do primeiro semestre, no entanto, ele se desloca para uma visão mais pessimista – se em janeiro minimizava a possibilidade de recessão, em julho já a dava como provável⁶⁷. A principal crítica do empresário à política econômica é a alta de juros, seguida por cortes no Orçamento, o que em sua visão refletia o fortalecimento de uma visão ortodoxa e conservadora no Brasil que visava desaquecer a economia:

Há algo muito grave acontecendo no país. Uma avalanche conservadora dominou a opinião publicada nos últimos tempos e impôs a ideia de que o Brasil precisa unicamente de austeridade fiscal e arrocho monetário e não pode continuar a pensar em medidas para incentivar o crescimento econômico. Austeridade nas contas é, sem dúvida, uma virtude, principalmente quando direcionada, no caso de governos, à contenção de gastos correntes. Mas pode também ser desastrosa para o país se adotada de forma indiscriminada, com reflexos nas áreas sociais, nos investimentos produtivos e no emprego. A despeito de tudo isso, em razão da avalanche conservadora, várias medidas capazes de esfriar ainda mais a atividade estão sendo tomadas. Uma delas, da semana passada, foi o anúncio de um corte de R\$ 44 bilhões no Orçamento de 2014. E não foram poupados investimentos - o PAC, por exemplo, vai perder R\$ 7 bilhões. (...) Outra medida será tomada amanhã: a menos que sobrevenha uma hecatombe, o Banco Central vai elevar a taxa de juros básica de 10,5% para 10,75% ou 11%. É correta a preocupação do BC com a inflação. É sua responsabilidade buscar controlar a alta dos preços atendo-se ao centro da meta de 4,5%, embora já seja hora de pensar em atribuir ao BC também a tarefa de perseguir um objetivo de crescimento econômico. Nos próximos meses, mantida a avalanche conservadora, haverá novas medidas que tenderão a desaquecer a economia ainda mais, entre elas a programada elevação do IPI para carros com motores de 1.0 a 2.0, em junho, e outras tributações.⁶⁸

Ele volta ao tema em artigo publicado em julho:

O que de fato preocupa é o comportamento adotado por parcela da opinião pública brasileira, que pouco se importa com crescimento da economia e criação de empregos. Alastrou-se a ideia conservadora de que o país precisa unicamente de corte de gastos públicos, sejam eles correntes ou de investimentos, e de uma rigorosa política monetária. Às portas da recessão, a economia brasileira convive com os juros mais altos do mundo, de 11% ao ano, nível que deve ser mantido pelo BC amanhã. E não se ouve um pio contra essa aberração. O crédito, por sua vez, deve crescer só 12% em 2014, a menor taxa de expansão em 11 anos.⁶⁹

A posição de Steinbruch se assemelha às encontradas por Oliveira, Dallacorte, Molinari e Herscovici (2018) em um levantamento de posições de empresários industriais e associações do setor no jornal Valor Econômico. Segundo os autores, em 2014 78% das falas encontradas no jornal eram críticas ao governo, direcionadas sobretudo a ações regulatórias e aumento de impostos, bem como ao que percebiam como desordem na gestão das políticas setoriais e macroeconômicas. A esses elementos, os autores acrescentam que “muitos dos industriais se referiram a um certo abandono e alguns até a um projeto de retração proposital

da força produtiva da indústria por parte do governo” (id., p. 8). Havia, portanto, uma percepção por parte do empresariado de que o governo ia na direção oposta das necessidades da indústria, implementando ações que esfriavam a atividade – opinião muito próxima da manifestada por Steinbruch em seus artigos.

O contraste dessa visão com a que o presidente da CSN viria a manifestar no segundo semestre, quando substituiu Skaf na Fiesp, é notória. Steinbruch passa a ecoar muitas das críticas ortodoxas – as mesmas que ele atacava em suas colunas. Os gastos públicos são a temática em que essa virada fica mais clara: se antes ele considerava temerário cortes no Orçamento, vendo um potencial desastroso em políticas de austeridade, como presidente da Fiesp ele acusa o governo de gastar “de forma desordenada” e, em nota da entidade, demanda responsabilidade fiscal.

Esse deslocamento antecipa aquele que seria verificado no empresariado de modo mais amplo na passagem do primeiro para o segundo mandato de Rousseff. O descontentamento de Steinbruch e da categoria em geral com o governo é compreensível diante da alta de juros e de cortes no Orçamento, mas a adesão à austeridade, não, uma vez que vai na direção contrária dos interesses manifestados até então. Uma razão plausível para essa aparente incoerência é o conflito distributivo que, como discutimos, vinha se intensificando. Com a deterioração dos indicadores econômicos em 2014 – inflação em alta, retração da produção industrial, desaceleração do crescimento da demanda e do PIB, para citar alguns – mas manutenção dos níveis de emprego, os empresários reagiram politicamente demandando medidas contracionistas que pressionassem para baixo o nível de emprego e salários, reduzindo o poder de barganha dos trabalhadores (SERRANO E SUMMA, 2019). Uma evidência nesse sentido, para além das críticas aos gastos do governo já mencionadas, é a menção à necessidade de “reformas estruturais” – bandeira que seria a tônica da categoria dali em diante. A demanda aparece pela primeira vez nas colunas de Steinbruch em setembro, como forma de alavancar a confiança do empresariado e os investimentos:

O empresário comum, porém, vive da venda de seus produtos e serviços. Se ele está vendo crescer os estoques e constata excesso de capacidade de produção, por que razão iria investir? Para aumentar sua capacidade ociosa ou para perder ainda mais dinheiro com o carregamento de estoques? A única razão que o levaria a investir seria a crença de que no futuro próximo haverá retomada do ritmo de crescimento econômico. Aí, então, estamos falando de confiança, cujo índice anda naturalmente muito baixo. Pouco se pode esperar em matéria de alteração desse cenário antes das eleições presidenciais e da posse do novo governo. Seja quem for o eleito, porém, terá de aproveitar o primeiro ano de mandato e a credibilidade adquirida no pleito para fazer as reformas que o país precisa. São as reformas de sempre, que todos sabem de cor: política, fiscal, trabalhista.⁷⁰

O tema é aprofundado em uma segunda coluna, publicada entre o primeiro e o segundo turno presidencial. Nela, Steinbruch afirma que seja quem for eleito, será preciso ter “compromisso com as reformas”, o qual deveria ser assumido “desde já” uma vez que em sua visão elas precisam ser feitas “à jato, no início do mandato”. Embora ele cite a necessidade de uma reforma política e de uma tributária, é apenas em relação à trabalhista que traz sugestões concretas de alterações. Afirma o industrial:

Não há dúvida de que a atual legislação nessa área, da era Vargas, está velha e engessa as relações do trabalho. A inserção brasileira na economia global, altamente competitiva, pede algo mais moderno, que faça com que a livre negociação entre empresas e empregados ou sindicatos prevaleça sobre a legislação. Nessa matéria, será preciso adotar posições nem sempre populares, para reduzir encargos trabalhistas e tornar mais flexível a fixação de salários. (...) Sem dúvida, ela [a CLT] representou uma conquista, mas para a realidade dos anos 1940, e precisa ser modernizada para ajudar a melhorar a produtividade do trabalho.⁷¹

Steinbruch devolve a presidência da Fiesp a Skaf logo após da confirmação da derrota do empresário nas urnas – embora tenha obtido votação expressiva (cerca de 20%). Ao reassumir a entidade, ele faz uma manobra para postergar o final de seu mandato de dezembro de 2015 para dezembro de 2017⁷². A mudança foi aprovada por 92 votos a 5. A justificativa apresentada foi de que era necessário que a indústria permanecesse unida e coesa diante dos desafios políticos e econômicos que se anunciavam após a reeleição de Rousseff, o que seria atrapalhado por uma disputa interna (embora fizesse dez anos que nenhuma outra chapa de oposição concorresse contra a situação). O argumento não foi engolido tão facilmente e, em dezembro, o economista Roberto Gianetti da Fonseca, ex-diretor do departamento internacional e de comércio exterior da Fiesp, publica um artigo⁷³ na Folha em que classifica a prorrogação de “golpe”. O economista ainda acusa Skaf de queimar pontes da Fiesp com o governo federal e partidos, além de arriscar uma perda de credibilidade e reconhecimento da entidade junto a autoridades governamentais e à sociedade civil. Carlos Cavalcanti (diretor da Fiesp) é encarregado da réplica: responde no Painel do Leitor⁷⁴ que a prorrogação foi aprovada por maioria “para manter a Fiesp atenta aos graves desafios políticos e econômicos que o Brasil deverá enfrentar” e sugere que Gianetti age por vingança ou a mando de alguém.

Considerações finais

O início do primeiro mandato de Dilma Rousseff indica um forte alinhamento entre empresários, trabalhadores e o governo. Aproveitando a janela de oportunidade que o novo governo oferecia, Fiesp e centrais sindicais aproximaram-se para a construção de uma

proposta declaradamente desenvolvimentista. A presidente, por sua vez, não decepciona e atende em larga medida as demandas apresentadas, concretizando bandeiras históricas da indústria, como desoneração da folha de pagamentos, redução dos juros e spread bancário e ampliação do crédito via BNDES. A popularidade de Rousseff é tamanha entre o empresariado que mesmo casos de corrupção no governo que em outros tempos seriam tidos como escândalos são minimizados. Nos jornais, a presidente é descrita como “blindada”.

As coisas começam a mudar em 2012. O refluxo da crise internacional, que atinge em cheio a periferia da zona do euro, coloca os empresários em alerta. A Fiesp sobe o tom nas críticas à política industrial. A pressão surte efeito e Rousseff pisa no acelerador do projeto engatado, fazendo uma campanha mais agressiva pela redução dos juros e dos spreads bancários. A cada nova rodada de reclamação de indústria e trabalhadores -- que seguem aliados --, mais concessões são feitas pelo governo, com destaque para a redução das tarifas de energia, uma das principais campanhas da Fiesp no período. O sucesso da estratégia de morde-e-assopra incentiva as entidades a investirem na abordagem.

A “blindagem” do ano anterior começa a se dissipar, e as primeiras reclamações sobre a personalidade e distância da presidente em relação ao empresariado começam a surgir na imprensa, problema atribuído em parte à saída de Palocci da Casa Civil, quadro sabidamente bem relacionado com o setor privado. Paulo Skaf é ignorado por Rousseff em um encontro com o PIB em Brasília, incluído posteriormente apenas após reclamações. Surgem também conflitos em questões de regulação trabalhista, como normas sobre ponto eletrônico e a exigência de uma Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) para contratar com o poder público ou acessar programas de incentivos fiscais -- ambas duramente criticadas pelo empresariado. Não obstante, apesar desses sinais de tensionamento na relação, o balanço do ano ainda é positivo para Rousseff: a presidente deixou de ser blindada, mas ainda não é atacada. O empresariado e, mais especificamente, a Fiesp, intensifica a pressão sobre a presidente, e segue tendo suas demandas atendidas.

O ano de 2013 é o divisor de águas. Em primeiro lugar, há um acirramento do conflito com os trabalhadores, com aumento do número de greves de caráter defensivo e queda da taxa de lucro das empresas. As iniciativas que a Fiesp mantinha até então com sindicatos cessam, substituídas pela negociação em torno de reajustes salariais. É nesse contexto que surgem pela primeira vez nas publicações elaboradas pela Fiesp demandas por corte de gastos públicos e reforma da Previdência, ainda que timidamente. A entidade, no entanto, evita tratar a questão trabalhista propriamente, o que é interpretado pelos entrevistados como sinal da

proximidade ainda forte entre a federação e o governo federal -- que identificam como aliado dos trabalhadores contra a indústria.

Em segundo lugar, é o ano dos protestos de junho. A compreensão do que levou os manifestantes às ruas e das consequências históricas desse evento está fora do escopo deste trabalho, no entanto sua importância para compreender o reposicionamento no tabuleiro político que se verifica a partir de então é inegável. Para o empresariado representado pela Fiesp -- a pequena e média indústria tradicional --, os protestos catalisaram descontentamentos que vinham se acumulando na seara trabalhista, os quais somaram-se a insatisfações difusas menos relacionadas à atividade industrial em si e mais com um ideário conservador e liberal típico da classe média tradicional brasileira. A partir das evidências coletadas nas entrevistas, dentre as quais destacamos o apego à meritocracia e críticas a programas sociais dos governos petistas, formulamos a hipótese secundária de que o comportamento político desse segmento empresarial é mais próximo da classe média do que da grande burguesia. Essa formulação, por sua vez, é fundamental para a compreensão da radicalização desse grupo que se verifica a partir de 2013, passando pelo apoio ao impeachment de Rousseff em 2016 e culminando no voto massivo em Jair Bolsonaro em 2018, processo que vai se refletir na atuação da Fiesp ao longo desse período.

O peso desse vetor ideológico fica claro quando contrastado com os resultados obtidos pela própria Fiesp em 2014: avaliação majoritariamente positiva do ano anterior entre o empresariado e expectativas entre neutras e otimistas para o ano que se iniciava, ainda que comparativamente as empresas de menor porte fossem mais pessimistas -- resultado que pode estar relacionado a um alcance menor das políticas governamentais entre esses negócios, de acordo com os entrevistados. Estudos elaborados pela Fiesp sobre custo Brasil e competitividade também indicam melhoras nesses quesitos entre 2010 e 2013, atribuídos pela entidade às ações implementadas pela equipe econômica. Não obstante os resultados positivos encontrados, a federação conclui que a indústria se encontra em crise desde 2008 e que são necessárias mais medidas -- entenda-se, menos impostos, corte de juros e desvalorização do real -- para colocar o setor novamente nos trilhos.

O ano de 2014 também deixa clara a influência do calendário eleitoral sobre a agenda da entidade. Enquanto os estudos do departamento técnico apontavam problemas da indústria, a agenda de Skaf esteve focada durante o primeiro semestre em temas de escopo estadual, notadamente a crise hídrica que atingia São Paulo -- uma estratégia clara para atingir seu principal adversário nas eleições, o então governador Geraldo Alckmin (PSDB). Quando

Skaf se licencia do cargo para concorrer ao governo do Estado, é substituído interinamente por Benjamin Steinbruch, que muda de forma ostensiva a atuação da Fiesp. É o presidente da CSN quem começa a pautar temas como recessão, queda da confiança, cortes de produção e postos de trabalho. Steinbruch também critica duramente o governo de Dilma Rousseff em uma série de entrevistas à imprensa em meio a campanha eleitoral, insinuando apoio a Marina Silva e apontando necessidade de mudanças. A questão trabalhista, até então obscurecida no discurso da Fiesp, também ganha centralidade com Steinbruch. Esse discurso se aproxima daquele observado entre os industriais de modo mais geral por Nunes, Dallacorte, Molinari e Herscovici (2018). Em nossa hipótese, essa guinada reflete uma reação política dos industriais ao conflito distributivo: em um cenário de queda das margens de lucro e deterioração dos indicadores econômicos, o grupo passa a pressionar por uma política econômica contracionista com o objetivo de achatar salários e reduzir o emprego.

Ao analisarmos a campanha de Skaf pelo governo do Estado, observamos em primeiro lugar uma resistência a associar-se a Rousseff, o que fez o presidente da Fiesp entrar em choque inclusive com seu partido e com seu padrinho político, Michel Temer. A resistência é compreensível pelo alto nível de rejeição da petista no Estado, mas também é coerente com a estratégia de Skaf de vender-se como o candidato do sentimento antipolítica que emergira das ruas em 2013. A campanha é construída em cima da condenação da política e dos políticos como algo “venenoso”, passíveis de salvação apenas mediante a ação de outsiders empresariais, o que de certa forma antecipa os discursos dos candidatos-empresários que ganhariam espaço em 2016 e 2018⁷⁵. A plataforma, ao mesmo tempo conservadora e liberal, apela para o eleitorado de classe média, mas não deixa de ser representativa da base de Skaf na política corporativa da Fiesp.

Derrotado, ele retoma seu posto na Fiesp e, por meio de uma manobra, prorroga seu mandato até o final de 2017 -- ou seja, às vésperas da próxima eleição estadual e federal. A justificativa apresentada, obviamente, não é o real motivo dessa extensão, mas chama a atenção porque já introduz a abordagem que a Fiesp passará a ter em relação ao governo federal no segundo mandato: era preciso que a indústria permaneça unida diante dos desafios “políticos e econômicos” que um segundo mandato de Rousseff apontavam.

¹ Informações retiradas do site da Fiesp.

² Os dados mais recentes disponíveis são relativos a 2016. Fonte: CNI. Perfil da Indústria – São Paulo. Disponível em: <http://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/sp>. Acesso em: 4.mai.19.

-
- ³ Estudo elaborado a partir de pesquisa de opinião feita entre os dias 17 e 31 de janeiro com 347 empresas paulistas, sendo 204 micro e pequenas (até 99 empregados), 111 médias (entre 100 e 499 empregados) e 32 grandes (500 ou mais empregados).
- ⁴ 75% das indústrias pretendem investir em 2011, diz Fiesp. Folha de S.Paulo, 26.fev.2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2011/02/881484-75-das-industrias-pretendem-investir-em-2011-diz-fiesp.shtml>. Acesso em: 20.jan.2019.
- ⁵ Para indústria, BC não deve usar juros para controlar inflação. Folha de S.Paulo, 20.abr.2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/04/905474-para-industria-bc-nao-deve-usar-juros-para-controlar-inflacao.shtml>. Acesso em: 20.jan.2019.
- ⁶ Em chapa única, Paulo Skaf é reeleito presidente da Fiesp. Folha de S.Paulo, 4.abr.2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2011/04/901364-em-chapa-unica-paulo-skaf-e-reeleito-presidente-da-fiesp.shtml>. Acesso em: 20.jan.2019.
- ⁷ Em estudo lançado também em maio de 2011 sobre desonerações, a Fiesp defende que a compensação da arrecadação perdida seja feita pelo aumento da alíquota da Cofins dos demais setores.
- ⁸ Fiesp admite aviso prévio de até 2 meses. Folha de S.Paulo, 29.jun.2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me2906201114.htm>. Acesso em: 21.jan.2019.
- ⁹ Fiesp e centrais sindicais pedem queda dos juros. Folha de S.Paulo, 19.out.2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1910201119.htm>. Acesso em: 21.jan.2019.
- ¹⁰ Skaf diz que chapa com PT em São Paulo só com o PMDB na cabeça. Revista Veja, 12.mai.2011. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/skaf-diz-que-chapa-com-pt-em-sao-paulo-so-com-o-pmdb-na-cabeca>. Acesso em: 21.jan.2019.
- ¹¹ Lula recebe homenagem hoje em jantar na Fiesp. Folha de S.Paulo, 18.jul.2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/945235-lula-recebe-homenagem-hoje-em-jantar-na-fiesp.shtml>. Acesso em: 21.jan.2019.
- ¹² No entanto, o BC iniciou um ciclo de redução da Selic logo após o lançamento do PBM, e que duraria até meados de 2012. Questionado sobre esse fato, Bernardini responde que o tempo em que a queda vigorou foi curto demais para fazer efeito.
- ¹³ SKAF, P. Uma luz na competitividade. Folha de S.Paulo, 23.set.2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/67836-uma-luz-na-competitividade.shtml>. Acesso em: 20.jan.2019.
- ¹⁴ Fiesp lança jurômetro, nos moldes do impostômetro. Folha de S.Paulo, 29.nov.2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/11/1013798-fiesp-lanca-jurometro-nos-moldes-do-impostometro.shtml>. Acesso em: 20.jan.2019.
- ¹⁵ Indústria admite pessimismo pós-PIB zero. Folha de S.Paulo, 10.dez.2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/13973-industria-admite-pessimismo-pos-pib-zero.shtml>. Acesso em: 20.jan.2019.
- ¹⁶ Dilma, a blindada, e empresários. Folha de S.Paulo, 6.dez.2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/13238-dilma-a-blindada-e-empresarios.shtml>. Acesso em: 20.jan.2019.
- ¹⁷ Pesquisa de opinião feita entre os dias 01/12/2011 e 06/01/2012 com 398 empresas paulistas, sendo 221 micro e pequenas (até 99 empregados), 137 médias (entre 100 e 499 empregados) e 40 grandes (500 ou mais empregados) com o objetivo de avaliar o segundo semestre de 2011, as expectativas em relação a 2012 e os impactos da crise econômica internacional.
- ¹⁸ Nova lei limita ação de 1 milhão de empresas. Folha de S.Paulo, 21.jan.2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/21112-nova-lei-limitacao-de-1-milhao-de-empresas.shtml>. Acesso em: 20.jan.2019.
- ¹⁹ Idem.
- ²⁰ Ponto eletrônico muda e amplia o custo de empresas. Folha de S.Paulo, 24.mar.2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2012/03/1066610-ponto-eletronico-muda-e-amplia-o-custo-de-empresas.shtml>. Acesso em: 20.jan.2019.
- ²¹ Dilma convoca elite do PIB para cobrar investimentos. Folha de S.Paulo, 21.mar.2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/32496-dilma-convoca-elite-do-pib-para-cobrar-investimentos.shtml>. Acesso em: 20.jan.2019.
- ²² Protesto em SP vira palanque contra pacote. Folha de S.Paulo, 5.abr.2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/35355-protesto-em-sp-vira-palanque-contrapacote.shtml>. Acesso em: 20.jan.2019.
- ²³ 'Queda dos juros é coisa nova e precisa haver adaptações', diz Firjan. Folha de S.Paulo, 2.mai.2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2012/05/1084617-queda-dos-juros-e-coisa-nova-e-precisa-haver-adaptacoes-diz-firjan.shtml>. Acesso em: 20.jan.2019.

²⁴ Indústria deve crescer até 2% em 2012, diz Fiesp. Folha de S.Paulo, 2.mai.2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/1084738-industria-deve-crescer-ate-2-em-2012-diz-fiesp.shtml>.

²⁵ Presidente da Fiesp diz que apagões seguidos são 'muita coincidência'. Folha de S.Paulo, 30.out.2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2012/10/1177658-presidente-da-fiesp-diz-que-apagoes-seguidos-sao-muita-coincidencia.shtml>. Acesso em: 20.jan.2019.

²⁶ Indústria defende nova redução da taxa Selic. Folha de S.Paulo, 28.nov.2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2012/11/1192871-industria-defende-nova-reducao-da-taxa-selic.shtml>. Acesso em: 20.jan.2019.

²⁷ Paralisação de metalúrgicos suspende produção em 50 fábricas do ABC. Folha de S.Paulo, 10.set.2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2012/09/1151099-paralisacao-de-metalurgicos-suspende-producao-em-50-fabricas-do-abc.shtml>. Acesso em: 20.jan.2019.

²⁸ 31% dos metalúrgicos do ABC conseguem 8% de reajuste. Folha de S.Paulo, 24.set.2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/1158590-31-dos-metalurgicos-do-abc-conseguem-8-de-reajuste.shtml>. Acesso em: 21.jan.2019.

²⁹ Metalúrgicos da Embraer rejeitam proposta de aumento real de 1,5%. Folha de S.Paulo, 30.out.2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/1177927-metalurgicos-da-embraer-rejeitam-proposta-de-aumento-real-de-15.shtml>. Acesso em: 21.jan.2019.

³⁰ NETTO, Delfim. Voltarão os investimentos? Valor Econômico, 4.dez.2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/voltarao-os-investimentos.ghtml>. Acesso em: 16.jan.2020.

³¹ Idem.

³² A breakdown of trust. The Economist, 8.dez.2012. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2012/12/08/a-breakdown-of-trust>. Acesso em: 16.jan.2020.

³³ O Dieese define greves defensivas como aquelas “que se caracterizam pela defesa de condições de trabalho vigentes, pelo respeito a condições mínimas de trabalho, saúde e segurança ou contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordo, convenção coletiva ou legislação”. As greves propositivas, por sua vez, são aquelas que “propõem novas conquistas ou ampliação das já asseguradas” (DIEESE, 2019).

³⁴ Produtividade do trabalho na indústria brasileira sobe 0,9%, mas salário ainda é muito superior aos ganhos de produção, calcula Fiesp. Agência Indusnet, 10.out.2013. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/produtividade-do-trabalho-na-industria-brasileira-sobe-09-mas-salario-ainda-e-muito-superior-aos-ganhos-de-producao-calcula-fiesp/>. Acesso em: 28.mar.2020.

³⁵ É importante destacar que Serrano e Summa (2019) têm uma leitura geral diferente da defendida por Marquetti, Hoff e Miebach (2017). Para os primeiros, o governo Dilma Rousseff adotou políticas equivocadas que, em conjunto com outros fatores, levaram a uma queda da demanda agregada – farol que orientaria os investimentos do empresariado. A desaceleração econômica e os efeitos da “revolução indesejada” agravaram o conflito distributivo, o que levou o setor privado a uma reação política em prol de uma política econômica de austeridade. Já os segundos afirmam que os empresários reagiram economicamente ao fortalecimento dos trabalhadores levando a cabo uma “greve de investimentos”, interpretação inspirada na conhecida leitura de Streeck (2011) de Kalecki (1947). Nesse caso, o fracasso da política econômica de Dilma Rousseff seria culpa do próprio empresariado, que se recusou a responder aos incentivos governamentais.

³⁶ Ele vendeu sua parte na sociedade no segundo semestre de 2018.

³⁷ Protestos contra o aumento da tarifa de ônibus se espalham pelo Brasil. O Estado de S. Paulo, 17.jun.2013. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/blogs/estadao-urgente/manifestantes-fazem-quinto-ato-contr-a-aumento-da-tarifa-de-onibus-em-sao-paulo>. Acesso em: 8.nov.2019.

³⁸ O empresário não se disse contrário a essas políticas em si, mas a como elas foram “aparelhadas” pelo PT e a esquerda: “O reitor do PSOL nivela tudo pelo cotista, mas um outro pode conduzir de forma diferente. Universidade se aparelhou de tal forma que ela respira com qualidade reduzida. Transformei algo que era um diferencial em algo de qualidade inferior”.

³⁹ ‘Cansei de reclamar dos políticos, não adianta’, diz Paulo Skaf em entrevista. Revista sãopaulo, 7.set.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/09/1511143-cansei-de-reclamar-dos-politicos-nao-adianta-diz-paulo-skaf-em-entrevista.shtml>. Acesso em: 6.set.2019.

⁴⁰ Alto de Pinheiros, Sé e Vila Mariana lideram aumento de IPTU. Folha de S.Paulo, 23.out.2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/10/1362571-alto-de-pinheiros-se-e-vila-mariana-lideram-aumento-de-iptu.shtml>. Acesso em: 08.ago.2019.

⁴¹ Paulo Skaf: ‘a política contaminou a economia brasileira’. Veja, 7.dez.2013. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/paulo-skaf-a-politica-contaminou-a-economia-brasileira/>. Acesso em: 5.fev.2019.

⁴² Idem.

⁴³ Pesquisa realizada entre 2 e 19 de dezembro de 2013 com 370 empresas industriais de SP, sendo 200 micro e pequenas (até 99 empregados), 131 médias (de 100 a 499 empregados) e 39 grandes (mais de 500 empregados), publicada no site da Fiesp em janeiro de 2014.

-
- ⁴⁴ Empresários evitam declarar apoio à escolha de Josué para ministério. Folha de S.Paulo, 24.jan.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/149048-empresarios-evitam-declarar-apoio-a-escolha-de-josue-para-ministerio.shtml>. Acesso em: 20.mar.2019.
- ⁴⁵ Governo divulga pacote de 'bondades' para indústria com Reintegra permanente. Folha de S.Paulo, 18.jun.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/06/1472593-mantega-anuncia-reintegra-permanente-e-outras-medidas-de-incentivo-a-industria.shtml>. Acesso em: 2.out.2019.
- ⁴⁶ Em aceno ao PMDB, Dilma vai a jantar de adversário do PT nas eleições paulistas. Folha de S.Paulo, 17.fev.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/02/1413756-em-aceno-ao-pmdb-dilma-vai-a-jantar-de-adversario-do-pt-nas-eleicoes-paulistas.shtml>. Acesso em: 20.mar.2019.
- ⁴⁷ Paulo Skaf: São Pedro é inocente. Folha de S.Paulo, 4.abr.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/04/1435529-paulo-skaf-sao-pedro-e-inocente.shtml>. Acesso em: 20.mar.2019.
- ⁴⁸ Skaf diz que 'falta de gestão' provocou crise de abastecimento em SP. Folha de S.Paulo, 29.abr.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2014/04/1447397-skaf-diz-que-falta-de-gestao-provocou-crise-de-abastecimento-em-sp.shtml>. Acesso em: 20.mar.2019.
- ⁴⁹ Coluna Mônica Bergamo. Folha de S.Paulo, 7.mai.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/164633-monica-bergamo.shtml>. Acesso em: 20.mar.2019.
- ⁵⁰ Petistas trabalham para minar candidatura de Skaf em São Paulo. Folha de S.Paulo, 11.mai.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1452571-petistas-trabalham-para-minar-candidatura-de-skaf-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em: 20.mar.2019.
- ⁵¹ Paulo Skaf agradece apoio de Dilma, mas diz ser adversário do PT em SP. Folha de S.Paulo, 2.jun.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1463832-paulo-skaf-agradece-apoio-de-dilma-mas-diz-ser-adversario-do-pt-em-sp.shtml>. Acesso em: 20.mar.2019.
- ⁵² Candidato do PMDB em SP, Skaf descarta palanque para Dilma. Folha de S.Paulo, 15.jun.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/171230-candidato-do-pmdb-em-sp-skaf-descarta-palanque-para-dilma.shtml>. Acesso em: 20.mar.2019.
- ⁵³ Skaf diz que vota em Dilma, promete ensino integral e passe livre no metrô. Folha de S.Paulo, 25.jul.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2014/07/1491191-skaf-diz-que-dilma-ja-tem-candidato-em-sp-e-que-palanque-duplo-confunde-eleitor.shtml>. Acesso em: 8.abr.2019.
- ⁵⁴ Skaf fala a empresários ao lado de João Dória Jr., que declara voto em Alckmin. Folha de S.Paulo, 27.ago.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/08/1506560-skaf-fala-a-empresarios-ao-lado-de-joao-doria-jr-que-declara-voto-em-alcmin.shtml>. Acesso em: 8.abr.2019.
- ⁵⁵ De acordo com pesquisa Datafolha, Rousseff tinha 47% de rejeição no estado de São Paulo.
- ⁵⁶ Estou incomodando PSDB e PT, diz Paulo Skaf. Folha de S.Paulo, 16.jul.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/07/1486900-estou-incomodando-psdb-e-pt-diz-paulo-skaf.shtml>. Acesso em: 8.abr.2019.
- ⁵⁷ SKAF, Paulo. Programa Eleitoral 17 – Manifestações. 2014. (5m52s). Disponível em: <https://youtu.be/S04ANicGm34>. Acesso em: 9.nov.2019.
- ⁵⁸ Skaf enfrentará resistência do PMDB para disputar a prefeitura em 2016. Folha de S.Paulo, 6.out.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1527991-skaf-enfrentara-resistencia-do-pmdb-para-disputar-a-prefeitura-em-2016.shtml>. Acesso em: 8.abr.2019.
- ⁵⁹ Para Steinbruch, 'só louco investe no Brasil'. O Estado de S. Paulo, 13.ago.2014. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,para-steinbruch-so-louco-investe-no-brasil-imp-,1542975>. Acesso em: 3.out.2019.
- ⁶⁰ Presidente da Fiesp diz que Marina é 'boa opção para o Brasil'. Folha de S.Paulo, 24.set.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1521531-presidente-da-fiesp-diz-que-marina-e-boa-opcao-para-o-brasil.shtml>. Acesso em: 8.abr.2019.
- ⁶¹ Leia a transcrição da entrevista de Benjamin Steinbruch à Folha e ao UOL. Folha de S.Paulo, 29.set.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/poderepolitica/2014/09/1523956-leia-a-transcricao-da-entrevista-de-benjamin-steinbruch-a-folha-e-ao-uol.shtml>. Acesso em: 9.abr.2019.
- ⁶² Metalúrgicos põem campanha na rua por aumento de salário. Folha de S.Paulo, 8.set.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/09/1512372-metalurgicos-poem-campanha-na-rua-por-aumento-de-salario.shtml>. Acesso em: 2.out.2019.
- ⁶³ Dilma chama grandes empresas a SP para anunciar medidas de estímulo. Folha de S.Paulo, 13.set.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/09/1515466-dilma-chama-grandes-empresas-a-sp-para-anunciar-medidas-de-estimulo.shtml>. Acesso em: 2.out.2019.
- ⁶⁴ Governo antecipa para outubro benefício a exportador. Folha de S.Paulo, 29.set.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/09/1524234-governo-antecipa-para-outubro-beneficio-a-exportador.shtml>. Acesso em: 2.out.2019.

-
- ⁶⁵ Entidades divergem sobre alta da Selic; confira repercussão. Folha de S.Paulo, 29.out.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/10/1540487-entidades-divergem-sobre-alta-da-selic-confira-repercussao.shtml>. Acesso em: 8.abr.2019.
- ⁶⁶ STEINBRUCH, Benjamin. Águas de Março. Folha de S.Paulo, 28.jan.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/benjaminsteinbruch/2014/01/1403794-aguas-de-marco.shtml>. Acesso em: 20.mar.2020.
- ⁶⁷ STEINBRUCH, Benjamin. Enquanto rolava a bola... Folha de S.Paulo, 15.jul.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/benjaminsteinbruch/2014/07/1485992-enquanto-rolava-a-bola.shtml>. Acesso em 20.mar.2020.
- ⁶⁸ STEINBRUCH, Benjamin. Recessão, para quê? Folha de S.Paulo, 25.fev.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/benjaminsteinbruch/2014/02/1417324-recessao-para-que.shtml>. Acesso em: 20.mar.2020.
- ⁶⁹ STEINBRUCH, Benjamin. Enquanto rolava a bola... Folha de S.Paulo, 15.jul.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/benjaminsteinbruch/2014/07/1485992-enquanto-rolava-a-bola.shtml>. Acesso em 20.mar.2020.
- ⁷⁰ STEINBRUCH, Benjamin. Balela. Folha de S.Paulo, 9.set.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/benjaminsteinbruch/2014/09/1513108-balela.shtml>. Acesso em: 20.mar.2020.
- ⁷¹ STEINBRUCH, Benjamin. Cara nova. Folha de S.Paulo, 7.out.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/benjaminsteinbruch/2014/10/1528534-cara-nova.shtml>. Acesso em: 20.mar.2020.
- ⁷² Fiesp aprova permanência de Paulo Skaf na presidência até 2017. Folha de S.Paulo, 24.nov.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/11/1552678-fiesp-aprova-permanencia-de-paulo-skaf-na-presidencia-ate-2017.shtml>. Acesso em: 8.abr.2019.
- ⁷³ FONSECA, R. G. Golpe na Fiesp. Folha de S.Paulo, 23.dez.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/12/1566229-roberto-giannetti-da-fonseca-golpe-na-fiesp.shtml>. Acesso em: 5.dez.2018.
- ⁷⁴ Diretor da Fiesp critica artigo que fala em golpe na entidade. Folha de S.Paulo, 24.dez.2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2014/12/1566769-diretor-da-fiesp-critica-artigo-que-fala-em-golpe-na-entidade.shtml>. Acesso em: 5.dez.2018.
- ⁷⁵ Exemplos de repicadores dessa estratégia são João Doria, João Amoêdo, Flávio Rocha e Romeu Zema.

Capítulo 4

Bons Velhos Tempos: segundo mandato e radicalização

Introdução

Após uma disputa acirrada e uma vitória por margem apertada, Rousseff é reeleita e inicia seu segundo mandato desgastada politicamente. Sob forte pressão externa, ela substitui Mantega pelo economista ortodoxo Joaquim Levy na Fazenda, capitulando em relação ao que prometera em campanha: faria, sim, um ajuste fiscal.

A presidente não é a única que inverte de posição. A Fiesp abandona a cautela com que tratava o Planalto e passa a atacar a política econômica. Se até então as críticas denunciavam a insuficiência das ações tomadas, agora elas passam a ser acusadas de intervencionistas. Nesse novo contexto, recai no sobre Rousseff e o PT a responsabilidade pela crise do setor industrial e, posteriormente, pela recessão econômica que se instalou no país a partir de 2014. Menções a problemas estruturais e à crise internacional ficam em segundo plano, quando não desaparecem totalmente. Um exemplo dessa reorientação é a resposta de Skaf quando questionado se a culpa pela crise econômica seria dos empresários:

Não há dúvida de que é uma crise causada pelo governo. A falta de investimentos de grupos estrangeiros ou brasileiros se dá por falta de confiança no governo brasileiro. Isso inibe o consumo, pois não temos a roda da economia girando. É uma crise econômica que tem tudo a ver com o governo, seja politicamente, seja em relação a suas contas desequilibradas. Essa irresponsabilidade prejudica toda a sociedade brasileira.¹

Na mesma entrevista, Skaf afirma que “em vez de vivermos em uma economia de menos governo e mais oportunidade, temos um governo intervencionista” – comentários feitos mesmo após o anúncio da escolha do liberal ortodoxo Joaquim Levy como novo ministro da Fazenda. Quando questionado sobre o atendimento a demandas da Fiesp pelo governo, como a redução das tarifas de energia elétrica, Skaf rejeita que isso tenha sido um “favor”, mas sim uma necessidade, e não vê na ação um “intervencionismo”.

Esse discurso exemplifica a posição antagônica em relação ao governo que a Fiesp assume no segundo mandato, dando continuidade ao recálculo de rota iniciado por Steinbruch quando assumiu a presidência da Fiesp. Conforme a recessão e a crise política se agravam -- o que é dizer também, conforme Rousseff e o governo se fragilizam -- esse discurso vai se radicalizando. Tal como fez com o movimento contra a CPMF durante o governo Lula e contra o reajuste do IPTU na gestão Haddad, Skaf percebe a oportunidade de lançar-se como liderança de uma insatisfação política dentro de seu *branding* conservador liberal. Os patos ganham as ruas inicialmente contra a volta da CPMF, para somente depois mirar a presidente.

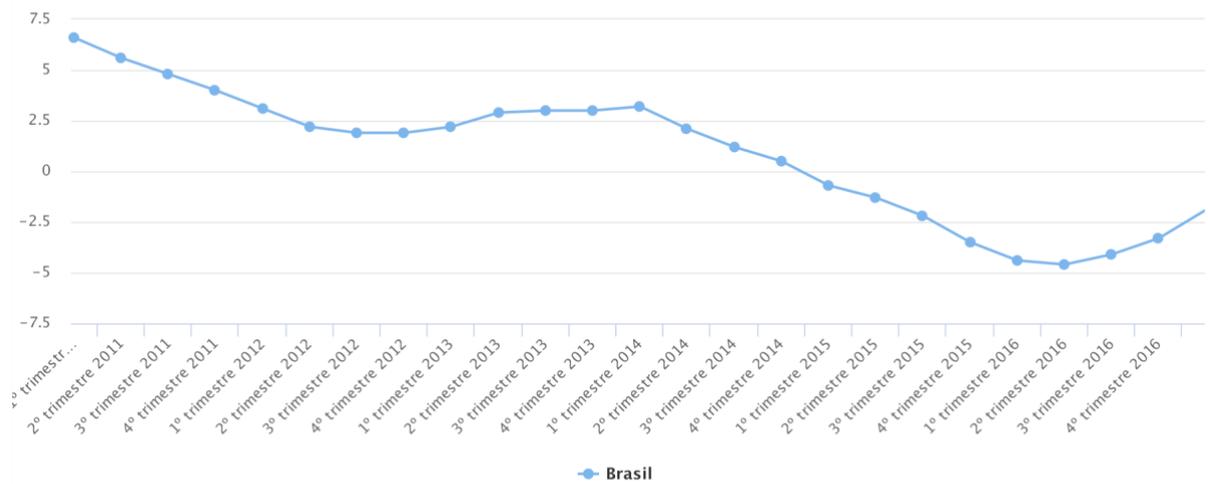
O objetivo deste capítulo é reconstruir a trajetória da Fiesp ao longo do segundo mandato de Rousseff, na busca de formular uma hipótese para a radicalização da entidade nesse período e seu apoio, enfim, ao impeachment da presidente. Para isso, começamos por uma análise das publicações da Fiesp e seguimos uma recapitulação cronológica dos eventos, tal como feito no capítulo anterior. Em seguida, analisamos como os empresários entrevistados interpretam o impeachment e os posicionamentos da Fiesp. Nas considerações finais, sintetizamos o argumento elaborado ao longo do capítulo.

4.1. O mundo antes dos patos

A avaliação do empresariado do ano de 2014 e as expectativas para 2015 pioram expressivamente na comparação com a pesquisa publicada um ano antes. De acordo com o levantamento Rumos da Indústria², 58,2% das indústrias declararam ter tido um desempenho pior no segundo semestre de 2014 do que no de 2013. Novamente, as pequenas empresas são as que apresentam os maiores percentuais negativos: 60% dizem ter sentido piora, enquanto a taxa entre as médias e grandes foi de 55% e 56%, respectivamente. As expectativas para 2015, por sua vez, estavam neutras, com a maior parte dos respondentes (48%) pretendendo manter o nível de produção e emprego do ano anterior. Chama a atenção que as expectativas pessimistas e otimistas estavam mais ou menos divididas, com pequena vantagem para as primeiras (27% vs. 24%). Na segmentação por porte, são as grandes, e não as pequenas, as que apresentam maior taxa de pessimismo, na contramão do que foi observado no levantamento anterior. A crise, ao que tudo indica, havia chegado finalmente para as grandes. O pessimismo reflete a piora observada no desempenho econômico nacional. De acordo com o IBGE, o ritmo de crescimento do PIB vinha caindo desde o segundo trimestre de 2014 (considerando a taxa acumulada anual). No último trimestre de 2014, o PIB havia se expandido apenas 0,5% (figura 3).

A pesquisa também questiona os respondentes sobre o novo mandato de Rousseff. Mais uma vez, chama a atenção a divisão da indústria em dois polos: para 51%, o novo governo não teria nenhum efeito sobre os rumos do país, enquanto para 46%, as mudanças seriam grandes -- apenas 2% acreditavam que haveria poucas mudanças. Quando analisamos por porte, as pequenas são as mais céticas com a possibilidade de mudanças, enquanto as médias e grandes tendem mais a esperar grandes alterações de rumo (gráfico 13).

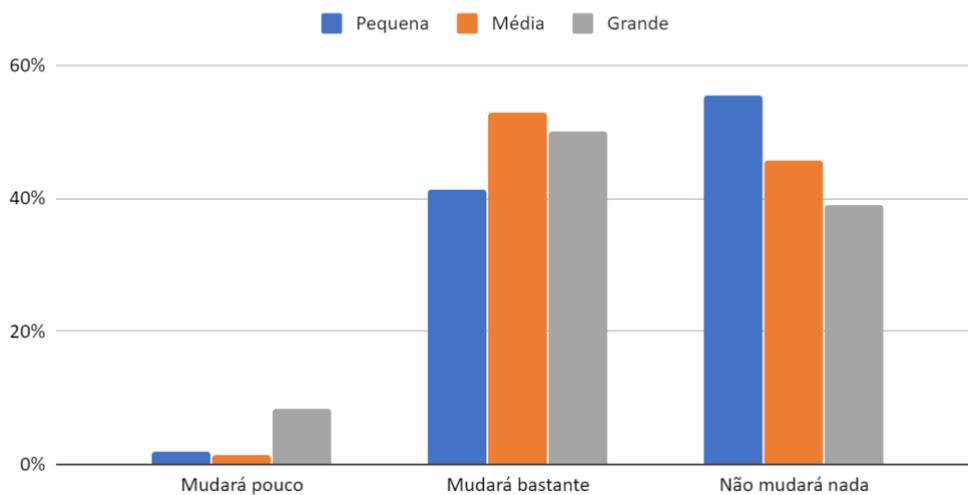
PIB a preços de mercado – Taxa acumulada em 4 trimestres (%), 1º trimestre 1996 – 4º trimestre 2019



Fonte: "IBGE – Contas Nacionais Trimestrais"

Figura 3.

Gráfico 13 - Efeito da mudança do governo federal sobre o rumo do país



Fonte: elaboração da autora a partir de dados da Fiesp (2014).

A maioria dos empresários entrevistados acreditava que o novo governo não teria efeitos ou teria efeitos tímidos sobre os seus negócios. No agregado, apenas 17% esperavam um impacto grande. As pequenas são, mais uma vez, as que mais esperam grandes efeitos (19%) em comparação com as médias (13%) e grandes (8%), mas ainda assim a maior parte dos industriais de menor porte divide-se entre efeitos tímidos (39%) ou nulos (38%). Em comparação com a pesquisa feita em 2010 sobre as expectativas para o primeiro mandato de Rousseff, as empresas passaram a esperar menos impacto sobre os rumos do país e mais sobre os seus negócios. Na avaliação dos resultados feita pela Fiesp, a maior diferença entre as

duas pesquisas é que agora as empresas estão esperando mais aumento da carga tributária e redução de incentivos do que quatro anos antes.

Apenas quatro documentos de cunho técnico e propositivo são publicados em 2015. O primeiro, já em janeiro, defende a importância da indústria para a geração de empregos, apontando que o ano anterior foi o primeiro desde 2002 em que o setor fechou postos. A segunda publicação, de fevereiro, tem como foco a crise fiscal. O objetivo do documento é defender que a indústria já era tributada mais do que o suficiente e que, portanto, o ajuste das contas públicas deveria ser feito via corte de gastos não essenciais. É interessante que mesmo nesse quadro em que a própria presidente havia cedido à necessidade de ajuste, a Fiesp defende que os investimentos públicos devem ser assegurados, o que indica que a adesão à agenda liberal não era completa.

Em março são divulgados três documentos, todos tendo em vista o cenário macroeconômico. O foco do primeiro é defender a manutenção da desoneração da folha de pagamentos e rebater as propostas de ajuste da política feitas pelo governo, como elevação da alíquota incidente sobre a receita. No segundo, a entidade revisa suas projeções para o PIB daquele ano de uma expansão de 0,5% para uma contração de 1,7%. A justificativa para a alteração é a profundidade do ajuste fiscal implementado desde o final do ano anterior -- a meta de superávit anunciada pelo governo é considerada pela entidade “expressiva” e o ajuste monetário, maior do que o esperado. A federação ressalta ainda o impacto da redução dos investimentos da Petrobras sobre a indústria e prevê mais três possíveis choques: racionamento de energia, racionamento de água e dificuldades de algumas construtoras com efeitos negativos sobre obras de infraestrutura. O terceiro documento é uma nova revisão das projeções, desenhando um cenário ainda pior do que o anterior. Não há mais nenhuma publicação feita pela Fiesp em 2015 dentro dos critérios adotados pela pesquisa. Como veremos, todos os esforços da entidade passam para a agenda de Skaf contra Rousseff.

A relação entre a federação e o governo já começa mal. Em janeiro, o recém-empossado ministro da Fazenda, Joaquim Levy, cancela em cima da hora um encontro que teria com empresários na sede da Fiesp³. Entre os presentes, estavam os presidentes da Embraer, da Braskem, da Coteminas e da Gerdau, além de executivos da Ambev, da GM e da Marcopolo. O cancelamento -- informado a menos de uma hora do início do encontro -- gerou mal-estar entre os participantes na sede da Fiesp, segundo relatos da imprensa.

No final do mês, governo e federação travam seu primeiro embate no segundo mandato, após o Planalto propor prorrogar de 15 para 30 dias o período em que as empresas

são obrigadas a pagar um salário integral para o empregado afastado. A proposta é rejeitada pela Fiesp, e Skaf vai a Brasília em fevereiro pedir a Eduardo Cunha -- o novo presidente da Câmara que se tornaria o algoz de Rousseff -- derrubar o projeto⁴.

Embora a Fiesp acuse a crise fiscal e cobre um ajuste do governo, ela rejeita qualquer medida que leve a um aumento de tributação sobre a indústria -- mesmo que sejam reversões de políticas implementadas em benefício do setor que levaram comprovadamente a perda de arrecadação. Um exemplo disso é o aumento das alíquotas incidentes sobre a receita para as empresas que escolhessem permanecer no regime de desoneração da folha (que havia se tornado optativo). Novamente, a Fiesp rejeita a mudança. Skaf promete pressionar o Congresso para revertê-la e faz críticas duras ao governo:

É um absurdo. Pega um ano como este. Recessão, desemprego, racionamento de água, de energia, a Petrobras, a crise política. É tudo ao mesmo tempo. (...) Há quatro, cinco anos, a gente achava que o Brasil tinha virado o país do presente e, de repente, estragam tudo. (...) Ajuste fiscal é reduzir despesas, não arrumar receita aumentando imposto.⁵

Diante dessa situação contraditória da Fiesp em relação ao ajuste, apoiando-o quando se trata de corte de gastos governamentais mas rejeitando reversão de renúncias fiscais, é a Abimaq quem lidera uma iniciativa de empresários e trabalhadores contra o ajuste fiscal, intitulada “Manifesto da Coalizão Capital-Trabalho para a Competitividade e o Desenvolvimento”⁶. Representante da indústria de bens de capital, a Abimaq é conhecida por suas posições mais próximas do pensamento desenvolvimentista e contrárias ao receituário liberal. A Fiesp se junta ao grupo num segundo momento, após hesitação inicial⁷. O que une a coalizão é o plano do governo de aumentar impostos sobre a folha de pagamentos e cortar despesas com benefícios sociais e previdenciários. É interessante a semelhança da retórica utilizada com aquela adotada em 2011, quando Fiesp e centrais se unem na formulação de uma proposta pró-indústria. Em ambos os momentos, o argumento utilizado é de que o setor é o de maior valor agregado da economia, com maiores efeitos multiplicadores, salários e taxa de formalização, e por isso deve ser protegido e impulsionado. O resgate da iniciativa em 2015, contudo, tem vida curta, esgarçada pela agudização do conflito distributivo que colocou sindicatos e industriais em lados opostos ao longo daquele ano.

A recessão e a inflação – o INPC encerraria 2015 com uma alta acumulada de 11,3% – tensionavam as negociações salariais, com os empresários alegando dificuldades para compensar o aumento de preços e os trabalhadores buscando evitar perdas reais. Nesse choque, sindicatos e centrais começaram a unificar campanhas salariais e a organizar paralisações. Representante patronal nas negociações em diversas categorias, a Fiesp coloca-

se contrária a ganhos salariais reais, atribuindo a decisão ao aumento dos juros e dos custos com energia, além da perspectiva de fim das desonerações e as incertezas decorrentes da crise hídrica paulista⁸. Em um cenário de desemprego em alta, os trabalhadores perdem o poder de barganha e a posição dos empregadores acaba prevalecendo: dados do Dieese mostram que houve uma disparada de 2014 para 2015 dos reajustes abaixo do INPC (de 2,4% para 19%) ou iguais (de 7,3% para 30,8%).

Além das pautas salariais, outros temas da seara trabalhista ganham proeminência em 2015. Um dos principais é a terceirização, cuja regulação sempre foi alvo de críticas de empregadores por ser considerada nebulosa e fonte de insegurança jurídica. Os sindicatos e as centrais, por sua vez, denunciavam a prática como forma de precarização. Esse debate se acirra em abril quando Cunha pauta para votação na Câmara um projeto de lei sobre a prática (a regulação que havia até então era fruto de uma súmula do TST) ampliando a possibilidade de terceirização também para as atividades-fim de uma empresa, e não mais somente para as atividades-meio, conforme havia sido o entendimento da corte. Ao atender uma demanda antiga do empresariado, Cunha não só se aproximou desse grupo como também fez uma provocação ao governo -- historicamente, o PT criticava a prática de terceirização.

Uma vez que o projeto foi colocado em pauta, a Fiesp começou uma campanha por sua aprovação. Skaf passou a ir a Brasília para pressionar parlamentares e, na imprensa, defendia que o projeto poderia gerar 3 milhões de empregos nacionalmente (atribuindo o dado a “estudos da Fiesp”). A entidade chegou a divulgar que mais de 80% dos trabalhadores seriam favoráveis à terceirização com base em levantamento próprio⁹. A amostra, no entanto, era insuficiente e as perguntas, enviesadas¹⁰, conforme apontou o Instituto Datafolha. As centrais sindicais também reagiram, organizando protestos e paralisações nacionalmente. Uma das manifestações, ocorrida em frente à Fiesp, chegou a queimar um boneco de Skaf¹¹. Se houve uma coalizão Capital-Trabalho, ela havia se encerrado definitivamente ali¹².

O início de 2015 também foi marcado pelas primeiras manifestações em massa contra a presidente Dilma Rousseff. Em 15 de março, quase 900 mil pessoas foram às ruas em todo o país contra a petista, animados pela pauta anticorrupção na esteira da operação Lava Jato. O perfil desses manifestantes apontava claramente para um público de classe média: entre os que foram à avenida Paulista naquele dia, 76% possuíam nível superior, 41% declararam ter uma renda superior a 10 salários mínimos e 82% haviam votado em Aécio Neves no segundo turno das eleições do ano anterior, segundo pesquisa Datafolha¹³. Os motivos declarados para ir às ruas eram protestar contra a corrupção (47%) e, em menor

escala, pedir o impeachment da petista (27%). O restante se dividia entre protestar contra o PT como um todo (20%) e contra a classe política de modo geral (14%). O sentimento antipolítico que emergira em junho de 2013 voltava firme e forte.

Diferentemente do que ocorrera dois anos antes, nem a Fiesp nem Paulo Skaf participaram ou se pronunciaram sobre as manifestações daquele início de ano. Uma semana antes do protesto do dia 15, o presidente da Fiesp havia inclusive respondido que “essa casa não fará nada que vá ferir a democracia”¹⁴ quando questionado por jornalistas sobre um eventual engajamento da Fiesp nos movimentos pró-impeachment que se organizavam. Apesar de publicamente rejeitar o afastamento de Rousseff e da distância dos protestos, Skaf recebe Eduardo Cunha em um café com empresários na Fiesp no dia seguinte ao ato. O presidente da Câmara aproveitou a reunião para criticar a reação do governo às manifestações e declarou que “o PT não tem amigos, tem servos. Não tem adversários, tem inimigos” -- no que foi aplaudido pelos empresários presentes¹⁵.

Novos protestos contra a presidente acontecem em abril, mas com uma adesão menor do que os vistos no final do ano anterior. O silêncio da Fiesp e de Skaf quanto a eles continua. Em suas falas em eventos e na imprensa, Skaf segue fazendo críticas a medidas do ajuste fiscal que possam implicar em aumento de impostos, pressionando o governo por corte nos gastos. A retórica adotada nesse momento pode ser considerada amena quando comparamos com as acusações vindas das ruas e com as que a própria Fiesp faria meses mais tarde. A cautela parece ser uma decisão política da direção da entidade (embora Rousseff estivesse fragilizada, àquela altura o sucesso de um impeachment ainda era incerto), uma vez que entre sua base – conforme indicam a reação dos empresários a fala de Cunha -- a postura era muito mais agressiva em relação à presidente e ao PT.

Privadamente, Skaf afirma que o “PT está morto” e que quem permanecer com o partido será “sepultado junto”, conforme relatado pela jornalista Mônica Bergamo. Essas falas teriam ocorrido em julho em uma reunião na Fiesp na qual o presidente da entidade defendia Marta Suplicy como nome do PMDB à prefeitura de São Paulo em vez de uma chapa com Fernando Haddad para a reeleição¹⁶.

O reflexo dessa visão começa a aparecer na atuação da Fiesp no segundo semestre. O afastamento mais ou menos cauteloso que se processou até julho é substituído por uma postura de embate. Em agosto, Fiesp e Firjan divulgam conjuntamente uma nota “em prol da governabilidade do país”¹⁷ em que manifestam apoio “à proposta de união” apresentada por Michel Temer na véspera. O vice-presidente havia declarado que a situação do Brasil era

“grave” e que apenas o Congresso seria capaz de unificar o país para evitar um desfecho “desagradável”, “em nome do Brasil, do empresariado brasileiro e dos trabalhadores”. Na nota, as entidades corroboram a necessidade de união e “estabilidade institucional”, aproveitando para criticar “irresponsabilidades fiscais, tributárias ou administrativas” e pressionar o governo para cortar despesas. O texto não cita Dilma Rousseff.

Singer (2018) observa que, nesse momento, a reação estabelecida entre industriais e capital financeiro com o governo se inverte em relação ao quadro do primeiro mandato. Enquanto o empresariado parte para o ataque à presidente, os maiores bancos nacionais saem em sua defesa. Um exemplo da postura apontado pelo autor pode ser encontrado nesta fala de Roberto Setúbal, presidente do Itaú Unibanco:

Nada do que vi ou ouvi até agora me faz achar que há condições para um impeachment. Por corrupção, até aqui, não tem cabimento. Não há nenhum sinal de envolvimento dela com esquemas de corrupção. Pelo contrário, o que a gente vê é que Dilma permitiu uma investigação total sobre o tema. Era difícil imaginar no Brasil uma investigação com tanta independência. A Dilma tem crédito nisso¹⁸.

Na leitura de Singer, nesse movimento o empresariado demonstrou que não tinha interesse na queda da presidente, tentando preservá-la ao mesmo tempo em que buscavam isolar Eduardo Cunha (p. 2016). Além de Setúbal, o autor também cita declarações do presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, e de Abilio Diniz, à época presidente da BRF, como evidências dessa posição. Nesse contexto, Fiesp e Firjan destoam ao se posicionaram ao lado de Temer.

As declarações feitas pelo vice-presidente no início do segundo semestre marcam o ponto de partida de uma atuação mais ostensiva do peemedebista em prol do impeachment. Até então, Temer havia adotado uma postura discreta e assumira inclusive a posição de articulação política do governo, mas com as falas feitas em agosto ele sinalizou que abandonava o navio. O significado do gesto não passou despercebido pelo governo e nem pela imprensa, como era de se esperar. A partir daí, o vice passa a cultivar uma agenda própria para angariar apoio para seu pleito à presidência. Skaf se mostra um importante aliado do vice nesse processo, costurando a ponte entre Temer e o empresariado, além de agir como ponta de lança em uma campanha agressiva contra a presidente -- algo que Temer, por ainda ocupar o posto de vice, não poderia fazer abertamente.

O vice vinha construindo laços com a grande indústria com ajuda do economista Delfim Netto. Antes das declarações de agosto, Temer já havia se reunido com executivos da Arcelor, Votorantim, CSN, Ambev, Telefônica, TAM, Marcopolo e Gerdau, segundo

reportagem da Folha¹⁹. A Skaf coube intermediar as relações com sindicatos patronais e associações, colhendo entre eles demandas para levar ao vice-presidente. Essa divisão de tarefas reforça nossa leitura de que Skaf e Fiesp fazem o elo com a pequena e média indústria -- quando o assunto são os grandes, a relação com a classe política é direta.

Rousseff tenta reagir à movimentação e organiza uma reunião com empresários em Brasília. Participam do encontro Luiz Carlos Trabuco (Bradesco), Cledorvino Belini (Fiat), Benjamin Steinbruch (CSN), Joesley Batista (JBS), Rubens Ometo (Cosan), Edson Bueno (Dasa) e Josué Gomes (Coteminas)²⁰. Na mesma semana, Skaf oferece um jantar a Temer com a presença de 14 empresários, entre eles Trabuco, Gerdau, Ometo, Steinbruch e Flavio Rocha (Riachuelo). Na ocasião, o presidente da Fiesp afirmou que o jantar de “meia dúzia” de empresários com Rousseff não configurava apoio do setor ao governo, denunciou a crise política e criticou as propostas de aumento de tributação, como a volta da CPMF, que vinha sendo cogitada pela equipe econômica, segundo relatado na imprensa²¹. No mesmo dia, Skaf já havia criticado Joaquim Levy e sugerido a saída do ministro da Fazenda²², posição que destoa do apoio que a Fiesp havia manifestado ao economista até então.

Em setembro, um dia após o Brasil perder o grau de investimento na classificação da agência Standard & Poor’s, Fiesp e Firjan divulgam nova nota conjunta elevando ainda mais o tom das críticas ao governo e pedindo pela primeira vez um pacote de medidas que incluía não só corte de despesas, mas também reformas estruturais de longo prazo, privatizações e um teto de gastos -- itens que não haviam aparecido no discurso da Fiesp até então²³. O texto atribui a perda do grau de investimento a “uma série de hesitações, equívocos e incapacidade de lidar com os desafios” por parte do governo, e acusa o ajuste fiscal implementado até então de ser “de mentirinha”. Um último ponto interessante da nota é que as entidades se colocam explicitamente como representantes das empresas de pequeno porte:

O atual ambiente de incerteza penaliza corporações brasileiras de todos os tamanhos. As pequenas e médias empresas estão sufocadas. Muitas lutam apenas para sobreviver. Outras fecham suas portas. É em nome de cada uma destas empresas e de seus trabalhadores que FIRJAN e FIESP vêm a público para cobrar um posicionamento firme e propostas concretas que exponham um plano para superar a grave crise em que o país foi colocado.²⁴

A nota antecipa algumas das principais bandeiras que seriam propostas pelo PMDB no programa Uma Ponte para o Futuro, espécie de plataforma de um eventual governo Temer divulgado alguns meses depois. A semelhança entre as agendas mostra o forte alinhamento entre a Fiesp e o vice-presidente, o que reforça não só o papel da entidade como intermediária

entre as propostas do empresariado e Temer, como também sua função de introduzir a plataforma do futuro governo entre o público empresarial.

Poucos dias depois da nota da Fiesp e Firjan, o governo anuncia novas medidas para reequilibrar as contas, dentre elas a volta da CPMF e a retenção de parte das verbas do Sistema S – principal fonte de financiamento da Fiesp e utilizada politicamente por Skaf para construir escolas e angariar apoio de políticos no interior do Estado. A estimativa era de que a proposta do governo levaria a uma perda de 25% dos recursos repassados às entidades patronais. Como esperado, o presidente da Fiesp se indigna com a sugestão: diz que o governo não cortou nada “na carne” e que “o Brasil não precisa de ministro para aumentar imposto, mas sim de um ministro que combata a corrupção, que reduza o tamanho do Estado”²⁵. Skaf também diz que o governo “está perdido” e promete reagir caso a proposta de volta da CPMF avance, afirmando que o governo quer “que a sociedade pague o pato mais uma vez”²⁶. Essa é a primeira vez que a expressão é utilizada pelo presidente da Fiesp. Menos de uma semana depois, ela viraria o mote da campanha da entidade contra Rousseff.

4.2. Lá vem o pato

No dia 20 de setembro começam a circular as peças da campanha “não vou pagar o pato”, promovida pela Fiesp. Em tom crítico, as propagandas apontavam a quantidade de impostos em produtos diversos para depois afirmar que o governo “ainda quer voltar com a CPMF”²⁷. Ao final, Skaf aparecia dizendo o slogan da campanha e apelando para as pessoas assinarem um manifesto contra impostos, repetindo estratégia utilizada na bem-sucedida derrubada da CPMF quase dez anos antes. O texto do referido manifesto ecoa as críticas que Skaf já vinha fazendo desde o primeiro semestre: o governo gastou demais e, em vez de cortar suas despesas, aumenta impostos. A novidade no discurso é a ampliação deste para além da indústria, incluindo comércio, serviços e famílias. Tal como campanhas anteriores, Fiesp e Skaf buscam transformar bandeiras da indústria em bandeiras nacionais -- esforço explicitado pelo presidente da entidade:

Não estamos aqui debatendo imposto da indústria, do comércio, de serviços ou de tecnologia, nós estamos, como brasileiros, de forma horizontal debatendo o imposto que está sobre as costas do povo brasileiro, da sociedade brasileira, das empresas, das famílias, que prejudicam tanto a competitividade e o desenvolvimento do Brasil.²⁸

A campanha conta com propagandas na TV e rádio e perfis nas redes sociais, com destaque para uma página no Facebook. Afeito a ações midiáticas, Skaf instala um pato de 12 metros de altura em frente ao Congresso Nacional, acompanhado por mais 1.000 patos

pequenos. Posteriormente, a sede da Fiesp também recebeu seu pato gigante, e patos pequenos de plástico passaram a ser distribuídos nos protestos contra a presidente.

Paralelamente à campanha, Skaf segue fazendo a ponte entre empresários e o PMDB. Ainda em setembro, Cunha é recebido novamente em um jantar na Fiesp. Novamente, o evento serviu de palco para o presidente da Câmara criticar o governo. A federação ainda engrossa a lista de apoiadores do pacote de 10 medidas contra a corrupção, lançado no mesmo mês pelo Procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Lava Jato.

Em outubro, Temer lança o plano Uma Ponte para o Futuro, o qual seria ratificado pela convenção do PMDB posteriormente. O programa propunha reformas estruturais, como da legislação trabalhista e previdenciária, além de defender privatizações e a criação de um teto de gastos. Apesar de ainda ser parte do governo, o PMDB critica a Rousseff e sua equipe, acusados de inação diante da crise econômica e política, buscando distanciar-se das políticas implementadas até então. Era, enfim, a alternativa proposta pelo grupo de Temer ao projeto petista. O vice-presidente passa então a fazer uma campanha de divulgação do programa junto a empresários, sendo em geral bem recebido e as propostas, apoiadas, conforme relatos da imprensa sobre os encontros. A reação não surpreende, tendo em vista que muitas das medidas atendiam a demandas antigas dos empresários, sobretudo as relacionadas à seara trabalhista. Temer também tomou o cuidado de não tratar propriamente de temas como desonerações e incentivos, que poderiam indispor-lo com a indústria.

Enquanto isso, grandes empresários e o setor financeiro adotavam uma postura mais cautelosa do que a da Fiesp, evitando uma adesão explícita ao afastamento de Rousseff. Com acesso direto a Brasília, eles faziam chegar suas avaliações e pressões diretamente à presidente e sua equipe econômica. Almeida (2016) narra alguns desses encontros durante seu período como assessor de imprensa do ministério da Fazenda e secretário de imprensa da Presidência da República entre 2015 e 2016. O jornalista relata, por exemplo, um encontro reservado do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, com os empresários Beto Sicupira (AB Inbev, Kraft-Heinz e Burger King), Carlos Jereissati (Grupo Iguatemi), Pedro Moreira Salles (Itaú Unibanco), Pedro Passos (Natura), Edson Bueno (Amil) e Josué Gomes da Silva (Coteminas) – todos ligados a negócios de grande porte. Segundo Almeida, eles queriam apontar o que viam como as três prioridades principais do governo: 1) manter o grau de investimento do país dado por agências de classificação de risco; 2) buscar um superávit primário de 0,7% do PIB em 2016; e 3) cortar subsídios e programas governamentais (id., p.

81). Diferentemente da Fiesp, parte dos empresários admitia a criação de impostos para atingir as metas propostas.

4.3. O impeachment

O apoio oficial ao impeachment é anunciado pela Fiesp em 14 de dezembro de 2015. Skaf justifica o anúncio com base em uma pesquisa de opinião realizada pela Fiesp, a qual indicou apoio de 85,4% das indústrias paulistas ao impeachment²⁹. O questionário também perguntou se as empresas acreditavam que a Fiesp deveria se posicionar publicamente sobre o processo – 91,9% responderam que sim, de acordo com o levantamento. Após a reunião na sede da entidade em que o apoio foi decidido e anunciado, Skaf declarou, em entrevista a jornalistas, que as razões para o apoio à abertura do processo de impeachment eram:

Devido à situação política e econômica do Brasil, ao momento que nós chegamos, à falta do ajuste fiscal que durante todo ano foi anunciado e não foi feito, ao governo comemorar o estouro das contas de 2105 de R\$ 120 bilhões quando deveria ir a público pedir desculpas à população por estourar as contas, à perspectiva do próximo ano de estouro do orçamento, o Brasil estar crescendo -3,5% quando o mundo está crescendo 3% e os países emergentes 4%, 5%, oficialmente a Fiesp e o Ciesp aprovaram por unanimidade o apoio baseado na pesquisa que foi feita na nossa base empresarial, o apoio ao processo de impeachment da senhora presidente da República, repito, respeitando os trâmites legais do Congresso Nacional.

Chama a atenção, em primeiro lugar, a ausência de referências às “pedaladas fiscais”, que foram o motivo pelo qual o processo de impeachment foi aberto e a presidente posteriormente afastada. A crítica ao ajuste fiscal, por sua vez, ignora as medidas que foram efetivamente tomadas pelo governo, como corte de despesas com benefícios sociais, e outras apresentadas, mas barradas pelo Congresso comandado por Cunha.

O presidente da Câmara -- e companheiro de partido de Skaf -- é poupado de críticas apesar de agir em diversos momentos contra o ajuste fiscal, contrapondo-se a propostas do governo e colocando para votação as chamadas “pautas-bomba” (que levariam a um aumento expressivo de despesas). A proximidade que a Fiesp mantém com Cunha em 2015, mesmo com essa atuação errática do parlamentar, expressa o alinhamento da federação nas trincheiras da oposição total à presidente, independentemente do programa por ela adotado.

Logo após o anúncio do apoio oficial ao impeachment, Skaf publica uma coluna³⁰ na Folha de S.Paulo em que assume uma postura defensiva em relação àqueles que acusam o afastamento da presidente de golpe. O presidente da Fiesp começa o texto elencando argumentos legais para o impeachment (basicamente, que se trata de um dispositivo previsto na Constituição) para em seguida enumerar outros fatores difusos e subjetivos, como retração

do PIB, desemprego, elevação de impostos e corrupção. Mais uma vez, Skaf mostra-se útil a Temer, rebatendo a acusação de golpe evocada pelos apoiadores da presidente e atacando o governo de Rousseff em termos que o vice não poderia ainda utilizar.

O apoio da Fiesp ao impeachment foi criticado publicamente por alguns grandes empresários. Em entrevista veiculada ainda em dezembro, José Velloso Dias Cardoso, presidente da Abimaq, critica a atitude da federação porque ela faria com que o governo passasse a ver a Fiesp como inimiga³¹. Mais tarde, Paulo Remy Gillet, CEO da WTorre e favorável ao impeachment da presidente, também criticaria a Fiesp. Segundo ele, faltavam lideranças empresariais no momento de crise:

Fazer barulho não acrescenta. Quero saber qual é a proposta. Não sou crítico ao presidente da Fiesp, mas critico essa coisa de ‘pus um pato, fiz campanha’. Qual é a proposta? Comer o pato no molho? Contratar cinco notáveis e fazer uma proposta de reforma tributária? Ele fez? Mandou para o Congresso? Todo mundo culpa deputado, mas entidade de classe pode mandar projeto de lei.³²

Outro grande empresário que se mostrou contrário publicamente ao posicionamento da Fiesp foi Wesley Batista, presidente da JBS. Mesmo após confirmado o impeachment da presidente, Batista critica o fato de uma entidade de classe “tomar lado”, algo que ao seu ver deveria caber apenas ao cidadão, e afirma que o movimento da Fiesp não representa a JBS. Ele vê esse processo como uma “politização” das entidades e, em alusão direta a Skaf, defende que deveria ser proibida a filiação de um dirigente a um partido político:

Não é a melhor coisa para um país quando o empresário começa a tomar lado. A Fiesp ter tomado lado não necessariamente representa o nosso lado. Acho que você elitiza a discussão quando indústria ou quando algum setor da sociedade toma lado. É ruim [quando Paulo Skaf, presidente da Fiesp, apoia o impeachment]. Não é coisa para entidade de classe. É coisa para entidade popular, para o cidadão. Tem sido muito ruim para o Brasil as entidades de classe politizadas. Para mim, tinha que ser proibido qualquer representante de entidade de classe ter partido, ser filiado a partido político.³³

A Fiesp não reage a essas falas. Em janeiro de 2016, a entidade divulga uma análise técnica sobre o sistema tributário brasileiro. O documento critica seu caráter regressivo e aponta que o setor produtivo é sobretaxado, argumento antigo da indústria para cobrar a redução de impostos. As soluções oferecidas pelo estudo, contudo, diferem das bandeiras que vinham sendo priorizadas pela Fiesp desde o início do governo Rousseff. São elas: uma reforma tributária, uma previdenciária e uma trabalhista, a fim de tornar o Estado “mais eficiente”. A consonância com o programa Uma Ponte para o Futuro é clara.

Ao longo do primeiro semestre, Skaf faz um tour pelo interior paulista para divulgar a campanha “Não Vou Pagar o Pato”, visitando cidades como Jaú e Bauru³⁴. Nesses eventos, o presidente da Fiesp aproveita para fazer críticas à presidente e defender seu afastamento do cargo, via impeachment ou renúncia. A federação também passa a se envolver diretamente com a organização dos protestos de rua contra Rousseff. Antes das manifestações de março de 2016, em que mais de um milhão de pessoas participaram dos atos, Skaf promoveu um encontro com lideranças do Movimento Brasil Livre e do Vem Pra Rua, grupos conservadores de viés econômico liberal que vinham ganhando destaque na oposição à presidente. O presidente da Fiesp aproveitou a ocasião para defender mais uma vez a situação insustentável da presidente, que em sua visão teria perdido a credibilidade e confiança, o que por sua vez levaria a uma “deterioração total da economia”³⁵.

Quando Rousseff nomeou o ex-presidente Lula ministro da Casa Civil, gerando um imbróglio político e impulsionando novos protestos, a Fiesp iluminou sua fachada de verde e amarelo, atravessada por uma faixa pedindo a “renúncia já” da presidente. A pressão pela renúncia de Rousseff já vinha sendo feita por Skaf desde o começo de março³⁶. No dia seguinte ao ato, a Fiesp organizou uma reunião com cerca de 300 empresários, segundo a entidade, sendo 86 deles dirigentes de sindicatos patronais, na qual os presentes entoavam gritos pedindo o impeachment e a renúncia da presidente³⁷. Como de hábito na Fiesp, o hino nacional foi tocado -- para o delírio da plateia munida de pixulecos e bandeiras contra o governo. Logo após o encontro, o presidente da Fiesp reuniu-se com as federações da indústria do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná e Pará para alinhar uma atuação junto a parlamentares em prol do impeachment. Skaf teria dito ainda que “não adianta discutir agendas pontuais antes de derrubar Dilma”, defendendo o afastamento da petista como prioridade sobre qualquer outra pauta³⁸. No mesmo dia, a Fiesp ofereceu um almoço aos manifestantes antigoverno acampados na frente da entidade -- Skaf declarou ainda que eles estavam “muito corretos” em sua ação³⁹.

Ao mesmo tempo em que a Fiesp foi criticada por alguns empresários, ela também foi elogiada por outros. Flávio Rocha, presidente da Riachuelo e uma das principais vozes pelo impeachment, foi um dos que saiu em defesa da entidade. Na avaliação do empresário, o Brasil estava saindo de um “ciclo estatizante”, de um “capitalismo de conluio”, e iniciava um novo ciclo baseado no “livre mercado, cujos protagonistas são os empresários e a livre-iniciativa”⁴⁰. Por isso, ele via com bons olhos os empresários “saindo da toca”, movimento do qual a Fiesp e Skaf seriam representativos.

A federação também instalou um pato amarelo de 20 metros de altura em frente ao Congresso Nacional e, segundo o governo, estava usando robôs nas redes sociais para propagar o impeachment⁴¹. O investimento financeiro da federação na campanha foi grande: para além dos patos gigantes e peças publicitárias, a Fiesp comprou anúncios percorrendo 14 páginas dos jornais Folha de S.Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo e Correio Braziliense, subscrito por dezenas de entidades, no qual afirmava:

O país está à deriva. A hora de mudança é agora. Dizer SIM ao impeachment, dentro dos parâmetros constitucionais, é dizer NÃO ao descontrole econômico, ao descaso com as empresas, com o emprego e, principalmente com você.

Além das ações de comunicação visando a mobilização da opinião pública contra Rousseff, a Fiesp também trabalha a divulgação das propostas de Temer entre o empresariado. Para isso, a entidade organiza uma série de eventos em sua sede em que nomes do mercado alinhados à agenda de redução do Estado apresentam suas propostas para empresários e dirigentes sindicais. Em março, por exemplo, o economista-chefe do Bradesco, Octavio de Barros, foi à avenida Paulista defender o teto de gastos, incentivo à produtividade, investimento em infraestrutura, aumento da “potência da política monetária” (a notícia no site da Fiesp não detalha o que constaria nessa agenda) e uma reforma da Previdência. Segundo relato da apresentação no site da Fiesp, Barros teria se mostrado otimista com a recuperação da economia brasileira “caso surja uma ‘senha’, uma mudança que permita a reversão do atual estado de falta de confiança”⁴². A coalizão produtivista e a rentista se alinhavam contra Rousseff. No mês seguinte foi a vez da legislação trabalhista: a Fiesp recebeu em abril Almir Pazzianotto, ministro do Trabalho durante o governo Sarney. No encontro, o jurista acusou a CLT de “paternalista” e defendeu uma reforma trabalhista que revisse o conceito de hipossuficiência do trabalhador no sentido de “equilíbrio entre capital e trabalho”⁴³. A partir dessa reunião, a Fiesp criou um grupo para discutir uma agenda de reforma da legislação.

Questionado em entrevista se as ações da entidade em apoio ao impeachment seriam oportunismo ou orientadas por Temer, Skaf defende-se atribuindo sua atuação a uma postura anti-impostos “qualquer que fosse o governo”⁴⁴, mobilizando a persona eleitoral a qual ele vinha construindo desde os embates contra a CPMF nos anos Lula. Assumindo uma postura de ataque, o presidente da Fiesp em seguida acusa o PT de “pregar a tentativa de uma divisão da nação” -- crítica comumente utilizada por opositores do governo que ganhou força na disputa presidencial de 2016 -- e caracteriza o pato amarelo como um “símbolo do bem para acabar com o mal”. Em conjunto, a entrevista marca uma radicalização do posicionamento

do presidente da Fiesp, que deixa de mirar apenas Rousseff e sua gestão econômica para voltar-se contra o Partido dos Trabalhadores como um todo e seu projeto supostamente divisivo, associado ao “mal”. A retórica bastante agressiva acompanha esse realinhamento: se antes a justificativa para a oposição à presidente se atinha a argumentos majoritariamente econômicos (irresponsabilidade fiscal, aumento de impostos, incompetência, falta de credibilidade e confiança), agora ela passa a se assentar em um discurso conservador radical, muito próximo daquele sustentado pelo MBL e o Vem Pra Rua.

A festa preparada pela Fiesp no dia da votação do impeachment na Câmara é outro exemplo dessa radicalização: a federação contratou um mestre de cerimônias que, em cima de um palco diante de um telão que transmitia a votação em Brasília, fez uma contagem regressiva conforme o número de votos para afastar a presidente se aproximava, clamando que o impeachment serviria para “acabar com o PT e com o comunismo”⁴⁵. Encerrada a votação, a Fiesp projetou a bandeira nacional em sua fachada em comemoração. Em um discurso ensaiado, Skaf declarou que a “esperança nascia” e que a confiança retornaria.

Confirmado o afastamento de Rousseff, Skaf continuou em uma agenda intensa com Temer, agora alçado à posição de presidente interino. No dia seguinte ao do afastamento de Rousseff, o presidente da Fiesp foi um dos poucos recebidos por Temer em sua casa, junto com membros do círculo mais próximo do peemedebista (Antônio Cláudio Mariz, seu advogado, e José Yunes, que mais tarde seria investigado por corrupção em associação com Temer)⁴⁶. Skaf encontra seu padrinho político publicamente pelo menos mais duas vezes em abril -- em uma dessas visitas, ele leva consigo uma comitiva de diretores da Fiesp para o Palácio do Jaburu⁴⁷. À imprensa, o presidente da Fiesp declara que o objetivo dos encontros é levar propostas do empresariado para o novo governo que se organizava. Não passa despercebido, porém, que a agenda intensa junto a Temer fortalece a imagem de Skaf como alguém próximo dos poderosos e do novo presidente como um aliado do empresariado em um momento em que “confiança” era um tema central no debate político e econômico.

A aliança entre Temer e Skaf mantém-se firme durante o mandato do peemedebista. Logo após a votação na Câmara que afastou a presidente, o dirigente da Fiesp defendeu um “voto de confiança” no novo governo e elogiou as medidas anunciadas por “criarem confiança”⁴⁸. Em um momento de crise da gestão Temer, o presidente da Fiesp articulou a ida de uma comitiva de cerca de 200 empresários a Brasília – dentre os quais nenhum nome de destaque – em junho para reunir-se com Temer e Henrique Meirelles, recém nomeado ministro da Fazenda⁴⁹. A função do encontro era demonstrar apoio ao governo -- a imprensa

havia divulgado duas semanas antes uma gravação telefônica em que Romero Jucá, ministro de Temer, e o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado afirmavam ser necessário colocar o peemedebista no Planalto para “estancar a sangria” deflagrada pela Lava Jato, em um “grande acordo nacional, com STF, com tudo”⁵⁰.

O presidente da Fiesp aproveitou os holofotes do ato para levar uma lista de reivindicações de curto prazo: expansão do crédito (incluindo para exportação), redução da taxa de juros, concessões de infraestrutura ao setor privado e rejeição a qualquer aumento de impostos -- pauta idêntica à atendida por Rousseff. Questionado por jornalistas sobre esse fato, Skaf desconversa afirmando que os pedidos não são apenas do setor industrial, mas do “país”, e reitera a postura defensiva da Fiesp de que a crise econômica decorria de um excesso de gastos da petista e não do fracasso das medidas demandadas pela indústria⁵¹.

A federação também continuou o trabalho de divulgação e fortalecimento da agenda de Temer entre o empresariado. Em Taubaté, por exemplo, o dirigente da entidade defendeu as medidas de ajuste fiscal e o incentivo a concessões e parcerias público-privadas no setor de infraestrutura (ambos pontos prioritários para a equipe econômica de novo governo)⁵². Além disso, o ministro da Cultura – área que causou controvérsia no início da gestão Temer diante das especulações que o ministério seria eliminado – foi recebido na Fiesp. A avenida Paulista também recebeu o ministro das Relações Exteriores, José Serra, encontro no qual foi discutido um canal direto entre a entidade e o Itamaraty.

Esses eventos evidenciam a aliança entre Temer e Skaf: de um lado, a Fiesp faz a conexão entre o pemedebista e o empresariado, divulgando e reforçando a agenda de Meirelles em torno de reformas estruturais, como a da Previdência e a trabalhista, além de mobilizar o grupo em torno de propostas polêmicas e até então praticamente ausentes da agenda da entidade, como o teto de gastos públicos e a repatriação de recursos financeiros omitidos por brasileiros em contas no exterior. Skaf, particularmente, encampa essas bandeiras por meio da promoção de debates sobre esses temas na Fiesp, trazendo membros do governo para apresentá-las a empresários, e em suas falas públicas. Em contrapartida, a equipe econômica de Temer mantém na proposta de Orçamento para 2017 subsídios e desonerações à indústria concedidos por Rousseff, mesmo em um cenário de corte de despesas, e inclui a Fiesp no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (o “Conselhão”) ao mesmo tempo em que retira a CUT, a UNE e o MST⁵³. Não menos importante, no ano seguinte é aprovada a reforma trabalhista, atendendo pleitos antigos de empregadores.

4.4. Os empresários interpretam

Entre o empresariado ligado à Fiesp, o discurso predominante é de que a oposição da categoria à Rousseff, assim como o apoio da entidade ao impeachment, resultou do fracasso das políticas adotadas pela presidente, em sintonia com os argumentos utilizados por Skaf. Nesse sentido, o realinhamento observado entre 2011 e 2016 seria fruto de pragmatismo: apoio enquanto a economia ia bem, rejeição quando passou a ir mal. Essa é a opinião de Evangelinos, por exemplo:

A indústria não mudou de posição por causa da Dilma, a questão foi o resultado econômico. (...) A parte mais sensível do ser humano continua sendo o bolso. No final do governo Lula, podia ter acontecido meia dúzia de Lava Jatos, não teria acontecido nada. (...) Não sei se impeachment foi correto ou não, mas não tinha alternativa, por conta da recessão.

Evangelinos localiza o afastamento do empresariado de Rousseff a partir de 2014, quando os primeiros sinais de crise começam a aparecer. Se enquanto a economia vai bem o industrial “não presta muita atenção no paralelo”, como afirma o empresário, quando ela começa a ir mal, o cenário se inverte. A operação Lava Jato é citada diversas vezes pelo industrial na entrevista como um catalizador da oposição à presidente, sinal da centralidade que o “paralelo” ganha com o acirramento do conflito distributivo:

O afastamento de Dilma dos industriais ocorre a partir de 2014. Para nós, se economia está crescendo, você não presta muita atenção no paralelo. (...) Em 2013, questão da recessão e impeachment não estava colocada. Isso vem depois da Lava Jato. Aí você tem movimento de 2015 pedindo a saída dela. (...) Quando você tem uma sociedade que admite um representante do ‘rouba, mas faz’ é maluco. Esse retorno de valores não foi o mote principal da saída da Dilma, mas sim a retração de valores.

O industrial não trouxe a temática dos valores espontaneamente, mas como resposta a um questionamento da autora quanto ao possível peso desse campo no posicionamento adotado pelo empresariado. Chama a atenção que o entrevistado rejeite que a ideia de que o retorno de valores conservadores seja relevante para essa análise, mas complementa que Rousseff representava uma “retração de valores”. Mais adiante na entrevista (e no tempo), ele declara ter votado em Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, cuja vitória ele atribui ao PT:

Quem permitiu esse momento Bolsonaro foi quem estava no poder. E o que vinha de Curitiba fez uma diferença que você não tem ideia. Vamos votar em quem representa o contrário disso.

Mesmo aparentando um discurso mais calcado em argumentos materiais – sinteticamente, erros do governo e falta de apoio à indústria num contexto de recessão –, Evangelinos acaba manifestando, como outros entrevistados, uma visão política conservadora, que atribui à Rousseff e seu partido uma retração de valores, acusados

sobretudo de corrupção. Em contrapartida, a Lava Jato e Bolsonaro são aclamados como “o contrário disso”.

Cestari percorre um caminho semelhante em sua argumentação. Inicialmente, ele diz que não houve respostas do governo à crise econômica que vinha sendo sentida pela indústria desde 2013, o que fez com que o “componente político” da insatisfação do empresariado começasse a crescer. Essa situação, segue Cestari, foi agravada pela falta de sustentação política e credibilidade do governo no segundo mandato. Nesse cenário, ele avalia que Skaf “começou a casar o inconformismo da sociedade com o Vem Pra Rua”, em referência aos movimentos de rua contra Rousseff.

Questionados sobre as causas da crise econômica, os empresários ecoam uma versão simplificada do discurso hegemônico entre economistas liberais: o governo de Rousseff gastou demais e interveio demais, engordando um Estado já gigantesco e distorcendo preços, o que sufocou o setor produtivo e minou a confiança de investidores. No entanto, ao elaborarem o argumento, essa justificativa se mistura com outros fatores de forma nem sempre coerente. Encontramos um exemplo dessa interpretação na resposta de Cestari:

A crise de 2008 alertou o mundo de que tínhamos uma série de bolhas e que os países precisavam rever suas práticas, como gastar só o que se recebe. (...) O modelo econômico começou a dar sinais de esgotamento. A globalização foi colocada em xeque. Nesse processo, o Brasil passou a sofrer com dificuldades. Lula deveria ter tido interesse institucional, e não um projeto de poder pessoal e medidas populistas. Deveria ter feito reformas necessárias, que o mundo vinha fazendo [em referência a tributária, previdenciária, trabalhista, política]. O Estado tornou-se muito pesado e passou a ser servido pela sociedade.

É interessante que o empresário parte de uma premissa falsa (a crise de 2008 foi, afinal, consequência da falta de regulação do sistema financeiro), envereda por uma retórica crítica (esgotamento do modelo econômico, questionamento da globalização) para então defender a solução proposta pelo projeto liberal (reformas liberalizantes, redução do Estado). O raciocínio tortuoso é sintomático do ziguezague político recente -- em um espaço de 10 anos, vivemos da crise do receituário neoliberal seguida por uma avalanche de movimentos de esquerda ao retorno desse mesmo receituário, adaptado conforme o projeto político de grupos conservadores de direita em ascensão. Nesse cenário, para além do pragmatismo, o comportamento político dos empresários é influenciado pela batalha ideológica em curso.

Também é possível observar esse efeito quando analisamos as declarações de Cervone Netto, vice-presidente da Fiesp. Em fevereiro de 2014, por exemplo, ele afirma em entrevista que “nunca tivemos tanta abertura quanto no governo do PT. Nunca fomos tão

ouvidos. O que falta é a velocidade da transformação, o passo da demanda para a conclusão, mas nunca tivemos tanto espaço. E temos tido resultado”⁵⁴. Cerca de quatro meses depois, a avaliação muda completamente: em discurso ao tomar posse como presidente do Ciesp, Cervone afirma que o governo tem “brutais dificuldades em gestão”, gasta demais e prejudica a competitividade da indústria⁵⁵. Já no segundo mandato de Rousseff, às vésperas da declaração de apoio oficial ao impeachment, o empresário afirma em artigo na Folha que existia uma crise “ética e moral” para além da político-econômica⁵⁶. Esses problemas só poderiam ser resolvidos, segue ele, por meio de uma “mudança séria e profunda da cultura governamental” com a construção de uma “agenda para a economia e o desenvolvimento, tornando o Estado brasileiro muito mais enxuto, eficiente e menos intervencionista e muito menos burocrático”.

A sobreposição de elementos para além da economia fica ainda mais explícita no perfil público de Cervone no Facebook. Em agosto de 2015, por exemplo, ele compartilhou uma publicação com uma suposta frase do general Figueiredo em que este afirmava que o PT um dia chegaria ao poder e faria “tudo para instituir o comunismo”, e que derrubar o partido exigiria “muito sangue brasileiro”. Ao chamar as pessoas para o ato pelo impeachment da presidente de 13 de março de 2016, Cervone escreve que “mais do que tudo, [vivemos] uma crise de degradação dos valores e da família”. Ele associa ainda Lula e Rousseff à corrupção, ao “descompromisso com o dinheiro público, com a Pátria, com a família”. O empresário, no entanto, omite esses elementos em suas respostas quando entrevistado para a pesquisa. Nesse momento, ele se vale inicialmente de argumentos econômicos para explicar a oposição a Rousseff e o apoio ao impeachment, mas, como Cestari, acaba enveredando por uma interpretação política:

No segundo mandato, percebeu-se claramente que ou fazia-se uma mudança ou o tombo seria muito maior. Nada mais rodava no Congresso. Ou se tinha solução rápida, ou país ia para o vinagre. Não dava mais para esperar, o tempo era inimigo do país. Aí ela [Rousseff] perdeu de vez a liderança. (...) Descrédito era generalizado naquele momento. Passamos por uma crise de liderança no Brasil e no mundo, que continua hoje. Tá se esgotando um modelo muito rápido. (...) É esgotamento do modelo Brasil país do futuro, essa geração não tem mais paciência e vai pra rua. E sem liderança, há crise. (...) Caminho é pressionar para que isso mude, começando por acabar com a corrupção.

É interessante como a ideia de “esgotamento de modelo”, mencionada por Cestari, se repete espontaneamente no discurso de Cervone. Os empresários parecem compartilhar a impressão de que algo que foi possível até recentemente tornou-se inviável, embora não elaborem com clareza essa ideia. Nossa hipótese é que esse sentimento deriva do fim do pacto

de conciliação que permitiu o reformismo fraco durante os governos Lula (SINGER, 2012). Com a crise de 2008 e seus reflexos políticos e econômicos, esgotou-se a possibilidade de ganha-ganha da década anterior, o que acirrou o conflito distributivo. Conforme esse se intensificou, o segmento do empresariado mais vulnerável e dependente aglutinou-se em torno do polo conservador liberal ocupado pela classe média tradicional, acompanhando esse grupo no processo de radicalização política observado desde 2013. É por esse prisma que interpretamos a associação de um argumento estritamente econômico para a oposição a Rousseff (crise econômica) a outros elementos difusos, como “necessidade de reformas” e “acabar com a corrupção”.

Essa questão fica especialmente clara em Cestari, médico de formação e empresário de pequeno porte. Mais à vontade no trecho final da entrevista, ele faz críticas mais agressivas ao PT de modo geral (não apenas à condução econômica de Rousseff), elogia a Lava Jato e menciona o temor de uma “bolivarianização” do Brasil num contexto de crise econômica:

Eu sempre fui socialdemocrata, mas hoje eu perdi um pouco as referências existentes. Lula abandonou isso, PSDB nunca foi. (...) Não sou bolsonarista, apoiei o extermínio do PT. Precisávamos eliminar as ervas daninhas. (...) O aparelhamento foi um interesse da esquerda, traduzido pelo PT porque foi a única esquerda que chegou ao poder. Isso tem a ver com o Foro de São Paulo, esse alinhamento com as ditaduras do Chávez, do Evo. [Questiono se essa ideia de ‘bolivarianização’ não é mera retórica] Minha impressão é que era uma retórica, mas tinha a preocupação de que a crise econômica poderia levar para qualquer caminho no Brasil. As salvaguardas que tínhamos eram os militares e parte da sociedade. Lava Jato trouxe reforço que haveria capacidade de reação das instituições.

Cestari, Cervone e Evangelinos exemplificam o discurso público adotado pela Fiesp e Skaf ao longo do segundo mandato de Rousseff. Eles são o que podemos chamar de “empresário médio” associado à Fiesp. Na outra ponta, temos Bernardini -- diretor da Abimaq, conhecido por seus posicionamentos críticos à Fiesp e defensor de um projeto desenvolvimentista nos moldes do sustentado pelo economista Bresser-Pereira. Sua análise dos eventos que desembocaram no impeachment é muito mais fria do que as dos outros entrevistados, além de ressaltar o cálculo político de Skaf:

O ajuste fiscal foi um erro brutal. Votei nela [Rousseff] com um programa de desenvolvimento e antes de tomar posse ela nomeia um cara do outro lado [em referência a Joaquim Levy]. (...) Indústria não estava contente com Dilma e esperava alguma solução. Skaf é MDB e amigo pessoal do Temer. Então quando se começa a falar em impeachment, Skaf calcula que terá um amigo na presidência e será governo. Esse interesse foi mais forte que a indústria, que deveria pleitear uma mudança de forma responsável. Mas Dilma já tinha perdido o feeling político e o Congresso. (...) Havia sensação de cansaço com Dilma, de que temos uma débil mental na presidência da República. Se ela tivesse um mínimo de articulação política seria diferente.

No caso de Bernardini, chama a atenção que mesmo tendo uma posição mais moderada, apoiando inclusive Rousseff em seu pleito pela reeleição quando os demais já haviam debandado para o campo tucano, ele se mostra favorável ao impeachment. Em seu raciocínio, mais forte do que o fato da presidente ter adotado um programa oposto ao que tinha defendido em campanha, é sua fragilidade política -- a ponto de ele se permitir uma postura bastante ofensiva ao chamá-la de “débil mental”. Por mais distantes que estejam as posições de Bernardini do restante dos entrevistados, eles compartilham um desprezo quase total pela presidente. Explorar esse sentimento foge ao escopo deste trabalho, mas algumas pesquisas recentes têm trabalhado com a hipótese de o machismo ser um fator importante na oposição sofrida por Rousseff.

A questão da proximidade entre Skaf e Temer, apontada por Bernardini, é um fator que também aparece na fala de Fernando Bueno. Responsável pela filial brasileira de uma multinacional alemã, ele é o único dos entrevistados que se declara contra o impeachment, atribuindo a queda da presidente a uma ofensiva do mercado financeiro, insatisfeito com a política monetária da petista. Bueno também é crítico da preponderância do mercado e se identifica como uma voz solitária no meio em que circula (ele diz ser chamado de “comunista” por seus pares). Sua análise se aproxima da de Bernardini na medida em que atribui um peso relevante ao cálculo político de Skaf no posicionamento da Fiesp. Em sua avaliação, era perceptível a influência do dirigente sobre Temer. Evangelinos vai na mesma direção ao observar que “destes 38 anos na Casa [a Fiesp], o presidente que teve melhor e mais rápido acesso ao presidente [da República] foi o Paulo com o Temer”.

Um antigo membro da cúpula da Fiesp vê na origem do apoio ao impeachment a pressão da base de Skaf, formada por sindicatos que representam uma indústria antiga, calcada na defesa de subsídios e na economia fechada. Esse grupo de empresários seria “muito ruidoso, mas com pouco conteúdo. Impeachment foi mais pelo grito”, afirma. Na visão deste entrevistado, não há lastro material no posicionamento desses setores contra Rousseff, “foi uma coisa de ódio mesmo, emocional”.

4.5 Epílogo

Assim como percebemos a necessidade de retroceder no tempo para entender a atuação da Fiesp nos governos Dilma Rousseff, os acontecimentos ocorridos no período em que a pesquisa se desenvolvia mostraram-se relevantes e valiosos para nossa análise. O objetivo desta seção, portanto, é ser uma espécie de epílogo da história contada até aqui.

Um dos argumentos centrais deste estudo é que o empresário próximo da Fiesp corresponde à indústria de pequeno e médio porte, mais vulnerável, atrasada e dependente do Estado do que seus pares maiores e mais bem estruturados. Nossa hipótese é que, politicamente, esse empresariado se aproxima da classe média tradicional em termos de *habitus*, crenças e valores. Isso significa, portanto que a indústria que orbita a Fiesp acompanhou a classe média em seu processo de radicalização política à direita desde 2013, culminando no apoio à eleição de Jair Bolsonaro em 2018, sendo este um fator fundamental para compreender o reposicionamento da federação entre 2011 e 2016 e seu apoio ao impeachment.

É nesse sentido que a eleição de Bolsonaro e o firme apoio dado ao presidente pela Fiesp reforçam nossa leitura. Transcorrido um ano de mandato do presidente, os empresários continuam a ser o grupo que mais o apoia. De acordo com pesquisa Datafolha de realizada no início de dezembro de 2019⁵⁷, 58% dos empresários avaliam o governo como ótimo ou bom – a média geral é de 30%. Eles também são o grupo que mais dá notas altas ao governo (20% declararam que dariam a nota máxima numa escala de 0 a 10, contra um percentual de 9% observado na população total). Os empresários se destacam ainda como o grupo que mais confia nas declarações do presidente (43% contra 19% na média geral) e que se mostra mais otimista com o restante do mandato (65% contra 43% na média geral). Sondagem feita pela CNI⁵⁸ também em dezembro de 2019 com industriais confirma que essa distribuição se repete no setor: 60% avaliam o governo Bolsonaro como ótimo ou bom, 65% confiam no presidente e 64% aprovam sua maneira de governar. Quase metade dos empresários (49%) consideram que as políticas de Bolsonaro estão alinhadas aos interesses da indústria brasileira. Relações trabalhistas e taxa de juros são as áreas com maiores taxas de aprovação entre o grupo: 64% e 63%, respectivamente.

Em sintonia com a sua base, Skaf segue se deslocando à direita e se mostrando um aliado próximo do governo. O dirigente da Fiesp declarou apoio a Bolsonaro nas eleições de 2018 e foi bem-sucedido na aproximação com o Planalto ao longo de 2019. No início do mandato, quando começaram a surgir críticas da dificuldade de acesso do empresariado a Bolsonaro, Skaf organizou reuniões com a presença do presidente com um público amplo (com mais de 1.000 presentes⁵⁹) e restrito, fechadas para grandes nomes do setor⁶⁰. A interlocução promovida por Skaf entre o Planalto e o setor foi recorrentemente apontada na imprensa. O presidente da Fiesp também promoveu encontros com membros do governo – dez ministros e 15 secretários estiveram 40 vezes em eventos oficiais na sede da entidade em

2019, segundo levantamento do jornal O Estado de S. Paulo⁶¹ – e doou para o governo o projeto arquitetônico do primeiro Colégio Militar de São Paulo cujo custo é estimado na ordem de R\$ 100 mil⁶². Skaf também aumentou a presença de militares em cargos na Fiesp e evitou críticas ao governo até o momento. Em troca, Bolsonaro tem demonstrado publicamente reconhecer o trabalho de Skaf – o dirigente vem sendo cotado para concorrer ao governo do Estado em 2022 pelo partido que Bolsonaro busca fundar, o Aliança pelo Brasil. No acordo, o presidente da Fiesp comandaria a seção paulista da legenda⁶³.

A aproximação entre Skaf e Bolsonaro reavivou antigos conflitos entre a indústria paulista, levando novamente a público conflitos internos do setor como não se via desde a campanha que resultou na eleição de Skaf, em 2004. A reação à movimentação recente da Fiesp veio de representantes da grande indústria – reforçando mais uma vez nossa leitura de um comportamento político divergente conforme o porte do negócio – que publicaram em janeiro de 2020 uma coluna no jornal Folha de S. Paulo em que viam uma “morte anunciada” da entidade caso o rumo atual seja mantido. Assinada por Horácio Lafer Piva (Klabin), ex-presidente da Fiesp, Pedro Passos (Natura) e Pedro Wongtschowski (Ultrapar), o texto começa claro: “Deu”. Nele, os empresários reconhecem o declínio da indústria e, sem citar Skaf nominalmente, criticam a falta de lideranças do setor. Em seguida, manifestam o incômodo com o papel que a Fiesp tem desempenhado e seu uso político e partidário:

Temos nos perguntado onde estão os colegas industriais. E se por ventura estão no núcleo ou na órbita desta Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) dos últimos anos. Como não agem para que ela readquirir seu papel de relevância e compromisso, respeite sua origem e sua carta de princípios, seja ouvida com respeito e não escárnio, aponte caminhos em conjunto com outras representações, muitas das quais também necessitam de urgente renovação? O que fazem os presidentes de sindicatos e os bons nomes que ocupam conselhos da entidade, a com seu silêncio compactuar com o uso político, partidário mesmo, escolhas duvidosas, culto a personalidades? (...) Como podem alguns políticos, sabedores do oportunismo das adesões da casa, dar a ela espaço e duvidoso prestígio?

A referência crítica às aproximações entre a Fiesp e os governos petistas, Temer e, agora, Bolsonaro, vistas como “oportunistas”, são claras. O chamado à ação que fazem para o restante da indústria e do corpo diretivo da Fiesp, por sua vez, parecem indicar acima de tudo a distância e isolamento desses empresários em relação ao público que buscam mobilizar. O texto segue elevando o tom, declarando que “a Fiesp está em acelerado processo de destruição”, prevendo o fim do sistema Fiesp/Ciesp e de seu papel de liderança. Apesar do diagnóstico duro, os empresários encerram o artigo afirmando que, para eles – grandes

industriais – a vida continuará. Quem sofrerá as consequências desse fim serão as pequenas e médias empresas, dão a entender:

Empresas bem estruturadas continuarão sua marcha bem-sucedida e independente, mas, estamos certos, lamentarão, senão a falta de interlocução, o fraquejar de sua cadeia de fornecedores e subfornecedores nacionais, e seu espaço de coparticipação com outros pares da indústria. Uma pena. Morte anunciada.

O trecho final do artigo é mais uma evidência – dessa vez, vinda dos próprios industriais de grande porte – de que a Fiesp é uma entidade dos pequenos e médios (os “fornecedores e subfornecedores nacionais”), da qual eles dependem não só para ter uma representação política como também para sobreviver. São eles que sofrerão com o fim da Fiesp, avaliam os grandes industriais. São eles, afinal, o público a que se destina o chamado feito pelo texto – publicado não no Valor Econômico, veículo em que a elite econômica fala entre si, mas num jornal de grande circulação nacional, cujo leitorado é a classe média.

A resposta de Skaf vem no dia seguinte. O dirigente defende ter recuperado o lugar da Fiesp “como principal porta-voz dos setores produtivos”, criticando a atuação da entidade antes de assumi-la como “indecisa e sem voz”, em referência à gestão de Piva. Depois de fazer a propaganda costumeira de suas ações no Sesi e no Senai, Skaf localiza a origem do desconforto que motivou as críticas sofridas pela Fiesp: “a aproximação que houve no ano passado entre a Fiesp e o governo do presidente Jair Bolsonaro”. A partir desse diagnóstico, ele faz uma defesa explícita do alinhamento entre federação e Planalto:

Apoiamos o governo Bolsonaro? Sim. Ele promove a agenda econômica que sempre defendemos, de controle de gastos públicos, reformas estruturais, redução de juros, desburocratização... Bolsonaro colocou o país no rumo certo e tem dado demonstrações concretas de estar comprometido com o crescimento e com a geração de empregos.

O argumento para o apoio ao governo, como vimos, é questionável: a agenda a qual Skaf se refere diverge significativamente da defendida durante os governos Lula e Rousseff, sendo priorizada em sintonia com o fortalecimento do projeto político dos opositores da ex-presidente nas mobilizações pelo seu afastamento. O programa atualmente defendido pela Fiesp é característico dessa agenda conservadora liberal que ganhou força a partir de 2013, a qual não poderia ser mais bem ilustrada do que pela dupla Bolsonaro-Paulo Guedes, apoiada em peso pelo empresariado, como indicam as pesquisas de opinião até agora.

Considerações finais

É no segundo mandato de Rousseff que a Fiesp completa seu giro, assumindo não só uma posição antagônica à da presidente como também mudando o conteúdo de seu discurso

e atuação. Demandas antigas, atendidas pela petista no primeiro mandato, passam a ser acusadas de intervencionistas ou vistas como mera compensação devida às dificuldades enfrentadas pelo empreendedor no Brasil. Enquanto isso, novas bandeiras entram na agenda prioritária: reforma da Previdência e trabalhista, criação de um teto de gastos e, de modo mais geral, redução do Estado. É verdade que esses tópicos já foram bandeiras do setor, principalmente nos anos 1990, mas o que gostaríamos de destacar é que, desde então, eles haviam sido deixados em segundo plano. O fato de retornarem como prioridade em um momento de acirramento do conflito distributivo, no qual Temer e o PMDB emergem como os representantes do capital em torno de um programa político de corte de gastos sociais, privatizações e retirada de direitos trabalhistas, é o elo no qual buscamos lançar luz.

A reconstituição cronológica dos eventos nos permite apontar com certa segurança o momento em que a Fiesp passa publicamente para a oposição a Rousseff: agosto de 2015. A nota conjunta com a Firjan pela “governabilidade” em apoio às declarações de Temer feitas apenas um dia antes indicam uma jogada ensaiada em curso. A atuação de Skaf nos meses seguintes, servindo como ponte entre o vice e o empresariado – levando propostas de um lado a outro, em uma espécie de lobby de mão dupla – e capitaneando uma campanha publicitária ostensiva contra a presidente reforçam essa impressão. Nesse aspecto, a agência de Skaf à frente da Fiesp em prol de seu padrinho político não pode ser negada e é um fator relevante para entender o deslocamento da federação.

Ao mesmo tempo, isso não explica tudo, e tampouco valida as análises de que a Fiesp teria deixado de ser representativa da indústria. O pequeno e médio empresariado – em nossa hipótese, núcleo duro da indústria que orbita a Fiesp – já começa o segundo mandato mais pessimista, destoando do restante dos segmentos nas suas expectativas negativas com mais quatro anos de Rousseff. As entrevistas conduzidas pela autora reforçam essa visão, uma vez que a maioria dos empresários declara ter votado em Aécio Neves em 2014, sinalizando que a debandada entre essa base já ocorrera no curso das eleições. Nossa hipótese é que, politicamente, esse empresariado acompanhou o movimento da classe média tradicional, cuja radicalização engrossou os protestos de rua contra o governo petista em 2015 e 2016. O perfil dos manifestantes em termos de renda e escolaridade são evidências importantes nesse sentido. Outro elemento que chama a atenção é a proximidade que se estabelece entre a Fiesp e Eduardo Cunha, então presidente da Câmara, já no início de 2015. O algoz de Rousseff foi recebido diversas vezes no prédio da avenida Paulista, sendo aplaudido sempre que repetia seus ataques costumeiros ao governo federal e ao PT de modo geral. Não menos importante,

havia motivos objetivos para a insatisfação: recessão econômica e intensificação dos choques com sindicatos e trabalhadores num quadro de agudização do conflito distributivo.

Nesse sentido, o apoio oficial da Fiesp ao impeachment chega a parecer tardio, dado que o empresariado próximo da entidade já havia se distanciado de Rousseff desde o ano anterior. A cautela com que Skaf trata rumores sobre impeachment no início de 2015, chegando inclusive a tratar o tema como um ataque à democracia, indica uma moderação do dirigente em relação à sua base – o que atribuíamos a um cálculo político. Afinal, Skaf não poderia partir para o ataque, mobilizando consigo a marca Fiesp, enquanto Temer e o PMDB ainda não tivessem pulado do navio, sem que houvesse perspectivas mais claras de sucesso do impeachment. Portanto, ao contrário do que é comumente apontado, a atuação de Skaf parece ter sido mais descolada da visão de seus representados enquanto o presidente da Fiesp *evitou* a temática do impeachment durante o primeiro semestre de 2015. É quando ele lança a campanha dos patos contra a CPMF, em agosto, e eleva o tom dos ataques ao governo, mirando não só a política econômica, mas o programa petista como um todo, classificado como “o mal”, que Skaf parece estar mais conectado com a indústria representada pela Fiesp – a qual apoiara Aécio e já vinha aplaudindo Cunha em seu embate contra o PT há meses.

Quando a decisão de apoiar oficialmente o afastamento de Rousseff é tomada, ela é de fato consenso entre a indústria que frequenta a Fiesp – mesmo entrevistados críticos a Skaf e à atuação da federação dizem que a opinião era praticamente unânime entre o grupo, como afirmam Bernardini e Bueno. A partir daí, o discurso que antes se limitava a criticar a gestão econômica dos governos petistas começa a misturar-se com outros elementos comumente evocados pela oposição mais à direita da presidente, tais como risco de “bolivarianização” do país, “perigo do comunismo”, “divisão da nação”, necessidade de defesa da “Pátria” e da família, “retração de valores”, como encontramos nas falas de Evangelinos, Cestari, Cervone e do próprio Skaf. A retórica nacionalista, até então contida, passa a ser extravasada sem pudor.

O desenrolar dos fatos uma vez consumado o impeachment reforça nossa leitura. A Fiesp não abandona a agenda conservadora liberal adotada no curso da oposição à presidente, servindo de base importante para as reformas promovidas pelo governo Temer. Skaf segue intermediando a relação entre o Planalto e o pequeno e médio empresariado, uma vez que os grandes já possuem acesso direto ao presidente, recebendo em troca prestígio e fortalecendo sua posição junto a suas bases. Em mais um sinal da sintonia entre ambos, Skaf acompanha-os na sua radicalização em torno de Bolsonaro, e se mostra um aliado importante do

presidente no início de seu mandato. O apoio explícito da Fiesp ao governo do ex-capitão tem causado incômodo entre parte da grande indústria, o que vemos como mais uma evidência da distância do comportamento político do empresariado segundo o porte de seu negócio. O desconforto levou mais uma vez a indústria a estampar suas disputas internas nas páginas dos jornais, algo que o setor evita a todo custo fazer, o que mostra a gravidade da divergência e do diagnóstico feito pelos grandes dos rumos da Fiesp e, por tabela, da pequena e média indústria – que, assim como sua entidade representativa, se mostra uma das principais apoiadoras do governo Bolsonaro até o momento, conforme apontam as pesquisas de opinião.

¹ Os empresários têm culpa pela crise? Época, 11.dez.2015. Disponível em: <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/12/os-empresarios-tem-culpa-pela-crise-nao.html>. Acesso em: 10.abr.2019.

² A pesquisa foi realizada entre 1 e 15 de dezembro com 424 indústrias de SP, sendo 252 micro/pequenas (até 99 empregados), 136 médias (100 a 499 empregados) e 36 grandes (500 ou mais empregados).

³ Levy cancela encontro em SP e cria desconforto com empresários. Folha de S.Paulo, 20.jan.2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/01/1577501-levy-cancela-encontro-em-sp-e-cria-desconforto-com-empresarios.shtml>. Acesso em: 9.nov.2019.

⁴ Presidente da Fiesp defende mudança em ajuste fiscal. Folha de S.Paulo, 25.fev.2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/02/1594721-presidente-da-fiesp-defende-mudanca-em-ajuste-fiscal.shtml>. Acesso em: 9.nov.2019.

⁵ Eduardo Cunha diz que governo terá mais dificuldade de aprovar medidas. Folha de S.Paulo, 27.fev.2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/02/1595899-eduardo-cunha-diz-que-governo-tera-mais-dificuldade-de-aprovar-medidas.shtml>. Acesso em: 5.dez.2018.

⁶ Empresários e trabalhadores da indústria escrevem manifesto contra medidas fiscais. Revista Veja, 5.mar.2015. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/empresarios-e-trabalhadores-da-industria-escrevem-manifesto-contra-medidas-fiscais/>. Acesso em: 5.dez.2018.

⁷ Fiesp e centrais farão ações contra alta de imposto e retirada de direitos. Folha de S.Paulo, 9.mar.2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/03/1600497-fiesp-e-centrais-farao-acoes-contra-aumento-de-impostos-e-retirada-de-direitos.shtml>. Acesso em: 5.dez.2018.

⁸ Ganho real de salário fica distante, e sindicatos e centrais já reagem. Folha de S.Paulo, 23.mar.2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/03/1606597-ganho-real-de-salario-fica-distante-e-sindicatos-e-centrais-ja-reagem.shtml>. Acesso em: 5.dez.2018.

⁹ Fiesp faz campanha para aprovação da lei de terceirização. Folha de S.Paulo, 6.abr.2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/04/1612853-maioria-dos-trabalhadores-de-sp-aprova-terceirizacao-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em: 3.abr.2019.

¹⁰ A pesquisa, realizada por telefone, pedia para o entrevistado avaliar como positiva ou negativa a seguinte afirmação: “Está para ser votado no Congresso um Projeto que Lei que vai regulamentar a relação entre as empresas contratantes e as terceirizadas, garantindo direitos aos trabalhadores terceirizados e dando segurança as empresas que contratam”.

¹¹ Protestos contra a ampliação da terceirização atingem 23 Estados e DF. Folha de S.Paulo, 15.abr.2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/04/1616783-manifestantes-bloqueiam-dutra-contra-projeto-de-terceirizacao.shtml>. Acesso em: 3.nov.2019.

¹² Singer (2018) argumenta que essa ruptura estava dada em abril de 2013. Naquele mês, a Fiesp divulgou um estudo apontando as vantagens oferecidas pelo Paraguai para a instalação de indústrias, sobretudo no que diz respeito à força de trabalho, destacando que, em comparação com a brasileira, havia grande disponibilidade e menos encargos (id., p. 60). A ação da Fiesp foi duramente criticada por Artur Henrique, ex-presidente da CUT.

-
- ¹³ Maioria foi às ruas contra corrupção, diz Datafolha. Folha de S.Paulo, 17.mar.2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603885-maioria-foi-as-ruas-contracorrupcao-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 10.jan.2020.
- ¹⁴ Fiesp e centrais farão ações contra alta de imposto e retirada de direitos. Folha de S.Paulo, 9.mar.2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/03/1600497-fiesp-e-centrais-farao-acoes-contraaumento-de-impostos-e-retirada-de-direitos.shtml>. Acesso em: 5.dez.2018.
- ¹⁵ Resposta do governo a protestos foi um 'desastre', diz Cunha. Folha de S.Paulo, 16.mar.2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603576-resposta-do-governo-a-protestos-foi-um-desastre-diz-cunha.shtml>. Acesso em: 10.jan.2020.
- ¹⁶ Paulo Skaf vira cabo eleitoral de Marta Suplicy no PMDB. Folha de S.Paulo, 30.jul.2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2015/07/1661883-paulo-skaf-vira-cabo-eleitoral-de-marta-suplicy-no-pmdb.shtml>. Acesso em: 8.nov.2019.
- ¹⁷ Firjan e Fiesp divulgam nota de apoio a apelo de Temer por união política. G1, 6.ago.2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/firjan-e-fiesp-divulgam-nota-de-apelo-apelo-de-temer-por-uniao.html>. Acesso em: 10.jan.2020.
- ¹⁸ Não há motivos para tirar Dilma do cargo, diz presidente do Itaú Unibanco. Folha de S.Paulo, 23.ago.2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/08/1672332-nao-ha-motivos-para-tirar-dilma-do-cargo-diz-presidente-do-itaunibanco.shtml>. Acesso em: 20.mar.2020.
- ¹⁹ Empresários intensificam ligação direta com Temer. Folha de S.Paulo, 16.ago.2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/08/1669268-empresarios-intensificam-ligacao-direta-com-temer.shtml>. Acesso em: 10.jan.2020.
- ²⁰ Dilma recebe empresários em jantar reservado para discutir crise. Folha de S.Paulo, 26.ago.2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1673792-dilma-recebe-empresarios-para-jantar-e-desagrada-aliados-de-temer.shtml>. Acesso em: 10.jan.2020.
- ²¹ Na Fiesp, Temer coloca-se como 'advogado' do setor produtivo. Folha de S.Paulo, 28.ago.2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1674732-na-fiesp-temer-coloca-se-como-advogado-do-setor-produtivo.shtml>. Acesso em: 10.jan.2020.
- ²² Skaf critica política econômica de Levy e sugere saída de ministro. Folha de S.Paulo, 27.ago.2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1674549-ou-levy-muda-a-politica-economica-ou-dilma-muda-o-ministro-diz-skaf.shtml>. Acesso em: 10.jan.2020.
- ²³ Fiesp e Firjan divulgam nota oficial sobre rebaixamento de nota do Brasil. Agência Indusnet Fiesp. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-firjan-divulgam-nota-oficial-sobre-rebaixamento-do-grau-do-brasil/>. Acesso em: 10.jan.2020.
- ²⁴ Idem.
- ²⁵ Veja repercussão no setor privado das medidas divulgadas pelo governo. Folha de S.Paulo, 14.set.2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1681665-veja-repercussao-no-setor-privado-das-medidas-divulgadas-pelo-governo.shtml>. Acesso em: 10.jan.2020.
- ²⁶ 'Vou fazer de tudo para não se aprovar a CPMF', diz presidente da Fiesp. Folha de S.Paulo, 16.set.2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1682394-vou-fazer-de-tudo-para-nao-se-aprovar-a-cpmf-diz-presidente-da-fiesp.shtml>. Acesso em: 10.jan.2020.
- ²⁷ NÃO VOU PAGAR O PATO. Não vou pagar o pato no varejo. (2015). (30s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KntM-D2Gx4s>. Acesso em: 10.jan.2020.
- ²⁸ Fiesp e setor produtivo lançam campanha 'Não vou pagar o pato'. Valor Econômico, 21.set.2015. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2015/09/21/fiesp-e-setor-produtivo-lancam-campanha-nao-vou-pagar-o-pato.ghtml>. Acesso em: 10.jan.2020.
- ²⁹ Segundo a federação, a pesquisa foi feita por meio de questionário enviado a 8.395 indústrias, das quais 1.113 responderam, o que corresponde a 0,7% das 153 mil indústrias em atividade no Estado.
- ³⁰ SKAF, Paulo. O verdadeiro golpe. Folha de S.Paulo, 17.dez.2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/12/1720007-o-verdadeiro-golpe.shtml>. Acesso e: 8.nov.2019.
- ³¹ Diretor critica viés pró-impeachment da Fiesp. Folha de S.Paulo, 19.dez.2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1721038-diretor-critica-vies-pro-impeachment-da-fiesp.shtml>. Acesso em: 20.mar.2019.
- ³² 'Governo precisa reconhecer que seu tempo passou', diz CEO da WTorre. Folha de S.Paulo, 31.mar.2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/03/1755833-governo-precisa-reconhecer-que-seu-tempo-passou-diz-ceo-da-wtorre.shtml>. Acesso em: 8.nov.2019.
- ³³ 'Não somos próximos a partido nenhum', afirma dono da JBS. Folha de S.Paulo, 19.out.2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/10/1824087-nao-somos-proximos-a-partido-nenhum-afirma-dono-da-jbs.shtml>. Acesso em: 7.abr.2020.

-
- ³⁴ “Tem o que fazer, sim: sair na rua e pedir a renúncia da presidente”, afirma Skaf em Bauru. Agência Indusnet Fiesp, 4.mar.2016. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/tem-o-que-fazer-sim-sair-na-rua-e-pedir-a-renuncia-da-presidente-afirma-skaf-em-bauru/>. Acesso em: 7.abr.2020.
- ³⁵ Pedirei ao Alckmin que ele garanta a segurança no protesto, diz Skaf. Folha de S.Paulo, 7.mar.2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1747235-pedirei-ao-governador-que-ele-garanta-a-seguranca-no-protesto-diz-skaf.shtml>. Acesso em: 15.jan.2020.
- ³⁶ FIESP. Skaf defende a renúncia de Dilma. Agência Indusnet, 4.mar.2016. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/skaf-defende-a-renuncia-de-dilma/>. Acesso em: 7.abr.2020.
- ³⁷ Federações empresariais e conselhos de classe pedem saída de Dilma. Folha de S.Paulo, 17.mar.2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1751081-associacoes-comerciais-pedem-renuncia-de-presidente-dilma-rousseff.shtml>. Acesso em: 15.jan.2020.
- ³⁸ Para atrair PMDB, Planalto quer dar mais ministérios e chamar sigla a ser ‘sócia de verdade’. Folha de S.Paulo, 18.mar.2016. Disponível em: <https://painel.blogfolha.uol.com.br/2016/03/18/7984/>. Acesso em: 15.jan.2020.
- ³⁹ Fiesp ofereceu almoço para manifestantes anti-PT na Paulista. Folha de S.Paulo, 17.mar.2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1751100-fiesp-ofereceu-almoco-para-manifestantes-anti-pt-na-paulista.shtml>. Acesso em: 15.jan.2020.
- ⁴⁰ Ciclo se esgotou, e país não tem tempo a perder, diz presidente da Riachuelo. Folha de S.Paulo, 18.mar.2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/03/1751319-ciclo-se-esgotou-e-pais-nao-tem-tempo-a-perder-diz-presidente-da-riachuelo.shtml>. Acesso em: 15.jan.2020.
- ⁴¹ Governo tentará blindar deputados de pressões de grupos pró-impeachment. Folha de S.Paulo, 11.abr.2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1759688-governo-tentara-blindar-deputados-de-pressoes-de-grupos-pro-impeachment.shtml>. Acesso em: 15.jan.2020.
- ⁴² “Mãe das reformas” é o teto para o crescimento dos gastos no orçamento, diz economista-chefe do Bradesco. Agência Indusnet Fiesp, 16.mar.2016. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/mae-das-reformas-e-o-teto-para-o-crescimento-dos-gastos-no-orcamento-diz-economista-chefe-do-bradesco/>. Acesso em: 7.abr.2020.
- ⁴³ Fiesp cria grupo para discutir reforma trabalhista e colabora com a Fipe no acompanhamento de negociações salariais. Agência Indusnet Fiesp, 6.abr.2016. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-cria-grupo-para-discutir-reforma-trabalhista-e-colabora-com-a-fipe-no-acompanhamento-de-negociacoes-salariais/>. Acesso em: 7.abr.2020.
- ⁴⁴ Campanha contra impostos continuaria sob Temer, diz Skaf. Folha de S.Paulo, 30.mar.2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1755419-campanha-contra-impostos-continuaria-sob-temer-diz-skaf.shtml>. Acesso em: 15.jan.2020.
- ⁴⁵ Resultado de votação é recebido com buzinação, gritos e choro em SP. Folha de S.Paulo, 17.abr.2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762157-manifestantes-comemoram-vitoria-do-impeachment-de-dilma-na-camara.shtml>. Acesso em: 15.jan.2020.
- ⁴⁶ Temer tem maratona de reuniões com cotados para ministérios. Folha de S.Paulo, 19.abr.2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2016/04/1762481-temer-tem-maratona-de-reunioes-com-cotados-para-ministerios.shtml>. Acesso em: 15.jan.2020.
- ⁴⁷ Temer recebe Skaf e grupo de empresários no Jaburu. Folha de S.Paulo, 24.abr.2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1764187-temer-recebe-skaf-e-grupo-de-empresarios-no-jaburu.shtml>. Acesso em: 15.jan.2020.
- ⁴⁸ Medidas anunciadas pelo novo governo criam confiança, afirma Skaf. Agência Indusnet Fiesp, 24.mai.2016. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/medidas-anunciadas-pelo-novo-governo-criam-confianca-afirma-skaf/>. Acesso em: 7.abr.2020.
- ⁴⁹ Skaf pede a Temer redução da Selic e mais crédito. Valor Econômico, 8.jun.2016. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2016/06/08/skaf-pede-a-temer-reducao-da-selic-e-mais-credito.ghtml>. Acesso em: 16.jan.2020.
- ⁵⁰ Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato. Folha de S.Paulo, 23.mai.2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>. Acesso em: 16.jan.2020.
- ⁵¹ ‘Não acredito em imposto temporário’, diz presidente da Fiesp. Folha de S.Paulo, 8.jun.2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/06/1779552-nao-acredito-em-imposto-temporario-diz-presidente-da-fiesp.shtml>. Acesso em: 16.jan.2020.
- ⁵² Em Taubaté, Skaf defende ajuste fiscal e estímulo a obras de infraestrutura e à exportação. Agência Indusnet Fiesp, 2.jun.2016. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/em-taubate-skaf-defende-ajuste-fiscal-e-estimulo-a-obras-de-infraestrutura-e-a-exportacao/>. Acesso em: 7.abr.2020.

-
- ⁵³ Temer pedirá apoio do Conselho a reforma da Previdência. Folha de S.Paulo, 21.nov.2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/11/1833966-temer-pedira-apoio-do-conselhao-a-reforma-da-previdencia.shtml>. Acesso em: 16.jan.2020.
- ⁵⁴ O jovem presidente. Portal Textília.net, 10.fev.2014. Disponível em: http://www.textilia.net/materias/ler/textil/mercado--empresas-e-personalidades/o_jovem_presidente. Acesso em: 16.jan.2020.
- ⁵⁵ Rafael Cervone Netto assume pela 2ª vez a presidência do Ciesp. Diário de Santa Bárbara d'Oeste, 3.jun.2014. Disponível em: <https://diariosbo.com.br/ler-noticia/6030/cidades/rafael-cervone-netto-assume-pela-2-vez-a-presidencia-do-ciesp>. Acesso em: 16.jan.2020.
- ⁵⁶ CERVONE, Rafael. Planejar é preciso. Folha de S.Paulo, 27.nov.2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/11/1711510-planejar-e-preciso.shtml>. Acesso em: 16.jan.2020.
- ⁵⁷ INSTITUTO DATAFOLHA. Avaliação do presidente Jair Bolsonaro, 9 dez.2019. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/12/1988542-bolsonaro-e-aprovado-por-30-apos-um-ano-de-governo.shtml>. Acesso em: 10.fev.2020.
- ⁵⁸ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Sondagem especial, ano 19, n. 75, dez.2019. Brasília: CNI, 2019. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/sondesp-75-avaliacao-do-governo-pelo-empresario-industrial/>. Acesso em: 10.fev.2020.
- ⁵⁹ Para empresários, Skaf aproxima setor privado de Bolsonaro. Folha de S.Paulo, 24 jan.2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2020/01/para-empresarios-skaf-aproxima-setor-privado-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 10 fev.2020.
- ⁶⁰ Bolsonaro retomou protagonismo com setor privado, dizem empresários. Folha de S.Paulo, 12 jun.2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2019/06/bolsonaro-retomou-protagonismo-com-setor-privado-dizem-empresarios.shtml>. Acesso em: 10.fev.2020.
- ⁶¹ Bolsonaro recorre a Paulo Skaf para recompor base em SP. O Estado de S. Paulo, 13 dez.2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-recorre-a-paulo-skaf-para-recompor-base-em-sp,70003124185>. Acesso em: 10 fev.2020.
- ⁶² Por Bolsonaro, Fiesp se aproxima de militares. Folha de S.Paulo, 3 jan.2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/01/por-bolsonaro-fiesp-se-aproxima-de-militares.shtml>. Acesso em: 10 fev.2020.
- ⁶³ Em SP, Bolsonaro sela publicamente alinhamento com Paulo Skaf, da Fiesp. O Estado de S. Paulo, 3 fev.2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-sp-bolsonaro-sela-publicamente-alinhamento-com-paulo-skaf-da-fiesp,70003183578>. Acesso em: 10 fev.2020.

Conclusão

Desço do Uber no endereço informado, desconfiada de que estou no lugar errado. Em vez de uma indústria, o que encontro é um diminuto prédio de dois andares. Um homem está sentado no chão da garagem, mexendo no celular. Há mais dois ou três de pé, levando pacotes para lá e para cá. Um deles me vê parada no portão e vem ajudar. Não há portaria. Informo que tenho uma reunião com o dono da empresa. Ele some prédio adentro, e volta em seguida liberando minha entrada. O andar térreo do prédio é escuro e atulhado de caixas. Em um canto, uma escada estreita leva ao andar superior. Ali se concentra a parte administrativa da empresa: uma sala quase tão escura quanto o piso inferior, um pouco menos entulhada – apenas um pouco. Escrivainhas se distribuem por todas as paredes disponíveis, intercaladas pelo que parecem ser velhas caixas de arquivos. Há ainda uma mesa redonda um pouco perdida num canto, ao que tudo indica colocada no espaço que deu. Os móveis e os computadores parecem antigos. A impressão é que se foi improvisando com o que havia a mão, encaixando cada coisa conforme o espaço se mostrava disponível. Quatro pessoas trabalham ali. Uma delas se levanta ao me ver – é o dono da empresa. Ele me leva para uma segunda sala, cheia de carteiras escolares enfileiradas. Ao longo da conversa, o empresário esclarece minha confusão: a fábrica está na China.

Na visita a uma filial brasileira de uma multinacional alemã, o cenário foi bastante diferente. Ali encontrei um grande galpão e pude ver e ouvir as máquinas funcionando. O ritmo intenso da produção, contudo, contrastava com o da sua área administrativa. Ao chegar na entrada do edifício, o próprio presidente da empresa veio me receber – não havia nada e nem ninguém na recepção, apenas um espaço vazio. Fomos à sala de reunião, no segundo andar. Tudo ali parecia mais novo e moderno, mas ao mesmo tempo, abandonado. A entrevista durou mais de duas horas e só não se prolongou por mais tempo por iniciativa minha. Pareceu-me que, se dependesse do empresário, poderíamos ter continuado a conversa por toda a tarde. Não faltava assunto: ele havia me preparado uma apresentação para embasar sua argumentação sobre a situação a indústria, me mostrou folhetos e até vídeos e “memes” em seu celular. Ele foi o único entrevistado que se posicionou claramente à esquerda. Em todo esse tempo, não vi nenhum funcionário cruzar o corredor, não ouvi um telefone tocar. A sensação ali era de isolamento e tempo de sobra.

Curiosamente, essa impressão me lembrou a primeira entrevista que fiz para a pesquisa, com um empresário de uma grande indústria de capital aberto. Fui preparada para conseguir condensar minhas perguntas em meia hora de conversa, prevendo que o

entrevistado teria uma agenda cheia na qual uma mestrandia não seria prioridade. No entanto, fiquei ali – uma ampla sala de reuniões mobiliada com uma grande mesa de madeira, sofás de couro, livros de arte e quadros na parede – por mais de duas horas. Membro do conselho, ele não se envolve com o dia a dia da indústria, cuja operação encontra-se na verdade nas mãos de um CEO. Do alto daquele andar na avenida Faria Lima, centro financeiro do Brasil, ele faz um retrato bastante pessimista da indústria brasileira: quase todas as grandes faliram ou foram vendidas. Quem sobrou entre as pequenas e médias “vive da mão para a boca”, esperando a primeira oportunidade de passar o negócio para frente, opina. E não há mais remédio – a China aconteceu, e por isso não há nada mais a ser feito. Quem resta é o atraso, sobrevivendo às custas de subsídio e proteção, arremata.

Encontrei um exemplo vivo desse retrato pouco antes do Natal, em uma entrevista feita no salão de jogos de um prédio nos Jardins. Comecei a conversa agradecendo a disponibilidade – fim de ano, afinal, é um momento atribulado para as empresas. Ele me responde para não me preocupar: vendera sua parte da sociedade de uma indústria de peças automotivas em Santo André havia mais ou menos três meses e não pretende voltar a investir no setor. “Você tem que ser malandro à frente de uma empresa”, me diz, após contar que havia chegado a um acordo com o sindicato da região para que fizessem vista grossa com o processo de terceirização que começara a implantar já em 2013, ilegalmente. Encerrada a entrevista, ele me acompanha até a portaria e pergunta em quem votei para presidente nas eleições. Quando respondo que não foi em Jair Bolsonaro, ele afirma que eu “caí na conversa do outro lado”, em referência às críticas da esquerda de que o político era uma ameaça à democracia. Em seguida, ele faz uma defesa da ditadura, e eu me pergunto se aquela era a mesma pessoa que se definiu como um socialdemocrata durante a entrevista.

Foi esse o contato que me possibilitou entrar na Fiesp, uma vez que as tentativas via departamento de comunicação da entidade foram infrutíferas. Ao chegar na entrada da federação, contudo, provoquei certa confusão entre as recepcionistas: nenhuma delas jamais havia ouvido o nome do entrevistado com quem eu havia marcado a reunião. Passados poucos minutos e algumas ligações, elas encontraram o ramal da secretária que deveria liberar minha entrada no prédio. O problema seria banal em um prédio onde trabalham cerca de 2.300¹ pessoas, não fosse o entrevistado um dos vice-presidentes do lugar.

Quando parei para refletir sobre o conjunto de entrevistas que fiz para esta pesquisa, me surpreendi ao perceber que um elemento em comum entre elas é esse componente algo

anedótico, tão singelo e ao mesmo tempo tão expressivo da constelação de empresários, dirigentes e assessores que constituem a Fiesp. A “Casa”, como é chamada com certa deferência por eles, corre o risco de se aproximar dos palacetes da elite cafeeira, seus vizinhos na avenida Paulista – antes símbolos de um passado glorioso, esses casarões foram demolidos, abandonados, tombados ou transformados em um McDonald’s.

A Fiesp ainda é, sem dúvida, o espaço mais importante de articulação da indústria e de representação da classe a nível nacional. No entanto, sua relevância nessas duas funções vem sendo minada pelo enfraquecimento do setor no Brasil. Esse processo vem de longe. Desde pelo menos o final dos anos 1980 a representatividade da Fiesp e seu peso político e econômico são questionados pela academia, imprensa e pelos próprios empresários. Novas entidades do setor chegaram a ser criadas, como o Iedi em 1989 e o PNBE em 1990. Embora criticassem a federação e concorressem com ela como porta-vozes da categoria, ambas as dissidências buscaram ocupar a Fiesp – exemplo maior desse movimento foi a candidatura de Emerson Kapaz, do PNBE, à presidente da entidade em 1992. Apesar de derrotado, o impacto da disputa levou a federação a trazer para dentro de suas portas a concorrência, assimilando membros do Iedi e do PNBE nas gestões de Carlos Eduardo Moreira Ferreira (1992-1998) e Horácio Lafer Piva (1998-2004). Na análise do sociólogo Demétrio Toledo (2007), houve uma crescente complementariedade entre as instituições nesse período, sobretudo na gestão de Piva, o qual ensaiou um processo de modernização da Fiesp juntamente com uma postura mais combativa em um contexto turbulento para a indústria, a qual sofria os efeitos da abertura comercial e das reformas neoliberais.

A eleição de Paulo Skaf em 2004 interrompe essa trajetória. Então presidente da Abit, Skaf venceu o candidato da situação, Claudio Vaz, sustentado em dois pilares: de um lado, articulando em torno de si interesses contrariados ao longo da gestão Piva, majoritariamente de sindicatos periféricos (Toledo, 2007), de outro, alardeando sua proximidade com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que estava no início de seu primeiro mandato. Parte dos empresários via essa relação com desconfiança, temendo que a Fiesp se tornasse governista. No entanto, venceu o desejo de um canal com o governo federal, após sentirem-se alijados do poder sob Fernando Henrique Cardoso.

Essa combinação de fisiologismo e aliança com o poder é a base de sustentação de Skaf nos 16 anos em que ele se mantém à frente da Fiesp – o mais longo mandato na história da entidade. Embora ele não tenha sido o primeiro a valer-se desses expedientes para ganhar força, ele foi hábil como ninguém em seu manuseio. Antigos adversários foram

convertidos em aliados, aliados tornaram-se súditos – tudo na base da troca de interesses, que podem ir desde uma sala e almoço no prédio da avenida Paulista a contatos com a Receita Federal. Quem se beneficia disso não são as grandes associações e empresas, porque têm canais próprios com o governo e ambições maiores do que escritório e refeitório. O que as aproxima da Fiesp é seu poder enquanto símbolo, convertido em peso político. Visto com desconfiança – classificado como “espalhafatoso” e “ambicioso demais” –, Skaf prejudicava essa imagem tradicional aos olhos da grande indústria, que se afastou das disputas internas da federação, aproximando-se apenas quando essa lhe é útil politicamente. No dia a dia, não é o grande industrial que a frequenta, tampouco quem depende dela para sobreviver.

A desindustrialização da economia nacional prosseguiu nos anos 2000. Houve baixas tanto entre aqueles que ficaram quanto entre aqueles que partiram da entidade, resultado de fechamentos, falências e vendas. Muitos sindicatos do setor atualmente nem sequer têm condição de manter um site próprio – são hospedados no portal da Fiesp, que repete um mesmo layout padrão, trocando apenas o nome e algumas informações básicas, como composição da diretoria. Nesse quadro, Skaf reformulou a atuação da Fiesp para manterem-se, ambos, relevantes. A principal característica do espalhafatoso é que ele atrai atenção, afinal. Essa foi a estratégia para manter o assento à mesa de uma indústria enfraquecida.

Um marco nessa atuação foi a campanha contra a prorrogação da CPMF proposta pelo governo Lula em 2007. Skaf e Fiesp lideraram um esforço com pesado investimento midiático contra a continuidade do “imposto do cheque”. A proposta foi rejeitada pelo Senado em dezembro daquele ano, impondo uma derrota histórica a um governo forte e popular ao qual a entidade era alinhada até então. Menos de dois anos depois, Skaf se filiou ao PSB para concorrer ao governo do Estado de São Paulo, aproveitando a imagem de defensor dos cidadãos contra abusos do governo que havia projetado com a campanha.

Novas campanhas foram feitas pela Fiesp ao longo dos anos. Essas ações têm em comum o ataque a impostos que extrapolam os incidentes sobre a indústria, ampliando a oposição à carga tributária – bandeira cara aos empresários – a toda a população. Como me disse um entrevistado que frequenta a Fiesp há mais de 30 anos: “Ele [Skaf] não é burro. Ele pega bandeiras que lhe dão projeção, mas que interessem à indústria.” As campanhas compartilham também a estratégia, calcada em inserções de peças publicitárias em jornais, revistas, rádio e TV; sites na internet, abaixo-assinados e lobby junto ao Executivo e ao Legislativo – tudo centralizado na imagem de Skaf. Todas tiveram projeção nacional (mesmo o IPTU paulistano, imbróglio que chegou ao STF). Todas foram vitoriosas.

Ao mesmo tempo, a indústria seguiu perdendo. Mesmo a bonança dos anos 2000, quando o PIB cresceu a passos largos e, acima de tudo, inclusivos, não reverteu o processo de periferização do setor e declínio econômico (CARVALHO, 2018). Pelo contrário: houve uma retração da estrutura produtiva nacional, como mostra Loureiro (2018). Economista de tradição desenvolvimentista, Dilma Rousseff toma posse em 2011 com o objetivo de resgatar o setor. Após um ajuste fiscal num primeiro momento para liberar espaço no Orçamento para as ambições do Ministério da Fazenda, a presidente adota como carro-chefe de sua política econômica o incentivo ao investimento privado via subsídios, desonerações, ampliação do crédito e corte de juros – em suma, a “Agenda Fiesp”, como bem colocado por Carvalho (2018). Os trabalhadores não estavam de fora dessa aliança entre o governo e a indústria. Ao longo de 2011, Fiesp e centrais sindicais unem forças elaborando propostas, organizando manifestações e pressionando o BC por reduções nos juros.

Não cabe a nós avaliar o mérito econômico desse programa, mas suas implicações políticas. Nesse sentido, o plano foi inicialmente um sucesso entre o empresariado. Declarações na imprensa, avaliações técnicas da federação e pesquisa de opinião com industriais mostram uma visão bastante positiva da categoria sobre as medidas que vinham sendo adotadas. Rousseff e Fiesp estavam alinhados quanto ao que precisava ser feito. Não à toa, a principal crítica era de que as ações seriam ainda tímidas – era preciso mais subsídios, mais desonerações, mais crédito, menos juros –, mas jamais equivocadas. A presidente encerra 2011 com a alcunha de “blindada” na imprensa.

O refluxo da crise internacional que atinge a periferia europeia no ano seguinte começa a mostrar os limites do projeto de Rousseff. Temerosos do impacto sobre a economia nacional, o empresariado eleva o tom de suas demandas. A presidente, mais uma vez, atende. As desonerações são estendidas a mais setores, as tarifas de energia elétrica são reduzidas e Rousseff intensifica sua batalha pela redução dos spreads bancários. Ao mesmo tempo, o governo implementa mudanças na regulação trabalhista que geram insatisfação entre o empresariado, como normas de ponto eletrônico, e implementa a exigência de CNDT para contratar com o poder público.

Enquanto isso, o ritmo de expansão do PIB diminuía. Entre o primeiro trimestre de 2011, quando Rousseff toma posse, e o último de 2012, a taxa acumulada em quatro trimestres caiu de 6,6% para 1,9%, segundo dados do IBGE. O tombo foi pior na indústria de transformação, que passou de uma alta de 6,8% para uma retração de 2,4% no mesmo período. A taxa de lucro líquida, por sua vez, que vinha crescendo desde 2002 (exceto pelos

anos de 2008 e 2009, quando eclode a crise financeira internacional), começa a cair em 2011, conforme mostram Marquetti, Hoff e Miebach (2017).

Nesse cenário, os conflitos com trabalhadores começam a se agravar, desgastando a aliança que se firmara no começo do ensaio desenvolvimentista. Dados do Dieese apontam que o número de greves no setor privado dobrou entre 2011 e 2012. A indústria é o setor que concentra o maior número de greves – 72% das que ocorrem em 2012 – e que vê sua quantidade crescer mais na passagem desses anos, de 132 para 334. A título de comparação, a média de greves entre 2003 e 2010 no setor foi de 92 por ano. Reflexo da força dos trabalhadores, os reajustes salariais acima da inflação continuam em alta mesmo num quadro de desaceleração do PIB e queda das margens de lucro, atingindo em 2012 o maior patamar desde 1996, início da série histórica do Dieese.

Do ponto de vista do empresariado industrial, portanto, o quadro geral nesses primeiros dois anos era de uma economia em desaceleração, taxas de lucro declinantes e fortalecimento dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, o governo agia ativamente em prol dos interesses do setor, assumindo inclusive uma batalha contra o capital financeiro usando os bancos públicos para pressionar a redução dos spreads. Essa relação, no entanto, não era totalmente harmoniosa, e o empresariado se incomodava com regulações trabalhistas – normas para jornada e segurança, como a implementação da NR-12, por exemplo – e exigência de quitação das obrigações com o Fisco.

Embora a economia reaja em 2013 – o PIB cresce naquele ano 3%, mesma taxa de crescimento da indústria de transformação – as margens de lucro continuam em queda e o número de greves explode: são 1.112 no total, alta de 140% em relação ao ano anterior. Praticamente metade delas está concentrada na indústria (558). O número de reajustes salariais acima da inflação começa a cair, mas ainda abrange 86% das negociações. Os esforços conjuntos entre a Fiesp e centrais sindicais cessam. Reagindo a essa agudização do conflito capital-trabalho, a federação começa a falar em necessidade de corte de gastos públicos e de reformar a Previdência Social.

É nesse caldo que ocorrem as manifestações de junho. Explicar esse evento foge ao nosso objetivo, mas suas consequências políticas são incontornáveis para a compreensão das relações entre o governo e o empresariado. Os protestos fragilizaram Rousseff e levaram a uma queda profunda da popularidade da presidente, que nunca mais voltou ao patamar pré-junho. No início daquele mês, antes das manifestações, a presidente tinha 57% de avaliação ótima ou boa, índice que caiu para 30% na última semana de junho. Depois disso, a maior

taxa de avaliação ótima ou boa alcançada pela presidente foi 42% entre outubro e dezembro de 2014. Em contrapartida, o campo conservador – representado pela classe média tradicional que passa a ocupar os protestos – se fortalece, em um processo de radicalização que culminaria mais tarde na eleição de Jair Bolsonaro.

Assim, temos de um lado o agravamento do conflito capital-trabalho e, de outro, o início da polarização política que pautaria o debate público a partir de então. Nesse cruzamento, encontramos o pequeno e médio industrial, cujo comportamento político, em nossa hipótese, tende a acompanhar o da classe média tradicional. Se por um lado ele sentia-se apossado materialmente, por outro via suas insatisfações ganharem força política nas ruas. Em comum, o mesmo inimigo: o governo petista, com seu programa visto como progressista e pró-trabalhador.

Diferenciar o cidadão de classe média do capitalista é uma tarefa condenada ao fracasso. Os dois estão fundidos no mesmo empresário. Isso é perceptível nas entrevistas, nas quais as motivações materiais para rejeitar Rousseff – as críticas de que o governo não atendeu a pequena empresa e adotou políticas equivocadas, por exemplo – são complementadas com explicações de caráter ideológico – a defesa da Pátria e da família, o temor do Foro de São Paulo, a luta contra a corrupção (temas que aparecem nas falas de Cestari, Cervone e Evangelinos). Não raro, elas se misturam numa mesma acusação: o PT aparelhou os ministérios com sindicalistas, a fiscalização do Ministério do Trabalho aumentou porque eles queriam propina para não nos autuar.

O que observamos a partir de 2013 é uma gradual radicalização dessa amálgama: em 2014, esse empresariado apoia o tucano Aécio Neves contra Rousseff e a favor de um ajuste fiscal; em 2015, aplaude Eduardo Cunha na Fiesp e demanda corte de gastos; em 2016, comemora o impeachment como uma vitória sobre o comunismo e apoia a Ponte Para O Futuro de Michel Temer; em 2017, celebra a reforma trabalhista; em 2018, elege Bolsonaro.

Nossa hipótese principal para entender o deslocamento político da Fiesp ao longo dos governos Dilma Rousseff é o acirramento do conflito distributivo, o que leva o empresariado a defender uma agenda de corte de gastos sociais e reformas estruturais de modo a garantir a preservação da sua fatia na renda nacional e enfraquecer os trabalhadores – plataforma encampada por Aécio Neves, Michel Temer e Jair Bolsonaro, todos defensores da austeridade e necessidade de reformas. Nesse sentido, acompanhamos Boito, Carvalho e Singer na medida em que esses autores apontam em suas hipóteses a centralidade do conflito distributivo para entender a mudança de posição do empresariado no período. Nossa

interpretação avança ao identificar um segundo motivador para esse deslocamento que complementa a insatisfação material, qual seja, a radicalização ideológica da classe média a partir de 2013, cujo comportamento político o pequeno empresariado tende a acompanhar – nossa hipótese secundária.

Pode-se argumentar que a primeira hipótese é suficiente para explicar o deslocamento. De fato, encaramos o conflito distributivo como motor principal – sem seu acirramento, o empresariado não teria motivações materiais para mudar de posição. No entanto, não podemos ignorar o discurso de caráter notadamente conservador mobilizado tanto pelos entrevistados quanto pela própria Fiesp nesse período, o que os coloca como uma força importante de apoio a um projeto de direita de escopo mais amplo do que fragilização dos trabalhadores. Se não, como entender o crescente apoio ao impeachment mesmo após Rousseff adotar o ajuste fiscal, o desemprego aumentar e os salários começarem a cair, como aconteceu ao longo de 2015 e início de 2016?

Tendo em vista essas duas hipóteses, divergimos das leituras que atribuem a erros de política econômica feitos pelo governo a oposição manifestada pelo empresariado, como sustenta Bresser-Pereira. Independentemente do sucesso ou fracasso das ações adotadas, a Fiesp inicialmente apoiou a agenda de Rousseff e, mesmo após o impeachment da presidente, continuou pressionando o governo pela manutenção e ampliação dessas medidas, como a desoneração da folha e acesso a linhas de crédito subsidiado do BNDES. Como mostramos nos capítulos 3 e 4, a oposição à presidente se intensifica conforme o conflito distributivo se acirra e a polarização política ganha força no debate público.

Enquanto entidade representativa desse empresariado, a Fiesp tende a acompanhar esse movimento de deslocamento e radicalização, manobrada pelos interesses particulares de Paulo Skaf. Essa relação fica mais clara em 2014, quando, apesar do pessimismo do empresariado com o governo federal, como aponta levantamento feito pela própria entidade, Skaf desloca o foco da Fiesp para a esfera estadual com o objetivo de desgastar Geraldo Alckmin concentrando a atuação da entidade no problema da crise hídrica. É somente quando o pemedebista finalmente se afasta, substituído interinamente pelo industrial Benjamin Steinbruch, que a Fiesp dá uma guinada nas críticas à gestão petista – “só louco investe no Brasil” – e adota como prioridade uma agenda de corte de gastos e reformas estruturais. Dava-se vazão, enfim, ao conflito distributivo que Skaf negligenciara pela crise hídrica.

Restituído ao seu cargo, o pemedebista adota uma postura cautelosa no início de 2015: enquanto emprestava a Fiesp de palanque e plateia a Cunha, evitava manifestar apoio aos

protestos de rua contra a presidente e à ideia de impeachment, observando as movimentações de seu partido (ainda na base aliada da presidente) e a probabilidade do projeto de afastamento ser bem sucedido (naquele momento, ainda incerta). A virada ocorre em agosto de 2015, logo após Temer lançar sua candidatura à Presidência, quando afirma à imprensa ser necessário “unificar o país”, declaração seguida por uma nota conjunta assinada por Fiesp e Firjan em apoio ao vice-presidente sem citar Rousseff. A movimentação sugere uma ação concatenada entre Skaf e seu padrinho político. A partir desse momento, a federação eleva o tom das críticas à presidente, assumindo um papel importante de mobilização da opinião pública por meio da campanha “Não Vou Pagar o Pato”.

Os patos, lançados inicialmente contra a ideia ventilada pelo governo de reintroduzir a CPMF, foram redirecionados para a presidente após o pedido de abertura do processo de impedimento ser aceito por Eduardo Cunha. A essa altura, a popularidade da mandatária despencava – a avaliação do governo como ruim ou péssimo estava em 65% – enquanto os protestos de rua ganhavam maiores proporções. Temer já se encontrava em campanha aberta pela presidência, visitando empresários e associações comerciais, com o programa “Uma Ponte para o Futuro” a tiracolo. A peça fora construída a partir de demandas do empresariado, cuja relação com o então vice era intermediada por Skaf, conforme relatado pela imprensa na época, ao mesmo tempo em que introduzia entre a categoria novas bandeiras, como a criação de um teto de gastos públicos. O presidente da Fiesp foi também um importante ponta de lança nos ataques à presidente, publicando artigos críticos em jornais e promovendo um tour pelo interior com a campanha “Não Vou Pagar o Pato”, até o rompimento oficial de seu partido com o governo e na defesa de Temer contra as acusações de golpe.

No processo de impeachment, portanto, o presidente da Fiesp encarnou para o lado de dentro do balcão a insatisfação material, oriunda do conflito distributivo, e a rejeição ideológica, relacionada à radicalização conservadora ocorrida entre a classe média tradicional, que os industriais dependentes da entidade sentiam em relação à Rousseff. Ao mesmo tempo, tal como em 2004, eles ansiavam por um canal direto de acesso ao governo, do qual se sentiam alijados – vide as repetidas críticas ao enclausuramento da petista –, o que mais uma vez Skaf oferecia por meio de sua relação próxima com Temer. Para o lado de fora do balcão, o presidente da Fiesp se projetou como uma liderança de oposição a um governo impopular, investindo pesadamente em inserções publicitárias e ações midiáticas envolvendo patos gigantes, cacifando-se para uma nova tentativa de eleição para o governo de São Paulo, Estado que concentrava o grosso das manifestações pelo impeachment.

A agência de Skaf em prol de seus interesses particulares fica clara na reconstituição que fizemos. Ao mesmo tempo, observamos que ele não possui total arbítrio: há uma base empresarial a qual ele precisa responder para se manter no cargo. Essa relação tem forte caráter fisiológico, no sentido de que expedientes como nomeação de aliados para cargos dentro e fora da entidade (no Sistema S, notadamente) e favores obtidos via relação junto a políticos são largamente utilizados para cultivar o apoio dessa base. Isso, contudo, não significa que a Fiesp tenha se transformado em mero palanque de Skaf, como sustentam alguns analistas, conforme interpretação que apresentamos na introdução.

Nossa leitura é de que (a) as práticas fisiológicas são efetivas tendo em vista o quadro de declínio político e econômico em que se encontra a indústria brasileira, dentro do qual a Fiesp passa a servir de canal de acesso ao governo para o pequeno e médio empresariado que sobrevive; e (b) a agenda defendida pela entidade corresponde em larga medida aos interesses desse pequeno e médio capital, e sua radicalização política no período analisado refletiu processos que ocorria entre essa base. À luz dessas considerações, entendemos que a Fiesp sob Skaf não deixou de ser representativa da indústria, mas passou a refletir um segmento diferente dela em comparação com o que se observada até o início dos anos 2000: o pequeno e médio capital navegando um setor em declínio.

Em relação ao processo de impeachment, por meio de nossa reconstituição conseguimos apontar o momento decisivo de virada da Fiesp em relação à presidente: agosto de 2015, quando a entidade lança nota conjunta com a Firjan em apoio a Michel Temer. A partir desse momento, apontamos as ações tomadas pela entidade em oposição a Rousseff para além da campanha “Não vou pagar o pato”: o papel de intermediação assumido por Skaf entre o empresariado e o novo governo que se costurava, a disseminação da Ponte Para o Futuro entre essa base, o apoio a Temer numa das principais crises em que o pemedebista enfrentou no Planalto. Em conjunto, essa atuação foi relevante para a fragilização de Rousseff e consolidação do novo governo e da nova agenda que sucederam a petista. Já afirmar que ela foi determinante ou decisiva para o impeachment é uma avaliação que não podemos fazer, tendo em vista que o peso da Fiesp nesse processo não foi objeto da nossa pesquisa.

O método de process-tracing orienta que o pesquisador deve elaborar um mecanismo hipotético capaz de fornecer uma explicação suficiente para o fenômeno em estudo. Para o nosso caso – o deslocamento da Fiesp nos governos de Dilma Rousseff –, entendemos que

esse mecanismo envolve uma série de encadeamentos, cada qual necessário, mas por si só insuficiente para dar conta de explicar o todo. É no conjunto que o mecanismo funciona.

O primeiro elo dessa cadeia é o processo de desindustrialização, do qual resulta o enfraquecimento econômico do setor e seu reflexo sobre a Fiesp, cuja relação de forças internas muda conforme a grande indústria se desnacionaliza ou some e a pequena se fragmenta e periferiza. Essa é a indústria representada pela Fiesp.

O segundo elo dessa cadeia é o conflito distributivo. Enquanto foi possível o reformismo fraco dos governos Lula, o empresariado manteve-se satisfeito, apoiando politicamente o Partido dos Trabalhadores – inclusive elegendo Rousseff em 2010 e participando ativamente de seu ensaio desenvolvimentista. O descontentamento começa conforme a economia desacelera, as margens de lucro caem e os trabalhadores se fortalecem, quadro que se estabelece entre 2011 e 2013. Com a intensificação do conflito, os industriais abandonam o ensaio desenvolvimentista e passam a apoiar corte de gastos públicos e reformas estruturais, como a trabalhista e da Previdência.

O terceiro elo é a radicalização ideológica que se inicia em 2013, a partir dos protestos de junho. A difusão e o fortalecimento de um ideário conservador liberal que se vê observa desde então complementa e organiza o descontentamento material proveniente das relações capital-trabalho em um projeto político mais amplo.

Enquanto os três elos descritos até aqui podem ser classificados como estruturais, o quarto diz respeito à agência individual. Falamos de Paulo Skaf. Enquanto a desindustrialização é o vetor que viabiliza sua eleição e manutenção no poder, assentado em uma combinação de fisiologismo e proximidade com o poder, o conflito distributivo e a radicalização ideológica são as forças que balizam sua atuação. Esse elo é relevante na medida em que a compreensão da Fiesp requer levar em consideração as escolhas e estratégias adotadas por seu dirigente. Pela análise da sua trajetória, entrevê-se uma personalidade hábil e ambiciosa, atenta às oportunidades que se abrem nos movimentos estruturais. Tanto sua vitória como um candidato de oposição em 2004, sua relação com os governos petistas, suas campanhas contra impostos, seu apoio ao impeachment e sua aliança com Jair Bolsonaro podem ser lidos nessa chave.

Acreditamos que as principais contribuições da nossa pesquisa residem nos questionamentos que o mecanismo que elaboramos levanta. Em primeiro lugar, nossa reconstituição da ascensão de Skaf em paralelo ao processo de desindustrialização pelo qual o país passa lança sérias dúvidas sobre a visão comumente expressa na literatura de que a

Fiesp seria uma voz da grande burguesia brasileira. Em segundo lugar, ao explorarmos esse argumento, elaboramos uma hipótese sobre o comportamento político desse pequeno e médio empresariado que acreditamos ser representado pela entidade, cuja validade necessita de novas pesquisas que investiguem esse elo. Em terceiro lugar, nossa reconstituição mostrou a Fiesp como um espaço importante de articulação e representação da indústria, questionando assim a tese de que teria ocorrido um esvaziamento político da federação decorrente de sua instrumentalização por Skaf. Por fim, identificamos outros elementos em operação nas formulações políticas da Fiesp, de Skaf e do empresariado por eles representado para além de questões materiais, notadamente um discurso marcado por apego a valores, defesa da Pátria e da família, grande sensibilidade a temática da corrupção e temor de radicalização da esquerda. Esses elementos lançam dúvidas sobre a tese de que o pragmatismo seria o elemento determinante no comportamento político do empresariado. O que nossa análise sugere é que o lastro material desse posicionamento é complementado por um arcabouço de ideias – chegando ambos a se fundirem. Mais pesquisas nesse sentido, no entanto, precisam ser feitas para explorar esse argumento.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Rodrigo de. **À Sombra de Poder**: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff. São Paulo: Leya, 2016.

ARAÚJO, Eliane; BRUNO, Miguel; PIMENTEL, Débora. Regime cambial e mudança estrutural na indústria de transformação brasileira: evidências para o período (1994-2008). **Revista de Economia Política**, vol. 32, nº 3 (128), pp. 424-444, julho-setembro/2012.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**: Dinheiro, Poder e as Origens do Nosso Tempo. São Paulo: Unesp, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e Crise do Governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Economia Contemporânea**, número especial: p. 1-63, 2017.

BEACH, D.; PEDERSON, R. B. **Process-tracing methods: foundations and guidelines**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2013.

BIANCHI, Álvaro. Um ministério dos industriais: a Federação das indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Campinas: Unicamp, 2010.

BIRCHAL, Sérgio. Globalização e desnacionalização das empresas brasileiras: 1990 a 1999. In: A. Kirschner, E. Gomes, P. Cappelin (Orgs.). **Empresa, empresários e globalização**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002.

BOITO JR., Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Crítica Marxista**, n. 42, p.155-163, mai. 2016. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2017_03_03_10_57_34.pdf. Acesso em: 20 jun. 2018.

BOITO JR., Armando. **Reforma e Crise Política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora Unesp, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A desconstrução do Brasil. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 27 dez. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/12/1844805-a-desconstrucao-do-brasil.shtml>. Acesso em: 23 ago. 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; DINIZ, Eli. Empresariado Industrial, democracia e poder político. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, n. 84, pp. 83-99, jul. 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Empresários e Administradores no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

CARDOSO, Fernando Henrique. O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 9-27, jan. 1983.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: VESLACO E CRUZ, S.; KAYSEL, A., CODAS, G. (org.). **Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

CRUZ, Sebastião V. **Empresariado e Estado na Transição Brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: FAPESP, 1995.

DINIZ, Eli. **Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DINIZ, Eli. Reformas econômicas, elites empresariais e democracia no Brasil. In: A. Kirschner, E. Gomes, P. Cappelin (Orgs.). **Empresa, empresários e globalização**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002.

DINIZ, Eli. Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 101-139, out. 2010.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Lideranças empresariais e problemas da estratégia liberal no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 23, p. 101-119, 1993.

DINIZ, Eli.; BOSCHI, Renato. **A difícil rota do desenvolvimento: empresários e a agenda pós-liberal**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

EVANS, Peter. **A Tríplice Aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HEDSTRÖM, P.; YLIKOSKI, P. Causal mechanisms in the social sciences. **Annual Review of Sociology**, n. 36, 2010.

HERMIDA, Camila. **Padrão de especialização comercial e crescimento econômico: uma análise sobre o Brasil no contexto da fragmentação da produção e das cadeias globais de valor**. Rio de Janeiro: BNDES, 2017.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 37, nº 1 (146), pp. 189-207, janeiro-março/2017.

JAGUARIBE, Hélio. O Problema do Desenvolvimento Econômico e a Burguesia Nacional. FIESP – Fórum Roberto Simonsen, São Paulo, 1956.

KALECKI, Michael. Political Aspects of Full Employment, **Political Quarterly**, p. 1-9, 1943.

KAYSEL, André. Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In: VESLACO E CRUZ, S.; KAYSEL, A., CODAS, G. (org.). **Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses**: as associações industriais, a política econômica e o Estado na industrialização brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LOUREIRO, Pedro Mendes. **The Ebb and Flow of the Pink Tide**: Reformist Development Strategies in Brazil and Argentina. 2018. Tese (Doutorado em Economia) - University of London, Londres.

LOWI, Theodore. American Business, Public Policy Case-Studies, and Political Theory. **World Politics**, n. 16, 1964.

MAHONEY, J.; GOERTZ, G. “A tale of two cultures: Contrasting Quantitative and Qualitative Research”. **Political Analysis**, n. 14(2), 2006.

MANCUSO, Wagner. **O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Humanitas Edusp, 2007.

MANCUSO, Wagner. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 28, p. 131-146, jun. 2007.

MARQUETTI, A.; HOFF, C.; MIEBACH, A. Lucratividade e Distribuição: A Origem Econômica da Crise Política Brasileira. **Texto para Debate**. Departamento de Economia, PUCRS, 2017.

MORCEIRO, Paulo. **Desindustrialização na economia brasileira no período 2000-2011**: abordagens e indicadores. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MORGAN, Marc. Extreme and Persistent Inequality: New Evidence for Brazil Combining National Accounts, Surveys and Fiscal Data, 2001-2015. **WID.world Working Paper Series**, 12, 2017.

NASSIF, André. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Brazilian Journal of Political Economy**, vol. 28, nº 1 (109), pp. 72-96, Janeiro-Março/2008.

NASSIF, A.; FEIJÓ, C.; ARAÚJO, E. Structural change and economic development: is Brazil catching up or falling behind? **Cambridge Journal of Economics**, 39, 1307–1332, 2015.

OLIVEIRA, G.; DALLACORTE, A.; MOLINARI, D.; HERSCOVICI, N. Nova Matriz Econômica e a mudança de posição política dos empresários industriais. **Anais do VIII Seminário Discente Do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - USP**, 2018.

OREIRO, J.; FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 2 (118), pp. 219-232, abril-junho/2010.

PAULANI, Leda. Capitalismo financeiro, Estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In: F. Oliveira, R. Braga e C. Rizek (Orgs.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.

ROCHA, Camila. “**Menos Marx, Mais Mises**”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

SALATA, André. Quem é Classe Média no Brasil? Um Estudo sobre Identidades de Classe. **Dados**, 58 (1), 2015.

SALLUM JR., Brasília. Classes, cultura e ação coletiva. **Lua Nova**, São Paulo, n. 65, p. 11-42, ago. 2005.

SERRANO, F.; SUMMA, R. **Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014**. Center for Economic and Policy Research, Washington, D.C., 2015.

_____. Conflito distributivo e o fim da “Breve Era de Ouro” da economia brasileira. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, v. 37, n. 02, p. 175-189, mai.–ago. 2018.

SINGER, André. A segunda alma do partido dos trabalhadores. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 88, p. 89-111, dez.2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15.jan.2019.

_____. **Os Sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **O Lulismo em Crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (orgs.). **As contradições do lulismo**: A que ponto chegamos?. São Paulo: Boitempo, 2016.

SOARES, Cristiane; MUTTER, Anderson; OREIRO, José. Uma análise empírica dos determinantes da desindustrialização no caso brasileiro (1996-2008). No 361, **Working papers** - Textos para Discussão do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, Departamento de Economia da Universidade de Brasília, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1958.

SOUZA, Amaury e LAMOUNIER, Bolívar. **A Classe Média Brasileira: Ambições, Valores e Projetos de Sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SOUZA, Jessé. As classes sociais e o mistério da desigualdade brasileira. In: Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert (org.). **Classes? Que classes? Ciclo de debates sobre classes sociais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

TEIXEIRA, Rodrigo A.; PINTO, Eduardo C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. 4, pp. 909-941, 2012.

TEIXEIRA, Rodrigo A.; DWECK, Esther; CHERNAVSKY; Emílio. A economia política da política fiscal e o processo de impeachment. **XXIII Encontro Nacional de Economia Política**, 2018 (Congresso). Disponível em: <http://www.sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Area%203/38.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2018.

TOLEDO, Demétrio. **As Redes Empresariais da Elite Industrial de São Paulo: FIESP – CIESP 1992-2004**. São Paulo: Papagaio, 2009.

TREVISAN, Maria J. **50 Anos em 5: A Fiesp e o desenvolvimentismo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

VACCARI, Gabriel. **Empresariado e política no Brasil contemporâneo: o discurso da FIESP e dos banqueiros frente à política econômica do governo Dilma Rousseff (2011-2014)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

VENTURI, Gustavo; RISCAL, José R.; BOKANY, Vilma. Mobilidade econômica e classes sociais: transformações da classe trabalhadora. In: Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert (org.). **Classes? Que classes? Ciclo de debates sobre classes sociais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

Documentos consultados - Fiesp

Barreiras para o crescimento da indústria paulista. Mai.2010.

O processo de desindustrialização. Jan.2011.

Projeto Rumos da Indústria Paulista - Novo governo: expectativas. Fev.2011.

Produtividade do trabalho na indústria. Mai.2011.

Proposta de desoneração da folha de pagamentos. Mai.2011.

Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego. Mai.2011.

Avaliação da Política de Desenvolvimento Produtivo. Jun.2011.

Encargos trabalhistas sobre a folha de salários e seu impacto no Brasil e no mundo. Jul.2011.

O desempenho da produtividade e aumento dos custos com mão de obra. Ago.2011.

Análise dos instrumentos do Plano Brasil Maior. Ago.2011.

Entraves ao desenvolvimento da indústria brasileira. Set.2011.

Carga Extra na Indústria Brasileira Parte 1 – Custos do sistema tributário. Set.2011.

Projeto Rumos da Indústria Paulista - Balanço de 2011, perspectivas para 2012 e crise econômica. Jan.2012.

Carga Extra na Indústria Brasileira Parte 2 – Custos com Logística. Jan.2012.

Plano Brasil Maior - Impacto na Indústria Paulista. Mar.2012.

Expectativas para um ano de crise econômica mundial. Abr.2012.

Análise do Plano Brasil Maior. Abr.2012.

Desafios da competitividade da indústria. Mai.2012.

Produtividade do trabalho na indústria. Mai.2012.

Carga Extra na Indústria Brasileira Parte 3 - Custos de serviços providos a funcionários devido a deficiências dos serviços públicos. Dez.2012.

"Custo Brasil" e taxa de câmbio na competitividade da indústria de transformação brasileira. Mar.2013.

Índice comparado de desempenho da infraestrutura de transporte. Mai.2013.

Por que reindustrializar o Brasil? Ago.2013.

A regulação do comércio internacional de energia. Ago.2013.

A reindustrialização do Brasil num contexto de projeto nacional de desenvolvimento. Set.2013

Estratégia de potencial socioeconômico pleno para o Brasil. Set.2013.

Projeto Rumos da Indústria Paulista - Balanço de 2013 e perspectivas para 2014. Jan.2014.

Estudos sobre a taxa de câmbio no Brasil. Fev.2014.

Custo Brasil e a Taxa de Câmbio na Indústria de Transformação 2013. Jun.2014.

Implicações do desempenho da Rentabilidade e da Margem de Lucro nos Investimentos da Indústria de Transformação. Set.2014.

Índice Fiesp de competitividade das nações. Nov.2014.

IPI sobre importados. Nov.2014.

Projeto Rumos da Indústria Paulista - Balanço de 2014 e expectativas para 2015 e em relação ao governo. Dez.2014.

A importância da indústria de transformação na ótica do emprego. Jan.2015.

Contribuição da indústria para o equilíbrio fiscal do país. Fev.2015.

Desoneração da folha de pagamentos: resultados e impactos das alterações propostas. Mar.2015.

Revisão de cenário: incorporando choques. Mar.2015.

Novas projeções para 2016. Mar.2016.

Outros documentos consultados

DIEESE. Balanço das greves de 2018, n. 89 – abril de 2019.

DIEESE. Balanço das negociações dos reajustes salariais de 2018, n. 90 – agosto de 2019.

Anexo 1 - Lista de sindicatos filiados à FIESP

Sigla	Sindicato	Abrangência	Setor
SIAESP	Sindicato Da Indústria Do Açúcar No Estado De São Paulo	Estadual	Alimentação
SICONGEL	Sindicato Da Indústria Alimentar De Congelados, Supercongelados, Sorvetes Concentrados E Liofilizados No Estado De São Paulo	Estadual	Alimentação
SINDÓLEO	Sindicato Da Indústria De Azeite E Óleos Alimentícios No Estado De São Paulo	Estadual	Alimentação
SINDBGESP	Sindicato Da Indústria De Bebidas Em Geral No Estado De São Paulo	Estadual	Alimentação
	Sindicato Da Indústria Do Café Do Estado De São Paulo	Estadual	Alimentação
SINDICARNES	Sindicato Da Indústria De Carnes E Derivados No Estado De São Paulo	Estadual	Alimentação
SIDOCAL	Sindicato Da Indústria De Doces E Conservas Alimentícias No Estado De São Paulo	Estadual	Alimentação
SINDIFRIO	Sindicato Da Indústria Do Frio No Estado De São Paulo	Estadual	Alimentação
SINDIFUMO	Sindicato Da Indústria Do Fumo No Estado De São Paulo	Estadual	Alimentação
SINDLEITE	Sindicato Da Indústria De Laticínios E Produtos Derivados No Estado De São Paulo	Estadual	Alimentação
SIMESP	Sindicato Da Indústria Da Mandioca No Estado De São Paulo	Estadual	Alimentação
SIMABESP	Sindicato Da Indústria De Massas Alimentícias E Biscoitos No Estado De São Paulo	Estadual	Alimentação
SINDMILHO & SOJA	Sindicato Da Indústria Do Milho, Soja E Seus Derivados No Estado De São Paulo	Estadual	Alimentação
SIPAC	Sindicato Das Indústrias De Panificação E Confeitaria E De Doces E Conservas Alimentícias De Campinas	Municipal	Alimentação
SINDIPÃO	Sindicato Da Indústria De Panificação E Confeitaria De Ribeirão Preto	Municipal	Alimentação
	Sindicato Da Indústria De Panificação E Confeitaria De Santo André	Intermunicipal	Alimentação
	Sindicato Da Indústria De Panificação E Confeitaria De Santos, São Vicente, Guarujá E Cubatão	Intermunicipal	Alimentação
SINDIPAN	Sindicato Da Indústria De Panificação E Confeitaria De São Paulo	Municipal	Alimentação
SIPESP	Sindicato Da Indústria Da Pesca No Estado De São Paulo	Estadual	Alimentação

SICAB	Sindicato Da Indústria De Produtos De Cacau, Chocolates, Balas E Derivados Do Estado De São Paulo	Estadual	Alimentação
SINDUSTRIGO	Sindicato Da Indústria Do Trigo No Estado De São Paulo	Estadual	Alimentação
	Sindicato Da Indústria Do Vinho De Jundiaí	Municipal	Alimentação
SINDUSVINHO - SÃO ROQUE	Sindicato Da Indústria Do Vinho De São Roque	Municipal	Alimentação
SINDIRAÇÕES	Sindicato Nacional Da Indústria De Alimentação Animal	Nacional	Alimentação
SINCS	Sindicato Nacional Da Indústria De Café Solúvel	Nacional	Alimentação
SINBI	Sindicato Das Indústrias Do Calçado E Vestuário De Birigüi	Municipal	Vestuário
SICESP	Sindicato Da Indústria De Calçados No Estado De São Paulo	Estadual	Vestuário
SICF	Sindicato Da Indústria De Calçados De Franca	Municipal	Vestuário
SICJ	Sindicato Da Indústria De Calçados De Jaú	Municipal	Vestuário
	Sindicato Da Indústria De Calçados, Artefatos De Couro E Vestuário De Santa Cruz Do Rio Pardo	Municipal	Vestuário
SINDICAMISAS	Sindicato Da Indústria De Camisas Para Homem E Roupas Brancas De São Paulo	Estadual	Vestuário
	Sindicato Da Indústria De Chapéus No Estado De São Paulo	Estadual	Vestuário
SINDISEG	Sindicato Da Indústria De Material De Segurança E Proteção Ao Trabalho Do Estado De São Paulo	Estadual	Vestuário
SINDIVEST	Sindicato Da Indústria Do Vestuário Feminino E Infante Juvenil De São Paulo	Municipal	Vestuário
SINDIROUPAS	Sindicato Da Indústria Do Vestuário Masculino Do Estado De São Paulo	Estadual	Vestuário
SIVPP	Sindicato Das Indústrias Do Vestuário De Presidente Prudente	Municipal	Vestuário
	Sindicato Das Indústrias Do Vestuário De Ribeirão Preto	Municipal	Vestuário
	Sindicato Da Indústria Da Cerâmica Para Construção Do Estado De São Paulo	Estadual	Construção e mobiliário
SINDIFIBRA	Sindicato Da Indústria De Chapas De Fibras E Aglomerados De Madeira Do Estado De São Paulo	Estadual	Construção e mobiliário
SINDUSCON	Sindicato Da Indústria Da Construção Civil De Grandes Estruturas No Estado De São Paulo	Estadual	Construção e mobiliário
	Sindicato Das Indústrias Da Construção E Do Mobiliário De Leme	Municipal	Construção e mobiliário
SINCER	Sindicato Da Indústria Da Construção E Do Mobiliário De Santa Gertrudes	Municipal	Construção e mobiliário

SINICESP	Sindicato Da Indústria Da Construção Pesada Do Estado De São Paulo	Estadual	Construção e mobiliário
SINDINSTALAÇÃO	Sindicato Da Indústria De Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas E Sanitárias Do Estado De São Paulo	Estadual	Construção e mobiliário
SIM	Sindicato Da Indústria Da Marcenaria De São Bernardo Do Campo	Municipal	Construção e mobiliário
SIMAGRAN	Sindicato Da Indústria De Mármore E Granitos Do Estado De São Paulo	Estadual	Construção e mobiliário
	Sindicato Da Indústria Do Mobiliário De Mirassol	Municipal	Construção e mobiliário
SINDIMOV	Sindicato Da Indústria Do Mobiliário De São Paulo	Intermunicipal	Construção e mobiliário
SINDIMOB	Sindicato Das Indústrias Do Mobiliário De Votuporanga	Intermunicipal	Construção e mobiliário
SIMVEP	Sindicato Da Indústria De Móveis De Junco E Vime E Vassouras E De Escovas E Pincéis Do Estado De São Paulo	Estadual	Construção e mobiliário
SIPIGEDESP	Sindicato Da Indústria De Pinturas, Gesso E Decorações Do Estado De São Paulo	Estadual	Construção e mobiliário
SINPROCIM	Sindicato Da Indústria De Produtos De Cimento Do Estado De São Paulo	Estadual	Construção e mobiliário
SINDIMAD	Sindicato Da Indústria De Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas E Laminadas No Estado De São Paulo	Estadual	Construção e mobiliário
	Sindicato Intermunicipal De Itapeva Da Indústria Beneficiadora De Madeira	Intermunicipal	Construção e mobiliário
SNIC	Sindicato Nacional Da Indústria Do Cimento	Nacional	Construção e mobiliário
SIR	Sindicato Nacional Da Indústria De Refratários	Nacional	Construção e mobiliário
SINDIENERGIA	Sindicato Da Indústria Da Energia No Estado De São Paulo	Estadual	Indústrias urbanas
SINDICAL	Sindicato Das Indústrias De Calcário E Derivados Para Uso Agrícola Do Estado De São Paulo	Estadual	Indústrias extrativas
SINDAREIA	Sindicato Das Indústrias De Extração De Areia Do Estado De São Paulo	Estadual	Indústrias extrativas
	Sindicato Da Indústria Da Extração De Fibras Vegetais E Do Descaroçamento Do Algodão No Estado De São Paulo	Estadual	Indústrias extrativas
	Sindicato Da Indústria Da Extração De Minerais Não Metálicos Do Estado De São Paulo	Estadual	Indústrias extrativas
SINDIPEDRAS	Sindicato Da Indústria De Mineração De Pedra Britada Do Estado De São Paulo	Estadual	Indústrias extrativas
SINCOBESP	Sindicato Nacional Dos Coletores E Beneficiadores De Sub Produtos De Origem Animal	Nacional	Indústrias extrativas

SNIEE	Sindicato Nacional Da Indústria De Extração Do Estanho	Nacional	Indústrias extrativas
SINDCORDOALHA	Sindicato Da Indústria Da Cordoalha E Estopa No Estado De São Paulo	Estadual	Fiação e tecelagem
SIETEX	Sindicato Da Indústria De Especialidades Têxteis Do Estado De São Paulo	Estadual	Fiação e tecelagem
SINDITEXTIL	Sind Ind De Fiação E Tecelagem Em Geral;Tinturaria, Estamparia E Benefic; De Linhas, Artig. De Cama, Mesa E Banho, De Não-Tecidos E De Fibras Artific. E Sintéticas Do Estado De São Paulo	Estadual	Fiação e tecelagem
SIMMESP	Sindicato Da Indústria Da Malharia E Meias No Estado De São Paulo	Estadual	Fiação e tecelagem
SINACOURO	Sindicato Da Indústria De Artefatos De Couro No Estado De São Paulo	Estadual	Artefatos de couro
SINDICOURO	Sindicato Da Indústria Do Curtimento De Couros E Peles No Estado De São Paulo	Estadual	Artefatos de couro
SINDIBOR	Sindicato Das Indústrias De Artefatos De Borracha E Da Reforma De Pneus No Estado De São Paulo	Estadual	Artefatos de borracha
SINPEC	Sindicato Nacional Da Indústria De Pneumáticos, Câmaras De Ar E Camelback	Nacional	Artefatos de borracha
SINDIJOIAS	Sindicato Da Indústria De Joalheria, Bijuteria E Lapidação De Gemas Do Estado De São Paulo	Estadual	Joalheria e lapidação de pedras preciosas
	Sindicato Da Indústria De Relojoaria Do Estado De São Paulo	Estadual	Joalheria e lapidação de pedras preciosas
SINAESP	Sindicato Da Indústria De Abrasivos Dos Estados De São Paulo, Minas Gerais, Rio De Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina E Pernambuco	Interestadual	Químicas e farmacêuticas
SIACESP	Sindicato Da Indústria De Adubos E Corretivos Agrícolas No Estado De São Paulo	Estadual	Químicas e farmacêuticas
SINDEX	Sindicato Da Indústria De Explosivos No Estado De São Paulo	Estadual	Químicas e farmacêuticas
SIFAESP	Sindicato Da Indústria Da Fabricação Do Álcool No Estado De São Paulo	Estadual	Químicas e farmacêuticas
SINDIPLAST	Sindicato Da Indústria De Material Plástico Do Estado De São Paulo	Estadual	Químicas e farmacêuticas
SIPATESP	Sindicato Da Indústria De Perfumaria E Artigos De Toucador No Estado De São Paulo	Estadual	Químicas e farmacêuticas
SINDUSFARMA	Sindicato Da Indústria De Produtos Farmacêuticos No Estado De São Paulo	Estadual	Químicas e farmacêuticas
SINPROQUIM	Sindicato Da Indústria De Produtos Químicos Para Fins Industriais E Da Petroquímica Do Estado De São Paulo	Estadual	Químicas e farmacêuticas
SIRESP	Sindicato Da Indústria De Resinas Sintéticas No Estado De São Paulo	Estadual	Químicas e farmacêuticas

SITIVESP	Sindicato Da Indústria De Tintas E Vernizes No Estado De São Paulo	Estadual	Químicas e farmacêuticas
SINALCALIS	Sindicato Nacional Da Indústria De Álcalis	Nacional	Químicas e farmacêuticas
	Sindicato Nacional Da Indústria De Fósforos	Nacional	Químicas e farmacêuticas
SINPRIFERT	Sindicato Nacional Da Indústria De Matérias-Primas Para Fertilizantes	Nacional	Químicas e farmacêuticas
SIPLA	Sindicato Nacional Das Indústrias De Produtos De Limpeza	Nacional	Químicas e farmacêuticas
SINDIVEG	Sindicato Nacional Da Indústria De Produtos Para Defesa Vegetal	Nacional	Químicas e farmacêuticas
SINDAN	Sindicato Nacional Da Indústria De Produtos Para A Saúde Animal	Nacional	Químicas e farmacêuticas
SINDIRREFINO	Sindicato Nacional Da Indústria Do Rerrefino De Óleos Minerais	Nacional	Químicas e farmacêuticas
SIAPAPECO	Sindicato Da Indústria De Artefatos De Papel, Papelão E Cortiça No Estado De São Paulo	Estadual	Papel, papelão e cortiça
SIP	Sindicato Da Indústria De Papel, Celulose E Pasta De Madeira Para Papel No Estado De São Paulo	Estadual	Papel, papelão e cortiça
SINPESP	Sindicato Da Indústria Do Papelão No Estado De São Paulo	Estadual	Papel, papelão e cortiça
SIGC	Sindicato Das Indústrias Gráficas De Campinas	Municipal	Gráficas
SIGRARP	Sindicato Das Indústrias Gráficas De São José Do Rio Preto	Municipal	Gráficas
SINDIGRAF	Sindicato Das Indústrias Gráficas No Estado De São Paulo	Estadual	Gráficas
SINBEVIDROS	Sindicato Da Indústria De Beneficiamento E Transformação De Vidros E Cristais Planos Do Estado De São Paulo	Estadual	Vidros, cristais, espelhos, cerâmica de louça e porcelana
SINDILOUÇA	Sindicato Da Indústria Da Cerâmica De Louça De Pó De Pedra, Da Porcelana E Da Louça De Barro No Estado De São Paulo	Estadual	Vidros, cristais, espelhos, cerâmica de louça e porcelana
SINDICERAMICA	Sindicato Das Indústrias De Cerâmica Sanitária Do Estado De São Paulo	Estadual	Vidros, cristais, espelhos, cerâmica de louça e porcelana
SINDICER	Sindicato Das Indústrias De Produtos Cerâmicos De Louça De Pó De Pedra, Porcelana E Da Louça De Barro De Porto Ferreira	Municipal	Vidros, cristais, espelhos, cerâmica de louça e porcelana
SINDIVIDRO	Sindicato Da Indústria De Vidros E Cristais Planos E Ocos No Estado De São Paulo	Estadual	Vidros, cristais, espelhos, cerâmica de

			louça e porcelana
SINIOP	Sindicato Interestadual Da Indústria De Óptica Do Estado De São Paulo	Interestadual	Vidros, cristais, espelhos, cerâmica de louça e porcelana
SINDIBRINQUEDOS	Sindicato Das Indústrias De Brinquedos Do Estado De São Paulo	Estadual	Instrumentos musicais e de brinquedos
SIAESP	Sindicato Da Indústria Audiovisual Do Estado De São Paulo	Estadual	Indústrias cinematográficas
SINAEES	Sindicato Da Indústria De Aparelhos Elétricos, Eletrônicos E Similares Do Estado De São Paulo	Estadual	Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico
SINAFER	Sindicato Da Indústria De Artefatos De Ferro, Metais E Ferramentas Em Geral No Estado De São Paulo	Estadual	Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico
SIAMFESP	Sindicato Da Indústria De Artefatos De Metais Não Ferrosos No Estado De São Paulo	Estadual	Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico
SINAEMO	Sindicato Da Indústria De Artigos E Equipamentos Odontológicos, Médico E Hospitalares Do Estado De São Paulo	Estadual	Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico
SIBAPEM	Sindicato Da Indústria De Balanças, Pesos E Medidas De São Paulo	Municipal	Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico
SINDICEL	Sindicato Da Indústria De Condutores Elétricos, Trefilação E Laminação De Metais Não Ferrosos Do Estado De São Paulo	Estadual	Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico
SIESCOMET	Sindicato Da Indústria De Esquadrias E Construções Metálicas Do Estado De São Paulo	Estadual	Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico
SIFESP	Sindicato Da Indústria De Fundição Do Estado De São Paulo	Estadual	Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico
SIFUMESP	Sindicato Da Indústria De Funilaria E Móveis De Metal No Estado De São Paulo	Estadual	Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico
SINDILUX	Sindicato Da Indústria De Lâmpadas E Aparelhos Elétricos De Iluminação No Estado De São Paulo	Estadual	Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico
SINDIMEC	Sindicato Da Indústria De Mecânica Do Estado De São Paulo	Estadual	Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico
SINPA	Sindicato Da Indústria De Parafusos, Porcas, Rebites E Similares No Estado De São Paulo	Estadual	Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico
	Sindicato Das Indústrias Produtoras De Ferroligas Do Estado De São Paulo	Estadual	Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico
SINDISUPER	Sindicato Da Indústria De Proteção, Tratamento E Transformação De Superfícies Do Estado De São Paulo	Estadual	Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico

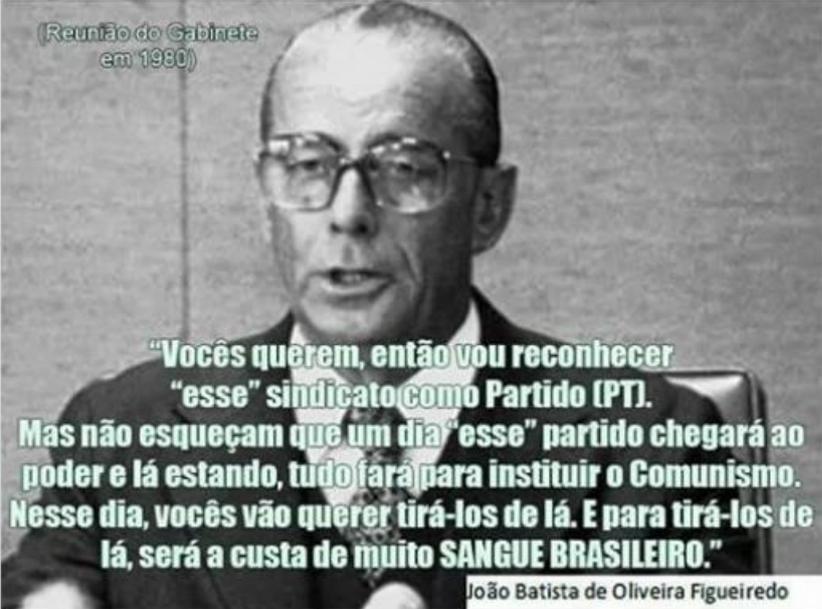
SINDRATAR	Sindicato Da Indústria De Refrigeração, Aquecimento E Tratamento De Ar No Estado De São Paulo	Estadual	Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico
SINDIREPA	Sindicato Da Indústria De Reparação De Veículos E Acessórios Do Estado De São Paulo	Estadual	Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico
SIMEFRE	Sindicato Interestadual Da Indústria De Materiais E Equipamentos Ferroviários E Rodoviários	Interestadual	Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico
	Sindicato Nacional Da Indústria Do Aço	Nacional	Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico
SINDIPEÇAS	Sindicato Nacional Da Indústria De Componentes Para Veículos Automotores	Nacional	Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico
SINIEM	Sindicato Nacional Da Indústria De Estamparia De Metais	Interestadual	Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico
SINDIFORJA	Sindicato Nacional Da Indústria De Forjaria	Nacional	Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico
SINDIMAQ	Sindicato Nacional Da Indústria De Máquinas	Nacional	Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico
SIMDE	Sindicato Nacional Das Indústrias De Materiais De Defesa	Nacional	Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico
SINARME	Sindicato Nacional Da Indústria De Rolhas Metálicas	Nacional	Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico
SINFAVEA	Sindicato Nacional Da Indústria De Tratores, Caminhões, Automóveis E Veículos Similares	Nacional	Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico
SICETEL	Sindicato Nacional Da Indústria De Trefilação E Laminação De Metais Ferrosos	Nacional	Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico

¹ <http://www.fiesp.com.br/noticias/boas-lembrancas-do-1313-da-avenida-paulista/>

Anexo 2 – Imagens no perfil público no Facebook de Rafael Cervone

 **Rafael Cervone** 19 de agosto de 2015 · 🌐

(Reunião do Gabinete em 1980)



**“Vocês querem, então vou reconhecer
“esse” sindicato como Partido (PT).
Mas não esqueçam que um dia “esse” partido chegará ao
poder e lá estando, tudo fará para instituir o Comunismo.
Nesse dia, vocês vão querer tirá-los de lá. E para tirá-los de
lá, será a custa de muito SANGUE BRASILEIRO.”**

João Batista de Oliveira Figueiredo

História do Exército.
18 de agosto de 2015 · 🌐

 Curtir Página

 2

 **Rafael Cervone** 17 de outubro de 2015 · 🌐



**FILHO, SOBRINHO, NORA, TODOS
RECEBENDO PROPINA**

**ISSO QUE EU CHAMO DE BOLSA
FAMÍLIA**

GERADORMEMES.COM

Delegado Francischini
17 de outubro de 2015 · 🌐

 Curtir Página

BOLSA FAMÍLIA do LULA.

 1



Rafael Cervone

8 de março de 2016 · 🌐

Queridos amigos, o momento que vivemos é muito crítico; estamos vivendo uma crise política, econômica, de liderança, porém, mais do que tudo, uma crise de degradação dos valores e da família. Vemos todo dia grandes lideranças afrontando a lei, subestimando nossa inteligência, nos fazendo de idiotas. A figura da filha do Lula na capa dos jornais de ontem mostrando o dedo do meio para o repórter e da presidente Dilma usando o imenso aparato público para uma visita particular para o ex - presidente Lula são bastante características de como estamos sendo afrontados descaradamente. Os políticos só entendem uma linguagem : a pressão do povo nas ruas. Façamos no dia 13 um movimento robusto, pacífico, organizado, que demonstre claramente nossa discordância com este estado de coisas que dominou o Brasil : a corrupção, o descompromisso com o dinheiro público, com a Pátria, com a família. Que o espírito da paz possa nos guiar para trazer o Brasil de volta à grandeza e crescimento que todos merecemos, não através da malandragem, mas fruto de muito trabalho e dedicação. Estarei nas ruas no domingo, com a minha família; vamos todos juntos, chamem as pessoas de bem ! Forte abraço

👍 12

6 comentários 7 compartilhamentos



Rafael Cervone

17 de março de 2016 · 🌐



Fiesp

16 de março de 2016 · 🌐



👍 Curtir Página